

Ana Suely Pinho Lopes

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)



Universidade Fernando Pessoa

Porto 2021

Ana Suely Pinho Lopes

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2021

©2021
Ana Suely Pinho Lopes
“TODOS OS DIREITOS RESERVADOS”

Ana Suely Pinho Lopes

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação, especialidade em Comunicação e Estudos midiáticos, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Pedro Sousa e coorientação do Professor Doutor Antônio Carlos Hohlfeldt. Elaborada no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – “Para uma história do jornalismo em Portugal”, financiado por fundos nacionais, através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

RESUMO

ANA SUELY PINHO LOPES: Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

(Sob orientação do Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa)

Esta pesquisa tem por objetivo prestar um contributo para o estudo da história do Brasil. O foco está em identificar e descrever as imagens e narrativas que a imprensa portuguesa deu ao Brasil, no seu primeiro século como Estado independente (1822-1922), em comparação com as imagens resultantes da narrativa historiográfica portuguesa e brasileira, além das imagens recentes do país na mídia estrangeira. Busca-se, ainda, reconhecer os enquadramentos discursivos, estratégias, táticas narrativas, estereótipos e mitos relacionados à evolução do Brasil pós-Independência. Identificou-se que as imagens e narrativas sobre o Brasil construídas na imprensa portuguesa do período permanecem as mesmas, a considerar que os mitos associados à imagem externa de uma nação têm raízes históricas e culturais profundas. Verificou-se ainda que, apesar das imagens midiáticas do Brasil atual na imprensa estrangeira, designadamente na imprensa portuguesa permanecem as mesmas, mas que outros estereótipos surgiram, como a desigualdade social, a corrupção e a malandragem, e que essas imagens são criadas e repassadas a partir da autorreferencialidade do povo brasileiro. A pesquisa aqui apresentada tem um caráter descritivo e histórico-cultural seguindo uma lógica hipotético-dedutiva, com aplicação de técnicas de análise documental, de conteúdo e do discurso, as quais correspondem, portanto, a uma abordagem mista quantitativa e qualitativa.

Palavras-chave: Brasil; Estrangeiro; Imagens; Narrativas; Revistas Ilustradas Portuguesas.

ABSTRACT

ANASUELY PINHO LOPES: Images and narratives of Brazil in Portuguese illustrated magazines (1822-1922)

(Under the orientation of Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa)

This research aims to contribute to the study of Brazilian history. This article focuses on identifying and describing the images and narratives that the Portuguese press attributed to Brazil in its first century as an independent state (1822-1922). This analysis will compare these images with other images from the Portuguese and Brazilian historiographical narrative and with the recent images of Brazil in foreign media. This analysis seeks to recognize the discursive frameworks, strategies, narrative tactics, stereotypes and myths related to the evolution of Brazil after its independence. This article identifies that the images and narratives about Brazil constructed in the Portuguese press of the period remain the same, and that the myths associated with the external image of Brazil have deep historical and cultural roots. It was also found that the media images of Brazil today in the foreign press, namely in the Portuguese press, remain the same as before, but that other stereotypes have emerged such as social inequality, corruption and trickery. These images are created and passed on from self-preferentiality by the Brazilian people. The research presented here has a descriptive and historical-cultural character following a hypothetical-deductive logic, in addition to documental, content and discourse analysis techniques, which correspond to a mixed quantitative and qualitative approach.

Keywords: Brazil; Foreign; Images; Narratives; Portuguese Illustrated Magazines.

RÉSUMÉ

ANA SUELY PINHO LOPES: Images et récits du Brésil dans des magazines illustrés portugais (1822-1922)

(Sous la supervision du Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa)

Cette recherche a l'objectif d'apporter une contribution pour l'étude de la histoire du Brésil. Le focus est en identifier et décrire les images et les récits qui la presse portugaise donna au Brésil, pendant votre première siècle comme État indépendant (1822-1922), en comparaison avec les images résultant de le récits historiographique portugaise et brésilienne, en plus des images récents du pays dans la média étranger. On cherche aussi reconnaître les encadrement discursif, les stratégies, les tactiques récits, les stéréotypes et les mythes liées à evolution du Brésil après l'indépendance. On a noté que les images e récits sur le Brésil construites dans la presse portugaise de la période sont le même, à considérer que les images associés à les images externe d'une nation a les racines historiques e culturelles profondes. On constate aussi que malgré les images médiatiques du Brésil actuel dans la presse étrangère, notamment dans la presse portugaise continue les mêmes mais que otres stéréotypes ont surgi comme le disparité sociale, la corruption et la malandrins et que ces images sont créés et repassées à partir de l'auto référentialité de la gens brésilien. La recherche ici présenté a une nature descriptive e historique-culturelle qui suit une logique hypothético-déductive, avec une application de techniques d'analyse documentaire, de contenu et de discourse, lesquelles correspondent. enfin, á une abordage mixte quantitative e qualitative.

Mots-clés: Brésil, Étrangère, Images, Récits, Revues Illustrés Portugaises.

DEDICATÓRIA

À Vida,

À determinação,

Aos sonhos,

Aos fazeres pela ciência.

À Mel Pinho França, minha neta, para quem deixo meu legado cultural e científico.

Aos animais de estimação: Marie, pela energia positiva e pela companhia; à Serena, eterna pela leveza e doçura; ao Blink, inesquecível gato-amigo; à Rasta, para sempre viva em mim, ao Fire, pelo exemplo de comportamento e resistência!

Aos momentos, às coisas, às pessoas, inspirada no poeta maior... porque:

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Doutores Jorge Pedro Sousa (UFP), por abraçar meu sonho; Luíz Gonzaga Motta (UnB), pela narratologia; Carlos Blaya (UFSM), pela ideia brilhante da leitura do livro “Uma história crítica do fotojornalismo Ocidental”, semente que germinou; Renato Tarciso Sousa (UNB), força na minha vida acadêmica e profissional; Daniel Flores (UFSM), meu guia no caminho acadêmico. Luis Borges (UFP) e Armando Malheiro (UP), pelo acolhimento no Porto. Ao Magnífico Reitor Salvato Trigo, pela condução da mesa, afeto e jeito de ser de me fazer sentir à vontade.

Aos membros do júri: Marialva Barbosa, Maria Érica, Alberto Penna, Antônio H. e Judith, pelas preciosas colaborações no enriquecimento da tese.

Aos meus pais, cúmplices desse sonho, aos irmãos “coragem”, à minha família “de casa”, Elson, Lívia, Paloma e Amanda, luzes que me mantêm acesa à vida, por acreditarem no meu sucesso.

Aos amigos dessa trajetória, pela afeição: Kabi, Leoni, Patrícia Weber, Bruno, Gustavo, Mara Rúbia, Rosana, Rosângela, Alisson e Paulinha.

Às Bibliotecas: Pública Municipal do Porto, Almeida Garret, Nacional de Lisboa, Geral de Coimbra, Joanina, Universidade Corporativa do Banco do Brasil, Universidade de Brasília, pela concessão da informação.

À Universidade Fernando Pessoa, privilégio de estudar inspirada no poeta maior!

Ao Professor Dr. e amigo Pedro Cunha, resplendor a entusiasmar meu caminho: “Força de Viver”!

Ao Porto, pelo cândido abraço inolvidável no coração!

“Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha juntos é o começo da realidade.”

Cervantes

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O Brasil de 1822-1922: uma perspectiva historiográfica comparada ...	16
1.1 Portugal e Brasil entre afinidades.....	29
1.2 As narrativas e imagens na perspectiva historiográfica	32
1.2.1 O fim do império português-brasileiro	33
1.2.2 O Brasil colônia (1500-1822) e as consequências	36
1.2.3 O fim do período colonial.....	42
1.2.4 O Brasil: de colônia a nação	42
1.3 Comparativo das narrativas e imagens	51
1.3.1 As narrativas e imagens dos historiadores brasileiros.....	51
1.3.2 As narrativas e imagens dos historiadores portugueses	55
1.3.3 O confronto da historiografia entre os países	66
CAPÍTULO II – Narrativas e imagens do Brasil na mídia estrangeira	70
2.1 A Imagem do Brasil na mídia internacional	70
2.2 Imagens do Brasil sugeridas pela mídia portuguesa	94
2.3 Semelhanças e diferenças entre as narrativas	112
CAPÍTULO III – O Jornalismo Português entre 1822 e 1922	122
3.1 Consequências da Revolução liberal de 24 de agosto de 1820 para o jornalismo de Portugal e do Brasil.....	124
3.2 O jornalismo português sob o signo da instabilidade (1834-1850).....	129

3.3	O Jornalismo Português da Regeneração ao ocaso da Monarquia (1850-1910)	131
3.4	A proclamação da República e suas consequências para o jornalismo português nos primeiros doze anos da I República (1910-1922).....	138
3.5	O subsetor das revistas ilustradas portuguesas (1835-1922)	141
3.5.1	<i>O Recreio: Jornal das Famílias</i> (1835-1842).....	144
3.5.2	<i>Biblioteca Familiar e Recreativa</i> Oferecida à Mocidade Portuguesa (1835-1846)	144
3.5.3	<i>Jornal Enciclopédico</i> (1836-1837)	145
3.5.4	<i>O Museu</i> (1836-1838).....	145
3.5.5	<i>Arquivo Popular: Semanário Pintoresco</i> (1837-1844).....	146
3.5.6	<i>O Passatempo: Jornal d’Instrução e Recreio para Ambos os Sexos</i> (1837-1838)	147
3.5.7	<i>O Panorama</i> (1837-1868).....	147
3.5.8	<i>O Ramalhete: Jornal d’Instrução e Recreio</i> (1837-1844).....	148
3.5.9	<i>O Recreativo: Jornal Semanário</i> (1838)	149
3.5.10	<i>Revista Literária: Periódico de Literatura, Filosofia, Viagens, Ciências e Belas-Artes</i> (1838-1844).....	149
3.5.11	<i>O Museu Portuense</i> (1838-1839).....	150
3.5.12	<i>O Mosaico: Jornal d’Instrução e Recreio</i> (1839-1841).....	150
3.5.13	<i>Universo Pitoresco: Jornal d’Instrução e Recreio</i> (1839-1844).....	151
3.5.14	<i>Museu Pitoresco: Jornal d’Instrução e Recreio</i> (1824-1843)	152
3.5.15	<i>O Instrutor Portuense</i> (1844-1845).....	152
3.5.16	<i>A Ilustração: Jornal Universal</i> (1845-1846).....	153
3.5.17	<i>O Jardim Literário: Semanário de Instrução e Recreio</i> (1847-1854).....	153
3.5.18	<i>A Época: Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes</i> (1848-1849)	154
3.5.19	<i>Revista Popular: Semanário de Ciência e Indústria</i> (1848-1855).....	155

3.5.20	<i>A Ilustração: Periódico Universal</i> (1852).....	155
3.5.21	<i>O Recreio Popular: Semanário Noticioso e Instrutivo</i> (1855-1856)	156
3.5.22	<i>A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal</i> (1856-1859).....	157
3.5.23	<i>O Arquivo Familiar: Semanário Pitoresco</i> (1857-1861)	157
3.5.24	<i>O Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado</i> (1857-1868)	158
3.5.25	<i>Porto Elegante: Jornal de Literatura, Ciências, Belas-Artes e Modas</i> (1864) .	159
3.5.26	<i>Ilustração Popular: Folha Destinada ao Recreio e Instrução</i> (1866-1868)	159
3.5.27	<i>Arquivo Popular</i> (1871-1874).....	160
3.5.28	<i>Ilustração Universal: Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro</i> (1884-1885)	160
3.5.29	<i>O Universo Ilustrado</i> (1877-1887).....	161
3.5.30	<i>O Occidente</i> (1878-1915)	162
3.5.31	<i>A Ilustração Portuguesa: Revista Literária e Artística</i> (1884-1890).....	163
3.5.32	<i>Revista Popular de Conhecimentos Úteis</i> (1888-1892 e 1897).....	164
3.5.33	<i>Revista Ilustrada</i> (1890-1892)	164
3.5.34	<i>Revista Moderna: Magazine Ilustrado</i> (1895-1897)	165
3.5.35	<i>Branco e Negro: Semanário Ilustrado</i> (1896-1898).....	165
3.5.36	<i>Brasil-Portugal</i> (1899-1914)	166
3.5.37	<i>Passatempo: Revista Quinzenal Ilustrada</i> (1900-1905).....	167
3.5.38	<i>Gazeta Ilustrada: Revista Quinzenal de Vulgarização Científica, Artística e Literária</i> (1901).....	168
3.5.39	<i>Serões</i> (1901-1904 e 1905 – 1911)	169
3.5.40	<i>Ilustração Portuguesa</i> (1903-1924).....	169
CAPÍTULO IV – Metodologia – Resultados e Discussões		172
4.1	Metodologia	172
4.2	Resultados	186

4.2.1	Personalidades do Brasil – Brasileiros em evidência.....	192
4.2.2	Brasil Geográfico – Brasil Esperança.....	216
4.2.3	Brasil Histórico – Nação Independente.....	227
4.2.4	Brasil Etnográfico – Identidade Miscigenada.....	239
4.2.5	Brasil Produtivo – Brasil Abundante.....	253
4.2.6	O Brasil e o centenário da Independência.....	267
	CONCLUSÕES.....	301
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	307
	APÊNDICE 1	
	Inventário e classificação das matérias analisadas.....	317
	APÊNDICE 2	
	Inventário e classificação das matérias analisadas extraídas dos Jornais.....	343

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – <i>A Illustração Luso-brazileira</i> , nº 33, 1858 – Sr. D. Pedro II, imperador do Brasil	196
Figura 2 – <i>Brasil Portugal</i> , nº 16, 1899 – Brasil Relações diplomáticas entre países	196
Figura 3 – <i>Brasil Portugal</i> , nº 88, 1902 – Dr. Affonso Celso Assis de Figueiredo	198
Figura 4 – <i>O Occidente</i> , nº 48, 1891 – General Floriano Peixoto	199
Figura 5 – <i>O Panorama</i> , nº 214, 1841 – Características da literatura brasileira	200
Figura 6 – <i>Branco e Negro</i> , nº 31, 1896 – Coelho Netto	202
Figura 7 – <i>Branco e Negro</i> , nº 32, 1896 – Poesia de Olavo Bilac.....	203
Figura 8 – <i>Serões</i> , nº 86, 1911 – Os novos socios brasileiros da nossa Academia	204
Figura 9 – <i>Serões</i> , nº 68, 1911 – Sylvio Romero, Barão do Rio Branco, Rui Barbosa	207
Figura 10 – <i>Illustração Portuguesa</i> , nº 25, 1904 – Arte e artistas brasileiros	208
Figura 11 – <i>Serões</i> , 1906, nº 10 – Pintura Sonhos (Eugenio Latour)	209
Figura 12 – <i>Serões</i> , nº 35, 1908 – Exposição do Rio de Janeiro	210
Figura 13 – <i>O Occidente</i> , 1901 – O balão dirigível de Santos Dumont	211
Figura 14 – <i>Serões</i> (1901) – O balão dirigível	213
Figura 15 – <i>O Panorama</i> , nº 40, 1838	218
Figura 16 – <i>Archivo Pittoresco</i> , nº 17, 1860 – Floresta da catinga no Brasil	219
Figura 17 – <i>Archivo Pitoresco</i> , nº 4, 1862 – Riquezas do novo império	220
Figura 18 – <i>Archivo Pitoresco</i> , nº 15, 1864 – Brasil – estrada normal de Petrópolis ao Juiz de Fora.....	221
Figura 19 – <i>Archivo Pittoresco</i> , nº 25, 1860 – Uma queimada no Brasil.....	224
Figura 20 – <i>O Panorama</i> , nº 35, 1837 – O Brasil 1º	230
Figura 21 – <i>O Panorama</i> , nº 176, 1840 – Cidade de S. Salvador, Bahia de todos os Santos	233
Figura 22 – <i>O Panorama</i> , nº 152, 1840 – A cidade de Sancta Maria de Belem ou Pará	235

Figura 23 – <i>O Occidente</i> , nº 992, 1906 – Revolução do Estado de Matto Grosso.....	236
Figura 24 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 209, 1910 – O novo Couraçado “Minas Geraes”	238
Figura 25 – <i>O Panorama</i> , nº 46, 1838 – Brasil III População, carácter, usos e costumes dos habitantes – productos.....	242
Figura 26 – <i>Archivo Pittoresco</i> , nº 20, 1864 – Matéria Deputação de índios Guarany's, ao presidente da província de S. Paulo	248
Figura 27 – <i>Archivo Pittoresco</i> , nº 14, 1862 – Gabinete Portuguez de leitura no Rio de Janeiro.....	254
Figura 28 – <i>A Epoca</i> , nº 05, 1848 – Esboço de uma historia da agricultura	256
Figura 29 – <i>Archivo Pittoresco</i> , nº 14, 1862 – Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência – RJ.....	257
Figura 30 – <i>O Occidente</i> , nº 80, 1881 – Fachada do novo Edificio do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro	258
Figura 31 – <i>Archivo Pittoresco</i> , nº 13, 1865 – A Ponte americana ou de Carlos Gomes, na estrada de Petropolis ao Juiz de Fora.....	259
Figura 32 – <i>O Panorama</i> , nº 51, 1838 – Ouro das Minas no Brasil.....	260
Figura 33 – <i>O Panorama</i> , nº 77, 1838 – O ouro dos Pinheiros.....	262
Figura 34 – <i>O Panorama</i> , nº 109, 1839 – Brasil [*] IV – Commercio do Brasil.....	264
Figura 35 – <i>O Panorama</i> , nº 30, 1842 – Do Brasil e da sua primitiva conquista, povoação e constituição como colônia portuguesa	266
Figura 36 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 863, 1922 – A viagem presidencial ao Brasil	268
Figura 37 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 864, 1922 – A Exposição do Rio de Janeiro ..	270
Figura 38 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 865, 1922 – As festas da Independência do Brasil	271
Figura 39 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 868, 1922 – O novo encarregado dos negócios do Brasil.....	273
Figura 40 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 869, 1922 – Sr. dr. Antonio Jose d’Almeida.	275
Figura 41 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 871, 1922 – Duas glorias portuguezas.....	278
Figura 42 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 872, 1922 – O fecho da epopeia	279
Figura 43 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 874, 1922 – Os novos hospedes do Cattete....	280
Figura 44 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 875, 1922 – O Dia do Brasil – ainda a manifestação do dia 15 de novembro, em Lisboa.....	280

Figura 45 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 698, 1992 – O Dia de Portugal no Rio de Janeiro	281
Figura 46 – <i>Ilustração Portuguesa</i> , nº 880, 1922 – Exposição Internacional no Rio de Janeiro.....	282

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Uma visão do Brasil pós-Independência em 200 anos.....	109
Quadro 2 – Revistas Ilustradas Portuguesas (1835-1922)	174
Quadro 3 – Marcos relevantes na História do Brasil – periodicidade	176
Quadro 4 – Episódios da História do Brasil – período	176
Quadro 5 – Categoria e Classificação conforme critérios predefinidos	185
Quadro 6 – Amostra dos dados qualitativos da categoria Personalidades do Brasil...	213

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias temáticas e percentuais	192
Tabela 2 – Categoria Personalidades do Brasil	193
Tabela 3 – Categoria Brasil Geográfico	217
Tabela 4 – Categoria Brasil Histórico	229
Tabela 5 – Categoria Brasil Etnográfico	241
Tabela 6 – Categoria Brasil Produtivo	255
Tabela 7 – Categorias temáticas x décadas (Geral)	293

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorias temáticas x décadas (Geral).....	294
Gráfico 2 – Categoria Brasil Personalidades x décadas.....	296
Gráfico 3 – Categoria Brasil Geográfico x décadas.....	296
Gráfico 4 – Categoria Brasil Histórico x décadas.....	297
Gráfico 5 – Categoria Etnográfico x décadas.....	298
Gráfico 6 – Categoria Brasil Produtivo x décadas.....	298

LISTA DE ABREVIATURAS

- BCBB – Biblioteca Corporativa do Banco do Brasil
BCE – Biblioteca Central da Universidade de Brasília
BCUC – Biblioteca Central da Universidade de Coimbra
BJ – Biblioteca Joanina
BMAG – Biblioteca Municipal Almeida Garret
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto
BUFP – Biblioteca Universidade Fernando Pessoa
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
HDL – Hemeroteca Digital de Lisboa
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UFP – Universidade Fernando Pessoa
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as imagens e narrativas do Brasil nas *revistas ilustradas portuguesas*¹, publicadas no período de 1822 a 1922, em Portugal. “Estudar o discurso da mídia implica encarar os meios de comunicação em sociedade como uma instância de mediação de significados” (Silverstone, 2002, p. 43).

As imagens midiáticas podem ser consideradas, nesse contexto, representações discursivas complexas atribuidoras de significado a realidades singulares, podendo indicar não apenas elementos concretos destas realidades, mas também os valores, interesses e objetivos dos enunciadores, operando por analogia entre representação e objeto representado (Baldissera, 2003; Joly, 1996; Silverstone, 2002).

Baldissera (2003) sugere, igualmente, que uma imagem resulta das impressões manifestas discursivamente em relação a algo, podendo ser positiva, quando promove empatia e/ou simpatia em relação à realidade representada, ou negativa, quando promove aversão ou antipatia, tendo, portanto, sempre um caráter apreciativo, valorativo e de construção mental. Além disso, a construção de uma imagem, dentro de um contexto sociocultural a partir do qual se produz significação para o mundo, depende dos discursos pré-existentes que circulam no meio social e de conhecimentos prévios, bem como de informações e experiências novas (Baldissera, 2003).

Segundo Hall (2002, p. 54), uma das estratégias utilizadas para representar a nação e a cultura nacional chama-se narrativa do mito fundacional: “(...) uma estória

¹ Em consonância com Sousa (2017), consideravam-se revistas ilustradas, as publicações periódicas que primeiro incorporaram iconografia à informação escrita. Essas inauguraram, assim, a imprensa ilustrada na alvorada do século XIX.

² A falta de recursos financeiros foi outro fator que impactou na pesquisa, pelo fato de tratar-se de uma investigação lusófona, que exigia um período maior de permanência na cidade do Porto. Para tanto, criou-se a expectativa de obter uma bolsa de estudos de um dos órgãos brasileiros de fomento, por meio da concessão de financiamento e apoio científico (*Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e*

que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’.” Percorrendo o plano histórico, temos que, no caso brasileiro, o mito fundacional pode ser localizado, ao contrário das nações europeias, num tempo e espaço específicos: o momento do descobrimento do país e da subsequente colonização.

Ainda na perspectiva de Hall (2005), as culturas nacionais são formadas não só por instituições culturais, mas também por símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – uma maneira de construir sentidos que influenciam e moldam tanto nossas ações assim como a percepção que temos de nós próprios. Sendo assim, entende-se que as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a “nação”, sentidos que nos parecem familiar, formam identidades. Nesse entendimento, tais sentidos internalizados na estória que contam sobre a nação, memórias que ligam seu presente ao seu passado e imagem que dela são formadas. Sendo assim, a construção de identidades surge por meio de sistema de representação. Para Silva (2003), é também através da representação que a identidade e a diferença se conectam a sistemas de poder. De posse do poder de representar há o poder de definir e representar identidades.

No mesmo entendimento, para Chartier (1990) as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, assim como não são as categorias intelectuais e psicológicas: são todas elas historicamente geradas por práticas articuladas em diversas esferas (políticas, sociais, discursivas), que constroem suas figuras.

Marilena Chauí (2000) e Sérgio Buarque de Holanda (1994) afirmam que as concepções atuais da brasilidade estão perpassadas pelo mito fundador: a representação de um Brasil calcado na natureza dadivosa e edênica, assim como na convivência harmoniosa de um povo alegre e sensual. Tais concepções encontram uma origem oficial na Carta de Pero Vaz de Caminha: uma narrativa de contornos épicos, cujos sentidos convergem para a mitificação do Brasil enquanto um Paraíso Terrestre.

O conceito de mito é um complexo que possui várias vertentes teóricas. Dentre essas destacam-se duas tradições historiográficas: a perspectiva barthesiana e a perspectiva de A. Sauvy. Segundo Barthes (1971) mito seria uma mensagem de ultrasignificação. A atualidade é o seu ponto de significação, constantemente renovada, ou seja, a posição que o sujeito conquista no discurso é, conseqüentemente,

determinante. Para Sauvy (1965), a função política é essencial na conceituação de mito. Georges Sorel (1990) sublinha o caráter emocional e mobilizador do discurso político. O resultado é uma visão de mito político como expressão política que rejeita a própria política, isto é, a nostalgia de uma sociedade harmoniosa. Há que considerar ainda o mito nos estudos históricos de religião Mircea Eliade (1981) que concebem o mito fundacional como uma espécie de mediação entre o sagrado e o profano, ocupando do tempo privilegiado – o mito como narrativa das origens – e o seu uso como liga entre dois horizontes representacionais – o sagrado e o profano).

O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1993) desenha que a representação da natureza plena de dádivas suscita o prazer e a exploração do homem, onde os atrativos sobressaem-se às dificuldades. Tal representação é inaugurada pelos portugueses, através da carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento recém-descoberto sobre o Brasil. Holanda (1995, p. 28), por seu turno, afirma que os colonizadores:

(...) se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se ofereceria sem reclamar labor maior, mas sim como dom gratuito.

A imagem do país na sua própria mídia e na mídia de países terceiros será, portanto, um filão de pesquisa, pois uma cultura nacional é, essencialmente, um discurso simbólico identitário, que se delimita por contraposição a outros discursos identitários de outras culturas nacionais, razão pela qual cada cultura nacional se construirá em função das diferenças que estabelece com outras culturas nacionais, estabelecidas, também elas, por meio dos discursos que, disponíveis socialmente, promovem a circulação universal de signos e padrões de significado, compreensíveis e interpretado de acordo com contextos culturais determinados (Hall, 2002, p. 78).

Várias pesquisas e outros trabalhos têm procurado identificar, mapear e explicar as imagens do Brasil no exterior, em diferentes países, em particular a imagem construída pela mídia (Chauí, 2000; Sousa, 2004; Hugon, 2006; Scheyerl e Siqueira, 2008; Paganotti, 2007, 2009; Lopes, 2010; Rasia, 2014; Viana, 2014, 2020, Minga, 2020). Ora, essas pesquisas se centram nas imagens contemporâneas do Brasil na mídia estrangeira, pouco explorando a dimensão histórica da formação destas imagens. Todavia, autores como Chauí (2000) relembram que o mito do Brasil como país paradisíaco remonta à época do Brasil-Colônia, podendo mesmo descortinar-se na carta

de Pero Vaz de Caminha, que relata o achamento do nosso futuro país, quando ele afirma, por exemplo, que “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa (...)”. Construção cultural essa exatamente que Chauí define como “mito fundador” do Brasil. O mito do brasileiro como povo cordial e alegre (Holanda, 2009), o mito do brasileiro como um ser inventivo, capaz de contornar problemas com o célebre “jeitinho brasileiro” (Fafe, 2010), ou ainda o caráter miscigenado do povo brasileiro (Freyre, 1963) são elementos fundadores e permanentes da identidade brasileira, que se perdem nas brumas da história, mesmo que sejam continuamente reinventados nos discursos.

Conforme abordado neste estudo, no contexto imaginário e narrativo, ao comparar as imagens do passado com as imagens da mídia contemporânea, de acordo com Chauí (2000, p. 9), o mito possui a capacidade de atualizar-se continuamente:

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.

Conforme interesse deste trabalho e abordagem de Chauí (2000), pode-se considerar que um dos elementos a ser explorado sobre o Brasil é o do mito fundacional, sejam nas imagens e narrativas das *revistas ilustradas portuguesas*, nos livros de história de Portugal e do Brasil, assim como no comparativo representado pela mídia estrangeira e brasileira.

Para Bignami (2002, p. 83), essa modalidade de representação insiste: “A imagem de um Brasil natural, edênico, faz parte sem dúvida e inclusive atualmente – para o mundo, de um modo geral – do processo de classificação da nação para o estrangeiro”. Ao referenciar os modos como o mito fundador do Brasil foi construído, procurou-se mostrar como os elementos desse mito são atualizados nas narrativas e imagens impressas e midiáticas, onde as representações da natureza insistem imensamente nos sentidos que convergem para a representação do Brasil que foi estabelecida pelo mito fundador: o de Paraíso Terreal, terra de riqueza natural onde todos convivem pacificamente.

Bignami (2002) salienta, nesse contexto, que a identidade do Brasil também depende da imagem que o país tem no exterior:

A formação da identidade nacional está intimamente ligada à projeção da imagem do Brasil no exterior e à aceitação do elemento exótico como parte da própria autoimagem.

A imagem nacional não é resultante unicamente da visão do estrangeiro a respeito do país (...). A nossa imagem é, também, em parte, uma projeção da nossa identidade e, estrategicamente organizada ou não, ela acabou privilegiando e ressaltando alguns aspectos da nação (Bignami, 2002, p. 39).

Assim, para se compreenderem as imagens do Brasil projetadas pela imprensa do exterior, que terão reflexos na nossa identidade nacional, é preciso recuar a tempos anteriores e traçar a evolução diacrônica dessas imagens.

Nosso propósito é, precisamente, identificar e descrever qual foi, ou quais foram, a imagem, ou as imagens, que a imprensa portuguesa deu ao Brasil, no primeiro século de existência do país como estado independente (1822-1922), até porque a construção da identidade brasileira certamente deve algo a Portugal, país colonizador.

Procurou-se testar, em consonância, a seguinte hipótese geral inicial: as imagens midiáticas do Brasil atual na imprensa estrangeira e, designadamente, na imprensa portuguesa, são as mesmas que se encontram na imprensa oitocentista e do início de Novecentos, já que os mitos associados à imagem externa de uma nação têm raízes históricas e culturais profundas.

A imprensa era o principal agente de sustentação dos movimentos de opinião pública que brotavam, essencialmente, entre a minoria de indivíduos alfabetizados e politizados que existia, à época, em Portugal (Tengarrinha, 2006, p. 19). A opinião pública,

com a sua presença e tomada de consciência, influi na atividade política (...). A (...) imprensa, pelas vantagens que apresenta (...) quando confrontada com o livro, constitui-se assim no mais notável instrumento de difusão das ideias e das opiniões, uma vez que estabelece um novo e influente canal de comunicação que subtrai a hegemonia ao discurso ao púlpito e aos estabelecidos no Antigo Regime, circunscritos a uma elite muito mais restrita do que a existente na nascente sociedade liberal (Riego, 2001, p. 97).

A imprensa industrial portuguesa, simbolizada pelo surgimento do *Diário de Notícias* (1864), ainda estava em processo de consolidação. A querela política alimentava muitos jornais de Portugal. Eram tempos em que diários republicanos, como *O Século* e *O Mundo*, sustentavam polêmicas ferozes com jornais monárquicos, como o *Diário da Manhã*, que, por vezes, até motivavam duelos (Sousa, 2017a). Haveria, pois, grande liberdade estilística e retórica nessa imprensa, que só então ia solidificando gêneros jornalísticos.

Mas os periódicos políticos que dominaram a imprensa portuguesa durante o século XIX até o início do século XX não eram lidos por todos. Por um lado, a maioria da população portuguesa era analfabeta; por outro lado, cada periódico político era lido por um conjunto de fiéis doutrinados, particularmente do sexo masculino (Sousa, 2017a, p. 139). Havia, porém, um tipo de imprensa que penetrava transversalmente toda a sociedade portuguesa alfabetizada de então: a imprensa literária (Sousa, 2017b). Entre a imprensa literária, as revistas ilustradas portuguesas foram as mais bem sucedidas, já que, juntando iconografia à palavra, exerceram “um domínio avassalador na difusão massiva de imagens sobre a realidade” (Sousa, 2017b, p. 22).

Por esse motivo, e também porque não estaria ao alcance analisar todos os periódicos portugueses, a nossa pesquisa incidirá somente nas *revistas ilustradas portuguesas*, publicações periódicas ecléticas que, juntando palavras e imagens, procuram informar, mas também ensinar e entreter (Sousa, 2017b, p. 19), publicadas entre 1822 e 1922.

Estudou-se também, através dos registros historiográficos, novos movimentos que ocorreram no início do século XIX, dentre eles a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824) que, conforme Aquiles (1976, p. 32), foram “os mais sérios, de conteúdo ideológico republicano e com a participação popular”. Ambos foram violentamente debelados por Dom João VI e Dom Pedro I, respectivamente.

Embora nem todas tivessem princípios republicanos, as rebeliões se intensificam no Período Regencial (1831 a 1840), como a Cabanada, em Pernambuco (1832 a 1835) e no Pará (1835 a 1838); a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (1835 a 1845); a Sabinada, na Bahia (1837); a Balaiada, no Maranhão (1838 a 1841).

Contudo, o golpe da Maioridade, em 1840, atenua os movimentos revoltosos e eleva Dom Pedro II ao trono do Império até 15 de novembro de 1889, quando o Brasil entra em uma nova direção de sua narrativa.

Justificativa

Buscou-se estudar a formação de uma imagem e/ou imagens do Brasil nas *revistas ilustradas portuguesas* (1822-1922), no sentido de trazer à luz não apenas novos entendimentos sobre a História do Brasil, mas essencialmente o discurso da mídia acerca da imagem da nação brasileira pós-independência. Consideraram-se as narrativas dos historiadores brasileiros e portugueses. A intenção fundamental a que se propôs, no entanto, foi a de dar um contributo relevante para a compreensão da evolução do Brasil, a partir do momento em que o país conquistou a sua independência.

A justificativa a esta questão pareceu fundamental para se compreender a natureza e a significação deste trabalho, uma vez que a pesquisa aqui argumentada permitiu, pois, diagnosticar eventuais alterações da imagem do Brasil na mídia portuguesa (e, portanto, no imaginário português), desde que o país garantiu a sua independência até o seu centenário, ano de 1922. Permitiu também comparar essas imagens com as ideias patentes na produção historiográfica luso-brasileira, acerca das relações entre os dois países durante o primeiro século de existência do Brasil como país independente, livre e soberano. Ainda permitiu testar a hipótese, alicerçada nas alegações dos autores que pesquisaram sobre as imagens do Brasil na mídia estrangeira (Chauí, 2000; Hugon, 2006; Lopes, 2010; Paganotti, 2007, 2009; Scheyerl e Siqueira, 2008; Sousa, 2004; Lopes, 2010; Viana, 2010, 2014, 2020), segundo a qual os mitos e estereótipos das representações do Brasil e dos brasileiros no presente são os mitos e estereótipos históricos. Esses, em consequência, necessariamente se encontrarão, igualmente, nas representações construídas pela mídia do passado.

Descrever somente as imagens do Brasil projetadas pela mídia estrangeira no tempo presente, como fizeram esses pesquisadores nos seus trabalhos, não explica a origem e a evolução diacrônica dessas imagens.

Nosso objetivo é, pois, preencher essa lacuna, indo à imprensa portuguesa oitocentista e do início de Novecentos para identificar, descrever e explicar, sincrônica e diacronicamente, as imagens do Brasil difundidas em Portugal pela mídia a partir do momento da independência do nosso país, comparando as imagens do passado com as imagens do presente e ainda com as ideias sugeridas pela produção historiográfica.

A escolha de Portugal para palco da pesquisa aqui proposta decorre não apenas da proximidade linguística, afetiva e cultural, mas também da ligação histórica entre os dois países, já que foi Portugal a colonizar o Brasil e a aqui exercer durante 322 anos o seu domínio.

Daremos resposta, com esta pesquisa, a um problema que, face ao que foi dito, nos parece relevante: de que forma o Brasil foi representado na imprensa portuguesa ao longo dos primeiros cem anos da sua existência como país independente?

Objetivos

Geral:

Determinar e descrever a imagem, ou imagens, do Brasil que, ao longo do primeiro século da existência do nosso país como estado independente, a imprensa portuguesa foi construindo, verificando se essa imagem, ou imagens, é, ou são, consonantes com o relato historiográfico da história de Portugal e do Brasil nesse período e comparando essa imagem, ou imagens, com a imagem presente do Brasil em Portugal, conforme é expressa pelo discurso midiático.

Específicos:

- i. Identificar e documentar as matérias sobre o Brasil publicadas nas revistas ilustradas portuguesas entre 1822 e 1922;
- ii. Mapear e classificar (categorizar) os conteúdos dessas matérias;

- iii. Determinar, diacrônica e sincronicamente, qual foi, ou quais foram, a imagem, ou imagens, do Brasil construída(s) pela imprensa portuguesa no período estabelecido;
- iv. Comparar qual foi, ou quais foram, a imagem do Brasil, ou imagens do Brasil, construída ou construídas pela historiografia com aquela, ou com aquelas, que foi, ou foram, expressa ou expressas pelo discurso midiático português, no período entre 1822 e 1922.

Assim, estudar a formação de uma imagem do Brasil nas *revistas ilustradas portuguesas* (1822-1922) significa trazer à luz não só novos entendimentos sobre a história do Brasil, mas especialmente o discurso da mídia sobre a imagem da nação brasileira pós-independência, considerando o ponto de vista dos historiadores brasileiros e portugueses.

Métodos e técnicas utilizadas

A pesquisa aqui proposta terá um caráter descritivo e histórico-cultural, seguindo uma lógica hipotético-dedutiva, com aplicação de técnicas de análise documental, de conteúdo e do discurso, às quais corresponde, portanto, uma abordagem mista quantitativa e qualitativa.

A mesma abordagem histórico-cultural, não crítica, foi adotada na análise quer do discurso midiático, quer do discurso histórico. É a ideia geral das matérias, ou dos livros historiográficos que interessaram, interpretados em função do contexto da época e não, por exemplo, as vozes ou as relações de poder materializadas no discurso midiático. Assim sendo, embora o foco da pesquisa tenha residido no discurso da mídia, foi estudada a produção historiográfica brasileira (Buarque de Holanda, 1936; Cardoso, 1988; Del Priore, 2016; Fausto, 2002; Freyre, 1933, 1940; Mota, 2008; Mello e Souza, 1997; Pinski, 2003; Prado Júnior, 1972) e portuguesa (Mattos, 1993; Oliveira Marques,

1972; Ramos et al., 2009; Saraiva, 1983; Veríssimo Serrão, 1978) sobre o período, para se tentarem observar similitudes e diferenças entre ambas as apreciações.

As metodologias utilizadas deram-se conforme os princípios da análise do discurso e empregou-se a análise exploratória que aplica técnicas de análise qualitativa histórico-cultural do discurso, de acordo com as ideias de Sousa (2006), dela sobressaindo elementos da narratologia proposta por Motta (2005).

Para Sousa (2006), na análise qualitativa do discurso jornalístico impresso, o pesquisador deve seguir os mesmos passos para a análise quantitativa e os passos do processo científico em geral. A diferença é que a abordagem será qualitativa. Sendo assim, é, para esse autor, tarefa do pesquisador pesquisar, localizar, selecionar, recolher, descrever e analisar elementos de interesse para a sua pesquisa.

A análise qualitativa do discurso deve ser efectuada com base numa **grelha de análise**, definida pelo pesquisador em função de **categoria de análise**, tendo em conta as hipóteses e perguntas de investigação oportunamente colocadas. Assim, o pesquisador deve procurar individualizar, circunscrever e definir os itens que vai analisar nos documentos que se propõe a analisar (Sousa, 2006, p. 353, *grifos do autor*).

Ainda que com predomínio da análise qualitativa, efectuou-se uma pesquisa quantitativa, a partir da análise de conteúdo que se representou no formato de quadros, tabelas e gráfico, conforme Sousa (2006, p. 677):

Os resultados de uma análise documental simples podem, por vezes, ser referenciados graficamente, para dar ao leitor a oportunidade de captar a panorâmica geral de uma situação ou fenómeno.

Para Motta (2004), estudar as narrativas como representações sociais pode ensinar muito sobre as maneiras através das quais os homens constroem essas representações do mundo material e social. Grande parte dessas representações mentais se estrutura na forma de narrativas, tanto nos relatos de sonhos, piadas, canções, contos, filmes, videoclipes, reportagens, histórias em quadrinhos e biografias, quanto na história universal ou nas histórias de povos e nações. Neste trabalho, buscou-se entender a história do Brasil, num determinado recorte de tempo, a fim de compreender como o país foi visto no contexto evolutivo, dado a um marco registrado em sua trajetória.

Como principal instrumento metodológico, utilizou-se a análise do discurso com base nas obras de Motta, cito “Narratologia” (2004) e “Narrativas midiáticas” (Cunha et al., 2012), que tratam de métodos e procedimentos para análise da narrativa.

Tais procedimentos não seguem um modelo fechado, mas procuram orientar-se pela reformulação discursiva (acontecimento jornalístico), reconstrução das personagens jornalísticas, identificação da estratégia narrativa, sua análise e revelação das metanarrativas.

Segundo Motta (2010), a Narratologia nasce do esforço dos analistas em decompor as partes componentes das histórias narradas, e, assim, gradualmente se transforma no ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos da sociedade,

(...) procurando entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, da compreensão e da expressão narrativa da realidade. A produção cultural de sentidos é, portanto, um fator prévio que implica e engloba a Narratologia (Motta, 2010, p.13).

Sendo assim, para Motta, as narrativas são fundamentalmente fatos culturais (não apenas literários), uma forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. Nesta perspectiva, os referenciais teóricos oferecidos pela narratologia possibilitam a investigação da sintaxe narrativa. Isso se dá ao decompor as matérias escritas em elementos formais e, conseqüentemente, organizá-los em uma sequência coerente de unidades sistêmicas, contendo temas relevantes à época pós-independência do Brasil. A partir desses referenciais, desenvolveu-se uma proposta de análise para a narrativa das matérias.

Sendo assim, a análise discursiva possibilita o alcance de uma visão da dimensão empírica de um fato inserido no contexto da época, exatamente por mirar o acontecimento. Destaca, por si, a interpretação em contexto, no momento em que se visualiza a manifestação do acontecimento. Ademais, busca traduzir a realidade através de relatos desencadeados desde o mundo real, construída através de fatos reais, de representações mentais organizadas por meio de experiências. Sendo assim, pode-se entender a narrativa como uma construção discursiva sobre as coisas do mundo, uma interpretação, dentre tantas outras possíveis, a respeito dos fatos, sempre em configuração de construções discursivas.

No primeiro capítulo, de caráter contextual, abordou-se, desde uma perspectiva historiográfica comparada, o processo de independência do Brasil e o desenvolvimento do país ao longo do seu primeiro século de existência como estado independente.

Utilizou-se o ponto de vista da narrativa da historiografia brasileira e portuguesa, comparando com o que se sucedeu em Portugal. Identificaram-se pontes e pontos de divergência entre as histórias de ambos os países. Procurou-se mapear e apresentar o conhecimento historiográfico já existente sobre a forma como Portugal olhou para o Brasil após a Independência nacional.

No segundo capítulo, apresentou-se o estado da arte, ou seja, as narrativas e imagens do Brasil na mídia estrangeira, tendo em conta as pesquisas acadêmicas realizadas sobre a temática, onde se determinou quais são as imagens que atualmente emergem das narrativas sobre o Brasil na mídia estrangeira e que também são autorreferenciadas por nós brasileiros.

No terceiro capítulo, descreveu-se o jornalismo português entre 1822 e 1922, ainda desde o ponto de vista historiográfico, estabelecendo as necessárias correspondências com a história do jornalismo noutros países e, necessariamente, do Brasil. Nesse percurso, procurou-se detectar as principais influências do exterior que o jornalismo português sofreu. Dedicou-se especial atenção ao universo das *revistas ilustradas portuguesas* desse período.

O quarto capítulo foi dedicado ao estudo que incorporou a tese. Abriu-se o estudo com a descrição e problematização aprofundada da metodologia aplicada na pesquisa. Seguidamente, descreveu-se, analisou-se e discutiu-se os dados obtidos seguidos dos resultados revelados. Concluiu-se a tese com as referências bibliográficas e apêndices, de forma que proporcionem ao leitor a compreensão da pesquisa na sua totalidade, o seu contexto e as suas implicações.

Limites temporais e/ou espaciais

Atribuíram-se as restrições da pesquisa, essencialmente, ao período tempo/espaço destinado à investigação, tendo em vista que a pesquisa teve caráter lusófono e que as fontes documentais da pesquisa, na maioria impressas, centravam-se

exclusivamente em Portugal. Em realidade, a distância entre esses países (Brasil e Portugal) limitou o acesso a esses documentos textuais (*revistas ilustradas portuguesas*). Acervo esse, majoritariamente, encontrado no formato papel e em bibliotecas portuguesas².

Outro fator limitante da pesquisa atribuiu-se à ausência de emprego de investimento suficiente em recursos tecnológicos no tratamento desse acervo. Ou seja, a aplicação da técnica de digitalização nesses documentos e disponibilização no sítio da *Hemeroteca Digital de Lisboa*³. Visto que isso faria um enorme diferencial, tanto para facilitar o acesso e recuperação dos documentos, quanto para atribuir maior eficiência à pesquisa. Tudo viria a aprimorar a qualidade do atendimento na área científica, tornando ágil o acesso à localização e recuperação da informação.

Ademais, as coleções impressas desses periódicos encontravam-se dispersas em vários locais de guarda: no *Acervo Geral da Biblioteca Central da Universidade de Coimbra*, na *Biblioteca Pública Municipal do Porto* e na *Biblioteca Joanina*. Isso gerou um empecilho, devido ao curto período de tempo destinado à pesquisa na cidade do Porto. Por fim, considerou-se a disponibilidade de recursos financeiros e o curto prazo para a entrega da tese. Sendo assim, não foi possível consultar todos os acervos supracitados na íntegra, por se residir no Brasil e o acervo impresso encontrar-se em Portugal. Ademais, a ausência de recursos financeiros, como já citado em parte, foi outro obstáculo: tanto para investir no deslocamento entre países, quanto para obter cópias digitalizadas do material selecionado. Tudo isso comprometeria muito o orçamento, tendo em vista o custo obtido com a conversão das moedas entre países.

Mesmo considerando as debilidades no levantamento do material que constituiu o corpus de matérias analisado durante a pesquisa, foi possível alcançar respostas para as questões levantadas, uma vez que as matérias selecionadas permitiram

² A falta de recursos financeiros foi outro fator que impactou na pesquisa, pelo fato de tratar-se de uma investigação lusófona, que exigia um período maior de permanência na cidade do Porto. Para tanto, criou-se a expectativa de obter uma bolsa de estudos de um dos órgãos brasileiros de fomento, por meio da concessão de financiamento e apoio científico (*Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq* ou a *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES*). A intenção era dedicar um maior tempo e, respectivamente, qualidade à pesquisa, levando em conta que as principais fontes, já citadas anteriormente (*revistas ilustradas portuguesas*), encontram-se nas bibliotecas e hemerotecas portuguesas. A expectativa não foi alcançada.

³ Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>

diagnosticar alterações da imagem do Brasil na mídia portuguesa (e, portanto, no imaginário português).

Ademais, foi possível comparar essas imagens com as ideias patententes na produção historiográfica luso-brasileira acerca das relações entre os dois países durante o primeiro século de existência do Brasil como país independente, livre e soberano. Ainda se pôde testar a hipótese, alicerçada nas alegações dos autores que pesquisaram sobre as imagens do Brasil na mídia estrangeira, segundo a qual os mitos e estereótipos das representações do Brasil e dos brasileiros no presente são os mesmos históricos. Tais elementos, em consequência, foram igualmente identificados nas representações construídas pela mídia do passado.

Nesse sentido, recorreu-se ao método da narrativa histórico-cultural, uma vez que o objetivo principal foi o de compreender as imagens projetadas de um passado referente à história da nação. Procurou-se entender qual a imagem atual, à luz da mídia estrangeira numa perspectiva de futuro, no momento em que se questionou a evolução do Brasil no decorrer do século pós-Independência, de acordo com o tempo delimitado.

Thomaz Mann (*cit. in* Motta, 2013) observou com argúcia, que a narrativa e a música dão um conteúdo ao tempo. Paul Ricoeur (1994) reforça no sentido de que as narrativas humanizam o tempo. Tempo esse de hoje que se tentou entender, fundamentado através da narrativa, a evolução da história do Brasil no período pós-Independência.

Sendo assim, pode-se entender que as estruturas narrativas acabam por tornarem-se um fato cultural precedente aos fatos e fenômenos que relatam. Na abordagem do canadense Northrop Frye (1999), o ritmo dos ciclos naturais cria rituais em que o dramático está latente. Para Motta (2013), eles são preenchidos com estórias que atribuem significações aos nossos atos e recorrências culturais, que os confirmam e justificam.

Diante do pressuposto de que as narrativas geram imagens, inspirou-se em Motta (2013, p. 18) ao citar que “aquilo que incluímos ou excluimos de nossas narrações depende da imagem moral que queremos construir e repassar”. Recorreu-se aqui o foco da temática da pesquisa, ou seja, a imagem e narrativa formada pela imprensa portuguesa nas *revistas ilustradas* do primeiro século pós-Independência

(1822-1832), e questionou-se sobre a imagem dada ao Brasil pela mídia estrangeira nesse período. Inquiriu-se, ainda, se tal imagem vem ao encontro do pensamento dos historiadores brasileiros e portugueses, conforme narrado nas revistas da época, e, por fim, com a versão da mídia atual.

Reafirma-se que, para efeito desta pesquisa, a linha que se seguiu na análise do discurso foi predominantemente, histórico-cultural não crítica. Isto é, não se pretendeu, por exemplo, discutir as relações de poder e domínio que possam ser expressas nos discursos, mas somente entender a produção dos discursos – e das respectivas ideias-chave – tendo em conta o contexto cultural (os mitos e outros elementos dadores de significado ao mundo) e histórico (o fim do domínio português no Brasil e a evolução das relações – e imagens – entre dois Estados soberanos lusófonos ao longo de um século).

Trabalhou-se com a análise do discurso, tanto em relação ao objeto estudado, quanto ao método escolhido, com uma leitura da análise não crítica, ou seja, não no sentido interpretativo de relação de poder e domínio que possam ser expressas nos discursos, conforme explicitado por Motta (2013). Tão somente, procurou-se entender a produção das narrativas e, conseqüentemente, das imagens, ambas, portanto, despidas do conceito de poder que carregam em sua definição.

Utilizou-se a análise qualitativa do discurso na perspectiva de análise histórico-cultural, por oferecer uma abordagem sistêmica para a compreensão e a interpretação da produção de significado das matérias, uma vez que favorece diferentes formas de classificação de dados e ainda contribui para equilibrar a contextualização dos significados gerados. Partiu-se do conhecimento do que pode ser analisado durante a análise qualitativa do discurso, tomando como pilares as ideias gerais sugeridas no discurso: os enquadramentos propostos para o entendimento e as formas de descrever a realidade.

Como resultados do trabalho, encontraram-se respostas para as seguintes questões levantadas: identificaram-se quais foram as imagens com que a imprensa portuguesa representou o Brasil pós-Independência; verificou-se se essas imagens são consonantes com o relato historiográfico da história de Portugal e do Brasil nesse

período; compararam-se essas imagens com a imagem presente do Brasil em Portugal, conforme expressa pelo discurso midiático.

CAPÍTULO I – O Brasil de 1822-1922: uma perspectiva historiográfica comparada

Considerando-se que “História” é um termo polissêmico, o que significa que possui diversas interpretações, convém esclarecer o sentido aqui empregado. Nesta abordagem, seguiu-se a perspectiva de Cardoso (1982, p. 43):

Os fatos e processos sociais ocorridos no corte espacial e institucional que chamamos ‘Brasil’, o qual foi variável em seu caráter e em suas dimensões segundo as épocas (e que deve ser definido para cada uma delas antes de ser usado), desde que começou a existir um tal conjunto brasileiro.

Recorreu-se também à definição do termo “História” no ponto de vista do historiador brasileiro Flamarion (1983, p. 43):

A história é, para nós, uma ciência em construção. Num certo sentido, isto é verdade para qualquer ciência: vimos que os cientistas já não buscam verdades absolutas e eternas. No caso da História, porém, além deste sentido geral, queremos dizer com “ciência em construção” que a conquista do seu método científico ainda não é completa, que os historiadores ainda estão descobrindo os meios de análise adequados ao seu objeto”.

Ao se tentar entender as imagens e narrativas da História do Brasil e a formação da identidade do povo brasileiro, recorreu-se ao historiador José Honório Rodrigues (1966, *cit. in* Azzi, 1978, p. 118), que, no prefácio da obra “Independência: Revolução e Contra-Revolução”, insiste no papel do historiador como intérprete dos fatos:

O historiador não deve tratar somente de fatos, porém da significação que eles possuem. A história é uma estrutura carregada de valores, e para organizar a percepção do passado, a nossa lembrança cognoscitiva, temos que articular o inarticulado, estabelecer a interação dialética entre o que aconteceu e o que significou o acontecido. (...). A

história é uma poderosa construção ideológica, que pode modelar nosso sentido de identidade social, e o nosso futuro nacional ou o nosso propósito inicial.

Sendo assim, concorda-se com Rodrigues (1966) no entendimento de que o papel do historiador é “desmistificar” a história, muito embora ela possa também, dada a sua ideologia, contribuir para a criação de novos mitos. Tema esse muito recorrente nesta tese, ao referir-se à formação da identidade do povo brasileiro.

Sobre a História oficial do Brasil, taxada de conservadora, Rodrigues (1966, *cit. in* Azzi, 1978, p. 119) atribui tal visão a Francisco Adolfo de Vamhagen, visconde de Porto Seguro, ao afirmar que:

A visão conservadora de nossa história — foi Vamhagen quem a estabeleceu com punhos de ferro. Esse germano — sorocabano, que já em 1857 manifestava sua antipatia ao nacionalismo, dizendo: "e sendo nós, mercê de Deus, dos menos partidários do incoerente sistema do patriotismo caboclo", frase que desaparece na edição de 1877, foi o principal responsável pelo escrito histórico-oficial, neutro, limitado e divorciado do presente.

Em oposição à historiografia oficial, cujo mestre foi Vamhagen, surgiu outro grupo que exigia a revisão ou renovação histórica, liderado por Capistrano de Abreu. Após descrever a versão oficial da História do Brasil, Rodrigues (1965, p. 10 *cit. in* Azzi, 1978, p. 121) afirma:

Essa visão deformada de nossa história vem sendo totalmente revista, e o maior esforço para ajustá-la à realidade nacional foi feito por Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, e as novas correntes que abandonam o sentido colonialista e saudosista, valorizador do passado contra o contemporâneo, e que reconhecem o sentido progressista da história. Capistrano de Abreu escreveu em 1882 que a obra de Vamhagen só seria lida pelos profissionais e que o povo a desconheceria.

De acordo com Rodrigues 1966, (*cit. in* Azzi, 1978), pode-se entender que existem, portanto, duas vertentes principais de interpretação da História do Brasil. Uma vinculada diretamente a Vamhagen, na qual a contribuição luso-europeia tem aspecto dominante. A segunda vertente tem sua origem no pensamento e na obra de J. Capistrano de Abreu, cujo discípulo mais destacado foi Afonso d'E Taunay, o historiador das bandeiras paulistas. Nessa segunda visão histórica, a preocupação é interpretar a formação do território e da pátria brasileira através da conquista do sertão e da miscigenação racial, que deu origem ao espírito nativista de cunho mameluco ou caboclo.

Levaram-se em conta essas afirmações para se compreender a interpretação histórica do país na historiografia brasileira. Porém, para contextualizar o processo de

independência, teve-se que primeiro saber como o Brasil se situava à época no aspecto histórico-cultural, bem como para se compreender as imagens do Brasil projetadas pela imprensa estrangeira após a sua independência. Para tanto, recorreu-se a tempos anteriores ao processo da independência e traçou-se a evolução diacrônica dessas imagens por meio das narrativas, que é o que se pretendeu nesta tese.

O Brasil, parte integrante do Império Colonial Português, sofria a influência de fatos históricos ocorridos na Europa. Após o período da União Ibérica (1580-1640), Portugal ficou dependente, política e economicamente, da Inglaterra. No período que corresponde aos séculos XVIII e XIX, a Inglaterra e a França disputavam a economia mundial. Suas preocupações eram as áreas consumidoras de produtos industrializados europeus, situadas na África e, principalmente, na Ásia e na América. Essas áreas, em troca, forneciam matérias-primas para as metrópoles europeias.

No início do século XIX, ocorreram grandes conflitos entre a França e a Inglaterra. Portugal, ao manter a já tradicional aliança com os ingleses, recusou-se a aderir ao Bloqueio Continental decretado pelo Governo francês. Impedido de invadir a Inglaterra, Napoleão tentava derrotá-la economicamente e proibiu os países europeus sob sua influência de comercializarem com a Inglaterra. Para Portugal, era impossível aceitar tais condições, pela dependência em relação aos ingleses, que poderiam, inclusive, cortar ligações com o Brasil. Diante disso, sofreram os lusos a invasão francesa, que ameaçava a própria existência da dinastia de Bragança. O Príncipe Regente D. João decidiu transferir para o Brasil toda a administração portuguesa, o que só ocorreu graças ao apoio naval britânico.

A viagem da Família Real para o Brasil e a transferência do poder administrativo do Reino de Portugal para o Brasil foram resultados da invasão francesa em Portugal, fato que transformou o Rio de Janeiro em sede do Império lusitano. Sendo assim, “Em 28 de janeiro de 1808, o Príncipe Regente D. João abriu os portos brasileiros às nações amigas e, com isso, iniciou-se o processo de emancipação da Colônia” (Fernandes et al., 2001, p. 16).

Durante as Guerras Napoleônicas (1803-1815), a Inglaterra foi bem-sucedida e a campanha francesa contra uma forte coligação de nações europeias resultou em fracasso, com a destruição do Exército francês na Batalha de Waterloo, em 1815.

Derrotada a França, os países europeus reuniram-se em Viena, com a finalidade de reorganizar o mapa político europeu. A devolução das terras tomadas por Napoleão Bonaparte aos seus antigos donos impunha a participação de todas as Monarquias da Europa no Congresso de Viena (1815). D. João, ali representando, cumprindo uma das decisões do Congresso, elevou o Brasil à condição de Reino Unido, junto ao de Portugal e Algarves.

Nessa oportunidade, ficou instituída, também, a Santa Aliança – um acordo de ajuda mútua entre os monarcas dos países participantes, com a finalidade de impedir novas rebeliões liberais na Europa ou nas colônias da América. Portugal, como inimigo da França, também aderiu à Santa Aliança. O temor de novos levantes não era injustificado. Assim, eclodiu, no Recife, a Revolução Pernambucana de 1817, em março, motivada por ideias nacionalistas e liberais, contra a dominação portuguesa. Participaram da insurreição Frei Caneca e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, entre outros. Em maio, foi sufocada a rebelião pelo Governador da Bahia, D. Marcos Noronha e Brito, o Conde dos Arcos.

A permanência da Corte no Brasil fez com que Portugal passasse a viver momentos difíceis, que culminaram, em 1820, na Revolução Liberal do Porto. A revolução e o governo das Cortes tinham como principal objetivo recuperar Portugal: seu território encontrava-se devastado. Tinha sido palco de combates durante anos (1807-1813) e era governado pelos ingleses desde 1810 (General Beresford). A perda do monopólio do comércio brasileiro era igualmente grave, pois Lisboa perdera sua posição de porto intermediário entre os produtos brasileiros e os mercados europeus. A abertura dos portos por D. João, em 1808, tinha acabado com o Pacto Colonial. Para Portugal, impunha-se a recolonização do Brasil, à volta da situação anterior a 1808.

As Cortes tinham sido eleitas com o fim de redigir uma Constituição para Portugal, que limitasse a autoridade real. Foram eleitos também representantes do Brasil, por causa da condição brasileira de Reino Unido. No entanto, antes mesmo de lá chegarem todos os 50 representantes brasileiros (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Diogo Feijó, Nicolau Vergueiro, Cipriano Barata, entre outros), as Cortes de Lisboa exigiram o retorno de D. João para Portugal, porque sua volta facilitaria as intenções lusitanas de recolonização. Em março de 1821, D. João VI nomeou o filho mais velho, D. Pedro, como Regente do trono brasileiro. E, em abril, partiu para sua terra natal.

Foi entregue a D. Pedro um abaixo-assinado, com oito mil nomes, para que permanecesse no Brasil e desobedecesse às ordens de Lisboa. Em 9 de janeiro de 1822, o Príncipe optou por ficar no Brasil. Foi o Dia do Fico, que ocasionou a demissão de ministros portugueses de D. Pedro. Foi formado novo Ministério favorável à Independência, com José Bonifácio à frente. Em fevereiro, o Príncipe proibiu o desembarque de tropas vindas de Portugal; em junho, convocou uma Assembleia Geral de representantes das províncias, por proposta de Gonçalves Ledo, a qual deveria redigir uma Constituição para o futuro Reino do Brasil.

D. Pedro, de viagem a São Paulo, recebeu, a 7 de setembro de 1822, nova ordem das Cortes para que retornasse a Portugal; caso contrário, seriam enviadas novas tropas contra o Brasil. Diante disso, o Príncipe Regente proclamou a separação de Brasil e Portugal, dando início à soberania brasileira. São várias as considerações iniciais sobre a Guerra da Independência, a Proclamação da Independência – que traduzia um anseio natural dos brasileiros. Entretanto, despertou, na população de origem portuguesa e nos efetivos militares de Portugal, reações que se transformaram em graves conflitos. Estas lutas ocorreram nas províncias da Bahia, do Maranhão, do Piauí, do Pará e na Cisplatina, durante os anos de 1822 e 1823.

Para restabelecer a ordem nas províncias rebeladas, D. Pedro I não podia contar com forças militares brasileiras, porque não existiam ainda Exército e Marinha. As forças militares sediadas no Brasil eram portuguesas e se colocaram, em sua quase totalidade, contrárias à nossa Independência. Diante da grave situação, D. Pedro I reuniu efetivos constituídos de militares portugueses de sua confiança, brasileiros e mercenários estrangeiros com experiência de combate – dentre eles, marinheiros ingleses sob as ordens do Almirante Lorde Cochrane. Na Bahia, o Brigadeiro Madeira de Melo, comandante das tropas portuguesas da Bahia, mostrou-se contrário à nova ordem. O Imperador determinara a retirada das tropas portuguesas – sediadas na Bahia – que ocupavam o território brasileiro. Porém, no início de 1823, a determinação imperial não tinha sido cumprida.

Diante da gravidade do fato, D. Pedro I determinou que forças militares – sob o comando do Almirante Cochrane e do Brigadeiro francês Pedro Labatut – expulsassem as tropas portuguesas rebeldes. Após a vitória das tropas do Imperador na batalha de Pirajá, em 2 de julho de 1823, as forças portuguesas se retiraram para Portugal.

Prontamente no Maranhão e Piauí, em 1823, ocorreram fortes reações contrárias à Proclamação da Independência. Não tardou para que, do interior da Província do Piauí, partisse um movimento oposicionista à emancipação política do Brasil, liderado pelo Major João José da Cunha Fidié – vencido pelos partidários da Independência.

No Maranhão, a Junta Governativa permaneceu fiel a Portugal, e a luta teve início no interior, na cidade de Caxias. A chegada da parte da esquadra do Almirante Cochrane a São Luís fez com que a Junta Governativa, até então fiel a Portugal, aclamasse, sem luta, o Imperador D. Pedro I e escolhesse um governo favorável à Independência. No Pará, a presença de portugueses era significativa, desde o século XVII. Proclamada a Independência, militares e parte da população de origem portuguesa não apoiaram a emancipação política do Brasil. Em 1823, as relações entre brasileiros e portugueses eram muito sensíveis. O almirante Cochrane, após vencer as lutas de independência no Maranhão, designou John Grenfell para estabelecer a ordem imperial na Província do Pará. Em Belém, a Junta Governativa, ao sentir-se pressionada pela população e ameaçada pela força naval de Grenfell, aclamou D. Pedro I e aderiu à causa da Independência.

Por fim, a Província Cisplatina, antiga Colônia do Sacramento, constituiu-se em área de atrito entre a América Espanhola e a América Portuguesa, desde o século XVII. Logo após sua chegada ao Brasil, em 1808, D. João determinou a ocupação da antiga Colônia do Sacramento, em represália à invasão napoleônica ocorrida na Península Ibérica. Após a Independência do Brasil, a antiga Colônia do Sacramento recebeu o nome de Província Cisplatina. Por ocasião da Independência, as autoridades portuguesas se dividiram quanto à nova ordem instituída; o Brigadeiro Carlos Frederico Lecór optou pela Independência, e D. Álvaro Macedo não a acatou. O confronto foi inevitável e D. Álvaro Macedo, uma vez derrotado, retirou-se, em 1823, para Portugal.

Conforme entendimento de Fernandes et al. (2001, p. 20) sobre as “Sólidas Bases Da Unidade Nacional”:

A administração portuguesa foi altamente centralizada e valeu-se dos regimentos, forais, cartas de doação e câmaras municipais para, no plano político-administrativo, obter a unidade. Igualmente importante, como fator de unidade na empresa colonizadora, foi a imposição da língua e da religião, por obra expansionista, sem perda da unidade. A unidade do processo colonizador desenvolvido no Brasil pelos portugueses, por si só, não justificaria a unidade colonial. Ela foi obra do mestiço, fruto da terra, que se notabilizou na realização da obra expansionista, sem perda da unidade.

O colono “batizou” uniformemente o território e deu aos acidentes geográficos designações próprias, às vezes semelhantes. O homem era o mestiço; a família, fruto da miscigenação cultural; e a língua, no princípio imposta, ao longo dos séculos se transformou na mais viva expressão da nacionalidade. A crença religiosa, o cristianismo, mostrou-se capaz de conviver com outras convicções religiosas; e as instituições criadas, em particular as câmaras municipais, deram à colonização um forte traço unificador no plano político e administrativo. Colônia para Província até hoje!

Na América Portuguesa, ocorreram, nos séculos XVI e XVII, as Entradas e Bandeiras, que se situam entre os mais notáveis expansionismos dos tempos modernos, superados apenas pelo expansionismo de Pedro, o Grande – Imperador de todas as Rússias –, e igualados pela notável Marcha para o Oeste, ocorrida nos Estados Unidos da América. A América Portuguesa cresceu, territorialmente, além de Tordesilhas, e triplicou sua base física com prejuízo para os territórios pertencentes à Espanha. Os tratados assinados entre as duas coroas ibéricas, nos séculos XVII e XVIII, lançaram as bases para a fixação de fronteiras bem definidas e definitivas no século XIX.

No início do século XIX, após os movimentos de emancipação, a América Portuguesa transformou-se no Brasil, onde vingou a semente da unificação, lançada pelos colonizadores portugueses, indígenas, africanos e mestiços, nutrida pelos homens que fizeram a história da nação. Após o regresso de D. João VI a Portugal, a situação política do Brasil sofreu profundas modificações, que culminaram com a Independência. Logo após 9 de janeiro de 1822 – o Dia do Fico –, portanto, antes da Independência, o Príncipe D. Pedro instalou a Assembleia Constituinte que, sob a presidência de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, deveria redigir uma Constituição.

A rapidez das mudanças políticas tornou impossível a formação de partidos e com isso surgiram duas tendências: os chamados “Partido Brasileiro” e “Partido Português”. O primeiro reunia dois grupos distintos unidos temporariamente em torno da pessoa do Imperador, com o fito de garantir a Independência. O grupo liberal radical, com características urbanas, mas de pequena expressão, defendia autonomia política para as províncias, maior participação do povo (com o voto universal masculino), liberdade de imprensa e restrições aos poderes de D. Pedro I. Os grupos aristocráticos e moderados, compostos por fazendeiros, grandes comerciantes e altos funcionários, realçavam o voto censitário e maiores poderes ao Imperador, com o objetivo de garantir a integridade territorial.

O “Partido Português” opunha-se à Independência; entretanto, com a evolução dos acontecimentos, optou por unir-se a D. Pedro I e aos aristocráticos e moderados do

“Partido Brasileiro”, contra os liberais radicais, na esperança de que o Imperador do Brasil viesse algum dia a assumir o trono português, reunindo os dois países. Mais tarde, já com o grupo liberal radical vencido, o Imperador demitiu o Ministério moderado dos Andradas (julho de 1823) e nomeou Carneiro de Campos ministro das pastas do Império e Estrangeiros e cercou-se também de elementos do “Partido Português”, como Nogueira da Gama. A demissão se relacionava com a volta ao absolutismo a Portugal. Lá, pouco antes, D. Miguel, irmão de D. Pedro I, afastara as Cortes do poder. No Brasil, D. Pedro I assumia cada vez mais as ideias absolutas. Já os moderados do “Partido Brasileiro” passavam para a oposição.

A mútua desconfiança que havia entre D. Pedro I e a Assembleia Constituinte era causada pela questão da falta de poder do Imperador na elaboração das leis, o que os deputados tinham estipulado no projeto de Antônio Carlos. A Assembleia, em sua maioria, era moderada; todavia, havia oposição radical, principalmente da parte de Muniz Tavares e dos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco). Esses últimos faziam propaganda nacionalista e contra o Imperador no jornal deles, *O Tamoio*, e em outro, *o Sentinela da Liberdade*. Um incidente, com dois oficiais portugueses do Exército Brasileiro, serviu de pretexto para acirrar os ânimos do Legislativo contra os lusitanos. Finalmente, o Imperador cercou o prédio da Assembleia e declarou a dissolução da Constituinte, no dia 12 de novembro de 1823. A partir daí, não mais haveria concórdia entre D. Pedro I e o “Partido Brasileiro”, até a Abdicação, em 1831.

Após dissolver a Constituinte, D. Pedro I criou o Conselho de Estado que, por ele presidido, aproveitou o anteprojeto de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para elaborar nova Carta, outorgada pelo Imperador e jurada a 25 de março de 1824. A Constituição de 1824 possuía 179 artigos. Apesar da supremacia do “Partido Português”, quando de sua feitura, iniciava-se com uma afirmação da Independência. Foi fundamentada nas experiências europeias, em particular na Constituição francesa, de 1814. Dividia os poderes em quatro, e não em três, como hoje: o Poder Moderador, definido pelo escritor liberal francês Benjamin Constant, foi adaptado à realidade brasileira. Criava a Lei Magna brasileira, uma forma de expressar o poder pessoal do Imperador; pois, distintamente da França, o monarca concentrava dois poderes: o Moderador e o Executivo.

Entretanto, a Carta de 1824 mantinha, ao mesmo tempo, características liberais avançadas para a época, especialmente no último artigo, o 179, que se inspirava

diretamente na Declaração dos Direitos do Homem, feita na França, em 1789. Estabelecia a igualdade de todos perante a lei, o mérito como princípio de seleção para os cargos públicos e que ninguém poderia fazer ou deixar de fazer algo senão em obediência à lei. Esses eram limites legais claros a um possível absolutismo. Previa também uma possível reforma em leis posteriores, sem mudança constitucional. Por ela, o Brasil era um Império unitário, representativo, composto por províncias (que substituíam as capitanias coloniais) que se subdividiam em municípios.

A condição de Nação soberana, assumida pelo Brasil após a Independência, impôs ao Império a necessidade de desenvolver intensa ação diplomática, de modo a firmar sua autonomia. Muitas dificuldades foram enfrentadas. Não havia o tempo necessário à formação de um corpo diplomático. A situação econômica internacional era desfavorável ao Brasil, com baixos preços para os produtos primários, além do custo da Guerra de Independência, que tinha sido alto demais. Com tudo isso, três questões de imediato tiveram a especial atenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros: o reconhecimento da Independência, a solução da Questão da Cisplatina e a sucessão do trono português. Fernandes et al. (2001, p. 31) reconhecem que:

a Inglaterra, na condição de grande potência condutora da economia mundial, ainda que tradicional aliada de Portugal, muito influenciou em nosso processo de emancipação e, depois, no reconhecimento da Independência.

Foram os países americanos os primeiros a abraçarem a causa brasileira, principalmente os Estados Unidos. A nação norte-americana aplicava os princípios expostos na *Doutrina Monroe* (2 de dezembro de 1823): “A América para os americanos”, de autoria do Presidente James Moroe, que se tornou, assim, a frase-síntese dessa política, que seria chamada de pan-americanismo (Fernandes et al., 2011). Em 26 de junho de 1824, os EUA reconheceram a Independência do Brasil. Os norte-americanos partiam da premissa de que “quanto mais nações independentes houvesse no continente americano, melhor seria para sua própria independência”, visto que visavam a relação comercial com o Brasil; a seguir o México, acatando a lógica do pan-americanismo, que pregava “a defesa do continente contra possíveis ataques europeus” (Fernandes et al., 2011, p. 32).

Ao iniciar o mandato de D. Pedro I, D. João VI pretendeu manter o Brasil subordinado a Portugal na categoria de Reino Unido, ou seja, impedir o processo de independência do país. Imediatamente à proclamação da Independência, D. Pedro I

aproximou-se da Inglaterra, que apoiava a emancipação política dos países sul-americanos, incluindo o Brasil. A questão era que o Império era afamado pelos ingleses, como forte consumidor de produtos manufaturados e exportador de matérias-primas. Isso se faria interessante para as duas nações, pelo fato de que tornaria as trocas comerciais mais rentáveis, sem a mediação portuguesa (Fernandes et al., 2011).

D. Pedro I convidou a Inglaterra para intervir junto a Portugal nas questões referentes à Independência do Brasil e essa proposta foi aceita. Por seu turno, a Coroa britânica não foi a favor da intenção assumida pelas Cortes de Lisboa de recolonizar o Brasil. Contudo, em troca, o Império, representado na época pelo “Partido Português”, outorgou a condição honorífica de Imperador do Brasil a D. João VI, ademais, uma indenização de dois milhões de libras esterlinas, referente ao patrimônio que ficou no Brasil. Desta forma, o Governo Brasileiro independente foi reconhecido por Portugal, a 25 de março de 1825 (Fernandes et al., 2011). Asseguram Fernandes et al. (2011, p. 32): “isso pesou muito no orçamento brasileiro; o país teve que pedir enormes empréstimos só para cobrir as despesas com a Guerra de Independência e as indenizações a Portugal”.

Nessa conjuntura, Fernandes et al. (2011) sustentam que, como condição tanto para intermediar as negociações junto a Portugal quanto para reconhecer a Independência, a Inglaterra requereu que o Brasil renovasse o Tratado de 1810, com a extinção do tráfico negreiro e pagamento das dívidas adquiridas por Portugal para custear a própria luta adversa aos brasileiros. As negociações mantiveram-se por três anos. Até que enfim, mesmo não sendo cumprido o acordado, sucedeu-se o fim do tráfico pela Convenção no ano de 1826. Em resumo, a Grã-Bretanha reconheceu a Independência do Brasil, preservando os privilégios comerciais britânicos. Nessa condição, em 1828, D. Pedro I nivelou os encargos para todos os países, o que reverteu-se em prejuízo no desenvolvimento industrial.

A partir desse momento, tornou-se mais fácil o reconhecimento sob perspectiva de outros países, como a França e a Áustria, dado o fato da imperatriz ser filha do Imperador austríaco. A seguir, a Independência do Império brasileiro foi reconhecida por muitos Estados alemães. O mesmo não se sucedeu com a Espanha, vindo a ocorrer apenas em 1834. O então romano pontífice, o Papa Leão XII, reconheceu, apenas em 1826, com o consentimento do Regalismo, ou seja, direito de interferir nos cargos eclesiásticos, então aplicado a D. Pedro I, Imperador (Fernandes et al., 2011).

No que respeita à política externa do segundo reinado, no decorrer de três séculos correspondentes ao período colonial, a construção da pátria brasileira foi desenhada. Seguidamente, iniciou-se o processo de emancipação do Brasil, que se consumou com a Proclamação da Independência, a vinda da Família Real e a transferência dos órgãos administrativos para o Brasil (Fernandes et al., 2011).

Mesmo considerando o avanço que foi a consumação do Proclamação da Independência do Brasil, tendo como marco o início da política externa brasileira, pode-se observar que ainda se tratava apenas do início de uma grande caminhada em prol da formatação da nação Brasil. A partir dessa premissa,

O reconhecimento da Independência assinalou o início da política externa brasileira, ainda que esta não refletisse a existência de uma nação politicamente organizada; faltava, ainda, pacificar e consolidar o Império (Fernandes et al., 2011, p. 72).

Picanço (1999) aponta vários fatores que colaboraram com o processo de Independência do país. Um deles foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, o que promoveu a comunicação direta do Brasil com outros países, essencialmente com a Inglaterra, fator que movimentou o comércio, mantendo-o e forte e em ascensão. Substancialmente, a elevação do Brasil à categoria de Reino, a delinear o Brasil no mercado global, posição que beneficiou a colônia Brasil ao poder elevado e ganhos nos diversos ramos. Como destaca o surgimento do ensino superior, em prol da disseminação de um conhecimento mais aprofundado sobre a difusão no meio cultural, com o aparecimento do grupo de intelectuais cheios de ideias sobre a independência. A autossuficiência na área do ensino superior iria estender-se e provocar uma maior consciência do potencial do Brasil.

Em conformidade com Picanço (1999, p. 27), foram enormes as contribuições para o desenvolvimento do Brasil, dada a longa estadia da família Real no país, assim relatadas:

Deu ensejo a realizações de alta importância para o engrandecimento da organização do Estado Brasileiro. O Príncipe Regente e, mais tarde, Rei D. João VI, com sagacidade e discernimento, tomou iniciativas, as mais importantes para o nosso progresso. Por fim, a fixação da família real na colônia ocasionou até a expansão do território brasileiro, como se deu com a conquista da Guiana Francesa e da Banda Oriental, hoje nosso vizinho, o Uruguai. Estas conquistas foram, posteriormente, devolvidas.

Diante dessa constatação, pode-se concluir que o fator fundamental que levou à Independência foi o propósito do Príncipe Regente, D. Pedro I de, sob o controle da

Casa de Bragança, manter íntegro todo o território que estava sob seu domínio. Ademais, os esforços reunidos para que a antiga colônia obtivesse a sua independência política eram enormes. Tudo conspirava a favor da Independência; por maior interesse que Portugal tivesse para manter o seu domínio político no Brasil, integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, não era suficiente para sustentar um confronto com as forças que lutavam pela Independência (Picanço, 2011).

Ocorreram muitos fatos relevantes que tornaram-se marcos para a história do Brasil. Costa (2019) comenta que, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I, em estado de pressão tanto pelas elites brasileiras quanto pelas portuguesas, resolve confrontar Portugal e decreta a Independência do Brasil, o que se tornou possível dado o apoio da Inglaterra, que, por seu turno, inibiu qualquer que fosse a atitude de Portugal.

No período monárquico, que perdurou de 1822-1899, diversos movimentos ocorreram no Brasil. Com a declaração da Independência do país, a Constituição de 1824, que seria promulgada, foi outorgada. Para Costa (2019, p. 69), da forma que decorreu o processo da Independência do Brasil, pode-se observar que se tratou de um acontecimento voltado mais para atender aos interesses da Inglaterra do que para satisfazer o desejo de uma nação. Assim narra:

Havia ainda um longo caminho pela frente a ser percorrido em direção à construção de uma nação. Fato é que, desde a independência, tudo estava transcorrendo num espírito de unidade de vistas até o momento da dissolução da Constituinte. O ato vai dividir o país, de um lado comerciantes portugueses que apoiaram incondicionalmente o imperador, e, de outro lado, brasileiros que se sentiram traídos. Explode na província de Pernambuco a Confederação do Equador. O país independente será, em vários aspectos, apenas um prolongamento do Brasil colonial.

O que leva-se a crer que, com a dissolvência da Constituição de 1824 e com o Congresso fechado, o absolutismo, sob forte discussão, tornou-se uma castástrofe. E muitas rebeliões ocorreram nas províncias pró-Imperador. Em 1826, com a morte de D. João VI, gera-se uma situação complicada para D. Pedro I, por ser ele o Imperador a herdar o trono português. O conflito estava armado, uma vez que assumir os dois tronos expressava retrocesso. A questão polarizou-se: de um lado, Portugal determinava que D. Pedro I assumisse o trono; no outro, o Brasil exigia que a situação fosse resolvida de imediato. Em 1831, os fatos se apressaram. É tempo que o Imperador retorna de viagens das províncias. Com a divisão cada vez mais acentuada, não teve como evitar, desaguou no conflito conhecido como Noite das Garrafadas (Costa, 2019).

O fato é que, no período Regencial (1835 a 1840), vários movimentos surgiram revoltosos pelo fim da Monarquia, uma vez que o país respirava a República. A Cabanagem (1838 – 1841), a Balaiada (1837 – 1838), a Sabinada (1835 e 1845), a Guerra dos Farrapos, entre outras. Em 1840, com o Golpe da Maioridade, D. Pedro II assume o trono do Brasil, aos 15 anos de idade. A pressão da Inglaterra para eliminar o tráfico de escravos e, por fim, a escravidão no país, se justifica pelo fato de que a substituição do trabalho escravo pelo assalariado abriria um amplo mercado consumidor.

Instalada a República, em 15 de novembro de 1889, o Brasil não obteve o devido apoio popular e nem participação efetiva do povo. Aristides Lobo, o então Ministro da Justiça do Governo Provisório, assim interpretou a reação do povo diante do ato da Proclamação da República: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada” (*cit. in* Fernandes et al., 2001, p. 117).

O fato é que, sendo o início da vida republicana, ao contrário de outros países, não houve transformações impactantes. Não houve alteração no dia a dia das pessoas, tudo seguia como antes. Assim descreve Abreu (*cit. in* Fernandes et al., 2001, p.117):

A população era disseminada, e as comunicações difíceis tornavam raros os contatos, favoreciam as desconfianças, despertavam antipatias, concorriam para a insociabilidade e subjetivismo que tanto caracterizam o brasileiro. Os espíritos eminentes não podiam, exercendo influência sobre o povo bestializado, servir de centro à resistência. A onipotência do Governo tinha bastante atrativo para que nele a moralidade ocupasse segundo plano.

Para Fernandes et al. (2001), o Brasil, interiorano ou não, como descrito por Capistrano de Abreu, não estava preparado para cumprir seus direitos cívicos. A “política do café-com-leite”, em conluio com as fraudes, impedia que os eleitores tivessem livre-arbítrio para escolher seus representantes, independente da esfera que fosse. O novo governo priorizava a promulgação de outra Constituição no sentido de que não cabia ao país manter uma Lei Magna monárquica. Daí a necessidade de realizar eleições para que novos integrantes do Poder Legislativo pudessem elaborar a nova Constituição, fundamentada na Constituição dos Estados Unidos. Sendo assim, em 15 de novembro de 1890, foi instalado o novo Congresso Constituinte; diante da conclusão do anteprojeto, a 24 de fevereiro de 1891, promulgou-se a Constituição de 1891.

De acordo com Fernandes et al. (2001, p. 119), com o Federalismo na Constituição de 1891, “houve progresso expressivo, principalmente no sentido da descentralização do poder”; ou seja, em se tratando de República, algumas tomadas de decisões competem aos governos estaduais. Ideia essa adaptada dos Estados Unidos e sem tradição na formação histórica do Brasil. Isto veio a provocar muitos entraves para o governo federal. A ideia federalista resistiu, dando oportunidade aos governos dos estados de obterem melhores condições econômicas e de se organizarem consoante suas posses. Conforme a Constituição de 1891, Deodoro da Fonseca foi eleito presidente, com mandato até 1894. Sua vitória não contou com apoio político e muitas críticas foram feitas ao seu governo, tornando tudo muito desgastante. E, diante das críticas dos parlamentares, o Marechal dissolveu o Congresso, o que veio a gerar graves insatisfações. O fato é que, tendo em vistas a disputa territorial, muitas revoltas ocorreram internamente no início republicano do Brasil.

1.1 Portugal e Brasil entre afinidades

Portugal e Brasil são países irmanados por um passado comungado (o tempo do Brasil-Colônia) e por uma mesma língua. A afinidade entre Portugal e Brasil, além da familiaridade linguística, tem proximidade cultural e histórica. Baseia-se no reconhecimento da importância e reafirmação permanente da lusofonia, num mundo que parece caminhar para a onipresença hegemônica da anglofonia.

Conforme relatos historiográficos, no ano de 1500, quando o português Pedro Álvares Cabral chegou às novas terras tropicais do continente sul-americano, nem sequer podia imaginar que ali se ergueria a maior nação lusófona do mundo. Nesse sentido, o Brasil iniciou seus passos rumo aos cinco séculos de relação com Portugal, dentre os quais três sob seu domínio. Nações essas semelhantes não apenas pela ancestralidade luso-brasileira, mas por uma história em comum, pelo passado comum, pela cultura e pela língua – a portuguesa, vínculo que nunca se dissolverá. Estes países

mantêm uma relação atual tida como privilegiada, uma vez que mantêm vários acordos de cooperação em diversas áreas.

Segundo Picanço (1999, p. 22), em “Quinhentos anos da revelação do Brasil ao mundo”, as duas pátrias, Brasil e Portugal, se completam e “o Brasil é um país novo”:

A sua história é recente, que considera em seus escritos Portugal como a célula, que constituindo um novo núcleo, formou uma outra, realizando assim, no processo político e social, o mesmo que ocorre na biologia no que se refere à multiplicação das células.

Conforme relatos historiográficos, diante da alegação de que o Brasil, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, surgiu para o mundo pelo arrojo dos navegadores lusos, e a ponderar a história de Portugal e sua travessia rumo às novas terras, os brasileiros possuem em sua origem traços portugueses. Ademais, semelhanças nos costumes e no idioma que se fala, tudo isto incorporado fortemente ao Brasil.

De acordo com Picanço (1999), com a manutenção do idioma em todo o território nacional, o Brasil logrou uma condição primordial na sua unidade geográfica e política. Fator que contribuiu para superar as proporções continentais em que se constitui a sua superfície, ademais os obstáculos geográficos, que exigiam enormes esforços. Pode-se destacar o idioma como fator essencial, atenuador e mantedor da unidade nacional, mesmo diante de sua grandiosa extensão. Para esse autor, o Brasil alcançou os primeiros degraus do patamar dentre as grandes nações.

Em consonância com Picanço (1999) mediante as qualidades do Brasil, a segunda Guerra Mundial foi ganha, no ponto de vista de um general americano, graças à cooperação do Brasil. Atribui essa conquista à disponibilidade da base aérea da cidade de Natal para ser utilizada como trampolim de desembarque dos Aliados na África. Se não fosse isso, teria sido muito difícil esse alcance. Destaca o autor, a importância do mundo atual contar com a colaboração do Brasil nas discussões e soluções dos problemas internacionais. Assim declara:

As nossas riquezas naturais somam-se a nossa produção. Somos a oitava economia do mundo, temos a maior reserva mineral do planeta. Possuímos a maior rede fluvial navegável da Terra. A nossa indústria já produziu aviões para treino da mocidade inglesa. (...). As transformações evolutivas que aqui ocorrem se verificam de forma gigantesca (Picanço, 1999, p. 22).

O autor ressalta a irmandade entre Portugal e Brasil para o idioma, a destacar que a epopeia das navegações resultou em duas grandes obras literárias de destaque –

Os Lusíadas, de Luís de Camões e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ambos escritos no mesmo idioma. São “duas obras suficientes para consagrar nações que usam o mesmo idioma e que têm os mesmos costumes” (Picanço, 1999, p. 22), considerando as diferenças no que diz respeito ao tempo de existência e formação. A considerar esses argumentos e toda a influência portuguesa na formação da identidade do Brasil, pode-se dizer que a independência política abriu as portas à construção de sua própria cultura. Toma-se como exemplo os romancistas do indianismo, como José de Alencar, Gonçalves Dias e outros que os seguiram.

Nesta abordagem, tomando como base o panorama cultural, pode-se enxergar o que foi e é a intelectualidade das duas pátrias. Picanço (1999) afirma que Brasil e Portugal continuam juntos, como pátrias irmãs, e aponta como prova disso a carta dirigida ao país, no centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, do então presidente da República Portuguesa, o Dr. Antônio José de Almeida (*cit. in* Picanço, 1999, p. 25), com a seguinte referência sobre o Brasil:

(...) a Baía de Guanabara é a “melhor baía do mundo, e o Brasil “uma das mais possantes e formosas Pátrias”. Ainda, externalizou seu sentimento pelo Brasil com a “emoção de quem pratica um ato religioso em que o espírito se sente arrebatado para além do espaço e do tempo, contemplado, absorto o esforço sobre-humano das gerações predestinadas”.

Do ponto de vista do jornalista português Carlos Fino (2012, *cit. in* Viana, 2014, p. 20), as relações entre Brasil e Portugal, embora marcadas por enormes progressos:

Ainda são pautadas pelo sentimento de estranheza, que a retórica oficial da fraternidade com base no sangue, na língua e na história comuns, tenta disfarçar ou em nada contribui para ultrapassar.

Uma das insatisfações referentes à questão, colocadas por Carlos Fino, é que os brasileiros os culpam por todos os problemas nacionais, fato que consideram uma injustiça e fonte de ressentimento português contra os brasileiros, conforme citação:

Da burocracia a corrupção e ao nepotismo, da destruição da mata atlântica e ao dizimar dos índios, passando pela escravidão e o atraso econômico e social, não há grande problema passado ou presente do Brasil que não tenha a sua raiz na colonização portuguesa. Cultivada nos meios acadêmicos por uma sociologia de inspiração marxista e nacionalista que há muito desconstruiu a lusofilia de Gilberto Freyre, a ideologia que atribuiu os males do Brasil aos Portugueses está largamente disseminada entre as elites, cristalizou nos media e passou, por essa via, a integrar o senso comum da população (Fino, 2012, *cit. in* Viana, 2014, p. 20).

Ao referenciar Fino (2012, *cit. in* Viana, 2014), em sua perspectiva, ele é consciente em suas análises e reconhece que muito distanciamento e mal-entendidos entre as nações é parte também dos portugueses. “Portugal também é responsável por isso. Não é só o Brasil que nos esquece, somos nós que não nos fazemos lembrar”. Seu ponto de vista entra em consenso com o de Lourenço (2000, *cit. in* Viana, 2014), quando afirma que Portugal já desapareceu do imaginário brasileiro há quase um século. O autor entende que mesmo o Brasil tendo buscado novas fontes e referências culturais, sobretudo no século XIX, não foram os brasileiros os culpados pelo distanciamento com Portugal. “São os próprios portugueses a fonte de diluição dos laços com Portugal”. Os que ocuparam as terras brasileiras já eram brasileiros, pois haviam deixado uma pátria exígua e pobre e encontrado um “reino” (Lourenço, 2000, p. 156).

1.2 As narrativas e imagens na perspectiva historiográfica

Conforme citado no início deste capítulo, para se situar no presente e avaliar a evolução do Brasil no primeiro século após sua Independência, suscitou-se a necessidade de conhecer e interpretar o passado. Nesse contexto, nada como recorrer a esse período, essencialmente, considerando as origens da colonização portuguesa para se alcançar o percurso historiográfico. Utilizam-se os registros históricos que direcionam ao entendimento das diversificadas versões, expostas por historiadores portugueses e brasileiros.

A considerar essas duas abordagens, busca-se mapear um comparativo da imagem do Brasil pós-Independência, sob o ponto de vista historiográfico, com o imaginário midiático, tanto estrangeiro quanto brasileiro. Para Fernandes et al. (2001, p. 6), a respeito do livro “História do Brasil – Império e República”, trata-se de:

(...) Registro de fatos históricos que desenham e nos ajudam a entender o desenrolar de nossa história... do passado ao presente! A história de nossa pátria, o caminho percorrido desde a Independência; dificuldades e vicissitudes de nossa evolução, papel dos vultos e instituições que nos legaram este imenso, complexo e belo país; até mesmo para reconhecer a responsabilidade das novas gerações no permanente ou árduo trabalho de construir o Brasil.

Uma das questões instigantes nesse percurso foi a de se recorrer ao marco – Independência do Brasil –, diante da complexidade com que são tratadas as razões de o Brasil ter mantido sua unidade pós-período colonial (1500-1822) e no decorrer do Brasil Monárquico (1822-1889), até a Primeira República (1889-1930). Considerou-se a leitura de vários autores e, ainda, o pressuposto da inexistência de um reflexo único do passado e, sim, de vários olhares do tempo passado à luz de dados objetivos. Nunca de forma arbitrária, mas sim relativa, visto que está sempre sujeita à superação.

Diante disso, tentou-se entender o sentido da formação histórica brasileira, limitando brevemente nesse contexto, o sistema colonial e a escravidão, para fins de compreensão do processo de independência do Brasil. Posteriormente, buscou-se obter o entendimento da evolução do país no primeiro século pós-Independência, objeto desta pesquisa.

1.2.1 O fim do império português-brasileiro

A crise do “segundo império português” inicia a tornar-se visível nos anos de 1807 e 1808, logo quando ocorrem, concernentemente, a primeira invasão francesa e a ruptura expressiva das remessas de ouro procedentes do Brasil. Como consequência, situa-se já nesta altura o princípio do fim dos “Brasis”, enquanto despontam os primeiros sinais precursores do surgimento da futura nação brasileira. Tem-se em conta que, no desdobrar do conflito anglo-francês, a França desconhece a neutralidade que Portugal buscou negociar por diversas vezes. Posto que se mantinha firme a velha aliança e o comércio com a Inglaterra, seguindo, portanto, os portos portugueses permitidos aos navios britânicos (Mattoso, 1998).

De acordo com Mattoso (1998), a transferência da família real portuguesa para o Brasil resultou numa série de consequências que, no seu conjunto, tornariam por adiantar a crise em Portugal e ampliar o processo que havia de culminar com a emancipação do Brasil. Ainda para Mattoso (1998), diante da corte e do aparelhamento do Estado instalados no Rio de Janeiro, esta cidade transforma-se na nova capital do

império. Foi então que, imediatamente em 1808, saíram as primeiras medidas de descolonização econômica do Brasil.

Portugal não teria mais direito ao monopólio da exploração da colônia, situação que favorecia os interesses da Inglaterra, agora especialmente voltada para os mercados brasileiro e português. Logo em 1810, assinavam-se com este país os Tratados de Comércio e Amizade e de Aliança e Navegação, que asseguravam aos britânicos o acesso preferencial dos seus produtos a todos os territórios portugueses, com a concessão de privilégios especiais, mesmo em relação aos produtos portugueses. A partir de então, o Brasil deixava de ser a base essencial da economia portuguesa e Lisboa não seria mais o ponto de escala obrigatória para a reexportação dos produtos tropicais.

Sendo assim, para Mattoso (1998), a abertura dos portos, liberando o comércio, era desde logo uma medida decisiva, que provocara a ruptura do monopólio e a quebra da exclusividade. Tem-se em conta que o monopólio e o exclusivo eram o principal argumento de ser da condição colonial, direcionada em benefício da metrópole. Enquanto que serviam também de motivos da oposição, a partir da colônia, uma vez que diminuiriam as oportunidades do seu auto desenvolvimento. Sendo assim, compreende-se que a instalação do príncipe regente D. João, em 1808, no Rio de Janeiro tivesse sido bem acolhida no Brasil, mas enfrentada com relutância por muitos setores influentes da sociedade metropolitana. Esta dualidade de atitudes dificultava as decisões do Governo, convertendo-se em origem de conflitos e tensões que mexiam nas estruturas sociais e econômicas do Império.

Para Maxwell (*cit. in* Mattoso, 1998, p. 246), o ano de 1808 significa “uma verdadeira linha divisória, tanto na história de Portugal como na do Brasil”. Ao explicar que, em realidade, o que se percebe é que as medidas reformistas tomadas a partir de então, visando preservar a colônia e o sistema, terão causado a “inversão” do pacto colonial, dispondo a metrópole, pelo menos temporariamente, indissociável da colônia. Essa, por sua vez, acabaria por extrair assinaláveis benefícios da atuação do Estado português, então instalado no seu próprio território.

Já no início do ano de 1808, chegava a São Salvador da Bahia a família real portuguesa. Concretizava-se, assim, um antigo plano, sugerido primeiramente nos

meados do século XVI, pelo donatário de São Vicente, Martim Afonso de Sousa. Tal plano foi retomado, sobretudo em momentos de crise, até início do século XIX. A esta altura, a ideia era defendida por alguns estadistas portugueses, nomeadamente por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e por Silvestre Pinheiro Ferreira, dois dos futuros ministros no Brasil, do príncipe regente D. João.

Para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, não se tratava apenas de encontrar nas colônias um abrigo temporário para a Monarquia portuguesa. Portugal não era, em seu entender, a melhor, nem a mais importante parcela do território português, mas sim o Brasil, que, por isso, deveria tornar-se o eixo de um grandioso império. A deterioração da situação internacional obrigava a encarar a recomendação da transferência da corte para o Brasil, feito por aquele estadista quando, em 1803, fora estudado sobre o assunto (Mattoso, 1998).

A seguir a instalação da corte no Rio de Janeiro, o príncipe regente se empenhou nas tarefas de organização do Estado, nomeando o Governo e promovendo a estruturação das instituições administrativas, políticas e judiciais, num território até então em condição colonial e que, subitamente, se tornara a sede da Monarquia. As medidas de renovação administrativa e judicial visavam as várias capitanias e comarcas do território brasileiro, acompanhando a expansão da agricultura, o desenvolvimento do comércio interno e o aperfeiçoamento da rede viária, que facilitava o acesso nas áreas territoriais pouco conhecidas (Mattoso, 1998).

Pode-se daqui concluir que a política externa de D. João I, nesta segunda década do século XIX, apresenta uma tendência das relações recíprocas entre o poder político nacional e o espaço geográfico, sinalizadora das inquietações do monarca, voltada à inevitabilidade da determinação das fronteiras e da solidificação da unidade do território brasileiro. Para Silva (1986, p. 389):

Mas o que parece igualmente claro é que “no Brasil da segunda década do século XIX, prevaleciam ainda as conveniências políticas européias: não eram os interesses brasileiros, nem mesmo os geopolíticos, que comandavam a política externa da Corte”.

A política internacional portuguesa no período de permanência da corte no Brasil era, no mais, marcada pelo estreito pacto condicionado à Inglaterra. Tem-se em vista que este país alcançara, já no século XVIII, uma posição predominante no campo colonial. A penetração do ouro brasileiro na Europa, sobretudo na Inglaterra, através do

comércio com Portugal, permitira a enorme expansão da economia inglesa, contribuindo para que se gerassem condições propícias às inovações técnicas que vão explodir na Revolução industrial.

Sendo assim, no final do século XVIII e início do XIX, a conjuntura da produção aurífera provocava mudança na situação, entendendo-se que os limites apresentados ao desenvolvimento do capitalismo industrial situavam-se na inadequação das estruturas coloniais existentes. A utilização da mão de obra escrava impedia a ampliação dos mercados, assim como o sistema exclusivista suscitava a fragmentação dos mesmos, numa altura em que o crescimento rápido da produção implicava a necessidade correlativa do seu escoamento.

Considera-se que a luta para preservar a colônia teve o efeito inverso do pacto colonial e ocorreu que a metrópole, pelo menos temporariamente, ficou na dependência da colônia. Há a incógnita se foi 1822 o marco mais significativo do percurso, ou não, igualmente os anos de 1816 e 1815, ou mesmo 1808, conforme Prado Junior (1981). Na opinião de Maxwell (*cit. in* Mattoso, 1998, p. 246), a data de 1808 representa “uma verdadeira linha divisória, tanto na história de Portugal como na do Brasil”. Para Mattoso (1998, p. 246), na realidade:

O que se verifica é que as medidas reformistas tomadas a partir daí no sentido de preservar a colônia e o sistema terão provocado a “inversão” do pacto colonial, colocando a metrópole, pelo menos temporariamente, na dependência da colônia. Esta, por seu turno, acabaria por tirar assinaláveis benefícios da actuação do Estado português, agora instalado no seu próprio território.

(...)

O grito da independência, que ecoa em 1822 como declaração formal da emancipação do Brasil, é, deste modo, o ponto culminante de um processo iniciado em 1808, a que não é alheia a pressão da Inglaterra, que pretendia exercer na América do Sul um domínio económico pleno e livre de obstáculos.

Mattoso argumenta, portanto, a veracidade do ano desse marco significativo no percurso da história do Brasil.

1.2.2 O Brasil colônia (1500-1822) e as consequências

Aprende-se, desde os primeiros anos escolares, que o Brasil foi descoberto em 1500 pelo navegador e explorador português Pedro Álvares Cabral. Segundo Fausto

(2008), essa proposição forma um dos acontecimentos relacionados ao alargamento da navegação dos mares pelos portugueses no início do século XV. Premissa que gera uma série de questões a serem levantadas, dada aos vários fatores como a autonomia do país, experiência acumulada no comércio de longas datas, além de seu envolvimento com o mundo islâmico do Mediterrâneo.

No entanto, Fausto (2008) sinaliza que existem outros pontos da história política portuguesa que justificam o pioneirismo português com a expansão pelos mares e o alcance em terras brasileiras. O fato é que, mesmo diante da crise geral do ocidente da Europa, do qual Portugal não se libertou, enfrentou condições políticas mais favoráveis do que as de outros reinos.

Durante todo o século XV, Portugal foi um reino unificado e menos sujeito a convulsões e disputas, contrastando nesse sentido com a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália, todas envolvidas em guerras e complicações dinásticas (Fausto, 2008, p. 10).

Estabeleceu-se a Monarquia portuguesa através de uma história que teve seus pontos mais importantes na revolução de 1383-1385, que surgiu de uma disputa em torno da sucessão ao trono português. O autor ainda lembra que, no início do século XV, a expansão correspondia aos ensejos das classes, grupos sociais e instituições que formavam a sociedade portuguesa. Uma vez que havia convergência de interesse de quase todas as classes, a expansão converteu-se numa espécie de grande projeto nacional, ao qual todos ou a maioria aderiram e que perdurou por séculos (Fausto, 2008).

Segundo Fausto (2008, p. 11) “os impulsos para a aventura marítima não eram apenas comerciais”. A considerar a existência de continentes há quinhentos anos inexplorados e quase nada conhecidos, ademais, oceanos inteiramente inacessíveis, fato que instigava o imaginário dos europeus a vislumbrar impérios extraordinários. Dentre tantos motivos, atribui-se aos desejos somados a aventura pelo mar, uma vez que os traçados mundanos tornaram-se mais e mais familiares, bem como as práticas de colonização.

Esse autor aponta dois ítems que merecem ser observados no ato de uma investigação, em tese a ampliação do além-mar pelos portugueses. Por um lado, simbolizou um significativo avanço nas técnicas de navegação. Por outro, gerou uma gradativa transformação na mentalidade, percebida em humanistas portugueses.

Desse jeito, pode-se entender que, a partir do século XIX, se questiona a vinda dos portugueses em terras brasileiras, se foi acidental, no caso como consequência das correntes marítimas, ou se já havia referência precedente do Novo Mundo. Prognósticos que não eliminam a presença da navegação europeia, especificamente portuguesa, em costa brasileira previamente ao ano de 1500 (Fausto, 2010).

Conforme perspectiva de Fausto (2008), não é possível se posicionar na tendência de qualquer uma dessas narrativas, com fundamento em duas razões principais: num primeiro momento, porque elas apresentam-se como um modelo imposto a espaços e momentos históricos diversos. Depois, porque ao polarizar radicalmente Estado e sociedade, inclina-se a eliminar a possibilidade de entrelaçamento dos dois níveis. No que respeita à economia colonial, no contexto do mercado interno, esse autor, assente na literatura de Caio Prado Júnior, considera que uma grande proporção dos historiadores atribuiu ao sentido mais profundo da colonização, os objetivos da metrópole portuguesa. A intenção era tornar o Brasil uma colônia de exploração, no sentido de que tal objetivo tinha como intuito organizar a economia colonial, de maneira que asseguraria o lucro e acumularia capitais na metrópole. Tudo isso promoveria a produção em grande escala com destino à exportação.

Holanda (2009) insinua que a revolução no Brasil não é algo pontual, e sim um processo demorado, que vem procedendo-se há cerca de três quartos de séculos. Enquanto associa os fatos históricos aos acidentes de percursos geográficos, assim discorre:

Se (...) se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. “Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas” (Holanda, 2009, p. 197).

Esse autor destaca a abolição da escravatura como um dos principais marcos da história do Brasil, no qual teria vencido um dos empecilhos que o impediam ao progresso. Pode-se entender que esse fato foi um ponto crucial da história da revolução do nosso país, uma vez que dava fim ao que impedia sua evolução, resultante do processo moroso com que se dava seu desenvolvimento.

Holanda (2009) deduz que, se o modelo da cultura no Brasil ainda permanece largamente ibérico e lusitano, deve-se conceder esse fato acima principalmente às insuficiências do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de intensificação de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. Ao referir-se à evolução rural para urbana como consequência da abolição, supõe que “os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores, não tinham como intervir nas novas instituições” Holanda (2009, p. 131).

Nesse sentido, a República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode interpretar, ignorou-os solenemente. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições. Esses asseguravam ao conjunto nacional certa harmonia, que nunca mais foi restaurada. Essa situação não é mais efeito do regime monárquico, mas da estrutura em que esse se assentava e que desapareceu para sempre.

O crítico da situação está justamente em que o quadro formado pela Monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O Estado brasileiro preserva, como relíquias respeitáveis, algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que o sustentava: uma periferia, sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte do aparelhamento de Estado, é uma das consequências de tal situação (Holanda, 2009).

A imagem do país, que existe como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros, não pôde até hoje desligar-se muito do espírito do Brasil imperial. A concepção de Estado, figurada nesse ideal, não é somente válida para a vida interna da nacionalidade. Sendo que ainda não é possível conceber, em sentido muito diverso, uma projeção maior do Brasil na mídia internacional. Ostensivamente, ou não, a ideia de preferência, que se forma para o prestígio do Brasil no estrangeiro, é a de um gigante cheio de bondade, superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o segundo reinado antecipou tal ideia o máximo que pôde (Holanda, 2009). Argumenta Holanda (1978, p. 132), como forma de fazer-se entender a perspectiva do povo brasileiro:

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de termos a abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, então nos envaidecemos da ótima companhia.

Ainda nesse cenário, Holanda (1978, p. 132) pontua que “o desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores”. Segundo esse autor, há cerca de vinte anos, um publicista ilustre fixou o paradoxo de tal situação:

A separação da política e da vida social atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições.

Conforme Holanda (1978), mediante essa semelhante conjuntura, só foi possível aos inovadores brasileiros alcançarem até então dois caminhos, ambos na mesma medida superficiais e enganadores.

Holanda (1978, p. 133) sugere, em sua análise, que:

Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parecem constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não se conhece outro recurso.

Escapa-se esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Escrevendo há sessenta anos, com intuição verdadeiramente divinatória, um naturalista norte-americano pôde anunciar, em forma de aspiração, o que não está longe, talvez, de constituir realidade. As palavras de Herbert Smith (*cit. in* Holanda, 1978, s.p.) representam, não obstante, um convite, mais do que um mero devaneio, e merecem, por isso, serem meditadas.

“De uma revolução” – dizia – “é talvez o que precisa a América do Sul. Não de uma revolução horizontal, simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas. O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes”.

Na perspectiva de Holanda (1978, p. 138), “apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos”. Possibilitaria agravarem-se os pontos de convergência e de disposição entre tais ideais e justos fenômenos, originados das conjunturas de construção de uma nação.

Ademais, as ideias revolucionárias francesas encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural se combina, singularmente, com o já assinalado “cordialismo” do povo brasileiro. A tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos há de parecer, ao contrário, extremamente antipática e incômoda. E é aqui que o “homem cordial” encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal, afirma Holanda (1978).

Num esforço reflexivo, Ribeiro Júnior (1984) busca esclarecer, à luz da história contemporânea, faz-se compreender que a América Latina, em especial o Brasil, vive atualmente momentos decisivos da sua evolução histórica. Para o autor, esse território carece de uma conscientização dos países que a compõem, bem como uma tomada de posição pública. Argumenta que a “retrospectiva histórica é necessária na medida em que traz à tona problemas de profundas raízes, incompreensíveis sem a busca de suas origens” Ribeiro Júnior (1984, p. 491).

Para Campello de Souza (1984, p. 162), sobre o processo político-partidário na Primeira República: “A autonomia das províncias é para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira”.

A Constituição Brasileira de 1891 impôs a forma federativa de governo e a importância dos Estados para a recém-inaugurada ordem política. A imagem do Estado, a sua importância e seu controle político, foram os principais temas de congressistas e juristas responsáveis pela elaboração da Carta Constitucional. Instituída a forma federativa de governo, os anos que vão da Proclamação da República aos princípios do quadriênio Campos Sales (1889-1900) definem-se, no nível político, pela luta em torno da formação das estruturas de dominação nos Estados (Ribeiro Júnior, 1984).

1.2.3 O fim do período colonial

Com a Independência do Brasil, no que diz respeito à conservação da Monarquia, da unidade territorial e a vinda da Corte, pode-se afirmar que terminou o período colonial brasileiro e inaugurou-se a fase independente. De fato, o Brasil transformou-se no centro do Império português.

Proclamada a Independência em 1822, D. Pedro foi aclamado Imperador do Brasil. Segundo Ribeiro Júnior (1984, p. 151), “Proclamou-se a Independência, mas o regime monárquico transplantado da Europa continuou no Brasil”. Assim declara:

No momento da Independência não se pôs o problema de forma política (...) Mesmo os elementos mais radicais concentravam-se mais na ideia do federalismo do que propriamente na República com todas as suas implicações democráticas (...) esperava-se muito da emancipação da prometida constituição (D. Pedro I). A primeira fase da independência do Brasil teve como objetivo principal afastar as tentativas de recolonização.

Percebe-se, portanto, que a instalação da Monarquia no Brasil recém-emancipado não se deve exclusivamente ao respeito pela pessoa de D. Pedro, transpassa uma série de fatores agravantes. “*O Brasil superou nessa época uma das maiores ameaças de desintegração política de sua História*”, grifo do autor (Ribeiro Júnior, 1984, p. 496). Pode-se concluir, portanto, que foram muitos os desafios enfrentados pelo Brasil para chegar ao patamar de República, somados a fatores de origem interna e externa, pressões não faltaram para destabilizá-lo no regime monárquico e pressão ao esfacelamento nacional.

1.2.4 O Brasil: de colônia a nação

Conforme Mattoso (1998), o fim do regime colonial, verificado, “de facto”, em 1808, acabara por ser legalizado em 1815, com a publicação da carta de lei que criou o “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”. A partir de então, o Brasil ficava na mesma posição de Portugal. Porém, os traços de ruptura entre os denominados “filhos da terra” e os imigrantes portugueses aprofundavam-se mais e mais. Assim descreve a posição dos portugueses após essa transformação:

Os homens idos de Portugal ou constituíam a alta administração, que em geral se mostrava desejosa de regressar à Europa, ou formavam os corpos de funcionários públicos e de militares, que cumpriam cargos em regime transitório e itinerante, ou eram “aventureiros” que tentavam amealhar grandes fortunas, dedicando-se geralmente ao comércio (Mattoso, 1998, p. 249).

Quanto aos brasileiros “filhos da terra”, por seu turno, conforme Henry Koster, no livro *Viagens ao Nordeste do Brasil* (cit. in Mattoso, 1998, p. 249):

Tratava-se na maioria dos casos, de grandes senhores dentro dos seus territórios, descendendo alguns deles dos primeiros capitães donatários. Viviam quase como “feudais”, rodeados de grande número de parentes e dependentes, incluindo os moradores “de favor” e os escravos, por assim dizer; a camada social dominante, desejosa de manter o seu status, detentora de grandes latifúndios, que obtinha por herança ou por doação, por sesmaria ou por compra.

Conforme Mattoso (1998), vários movimentos precursores da Independência do Brasil eclodiram, mesmo que sem desenlace, tendo como fator o conflito entre as agregações, a falta de assistência vinda de fora e da milícia. Entretanto, generalizara-se em Portugal o sentimento de que o país ficara sob domínio de um estatuto colonial, desde a instalação do Governo do Brasil. Ao mesmo tempo, a crise econômica desencadeada pela perda de privilégios se acentuava. A ausência da corte e dos órgãos centrais do Poder provocava, por sua vez, a desagregação do Estado, agravando-se a crise política com a presença de oficiais ingleses nos postos de chefia do Exército.

Dessa maneira, compreende-se que o desejo de independência diante do regime de império já arraigado no Brasil, encontrava-se no centro da revolução de 1820. Nesse contexto, as diretrizes das Cortes comprovam que, em verdade, os interesses portugueses não eram os mesmos do Brasil. Para além disso, está provado que a tendência da conjuntura portuguesa se afastara completamente da brasileira, a partir da abertura dos portos. A queda espetacular dos preços, então verificada, acelerou a crise em Portugal, ao mesmo tempo em que no Brasil a conjuntura seguia em ascensão até o ano de 1824 (Mattoso, 1998).

Muitas medidas foram adotadas a D. João VI no sentido de regressar a Lisboa, como a restrição dos poderes do seu filho D. Pedro e a proposta que pretendia recuperar o antigo monopólio, em benefício de Portugal. Tais medidas não foram simpáticas aos brasileiros, que perceberam como um claro desejo de volta aos tempos de colônia. D. Pedro decide não regressar a Lisboa, não acatando às ordens recebidas das Cortes, aceitando o título que lhe foi atribuído pelo Conselho Municipal do Rio de Janeiro, no início de 1822, o de Defensor Perpétuo do Brasil.

Ao mesmo tempo em que se concluía a elaboração da primeira Constituição em Portugal, às margens do rio Ipiranga, D. Pedro gritava a Independência do Brasil. Com esse grito, dava-se por fim o período imperial. Dado a esse ato, as reações ocorreram de imediato em Portugal, e estão bem nítidas na imprensa à época, deixando-se perceber com clareza, como consequência, o clima de constrangimento e perturbação gerado pelo acontecimento. E, em contrapartida, as confusões anteriores a esse ato (Mattoso, 1998).

Para Mattoso (1998), alguns acreditavam ser pouco provável a existência de Portugal sem domínio sobre o Brasil, manifestando por conta, a possibilidade da união ibérica como fator de resolução suscetível à situação de Portugal. Sendo assim, no ano de 1822, a figura do soberano presente em Lisboa fizera fortalecer a tese da capacidade do país superar a crise brasileira. Mattoso faz-nos entender que, aqueles que acreditavam que, o motivo de Portugal perder o domínio sobre o Brasil não queria dizer que fosse o fim da nação, apostavam no reencontro de Portugal através de seus próprios recursos, enquanto que sinalizavam para os resultados adversos das expedições por mar, assim como dos empreendimentos ultramarinos, recorrendo desde então à desistência de novos projetos voltados ao sistema colonial. Assim relata Alexandre Valentim (1993, p. 659):

No entanto, a ideia anticolonial da imprensa liberal portuguesa tem, face ao agudizar da crise brasileira, uma de duas atitudes: ou defende posições de força pretendendo que se obrigue o Brasil (ou pelo menos parte dele) a submeter-se, ou propõe como projecto alternativo o desenvolvimento das possessões africanas.

Posicionamentos foram manifestados pelos representantes do Estado, a respeito dessa narrativa, como o de Mouzinho da Silveira que, em 1823, intervém de imediato a aclamação da Independência do Brasil, fixa regras de sucessão e elabora um acordo de paz e de comércio de forma que beneficiasse os dois lados. Enfim o novo império é reconhecido por Portugal em 1825 (Mattoso, 1998).

O acordo tratado autorizava a estadia dos mercadores portugueses, que possibilitava o crescimento de seus negócios e o envio de ouro e moeda estrangeira para Portugal, igualmente após a abolição do tráfico de escravos no Brasil no ano de 1850. O processo emigratório seguia como rota o Brasil, que favorecia melhores condições de vida e acarretava em perspectivas de posses, enquanto que a quantidade das divisas enviadas serviam de estímulo à economia de Portugal. Fatores esses que balanceavam o déficit comercial (Mattoso, 1998).

Na perspectiva de Mattoso (1998), mesmo diante da ruptura causada no comércio externo português com o desmembramento do Império, é perceptível que, por quase todo o século XIX, o Brasil seguiu com a importação de produtos agrícolas e outras matérias-primas tropicais utilizadas pela indústria portuguesa. Mesmo assim, a soma das exportações e das importações continuava reduzida até meados do século XIX. Quando começa uma razoável recuperação.

De acordo com Mattoso (1998), o comércio luso-brasileiro sofreu também com a transferência da corte para o Brasil no final de 1807, ao avizinhar-se a primeira invasão francesa. As modificações que se procederam nos diversos campos levaram o historiador brasileiro Caio Prado Júnior a afirmar: “A era colonial termina propriamente para o Brasil em 1808, embora a separação oficial date de 14 anos depois” (Prado Júnior, 1945, p. 109, *cit. in* Mattoso, 1998, p. 270).

Marques (1977) entende que a vida interna do Brasil ganhara lentamente mais independência e dignidade. No momento em que cada capitania tomara consciência, conforme seu próprio progresso, de que não dependia totalmente da colônia como um todo. Era prova do crescimento do Brasil nos setores produtivos.

Ainda conforme Marques, nos fins do século XVII e durante o século XVIII, o Brasil expandira tanto e a migração dos portugueses para o interior tivera tamanho alcance, que os acordos realizados entre Portugal e a Espanha no tratado de Tordesilhas (1494) tornaram-se obsoletos. A situação exigia uma redefinição das fronteiras, conforme a realidade se mostrara.

Sabe-se que a prosperidade do Brasil, alinhada a uma efetiva gestão administrativa, serviu de pilar para tranquilizar os ânimos voltados aos interesses políticos à época. Ainda que, sujeitos a qualquer instante, sofrerem influências de novas ideologias políticas.

Portugal se encontrava em meio a uma Junta Provisional no período da Monarquia constitucional (1820-1910) que investiu-se do poder, seguida a revolução que assentiu a atuação de cortes constituintes, que contemplavam as vertentes de burguesia mercantil e agrária. Tal ação gerou duas tendências contrárias: numa ponta, a luta pela definição de um regime constitucional absoluto; na outra, a tentativa de induzir, novamente, o esteio colonial ao Brasil e de agregar valor ao comércio dos

produtos das terras, sem pensar no bem estar dos homens do campo. Tal decisão poria essas comunidades à margem da revolução (Saraiva, 1981).

Conforme Saraiva (1981), no ano de 1821, no embarque de D. João VI do Rio para Portugal, o movimento separatista tinha o domínio de todos os meios intelectuais e econômicos do Brasil e a marcha para a independência era um movimento que não tinha volta, e que, por unanimidade as correntes políticas tencionavam à Independência, mas as camadas formadas por portugueses, ou seus descendentes, queriam harmonia entre os dois reinos. Outros setores clamavam por uma independência sem qualquer vínculo com a antiga metrópole.

Na perspectiva de Saraiva (1981), o Brasil teria proclamado a Independência nos anos seguintes à saída da corte, sem relação com a evolução política portuguesa. A procedência imediata da separação atribuiu-se ao conflito entre D. Pedro e as Constituintes. D. João VI informou às cortes que confiara ao príncipe herdeiro a regência do Brasil, logo ao desembarcar em Lisboa. Os deputados não identificaram ao rei poder para designar regentes e deliberaram o retorno de D. Pedro a Portugal. Muitas medidas surgiram para pôr fim à insistente resistência que a autoridade maior portuguesa estava a enfrentar no Brasil.

A declaração da Independência suscitou a declaração da guerra. Esse clima manteve-se até 1825, entre alguns combates, sem ocorrência das forças militares e sob domínio das tropas portuguesas. Porém, nesse percurso, houve muito ataque às relações comerciais e o antiportuguesismo ficou marcado nos primórdios da Independência do Brasil. Ou seja, geraria um sentimento obstinado, que levaria um bom tempo para se eliminar. Eis como o historiador Saraiva (1981, p. 303) caracteriza a evolução da economia portuguesa no século XIX:

É tão acidentada como a evolução política, tendo em vista os seguintes períodos: 1.º fase de continuação dos níveis positivos resultantes do dirigismo pombalismo, que se mantém entre a França e a Inglaterra; 2.º fase de grande depressão, que corresponde ao período da separação económica do Brasil, invasões francesas, domínio comercial inglês, confrontação e guerra civil entre absolutismo e liberalismo, agitação política nos anos que se seguiram ao triunfo liberal.

No entanto, em se tratando das transformações agrárias, tidas como agravantes para os que não se tornaram proprietários, no que se refere à contribuição ao processo de emigração para o Brasil, conforme Saraiva (1981, p. 314), Herculano escreveu que:

“nunca o Brasil foi tão lucrativo como quando deixou de ser colônia”. Já Oliveira Martins (*cit. in* Saraiva, 1981, p. 314) sugere que “os trabalhadores emigrados remetiam para o País tanto como o total que os proprietários pagavam ao Estado através da contribuição predial”. De acordo com Maria Manuela Lucas (*cit. in* Mattoso, 1998, p. 245), o “terceiro império português”, no decorrer do século XIX, se foi sustentando sobre as ruínas dos anteriores.

Mattoso (1998) explica que nos séculos XV e XVI erguera-se o império comercial do Oriente, o que favoreceu a Portugal, em curto período, o domínio das rotas que então cruzavam o Atlântico e o Índico, prolongando-se pelo extremo Oriente até aos mares da China e do Japão. No entanto, a seguir com outras correntes a circular no comércio, geradas pela concorrência europeia, tornara perceptível, desde meados do século XVI, a crise que viria a atribular de forma irreversível o intitulado “primeiro império português”. A mudança na estrutura que lhe pôs fim seria uma abertura ao movimento do centro de gravidade do Índico para o Atlântico, firmando as estruturas do “segundo império”, com o emprego dos recursos e na colonização regularizada do Brasil (Mattoso, 1998).

De acordo com Lucas (*cit. in* Mattoso, 1998), a Portugal cabiam ainda outros territórios desde o período das descobertas, preservados por séculos em forma de relíquias pelas costas africanas e asiáticas. A África era, então, percebida como um continente habitável e a finalidade portuguesa de construir ali um “novo Brasil” ganhava forma ainda no primeiro quarto do século XIX. Isso acontecia paralelo ao processo de desagregação do império luso-brasileiro. Por toda a segunda metade do século XIX e até a realização da “ocupação efetiva” dos territórios africanos, Portugal, por meio de um exército militar e diplomático, impulsionaria as estruturas do seu novo e último império. Momento em que a África tornava-se foco de um amplo movimento colonial, criado pelas nações europeias resultantes da Revolução Industrial.

A invasão francesa em Portugal provocou a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil e a fixação da administração do Reino de Portugal na então colônia. Desde então, o Rio de Janeiro tornou-se a sede de todo o Império lusitano. Deu-se início ao processo de emancipação da colônia em 28 de janeiro de 1808, com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas pelo Príncipe Regente D. João (Fernandes et al.,

2001). O fato da vinda da Família Real resultou, ainda, no Tratado de 1810, assim caracterizado:

A Inglaterra somente concordou em transferir a Família Real e os principais órgãos administrativos do Reino de Portugal para o Brasil em troca da concessão de vantagens comerciais, a serem ratificadas com a assinatura, em 1810, do Tratado de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação. Esse tratado trouxe aos ingleses grandes vantagens comerciais, maiores que as de que desfrutavam os próprios portugueses. Pagariam as mercadorias britânicas imposto de importação de apenas 15%, enquanto produtos portugueses pagariam 16%. Foi o fim do monopólio português no Brasil (Fernandes et al., 2001, p. 16).

Em realidade, com a perda do monopólio do comércio brasileiro era do mesmo modo grave, uma vez que Lisboa perdera a referência de porto intermediário entre os produtos brasileiros e os mercados europeus. Sendo assim, com a abertura dos portos por D. João em 1808, acaba o Pacto Colonial. Para Portugal, estabelecia-se a recolonização do Brasil, o retorno à situação antes de 1808 (Fernandes et al., 2001). Com isso, pode-se verificar que a abertura dos portos foi seguramente o grande marco da Independência do Brasil, visto que para o Brasil facilitou o processo de colonização; em contraponto, para Portugal, simbolizou redução do comércio e infortúnios financeiros, na iminência de apelarem à recolonização do Brasil.

O fato é que, na iminente data de 7 de setembro de 1822, chega até D. Pedro, missão das Cortes para que voltasse a Portugal; se não cumprida a ordem, novas tropas seriam encaminhadas contra o Brasil. Diante disso, o Príncipe Regente proclamou a separação de Brasil e Portugal, dando início à soberania brasileira. São várias as considerações iniciais sobre a Guerra da Independência. Segundo Fernandes (2001), a Proclamação da Independência, que significava um desejo natural dos brasileiros, suscitou, na população nativa de Portugal e no seu quadro permanente de militares, reações contrárias ao processo de independência, que geraram graves conflitos (Fernandes et al., 2001).

De acordo com o pensamento de Fernandes et al. (2001), entende-se que o poder de soberania do Brasil desencadeou um clima de guerra, visto que, enquanto significava um desejo comum dos brasileiros, gerando um sentimento de conquista, para alguns portugueses a reação foi contrária. No momento que, insatisfeitos, geraram diversos conflitos em algumas províncias brasileiras (1822/1823). Fato esse que complicou a relação entre os povos luso-brasileiros.

Muitas lutas sucederam-se mediante o cenário de guerra que se formou em reação à Independência do Brasil, conforme exemplo relatado a seguir:

O Brigadeiro Madeira de Melo, comandante das tropas portuguesas da Bahia, após a Proclamação da Independência, mostrou-se contrário à nova ordem. O Imperador determinara a retirada das tropas portuguesas – sediadas na Bahia – que ocupavam o território brasileiro. Mas, no início de 1823, a determinação imperial não tinha sido cumprida. Diante de fato tão grave, D. Pedro I determinou que forças militares – sob o comando do Almirante Cochrane e do Brigadeiro francês Pedro Labatut – expulsassem as tropas portuguesas rebeldes. Após a vitória das tropas do Imperador na batalha de Pirajá, em 2 de julho de 1823, as forças portuguesas se retiraram do Brasil (Fernandes et al., 2001, p. 19).

Sabe-se também que, no ano de 1823, nos estados do Maranhão, Piauí e Pará, ocorreram fortes manifestações contrárias à Proclamação da República. A seguir, formou-se um confronto na Província Cisplatina, antiga Colônia do Sacramento, entre a América Espanhola e a América Portuguesa, desde o século XVII. Diante desse fato:

Logo após sua chegada ao Brasil, em 1808, D. João determinou a ocupação da antiga Colônia do Sacramento, em represália à invasão napoleônica ocorrida na Península Ibérica. Após a Independência do Brasil, esta passou a se chamar Província Cisplatina. Por ocasião da Independência, as autoridades portuguesas se dividiram quanto à nova ordem instituída; o Brigadeiro Carlos Frederico Lecór optou pela Independência, e D. Álvaro Macedo não a acatou. O confronto foi inevitável: e D. Álvaro Macedo, uma vez derrotado, retirou-se em 1823, para Portugal (Fernandes et al., 2001, p. 20).

Após D. João VI retornar a Portugal, mudanças profundas ocorreram na situação política, que resultaram com a Independência. O fato é que, a seguir o Dia do Fico, o Príncipe D. Pedro providenciou a instalação de uma Assembleia Constituinte. Com o reduzido espaço de tempo com que se deram as mudanças políticas, não houve tempo suficiente para a formação de partidos; surgiram, portanto, duas vertentes – a do “Partido Brasileiro”, que reunia dois grupos distintos, unidos temporariamente em torno da pessoa do Imperador, com o objetivo de assegurar a Independência, e o “Partido Português”, contrário à Independência; porém, com o adiantamento dos fatos, esse optou por unir-se a D. Pedro I e aos aristocráticos do “Partido Brasileiro”. Intencionava-se contrário aos liberais radicais, na crença de que o Imperador do Brasil algum dia viesse a assumir o trono português, provendo a união dos dois países (Fernandes et al., 2001).

Aconteceram muitos desentendimentos com o derrotado grupo liberal radical. Medidas de demissão e nomeação ocorreram pelo Imperador, que geraram outros problemas, como fatos relacionados à volta do absolutismo a Portugal. Ademais, muitas

justificativas para conflitos, como a mútua desconfiança que havia entre D. Pedro I e a Assembleia Constituinte. Diante de tantas crises, o Imperador resolve dissolver a Constituinte, no dia 12 de novembro de 1823. A partir de então, não mais haveria acordo entre D. Pedro I e o “Partido Brasileiro”, até a Abdicação, em 1831 (Fernandes et al., 2001).

Diante da anulação da Constituinte, D. Pedro I criou o Conselho de Estado e fez uso do anteprojeto de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para elaborar nova Carta, outorgada pelo Imperador e jurada a 25 de março de 1824. Mesmo diante da soberania do “Partido Português”, iniciava-se com um asserto da Independência. Além de prever uma possível reforma em leis subsequentes, sem alteração constitucional. Para essa Carta, o Brasil era um Império unitário, representativo, formado por províncias ao invés de capitanias coloniais, com seus respectivos municípios (Fernandes et al., 2001).

A Constituição, ao invés de ser promulgada, foi outorgada. Diante disso, conclui Costa (2019) que muito faltava ser feito para a concretização da formação de uma nação.

Considere-se que, até então, tudo corria bem. Mas a dissolução da Constituinte causou vários acontecimentos relevantes para a história do Brasil, antecidos pelo ato da Independência e aclamação de D. Pedro I em 7 de setembro de 1822 que, para Costa (2019), viria a causar ruptura no país, e assim descreve tal polarização:

De um lado, comerciantes portugueses que apoiaram incondicionalmente o imperador, e, de outro lado, brasileiros que se sentiram traídos. Explode na província de Pernambuco a Confederação do Equador. O país independente será, em vários aspectos, apenas um prolongamento do Brasil colonial (Costa, 2019, p. 69).

Contra o golpismo e o absolutismo do Imperador, explode a Confederação do Equador, dentre outros movimentos de resistência ao governo e contra as medidas adotadas pelo então Imperador D. Pedro I, a citar o fechamento do Congresso e a interrupção da Constituição, atos causadores de muitos protestos e massacres, porém, sem conquista de êxito.

Com a morte de D. João VI em Portugal no ano de 1826, gera-se uma situação constrangedora para D. Pedro I, por tratar-se do herdeiro do trono português. Portugal exigia que D. Pedro I assumisse o trono; o Brasil, uma solução imediata. Em 1831, os fatos se precipitam. Retornando de uma série de viagens pelas províncias, onde havia

sondado o espírito de dissidência, o imperador é recebido no Rio de Janeiro sob aplausos e vaias. A polarização dos espíritos causou inexoravelmente o conflito que ficou conhecido como “Noite das Garrafadas” (Costa, 2019).

Para Costa (2019, p. 71), “se o 7 de setembro de 1822 marca a independência do Brasil, o 7 de abril de 1831 marca uma renovação (ou refundação) do processo independentista”. Dia em que D. Pedro I abdica do trono e vai para Portugal no intuito de resolver questões relacionadas ao fato, enquanto nomeia, como seu sucessor, seu filho D. Pedro II, com apenas cinco anos, na condição da espera de que estivesse apto para governar. Enquanto isso, o país ficaria dirigido por uma regência.

1.3 Comparativo das narrativas e imagens

Nesse item, buscou-se fazer um comparativo entre as narrativas e imagens de historiadores brasileiros e portugueses. O intuito foi identificar o que há de comum e também se há divergências entre os pensamentos dos historiadores da época, no que diz respeito ao processo de Independência do Brasil.

1.3.1 As narrativas e imagens dos historiadores brasileiros

Na narrativa de Fernandes et al. (2001), a conjuntura de nação soberana, declarada pelo Brasil pós-independência, estabeleceu ao Império a necessidade de promover uma ação diplomática efetiva, contanto que firmasse sua autonomia. Sendo assim, o Brasil encontrou-se diante de um enfrentamento de muitos desafios, ademais, o fato de que não havia tempo suficiente à formação de um corpo diplomático. A situação

econômica internacional não estava nos melhores momentos e ainda era grande o ônus gerado pela guerra da Independência.

Narram Fernandes et al. (2001) que, no início de governo de D. Pedro, D. João VI intencionou conservar o Brasil dependente de Portugal, no grau de Reino Unido, que em realidade simbolizava a interrupção do processo de independência. O fato é que, após a Independência ser proclamada, D. Pedro I avizinhou-se da Inglaterra, que reconhecia como simpatizante da emancipação política dos países sul-americanos. O interesse girava em torno do Império ser visto pelos ingleses como grande comprador de produtos manufaturados e exportador de matérias-primas. No mais, as permutas comerciais entre as duas nações seriam mais vantajosas, sem a mediação de Portugal.

A Inglaterra acatou o desejo de D. Pedro I, na intervenção conciliadora junto a Portugal, em questões que rodeavam o reconhecimento da Independência. A Coroa britânica, por seu turno, opôs-se à ideia de recolonização do Brasil, defendida pelas Cortes de Lisboa. Em contrapartida, o Império constituído pelo “Partido Português” outorgou a D. João VI a categoria honorífica de Imperador do Brasil, assim como autorizou o pagamento de uma indenização em recompensa aos bens e propriedades que ficaram no Brasil (Fernandes et al., 2001).

Pode-se considerar que a extensão do período colonial por três séculos desenhou-se na construção de nossa pátria. A seguir, com a mudança da Família Real e da administração pública para o Brasil, iniciou-se o processo de emancipação, irrevogável com a proclamação da República.

Para uma melhor contextualização da imagem do Brasil após a Independência, identificou-se a necessidade de entender o processo de ruptura entre os países lusófonos, conforme aspectos da historiografia brasileira. Considerou-se a complexidade com que ocorreu e conforme contribuições surgidas nas últimas décadas, para se identificar se houve evolução do processo histórico no século XIX e início do século XX, conforme foco desta pesquisa.

Pimenta (2009) lembra que a legalização do rompimento entre algumas províncias americanas e Portugal decretada em 1822 não assegurou, de imediato, que todas as então províncias que formavam o Reino do Brasil adotassem o novo projeto. Nesse sentido, afere o autor, a formação de um Estado nacional brasileiro – sob o

desenho de um “Império do Brasil” (grifo do autor) teria que vencer conflitos e discórdias entre províncias e internamente. Dessa forma, pode-se entender que a gestão de D. Pedro I (1822-1831) sucedeu-se sob um período instável de solidificação do novo contexto.

Concorda-se com Pimenta (2009) no sentido de que os esforços para essa vitória passaram pela disseminação popular de justificativas que a legitimaram, dentre as quais a alegação de que o Brasil fazia parte do cenário mundial das nações “livres” e “civilizadas”, por bons gestores da história. Ademais, no sentido de que a Independência do Brasil foi considerada um ato revolucionário para reconhecer e manifestar a interrupção da ligação entre Brasil e Portugal.

Na perspectiva de Pimenta (2009), o conceito de “revolução” era bastante significativo e presente no extenso cenário da independência. Especificamente, a revolução de Independência do Brasil fora pacífica e sem excessos. Ao contrário, seria impossível manter a imagem incoerente da inclusão do Império no panorama americano: uma identificação com as nações independentes, apta a servir de estímulo à separação de Portugal. Bem como, manter uma supremacia desenhada na suposta necessária diferença do Brasil, referente a essas. Esse seria um dos elementos da identidade nacional brasileira, uma vez em que resultava de uma experiência política, que sinalizava uma divisão rumo ao futuro, ademais, uma ruptura relacionada ao passado dos dois países em questão.

Sob uma perspectiva afirmativa de Pimenta (2009), o termo “revolução” no contexto da Independência do Brasil, foi resgatado por meio do magnífico amadurecimento dos intelectuais brasileiros dos anos 1930. Para Prado Júnior (*cit. in* Pimenta, 2009, p. 62-63), a Independência é percebida como um ato extremamente avançado, muito embora recorrente ao termo “emancipação”. Do ponto de vista da luta de classes marxista, teria interesses antagônicos entre os portugueses e brasileiros, desdobrando-se em torno do ano de 1850.

Tempo esse que, os brasileiros teriam se firmado, com o desprezo partilhado pelas classes dominantes das forças populares, ameaçadoras da ordem e da estabilidade interna durante o Período Regencial. Nesse sentido, a Independência seria, então, no seu

conjunto, considerada uma revolução conservadora (Prado Jr, 1933, cap. III, *cit. in* Pimenta, 2009, p. 63).

A obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior, direcionada à colonização portuguesa da América – cuja análise possibilitaria, segundo o próprio autor, uma devida compreensão das razões do presente atraso brasileiro –, o caráter da Independência não é explicitado. Porém, sua visão acentuadamente negativa das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais engendradas pelos portugueses na América, implica um distanciamento em relação àquelas anteriormente mencionadas. Agora a herança cultural legada ao Brasil é nefasta, desagregadora, um empecilho ao pleno desenvolvimento nacional e que, não removido no processo de independência, deveria sê-lo em algum momento do futuro (Prado Junior, 1947, *cit. in* Pimenta, 2009, p. 63).

Na perspectiva de um olhar crítico recorrente ao processo da Independência, contrária ao regime, destaca-se a obra de José Honório Rodrigues: *Independência – revolução e contra-revolução* (1975), que retrata de forma aprofundada a quebra política entre Brasil e Portugal. Nessa obra, a Independência é interpretada como uma revolução, mas, dessa vez, carregada de diferentes análises: uma revolução extremamente conotativa tanto nacionalista quanto popular, uma autêntica luta de liberdade nacional, sem aspectos conservadores, que poria o então poder dominador em segundo patamar.

Pautada pela ideia de Holanda (1962), na premissa de que a Independência em si representaria um episódio de pouco significado mediante um processo mais complexo que seria a desintegração que herdara do colonialismo, presente até meados de 1848. Ainda que, com o foco da tese na evolução do Brasil pós-Independência, com ênfase na análise histórico-cultural, destacaram-se algumas produções de historiadores brasileiros sobre a Independência. Uma vez que se trata do processo da Independência e envolve questões políticas, não há como fugir do então contexto mundial, especificamente do país colonizador: Portugal.

1.3.2 As narrativas e imagens dos historiadores portugueses

Pesquisou-se a categoria império luso-brasileiro, em busca de entendimento das relações entre colônia e metrópole, sobretudo em fins do século XVIII e início do XIX. A ênfase, em princípio, está na conjuntura que vai desde a vinda da família real para a América, até cerca de dez anos após a Independência do Brasil, tanto em Portugal quanto na sua ex-colônia. Inicia-se com a compreensão das relações entre historiografia brasileira e portuguesa nas décadas de 1820 e 1830.

Os estudos historiográficos indicam que a ideia da fundação de um grande império português foi concebida pelo menos desde o século XVI (Lyra, 1997, 2000). Conforme Chaves (2001), com o reformismo ilustrado, essa ideia se desenvolve diante das polêmicas no panorama internacional entre as grandes potências e os obstáculos do império português, no decorrer e subsequente à invasão de Napoleão.

Recorreu-se ao acontecimento da oposição entre D. Pedro I, D. Miguel e seus apoiadores, quanto à manutenção ou não de um Império luso-brasileiro. Sendo assim, uma vez que D. Miguel surge no cenário político, a partir de 1823, a ênfase se dará nos anos pós-Independência do Brasil. Igualmente com D. Miguel no trono, apenas em 1828, percebe-se que a historiografia portuguesa, em grande parcela, não questiona o ano de 1823 como marco da primeira vivência liberal portuguesa (Hespanha 2004; Lousada 1987).

Dessa forma, de 1823 a 1826, Portugal é marcado pela revogação da constituição “tida como subversiva e insubsistente”, seguida por “medidas restauracionistas e retaliatórias”, retomando-se os “estilos e formas legislativas do absolutismo” (Hespanha 2004, p. 153). Entre outras medidas, restauram-se as comunidades religiosas, suprimidas em 1822, com a respectiva devolução de bens, retornando às tradicionais ordenanças, com dissolução da Guarda Nacional e introdução das “legiões nacionais” (Hespanha 2004).

Não há unanimidade nesse período na historiografia, se, tais medidas adotadas marcaram, verdadeiramente, o retorno absolutista no país. Nem tampouco se o regime Miguelista, é reconhecido, sem emendas, ao absolutismo monárquico. Inclusive os que

garantem que “o governo e o discurso miguelista têm como objetivo principal o extermínio do liberalismo/liberais e a restauração dos ‘antigos privilégios’, usos e costumes” (Lousada, 1987, p.1), não assumem, incondicionalmente, ocupar-se da restauração do Estado Absolutista (Lousada 1987).

Enquanto isso, reunia-se a Assembleia Constituinte no Brasil. O que sucedia em Portugal deixou os constituintes em alerta, expressivamente a respeito da possível intimidação das atitudes do pai sobre os propósitos do Primeiro Imperador. O cuidado funcionou e deve ter fortalecido o impacto do fechamento da Assembleia Constituinte, assim como a outorga da constituição em 1824, através das correntes liberais (Gonçalves, 2012).

Outras implicações ocorreram no Brasil, dada a concepção de um Império luso-brasileiro também nos destinos da constituinte de 1823 e na outorga da Carta de 1824. Sendo que duas das alterações mais delicadas nas propostas constituintes de 1823 e na constituição, que irá prevalecer até a República, situavam-se exatamente na cláusula que predizia a não declaração do território brasileiro e das respectivas províncias, gerando espaço para que fossem além-mar, ademais, impedia ao imperador e ao “herdeiro do Império suceder em Coroa estrangeira” (Lyra, 2000, p. 37). Sem dúvidas, tais sugestões serviram de indicativo para uma “enorme brecha para uma possível reunificação da Coroa portuguesa, indicando a retomada do projeto de unidade luso-brasileira (...)” (Lyra 2000, p. 37).

A outorgação da constituição brasileira a Portugal, em 1826, também se atém à noção de reunificação do Império, mais explícita em opiniões da imprensa e de publicistas, uma vez que na ex-metrópole era mais e mais a favor da ascensão de D. Miguel ao trono. Na ocasião e na intenção de acirrar o argumento, a restauração de um Império luso-brasileiro resvalará para a acusação de que a outorga da Carta provocava um Portugal colonizado por sua ex-colônia. Os liberais lusitanos e o Império do Brasil seriam tão afins que segundo a imprensa realista, em alguns locais, dada a notícia da eclosão da Revolução liberal do Porto, em 1820, “logo se cantará o Hino Brasileiro” (*Periódico* 1828, n. 4, p. 1).

Ademais, para alguns legitimistas, a culpa pela emancipação cabia toda aos revolucionários do Porto, desta vez aos de 1820 (Gonçalves, 2002):

Aqueles insultos e ultrajes (à família real em 1820) serviram de pretexto para o Brasil se emancipar, e para o Senhor D. Pedro Regente, aceitar o Título de Imperador, com perpétua independência, e absoluta separação dos dois Estados, declarando o Brasil guerra a Portugal [...] e Portugal sofreu tanto dano sem motivos, sem razão, e só por ser vítima de uma facção revolucionária (*Periódico* 1828, n. 1, p. 4).

Desse modo, com a possível vitória miguelista, alguns pequenos setores enxergavam a perspectiva de recuperar o Brasil, todavia na condição de colônia. A historiografia sobre o período tende a não colocar em questão que as intenções políticas de D. Miguel não continham a reunificação do Brasil e Portugal. Ou seja, de forma contraditória, a independência tornava remota, ao menos nesse momento, a reintegração do Brasil a Portugal (Gonçalves, 2002).

O agrupamento do Império poderia incomodar mais aos brasileiros, já convencidos de que era imperioso assegurar a Independência do Brasil, entre 1831 e 1834, com a abdicação de Pedro I e instalada a Regência. Conforme Holanda (2010), concluído o primeiro reinado no Brasil, a ascensão de D. Miguel ao trono assustava aos políticos da Santa Aliança, pois a eles a Regência brasileira parecia um “sistema híbrido”, uma “pseudoMonarquia ou Monarquia às vezes republicanizante, jacobinizante”, como a definira Metternich (Holanda, 2010, p. 20). O Rio de Janeiro seria “o epicentro de tremendas convulsões” Holanda (2010, p. 20-21). Para detê-las, a melhor indicação seria de alguém que fora D. Pedro IV, o defensor da Monarquia constitucional brasileira, e que após renunciar ao trono partira para lutar até a vitória na ex-metrópole em defesa da Carta.

Conforme Gonçalves (2002), fosse por falta de recursos, uma vez que a guerra civil requeria todos os esforços contra D. Miguel, fosse porque os movimentos restauradores no Brasil Regencial não alcançaram importância, a ponto de sustentar tal projeto, ou mesmo face à morte prematura de D. Pedro IV, em 1834. O fato é que, nos primeiros anos das Regências, não houve necessidade do governo recorrer muito às questões relacionadas à utopia de regeneração do Império luso-brasileiro.

Percebeu-se que não houve bem uma aceitação, porém, certo reconhecimento por parte dos portugueses, mediante o processo de Independência do Brasil. De fato, conforme Saraiva argumentava, “a marcha para a independência era um processo irreversível, o movimento separatista dominava, era muito forte”. Nesse sentido, o autor expressou assim sua análise, conforme o momento apresentava-se:

Qualquer que tivesse sido a evolução política portuguesa, o Brasil teria proclamado a independência nos anos que se seguiram à saída da corte. Mas a causa próxima da separação foi o conflito entre D. Pedro e as Constituintes (Saraiva,1981, pp. 277-278).

À declaração da Independência, seguiu-se a declaração da guerra. Alguns combates, dominados por tropas portuguesas, atingiram as relações comerciais, e o antiportuguesismo foi nota dominante dos primeiros tempos de Independência. Tal sentimento levou muito tempo para se dissipar. O estado de guerra manteve-se até 1825, sem episódios militares, além de alguns combates da Bahia, que, entretanto, ficara dominada por tropas portuguesas. Seria, aliás, um sentimento pertinaz que demoraria longamente a dissipar-se (Saraiva, (1981).

Segundo Saraiva (1981), a economia portuguesa no século XIX é uma evolução tão acidentada quanto a política, devido às fases a seguir: a princípio, a fase de manutenção dos níveis positivos, gerados pelo dirigismo pombalismo, que se mantém entre a França e a Inglaterra. Depois, a fase de grande depressão ligada ao período da independência econômica do Brasil, invasões francesas, domínio comercial inglês, luta e guerra civil entre absolutismo e liberalismo, ademais, o movimento político nos anos seguintes ao triunfo liberal.

Para Oliveira Martins, “os trabalhadores emigrados remetiam para o país, tanto como o total que os proprietários pagavam ao Estado, através de imposto da contribuição predial” (*cit. in* Saraiva 1981, p. 314). Sendo assim, tal inesperada fonte de receita gerada pelos emigrantes no Brasil “tornou possível equilibrar a balança de pagamentos e, portanto, iludir o desequilíbrio económico”. A situação era grave, segue Saraiva: “O País consumia muito, produzia pouco, e os emigrantes pagavam a diferença”. Afonso Costa, na tese de concurso a uma cátedra de Economia Política, assim traduzia a situação:

A emigração é que nos salva. São os emigrantes que mais concorrem para sustentar o País que não os sustentou a eles. São os pobres beirões e minhotos, que daqui partiram rotos e famintos, que pagam de lá, do Brasil, as contas do descalabro em que o País viveu durante tantos anos (*cit. in* Saraiva, 2011, p. 314).

Afonso Costa (1911), ao citar o termo “descalabro”, referia-se à administração da Monarquia, que findara no ano anterior. Em realidade, a solução que preconizava era que o Estado “regularizasse cuidadosamente” a emigração, que dedicasse atenção devida aos emigrantes, ou seja, que chamasse a si o excelente negócio, e assim concluíra: “Seja, pois, a emigração a pedra de toque dos novos governos na sua obra de

ressurreição da Pátria”. Compreende-se, por isso mesmo, que a declaração de Independência do Brasil, em 1822, não tivesse sido de imediato reconhecida em Portugal, constituindo ela própria um choque profundo para a “metrópole”. A partir de então, iria-se abrir um período de crise dramática na economia portuguesa, alicerçada, até então, no ouro e noutras mercadorias brasileiras e ainda no tráfico de escravos negros vindos da costa da África.

Segundo Mattoso (1998), a transferência da família real portuguesa para o Brasil desencadeou todo um cortejo de consequências que, no seu conjunto, acabariam por acelerar a crise em Portugal e avolumar o processo que havia de culminar com a emancipação do Brasil; ou seja, promover a descolonização. Diante dessa afirmativa, ainda conforme a historiografia, pode-se dizer que há concordância entre os historiadores luso-brasileiros. A equivalência está no fato de que a vinda da família real para nosso país, além de ter acelerado a crise em Portugal, contribuiu com o processo de emancipação do Brasil. Encontrou-se uniformidade de pensamentos, ainda, no que respeita sobre a abertura dos portos com permissão à entrada de mercadorias de qualquer proveniência. Isso contribuía com a ruptura do sistema baseado no “pacto colonial”, em vigor desde a época pombalina.

Identificaram-se semelhanças entre historiadores também quanto ao término da condição de colônia, verificado em 1808 e legalizado em 1815, com a publicação da carta de lei que criou o “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”. Considerada esta data o marco em que o Brasil ficava no mesmo patamar de Portugal. De acordo com Mattoso (1998), manifestaram-se vários movimentos precursores da Independência do Brasil, a citar as conjurações mineira e baiana, ocorridas respectivamente em 1789 e 1798. Tratava-se de movimentos que não resistiram muito, em virtude do desentendimento entre as facções, da falta de apoios externos e da intervenção do Exército.

Acentua Mattoso (1998) que as medidas tomadas, como a obrigação imposta a D. João VI de regressar a Lisboa, limitação dos poderes do seu filho D. Pedro e a proposta que intencionava restabelecer o antigo monopólio, foram medidas que não agradaram desde logo aos brasileiros, pois estes as reconheciam como tentativas de regresso ao período colonial. D. Pedro, não acatando às ordens das Cortes, opta por não regressar a Lisboa, aceitando o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”. Logo proferia a

declaração de Independência do Brasil e assim findava o império luso-brasileiro (Mattoso, 1998).

Diante desse fato e a considerar as reações em Portugal, Mattoso (1998) coloca que a imprensa da época deixa transparente que não foi apenas o clima de constrangimento e de perturbação que todo esse processo desencadeou, ademais, as hesitações que precederam a afirmação da emancipação do Brasil. O fato é que, mesmo com a ruptura grave que o acontecimento causara no comércio externo português, é de perceber que, por quase todo o século XIX, o Brasil seguiu com a importação de produtos agrícolas e de outras matérias-primas. Mesmo assim, as exportações e importações mantinham-se baixas até meados desse século, quando começa uma lenta recuperação, a se estender até as décadas de 1870 e 1880. Daí, o comércio começa a superar o Brasil com as colônias africanas.

A considerar as alterações subsequentes no âmbito dos diversos domínios, e que o comércio luso-brasileiro foi abalado pela vinda da corte para o Brasil, identificou-se consenso entre os historiadores. Há controvérsias quanto ao ano real em que o Brasil sai da era colonial, se em 1808 (conforme historiografia portuguesa) ou, oficialmente, 14 anos depois, conforme defende Prado Júnior (1945). Sobre as mudanças ocorridas no Brasil, a considerar o passo de colônia a nação, assim como a perspectiva de que a vida interna do Brasil ganhara gradativamente dignidade e registro. Atribui-se também, como resultado da expansão do Brasil, a evolução própria das capitânias (Marques, 1977).

No fim do século XVII e durante o século XVIII, o Brasil progredira tanto e a ida dos Portugueses para o interior alcançara tão longe, que os termos vagos do tratado de Tordesilhas (1494) entre Portugal e a Espanha não significaram mais nada. Tornara-se necessária uma definição real das fronteiras, a tomar como referência os fatos e não as teorias, menos no interesse dos Portugueses do que dos Espanhóis, que constantemente acusavam novas intrusões e fixações naquilo que consideravam território seu.

O desenvolvimento global do Brasil no século XVIII, diante da prudente política administrativa seguida pela Coroa, moderou quaisquer tentativa de agitação ou tendências autonomistas por longo tempo. Mas era óbvio que a revolução americana e o surto das novas ideologias políticas haviam de ter sua influência sobre a colônia a

qualquer momento. Veríssimo Serrão (1983) atribui a transferência da coroa para o Rio de Janeiro, como um intuito de D. João impor os direitos legais, arriscando nessa atitude o futuro da nação portuguesa, a enfrentar desafios de emigração, na esperança de um dia ter o trono de volta.

Dir-se-ia que o príncipe regente apostou no futuro, na plena consciência de uma nação ultramarina que estava ao seu alcance revigorar. Sentiu o monarca o despertar do Brasil na sua mais estreita união com Portugal e compreendeu a grandeza histórica de um destino comum (Serrão, 1983, p.145).

Conforme Veríssimo Serrão (1983), evidenciou-se a expectativa em relação ao desenvolvimento do Brasil, tendo em vista suas riquezas e sua capacidade de ascensão.

É evidente que o Brasil há muito revelara as suas enormes riquezas e a vasta gama das suas capacidades, como prolongamento natural da Metrópole. Ali lançara raízes a Nova Lusitânia, numa grande comunhão de almas que a civilização portuguesa caldeou, fundindo a mensagem europeia com as formas de vida aborígene e a riqueza eo elemento negro (Veríssimo Serrão, 1983, p. 145).

Veríssimo Serrão (1983, p. 146) também argumenta que:

Com tantos feitos dos portugueses no Brasil em relação ao seu progresso, “defendera-se o Brasil de cobiças estranhas, desbravaram-se florestas, abriram-se caminhos, criaram-se instituições, erigiram-se povoados (...), lançaram-se no Brasil as estruturas de uma das maiores nações da terra”.

No que respeita a transformar Portugal e Brasil num único reino, segundo Veríssimo Serrão (1983, p. 154): “O Brasil viveu o drama do Reino ocupado pelos Franceses e vibrou com entusiasmo quando da sua libertação”. Acreditando que o fato da corte estar presente implicaria em estreitar os laços entre a metrópole e sua extensão na América, a beneficiar as relações familiares e os interesses comerciais criados pela distância. Vindo a reconhecer como valiosa a “ajuda do Brasil para a reconstrução de Portugal em 1811”.

Diversos foram os pretextos que incentivaram o príncipe regente a criar o Reino Unido (no qual o Brasil estava incluído). No caso do Brasil, justifica-se pela então residência de D. João há oito anos e sua precisa dedicação (Veríssimo Serrão, 1983). Dentre as iniciativas criadas no governo de D. João VI para alavancar o crescimento do Brasil, destacou-se o povoamento e miscigenação, tendo em vista que foram dos temas mais comuns narrados nas *revistas ilustradas portuguesas* então pesquisadas.

Na perspectiva de Veríssimo Serrão (1983), D. João assegurava a necessidade de povoar o Brasil, diante das riquezas do vasto território a serem exploradas, política que resultava num grande potencial colonizador em benefício do crescimento populacional. Nesse sentido, classifica-a como a “Nova Lusitânia no início do século XIX” (Veríssimo Serrão, 1983, p.168). Sintetiza-se aqui habitantes por raça, a saber: brancos, em maioria; seguidos de indígenas, indígenas libertos; negros e mestiços (em menor quantidade). Trata-se aqui de mais uma categoria detalhada no estudo, por tratar-se de uma das temáticas mais comuns encontrada nas revistas pesquisadas.

O século XIX ficou marcado como um período crítico na história de Portugal, considerando a Guerra Peninsular, com início em 1807, entre a França, Espanha, Inglaterra e Portugal. O fato é que a transferência de D. João VI para o Brasil originou resultados antagônicos: por um lado, libertou os Bragança e indiretamente o país do exército de Napoleão. Por outro, gerou um vazio de poder e um descontentamento popular e, por seu turno, levou à Revolução Liberal do Porto (1820). Iniciou o processo que provocou a volta da família real, ademais, causou as Revoluções Constitucionalistas e livrou Portugal da Monarquia Absolutista.

A revolução liberal explodiu no Porto a 24 de Agosto de 1820. O marquês de Fronteira (*cit. in* Ramos et al., 2009, p. 457) lembrava que “as ideias de revolução eram gerais”, pois “todos” queriam “as vantagens do governo representativo” e “a corte em Lisboa”. Além dos portugueses estarem exaustos da crise econômica, em grande parte provocada pela perda da exclusividade do comércio com o Brasil (Ramos et al., 2009). O governo liberal saído da revolução vintista exigiu, entre outras medidas, que D. João VI, após a complicada fuga aos invasores franceses de 1808, regressasse ao seu país. Portanto, descontente com a situação que lhe soava ainda colonial, assentiu às imposições do novo poder e ancorou em Lisboa a 4 de Julho de 1821.

O Brasil separou-se de Portugal em 1822. Este entrou numa guerra civil contínua, com intensidade e violência sem precedência na contemporaneidade. Ramos et al. (2009, p. 471) apontam que “nunca mais houve uma ruptura política tão fundamental”, tudo isso porque já não havia exclusividade do Brasil em meio a uma “viragem econômica gravíssima”. Houve queda no valor do comércio externo português, suscitando os portugueses a lutarem entre si para definirem o regime político. Assim declara:

Apesar das várias revoluções e opressões do século XX, nunca mais houve tantos presos políticos e exilados em Portugal como em 1828. Também nunca mais houve uma ruptura política tão fundamental. E tudo isso aconteceu no meio de uma viragem económica gravíssima. Sem o exclusivo do Brasil, o valor do comércio externo português diminuiu 25 por cento entre 1800 e 1831.

A revolução de 1820 causou a ruptura constitucional, ademais, outro aspecto posto em questão foi a relação entre Portugal e Brasil. No que respeita à separação do Brasil, conforme Ramos et al., (2009, p. 471), “nada do que se passou em Portugal em 1822 se podia comparar ao que, entretanto, acontecera no Brasil”. A identificação da nação com toda a Monarquia ou império constituiu, segundo ele, um elemento singular e característico da constitucionalização da Espanha e Portugal, que a diferenciou do modelo inglês, “o qual segregava Monarquia e nação”. O fato é que Portugal não dispunha de produções e serviços à altura para competir num mercado global aberto. Os seus negociantes careciam, portanto, de uma situação de privilégio no Brasil.

Na sessão das Cortes, em 15 de fevereiro de 1822, a comissão responsável pelas relações comerciais entre o Brasil e Portugal sugeriu que o sistema liberal de um extenso e livre comércio, embora teoricamente respeitável, prejudicava as “rendas públicas”. De modo que convinha proteger os negociantes e produtos portugueses no Brasil. Era, como protestou um deputado brasileiro a 17 de julho, o regresso ao “odioso exclusivo colonial”.

Segundo Ramos et al. (2009, p. 471), com aproximadamente 2,8 milhões de homens livres e um milhão de escravos, além de indígenas, o Brasil formava o maior conjunto de população de origem europeia fora da Europa, depois dos Estados Unidos da América e da América espanhola. E também a maior concentração de escravos, desde a antiguidade clássica. Recebia todos os anos alguns milhares de imigrantes do reino, que se integravam facilmente no grupo dos colonos brancos. Esses adquiriram um protagonismo crescente, sobretudo com o estabelecimento da Corte e das instituições de autonomia. Mas, apesar do ambiente separatista na América espanhola e de uma breve república em Pernambuco, em março de 1817, só ao longo de 1822 os apelos à Independência tornaram-se significativos na imprensa, geralmente associados às queixas contra as Cortes de Lisboa.

A revolta separatista no Brasil foi, então, o resultado não de um movimento independentista precedente, mas da dinâmica política originada pelas Cortes.

Desenvolveram-se, por meio da imprensa, associações e reuniões que o constitucionalismo também fomentou nas grandes cidades brasileiras (Rio de Janeiro e Salvador eram a segunda e a terceira maiores cidades da Monarquia depois de Lisboa). Nesse aspecto, refletem Ramos et al. (2009, p. 471):

Porque é que as Cortes deram motivo aos colonos do Brasil para sentir que iam ficar submetidos a Lisboa? Por necessidade, mas também porque não estavam dispostas a tolerar a preponderância brasileira no Reino Unido. Além disso, não imaginavam a possibilidade de o Brasil se manter sem Portugal. O Brasil era uma espécie de um arquipélago em terra, formado por núcleos de povoamento distantes uns dos outros. Em Lisboa imaginava-se que, sem Portugal como pólo comum e fonte de forças militares, o Brasil se dissolveria como a América espanhola ou seria assoberbado por revolta de escravos, como tinha sido, no século XVIII, a colónia francesa da ilha de São Domingos (Haiti), de onde os europeus haviam acabado por ser expulsos. Daí à-vontade de Manuel Fernandes Tomás nas Cortes: “se o Brasil não quer unir-se a Portugal, como tem estado sempre, acabemos uma vez com isto: passe o Sr. Brasil muito bem, 22 de março de 1822.

A resistência brasileira às Cortes de Lisboa caracteriza-se no retorno do príncipe real D. Pedro como regente. A ordem que o Governo de Lisboa lhe deu para retornar à Europa revoltou-o. A extinção dos tribunais superiores do Rio cedeu aos homens de leis brasileiros uma justificativa para se rebelarem com ele. Nessa condição, a 7 de setembro de 1822, D. Pedro decidiu pela independência e foi aclamado “imperador”. As Cortes de Lisboa optaram por reagir pela força, fazendo uso das tropas portuguesas no Brasil e da fidelidade de algumas províncias do Norte, ação de agrado dos negociantes de Lisboa.

Acontece a contrarrevolução, pondo fim ao regime liberal (1820-1823). Levando em conta que os motivos causadores da revolução não foram sanados, o Brasil separou-se, o comércio externo começou a declinar e os recursos do Estado eram cada vez mais escassos. A separação do Brasil mais o convenceu da necessidade de reformas emergentes e entra a fase da regeneração e o fontismo (1851-1890). A Regeneração antecedeu em Portugal a revolução de 1856 em Espanha, e a “conciliação” promovida pelo visconde de Paraná no Brasil (1853). Com a morte de D. João VI, a 10 de março de 1826, a regência por ele nomeada aclamou D. Pedro Rei de Portugal (Ramos, 2019).

Sobre a “classe média”, considerada sem “povo”, era vista como uma sociedade onde os “novos ricos” a classe dos romancistas, entre as décadas de 1860 e de 1870, eram regularmente “brasileiros”; ou seja, retirantes que retornaram do Brasil (Ramos et al., 2009).

Mediante o impacto da separação do Brasil, na tentativa de reerguer seu país, Ramos et al. (2009, p. 547) contextualizam:

Para dar segurança e dignidade aos trabalhadores, deveria regulamentar as relações de trabalho, incentivar seguros na doença, acidentes e velhice, – e uma ideia que já vinha de Herculano – promover o arrendamento vitalício de terras (...), sobretudo no Sul do país, para onde se tentaria desviar os emigrantes que partiam para o Brasil.

Sobre a revolução que não ocorreu, Ramos et al. (2009) fazem uma reflexão sobre o Brasil, no sentido de que, com duas das mais importantes fontes de divisas reduzidas, a decadência do câmbio brasileiro, ao contrário do que acontecera no passado, foi profunda e longa (até 1898), o que levou muitos emigrantes portugueses a investirem no Brasil. “O grande recurso para melhorar de vida passou a ser a emigração” (Ramos et al., 2009, p. 558).

No que respeita ao contexto revolucionário português, a questão da amplitude espacial e temporal do processo de Independência, porém, não se confunde com a de sua inserção orgânica no contexto mundial. De que modo uma situação revolucionária engendra outra? No caso que interessa mais de perto, deve-se destacar que, para além do fato de que, desde sempre, a Independência do Brasil foi relacionada com a revolução portuguesa de 1820, aparentemente nenhum de seus historiadores atuais pretende negar o caráter revolucionário dos acontecimentos. Esses que resultaram no deslocamento do espaço de soberania da nação portuguesa; na limitação e sujeição dos poderes do monarca; na promulgação de uma Constituição; na formação de juntas de governo autônomas no Brasil; na antagonização de interesses que resultou na concretização de um projeto de ruptura e na formação de um Brasil independente.

Siqueira (2006), no artigo *Independência: história e historiografia*, comenta um livro escrito por vinte e sete historiadores brasileiros, e conclui que o livro inova a maneira de contar a história do processo de separação entre Brasil e Portugal. A pesquisadora afirma com essas palavras:

Acostumamo-nos a entender a Independência do Brasil como um desfecho conservador para o período turbulento de crise nas relações entre a colônia e a metrópole, como um arranjo das elites marcado pelas permanências, onde os grupos dominantes trataram de garantir seus interesses por intermédio de D. Pedro que, por sua vez, assegurou a continuidade da Monarquia e da escravidão (Siqueira, 2006, p. 398).

Concordou-se com a pesquisadora, no sentido de que há necessidade de um novo olhar sobre a maneira de recontar a história do Brasil, uma vez que ainda há muita

controvérsia. Ademais, nos livros didáticos aprende-se uma “verdade” que, enquanto aluno de banco escolar, não se tem a maturidade para contestar. Ao passo que na historiografia, em documentos primários, tanto da história de Portugal quanto do Brasil, conhece-se outra história. Assim é a história e assim continuará a se fazer!

E assim se seguirá no modo de pensar, a perceber o desenvolvimento intelectual conforme a amplitude de compreensão do mundo, de acordo com a visão do grande educador brasileiro Paulo Freire a proferir a palestra “Alfabetização de adultos e bibliotecas populares – uma introdução” (após publicada no livro: A importância do ato de ler), onde teve-se o privilégio de ouvi-lo. Ele assim pronunciou: “O Brasil foi “inventado” de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos” (Freire, 1981, p. 41). Nesse contexto, de acordo com a forma com que a realidade contemporânea se apresenta, pode-se concordar e admitir que a situação do país exige, sim, que se encontre uma maneira de reinventá-lo.

1.3.3 O confronto da historiografia entre os países

Um dos pontos identificados em relação à questão aqui focada, tido como um dado significativo, foi o fato de que a historiografia de ambos os países não se debruçou sobre o tema pós-Independência. A atenção voltou-se muito mais para o período recorrente ao processo da Independência. No caso dos portugueses, o relato da situação político-econômica, as alterações ocorridas pelo impacto do marco “autonomia do Brasil” e os brasileiros, com a narrativa sobre a luta pela conquista, a destacar as perdas, ou seja, o bônus a ser pago em troca da conquista da Independência.

Sendo assim, pôde-se concluir que esse marco histórico conduziu os historiadores de ambos os países a lançarem seus olhares essencialmente para a condição de sua própria nação. O que concedeu a tarefa de referir-se ao outro país nos jornais e revistas, convertidos num meio de registro da história do tempo presente.

Outra constatação detectada no material consultado (revistas, jornais e livros), no período em análise (1822 e 1922), é que após os anos 1822-1835 houve pouca citação dessas relações. Nas reflexões sobre determinados períodos, em alguns aspectos das relações entre a historiografia portuguesa e brasileira, relacionados às décadas de 1820 e 1830, identificou-se um período de animosidade em relação aos laços entre os dois países.

Na historiografia portuguesa, a confluência do reinado de D. Miguel (1828-1833) também não tem sido um tema frequente, com ressalva das recentes histórias de Portugal publicadas nesse país (Arruda e Tengarrinha, 1999). Menos recorrente ainda é o interesse acerca do reinado de D. Miguel entre os historiadores brasileiros. Assim, optou-se pelo foco em temas afetos ao panorama português, com ênfase no período de 1823 a 1834, sem fugir do enquadramento brasileiro.

Das reflexões sobre o que resultou de concreto sobre a Independência do Brasil, pode-se destacar “*A Independência e a criação do Estado e da nação*”, por ter favorecido tanto o surgimento de um Estado como também de uma nação. Para Pimenta (2009, p. 73), “não implicou de mudança em relação à ordem vigente, caracterizá-la como uma revolução”. Não que as bases sobre as quais o Estado e a nação brasileira puderam se assentar tenham sido inteiramente criadas pela Independência. No entanto, elementos diversos como políticos, culturais, institucionais, econômicos e simbólicos, inseridos nas estruturas da sociedade colonial luso-americana, exerceram determinações sobre a origem institucional da ordem nacional brasileira, ainda que transfigurados pelo processo de Independência (Pimenta, 2009).

Compete reforçar que o foco desta pesquisa não foi discutir se a Independência foi considerada ou não um ato revolucionário. A questão insere-se no contexto político da época, até porque foi assegurado, pelos historiadores portugueses e brasileiros, que a Revolução do Porto, em 1820, refletiu no processo de Independência do Brasil. Sendo assim, concordou-se com Pimenta (2009) que faz-se necessário, considerar que a profundidade e a amplitude da ruptura promovida pela Independência só podem ser explicadas a partir também de uma lenta, mas segura alteração, essencialmente de caráter revolucionário, nas formas de pensar, representar e transformar o mundo. Dentre as quais, a possibilidade de mudanças substantivas em referenciais identitários e em

projetos da nação que, ao serem geradas de uma nova ordem política, são em parte responsáveis também pelo advento destas (Pimenta, 2009).

Por fim, optou-se por concordar com a afirmação de István Jancsó (2005), na página de apresentação do livro: “A história do mosaico luso-americano é inseparável da história de sua moldura, isto é, do Estado que esteve à frente de sua formação”.

CAPÍTULO II – Narrativas e imagens do Brasil na mídia estrangeira

2.1 A Imagem do Brasil na mídia internacional

Há, sem dúvidas, diversas fontes sobre as quais se poderia abordar o tema da imagem do Brasil, enquanto o objeto de estudo específico que nesta tese se equaciona – a imagem do país na mídia estrangeira. O fato é que não foram encontradas muitas referências e, dentre as pesquisas inventariadas, nenhuma reveste o período delimitado nesta tese. Julgou-se, não obstante, necessário recuar no tempo para se perceber até que ponto as imagens atuais do Brasil possuem, ou não, raízes históricas. Ademais, a importância de verificar se aquilo que é dito pelos autores contemporâneos, no que respeita à persistência histórica de determinados mitos sobre o Brasil, nos discursos sobre o país e os seus nacionais (Bueno, 2013; 2020; Chauí, 2000; Costa, 2019; Lopes, 2010; Hugon, 2006; Martins, 2003; Paganotti, 2007, 2009; Rasia, 2014; Schwarcz, 2019; Scheyerl e Siqueira, 2008; Sousa, 2004; Minga, 2019; Viana, 2014, 2020), efetivamente se comprovou, ao analisar o discurso midiático progressivo.

Entendeu-se, através da historiografia, que a formação da identidade nacional no Brasil foi um processo que ocorreu morosamente e com ritmos bem diversos. Em um país que abrigou tantas matrizes étnicas, a partir da colonização portuguesa, onde essas etnias estiveram por muitas vezes em circunstâncias de conflito social. Onde as extensões continentais alavancam a diversidade e as heranças históricas continuam promovendo atributos raciais, religiosos e culturais, essa tarefa tornava-se impossível. No entanto, poucos países alojam um povo tão identificado com seu país e unido por

laços de identidade como o nosso país. No decorrer da história edificou-se um país, um povo, uma cultura: a brasileira.

Prado (1981), hoje pouco lembrado, cedeu ao Brasil a versão original do título de Hans Staden “*Duas viagens ao Brasil, século XVI*”, em sua publicação “*Retrato do Brasil – ensaio sobre a tristeza brasileira*”. O autor põe fim à mais polêmica interpretação do caráter nacional. Busca o autor explicar, de forma real, as origens remotas do atraso econômico e cultural da nação e dos vícios crônicos dos regimes políticos, através da formação étnico-cultural da nacionalidade. É perceptível que sua intenção explícita foi a de contestar o ufanismo corrente na literatura oficial à época, na tentativa de revelar a face verdadeira do Brasil, então mergulhado no atraso, na pobreza, na incompetência, no peculato e na cobiça.

Conforme Prado (1981), pode-se atribuir a tristeza dos brasileiros aos abusos sexuais suportados pelos primeiros colonizadores e à gana do ouro, duas paixões ambiciosas que evidenciaram intensamente a mente racial, tipificando a melancolia da geração que viu provir o século XX (Luis Toledo Machado, na apresentação do livro acima citado Prado, 1981).

Percebeu ainda Luis Toledo Machado que, na tentativa de interpretação do caráter nacional, Prado (1981, p. 12) procurou elucidar as origens remotas do atraso econômico e cultural da Nação e dos vícios crônicos dos regimes políticos, através do processo de formação étnico-cultural da nacionalidade, através da seguinte expressão:

Damos ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território – que a lenda mais que a verdade – considera imenso torrão de inigualáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão. Dos agrupamentos humanos de mediana importância, o nosso país é talvez o mais atrasado. Pelas costas do oceano, e em manchas de civilização material, nos planaltos da serra do Mar, da Mantiqueira e nos campos do Sul, o progresso é uma indústria que, como na China, é explorada, numa rápida absorção, pelos capitais estrangeiros e poucos grupos financeiros nacionais que só cogitam — como é natural — dos próprios interesses (...). Na desordem da incompetência, do peculato, da tirania, da cobiça, perderam-se as normas mais comezinhas da direção dos negócios públicos (...).

Segundo Luis Toledo Machado (*cit. in* Prado, 1981, p. 12), a intenção manifesta de Prado, com a obra “*Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*”, foi a de contestar as falácias românticas e o ufanismo corrente na literatura oficial. Isso contraria Afonso Celso (1930) com a publicação “*Porque me ufano de meu país*”, cujo

título originou o substantivo “ufanismo”⁴. Tal termo passou a ser empregado para criticar a posição de quem se vangloria sem medida do potencial das riquezas e belezas naturais brasileiras. O autor evoca algumas evidências de sua concepção ufanista sobre a história do Brasil:

Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos (Celso, 1977, p. 231).

Muito embora não tenha sua obra destaque dentre as sínteses da historiografia nacional brasileira, Afonso Celso é citado com frequência por estudiosos de outras áreas, a exemplo do filósofo João Cruz Costa, no livro “*Contribuição à história das ideias no Brasil*” e do professor e crítico literário Wilson Martins, na sua “*História da inteligência brasileira*”⁵. Cruz Costa apoia-se na contribuição de Afonso Celso, “*Oito anos de parlamento*”⁶, para analisar as contradições que permearam o desenvolvimento do ideário republicano nos últimos tempos do regime monárquico. Wilson Martins (1996), além de constantes remissões à sua produção literária e jornalística, destaca o papel por ele desempenhado no panorama cultural do país, na difusão do ideário nacionalista durante a década 1910-1920, auto denominando-se chefe venerável do nacionalismo brasileiro.

Identificaram-se várias obras do princípio do século XX que retratam representações sobre o passado brasileiro, a partir de temas constitutivos de um período histórico cultural do país. Em relação à exaltação da natureza e sua grandiosidade, um dos eixos centrais encontrados nas narrativas historiográficas, pode-se destacar três títulos: “*A Pátria Brasileira*”, de Olavo Bilac e Coelho Netto, publicação de 1909; “*Minha Terra e Minha Gente*”, de Afrânio Peixoto, publicado em 1916; e ainda “*Nossa Pátria*” de Rocha Pombo, sob primeira edição de 1917 (Paura, 2014).

Eram livros que tratavam de diversos temas e não se restringiam a uma única área do conhecimento, deveriam despertar nas crianças o gosto pela leitura e ensinar os princípios cívicos e morais necessários para a sua formação como cidadão (Bittencourt, 2003, p. 33-37).

⁴ A expressão ufanismo, conforme o “*Novo dicionário da língua portuguesa*”, significa, hoje em dia, “atitude, posição ou sentimento das pessoas que, influenciadas pelo potencial das riquezas e belezas naturais brasileiras, vangloriam-se do país desmedidamente” (Holanda, 1975. p.142).

⁵ Ver Costa (1957) e Martins (1978).

⁶ Ver Celso (1928).

Uma das maiores referências, se não a principal, citadas pelos autores para assentar a história do Brasil foi “*A Carta de Pero Vaz de Caminha*”, manuscrita no ano de 1500, dirigida ao Rei de Portugal D. Emanuel, no ensejo da chegada dos portugueses à América, foi enviada para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo do castelo de Lisboa, que só passou a circular a partir do final do século XIX, após a sua descoberta por Capistrano de Abreu. Num trecho específico, é mencionado claramente nas obras “*A Pátria Brasileira*” e “*Minha Terra e Minha Gente*”:

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro: nem lho vimos. Porém, a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre-Douro e Minho, porque neste tempo de agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem (Caminha, 2019, p. 49).

Nesse trecho, pode-se identificar a natureza como o tema que surge frequentemente nos livros didáticos no início do século XX; vista como edênica e exuberante, a destacar-se como uma das principais riquezas do Brasil. Exaltada como um dos motivos pelos quais os jovens da Primeira República deveriam orgulhar-se de serem brasileiros, ou como é dito das palavras de Afonso Celso⁷, motivo para se “ufanarem” de seu país. Afrânio Peixoto (1916), em “*Minha terra e Minha gente*”, dedicou-se ao estudo da origem e da formação nacional sendo que, a primeira referência à natureza, a destacar sua exuberância, aparece quando o autor recorre à carta de Pero Vaz de Caminha para narrar sobre a terra recém-descoberta pelos portugueses.

Sucedese que, antes de referir-se à carta, Afrânio Peixoto (1916, p. 76) assim retrata a natureza encontrada pelos portugueses: “Pensaram que fosse uma ilha, observaram-lhe os ares benignos, as águas correntes, a terra fecunda coberta de florestas, profundas e altas”. Nesse trecho, pode-se perceber os primeiros elementos em relevância; os ares, as águas e a terra, sem muito exaltar os atributos da natureza. Afrânio Peixoto (1916) não fez qualquer outra exaltação ou apresentação dos elementos naturais do Brasil. As qualidades da natureza só voltam a aparecer posteriormente, quando aborda sobre “*O Brasil: a terra*” – onde dedica uma longa descrição da terra

⁷ Afonso Celso escreveu a obra *Porque me ufano de meu país* em 1900, na ocasião da comemoração do quarto centenário de chegada dos portugueses na América. A obra é direcionada à juventude brasileira. Nela, o autor lista os motivos pelos quais as crianças deveriam se orgulhar de viverem no Brasil. Dos onze motivos de superioridade do Brasil, os cinco primeiros referem-se às grandezas naturais do país. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400253570_ARQUIVO_textocompletoANP UH2014-RomuloPaura.pdf>.

brasileira. Destaca o relevo, rios e praias. Em seguida, apresenta os recursos naturais do Brasil:

A natureza não foi parca com o Brasil. Com efeito os minérios abundam, alguns bem ricos: ferro em serranias, quase puro; prata e ouro em minas compensadoras; diamantes, carbonados e pedras raras, em jazidas preciosas; praias extensíssimas e areias monazíticas. Falta-nos, porém, carvão de pedra, ao menos em abundância ou de boa qualidade: o que existe no sul está ainda mal explorado (Afrânio Peixoto, 1916, p. 197).

Nessa abordagem, pode-se perceber a ideia de abundância ligada aos recursos provenientes da natureza; no entanto, Peixoto (2016) destaca o carvão de pedra como um recurso do qual o Brasil carecia. O autor reconhece que, por mais abundante que seja a natureza, nem todos os recursos são possíveis de serem encontrados. Refere-se ainda às quedas d'água e sua potencialidade geradora de energia elétrica. Ao falar dos rios, ressalta a importância de seu uso para o transporte. Avança a descrever a flora e as potencialidades da terra:

A flora é prodigiosa e até desperdiçada. Num clima húmido e quente, propício a vida. Vicejam árvores frondosas, palmeiras esbeltas, lianas e cipós inextricáveis que apertam a intimidade num labirinto de troncos, ramos, folhas, palmas e espinhos, emaranhados, onde se encontram madeiras de lei, todas as espécies, e muitos germes daninhos. Um sábio inglês, Buckle, chegou a pensar que numa pompa tamanha de natureza, não devia haver lugar para o homem; outro mais prático, Agassiz, calculou que só o vale do Amazonas daria com que nutrir a humanidade inteira. Sobre solo rico de humos todas as culturas são propícias: umas são silvestres, tais a seringueira e a maniçoba, que dão a borracha e que povoam as matas da Amazônia e do centro do Brasil; ainda a piassaveira e quase o cacaueteiro, que começou a ser plantado. Outros são fáceis: o mesmo cacaueteiro, a cana de açúcar, o algodoeiro, o fumo, o cafeeiro, os cereais, a mandioca, as leguminosas nutritivas. Muitíssimas outras serão implantadas, quando tivermos gente ou podermos aproveitar os dons, que por não nos custarem nada, não sabemos lograr devidamente (Peixoto, 1916, pp. 198-200).

Ao referir-se à flora e à riqueza do solo brasileiro, o autor acaba por contribuir para a construção de duas ideias corriqueiras, quando se pensa a natureza no Brasil: “tudo que se planta dá” e o Brasil teria a potencialidade de ser o “celeiro do mundo”. Ao referir-se à produção agrícola, o autor chega a sugerir que no futuro outras culturas seriam implantadas, só dependendo de algumas condições específicas para isso. A exaltação da natureza, que aparece desde a carta de Pero Vaz de Caminha, é empregada na obra “*Minha Terra e Minha Gente*” para construir um argumento a favor da vocação agrária brasileira. Não é por acaso que o autor destaca um dos únicos recursos que estariam ausentes na natureza brasileira, o carvão, matéria-prima necessária para desenvolver as indústrias. Ou seja, a grandiosidade da natureza é posta por Afrânio Peixoto (1916) como um recurso privilegiado, para justificar o seu argumento no

contexto de uma discussão vivenciada pelos brasileiros na Primeira República: industrializar ou não o Brasil?

Por outro ângulo, demarca o papel econômico do Brasil dentro do cenário internacional: ser o celeiro do mundo. No cenário do seu argumento, isso não aparece como sendo melhor ou pior do que ser um país industrializado, porém, um caminho natural se analisada a vocação brasileira. Afrânio Peixoto (1916) faz uso dessa suposta superioridade natural de pátria, para construir um pretexto favorável à vocação agrária do país. Ao contribuir com a construção de uma imagem exuberante da natureza brasileira, o autor insere a natureza como um elemento constitutivo de uma cultura histórica do período, o que tinha como intenção formar o cidadão republicano e despertar na juventude o sentimento de amor à pátria.

Prado (1981) capta o ufanismo como um disfarce à condição semicolonial e assim interpreta a formação do caráter do povo brasileiro:

Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram (...) A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento – no absorto sem finalidade dessas paixões insaciáveis – são vincos fundos da nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior (...) (Prado, 1981, p. 13).

Pôde-se constatar que a obra de Prado teve impacto significativo à época, dada a concepção do autor de que se recebe como herança lusitana o português melancólico, nostálgico, saudosista e do fado. Prado (1981, p. 17) alega que “numa terra radiosa vive um povo triste” e atribui esse legado aos descobridores que a desbravaram e colonizaram. Muito embora essa imagem, nos dias atuais, não esteja associada a esse paradigma, visto que se continua acreditando ser um povo alegre. Pode-se imaginar que essa falsa alegria venha a soar como uma maneira de abstrair-se da realidade; no sentido de enfrentar a realidade, sujeita-se, em muitas ocasiões, a rir da própria desgraça, transformando-a em humor.

Nessa perspectiva, Prado (1981) chegara à triste conclusão a qual não se gostaria de consentir. Contudo, considerando os fatos atuais, não há como discordar do autor mediante a seguinte constatação:

Damos ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território que a lenda – mais que a verdade – considera imenso torrão de inigualáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão (Prado, 1981, p. 143).

A refletir que, dos grupos humanos de conceito razoável, o do Brasil é possivelmente considerado o menos desenvolvido, há de se concordar com Prado (1981, p. 143) que “o Brasil, de fato, não progride; vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado”. Supostamente, como forma de alento, Prado (1981) conclui a dizer que nos restou o indício da solidificação da unidade nacional e a abolição da escravatura. “Apenas duas datas para um longo reinado” (Prado, 1981, p. 148).

Para sustentar a tese da permanência da tristeza como traço do caráter do povo brasileiro, Prado (1981) invoca a época do descobrimento do Brasil, uma vez que o contato com o colonizador teria sinalizado, de forma categórica, a experiência brasileira. Nos primeiros capítulos da obra: “*Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*”, dedicou-se à luxúria e à cobiça, com um apresto, a seguir com a tristeza, classificada como originária do período colonial, acentuada pelo Romantismo no século XIX e contextualizada posteriormente. Os primeiros tempos do Brasil colonial são apontados, assim, por práticas e transgressões que assentem como herança a melancolia (Prado, 1981).

A experiência da colonização é manifestada, de um lado, por paixões insaciáveis e ausência de sentimentos morais superiores; por outro lado, pela saudade portuguesa da terra do além-mar. Isso resultou no fato de o brasileiro, descendente tropical do português, revelar-se mais triste do que seu antepassado lusitano. Os primeiros colonos defrontam-se, frequentemente, com uma natureza imponente, que se revela um constante obstáculo à ocupação do território. A natureza aparece aqui como um sujeito, capaz de limitar os sentidos do colonizador. Envolto por trepadeiras, espinhos, cipós, galhos, folhagens, frutos e flores, “o homem só vence a vegetação a golpe de facão” (Prado, 1928, p. 17).

Se o homem não é produto do meio, é incontestável que “a molícia do ambiente físico”, ligada à “ligeireza do vestuário” e à “cumplicidade do deserto”,

influem no “tipo racial” e no seu modo de viver (Prado, 1928, p. 52)⁸. Desse modo, o aventureiro, “exaltado pela ardência do clima”, solta toda sua sensualidade e satisfaz seu “apetite de homem”, tão repellido pela sociedade europeia. Exalta o autor:

Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado, e toda a contínua tumescência voluptosa da natureza virgem eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido (Prado, 1928, p. 33).

Na perspectiva de Prado (1928), o fato da mulher indígena ser submissa ao ponto de ser tratada como um instrumento de prazer e destinada ao trabalho no campo é um indício de espaço para relações puramente carnavais. A posteriori, assim como o negro substituiu o indígena como trabalhador, a escrava negra é substituída pelo colono pela índia. Esses cruzamentos dos primeiros aventureiros com a mulher indígena e a escrava negra apontam uma solução para o problema da colonização e constituição da raça brasileira, considerando a carência de mulheres brancas. O colonizador português, já sugerido Capistrano, é marcado por uma “escassêz, se não ausência de mulheres em seu sangue” (Abreu, 1988b, p. 90), ideia reforçada por Prado e por toda uma historiografia subsequente.

A abordagem de Prado traz-nos um mais claro discernimento da formação da identidade do povo brasileiro, dos costumes, das nossas práticas até então não bem digeridas. Em tese, atribui-se a sensualidade mais acentuada à ardência do clima. Segundo Chauí (2000)⁹, o Romantismo no Brasil gerou uma cultura originalmente brasileira. Como uma forma de publicidade, os autores brasileiros buscavam expressar uma opinião, um gosto, uma cultura e um jeito autênticos, livres de traços europeus. A valorização da natureza e do indígena, de forma idealizada, facilitaram o caminho para a formação da consciência nacional brasileira, porém uma consciência mitificada e distante dos reais padrões sociais do país. A exaltação da natureza tornou-se, a partir de então, um mecanismo poderoso da mitificação do Brasil. A poesia “*Canção do Exílio*”, de Gonçalves Dias, ecoou como um hino da identidade brasileira:

⁸ Era muito comum, na passagem do século XIX para o XX, médicos defenderem que o clima quente favorecia a sensualidade, a decadência física, e até o chamado frenesi tropical (Carrara, 2004).

⁹ Identidade e grandeza acham-se predeterminadas no plano natural: somos sensuais, alegres e não-violentos (Chauí, 2000).

Minha terra tem palmeiras/Onde canta o Sabiá/As aves, que aqui gorjeiam/Não gorjeiam como lá/Nosso céu tem mais estrelas/Nossas várzeas têm mais flores/Nossos bosques têm mais vida/Nossa vida mais amores (Dias, 1998, p. 19).

Marilena Chauí (2000) enfatiza que a identidade brasileira alimenta-se do mito fundador do Brasil como paraíso terrestre, já evidente na Carta de Pero Vaz de Caminha. Sendo assim, a construção do “Brasil-paraíso”, do “gigante adormecido”, do “país do futuro” garante-se principalmente por suas belezas naturais. Muitos mitos reproduziram-se no século XX, a partir desse rompante da natureza brasileira. Entre os mais populares, destacam-se “Amazônia, o pulmão do mundo”; “Rio, a cidade maravilhosa”; “Brasil, o país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”. O problema desse enaltecimento do Brasil, a ver exclusivamente as belezas da natureza, é que parece mais velar as indagações diárias do cenário político e econômico e nutrir um paradigma errôneo de progresso.

A respeito da visão do paraíso (extremamente explorada ao longo da história do Brasil e interpretada na Carta de Pero Vaz de Caminha), numa perspectiva quase bíblica do livro do Gênesis, é inusitado o que assegura Chauí (2000, p. 62):

Cartas e diários de bordo impressionam porque descrevem o mundo descoberto como novo e outro, mas o sentido desses termos é diverso do que esperaríamos. De fato, ele não é novo porque jamais visto, nem é outro por ser inteiramente diverso da Europa. Ele é *novo* (grifo da autora), porque é o retorno à perfeição da origem, à primavera do mundo, ou à “novação do mundo”, oposta à velhice outonal ou à decadência do velho mundo. E é o *outro* (grifo da autora), porque é originário, anterior à queda do homem. Onde a descrição da gente nova como inocente e simples, pronta para ser evangelizada (...).

Para Chauí (2000), essa percepção de paraíso, o ápice do jardim do Éden, é típica da criação da imagem lendária fundadora do Brasil. É ela que se reencontra na obra de Rocha Pita (1952), ao assegurar expressamente tratar-se o Brasil do Paraíso descoberto na terra, assim como referências encontradas no livro do conde Afonso Celso, em poesias românticas e na composição do hino nacionalista.

Marilena Chauí (2000) interpreta essa exaltação da natureza como uma verdadeira adversidade à formação da consciência social do povo brasileiro, por entender que nem a bandeira brasileira revela o governo, nem conta a história do país. Representam os símbolos da natureza, a floresta, o ouro, o céu, a estrela e a ordem. É a imagem do Brasil-jardim, do Brasil-paraíso; ou ainda “o céu na terra”. Nesse contexto, pode-se identificar o mesmo fenômeno na letra do Hino Nacional, que encanta a sonhar com mares mais verdes, céus mais azuis, bosques com mais flores e vidas com mais

amores. Pode-se compreender que esses mitos são fatores condicionantes que podem levar o povo a acreditar que a nossa identidade e grandeza encontram-se preestabelecidas no plano natural, caracterizando os brasileiros como um povo sensual, alegre e pacífico.

Martins (2003), na sua dissertação intitulada: “Representações do Brasil: os imigrantes europeus e o carnaval no imaginário estadunidense”, adianta, já no resumo, que dentre os destaques apontados na pesquisa, no que diz respeito ao processo de traçar imagens dos imigrantes europeus sobre os brasileiros no carnaval, são produzidas diferentes interpretações, permeadas por discursos; a citar o do cruzamento das diferentes raças e o discurso colonial, muito embora apresentem também pontos de vista discordantes, a citar, dentre outros, a “raça-etnia dos indivíduos representados”.

Martins (2003) apresenta, no início de sua pesquisa, o resultado de um artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, que focaliza a imagem do Brasil em Portugal. Segundo Martins, nessa matéria, França (2000 *cit. in* Martins, 2003, p. 21) enfatiza que a imagem “positiva” do Brasil, como um país “moderno, pleno de oportunidades, habitado por um povo alegre e jovial”, teria tornado-se difusa a partir da crescente importação de programas televisivos brasileiros pelas emissoras televisivas portuguesas. O jornalista acrescenta que essa superexibição do Brasil teria provocado, de certa forma, uma “má vontade com tudo que vem dos trópicos”, a partir dos intelectuais portugueses: “A ‘intelligenzia’ local acusa-nos, talvez com certa razão, de invadir seu país com produtos de baixíssima qualidade” (França, 2000 *cit. in* Martins, 2003, p. 21).

Em outro artigo do jornal *O Estado de São Paulo*, Reali Jr. (2000, *cit. in* Martins, 2003, p. 21) abordou a imagem do Brasil nos países europeus, ao afirmar que o país tem sido exposto de forma excessivamente negativa em “prestigiosos órgãos da imprensa europeia”. Dentre os quais o jornal francês *Le Monde*, o espanhol *El País*, os britânicos *Times* e *Independent*. O jornalista destacou que a imagem “negativa” do Brasil teria sido realçada, essencialmente, pela divulgação na Europa de denúncias de corrupção e de violência presentes na sociedade brasileira. Uma terceira matéria que chamou atenção na pesquisa de Martins (2003) foi publicada pelo jornal *Hoje em Dia*, intitulada “*Cadeia para quem queima índio*”. Ao comentar a decisão da juíza Sandra de Santis Mello sobre o assassinato de Galdino Jesus dos Santos, em Brasília Capital Federal, o articulista questiona:

Como ficará a imagem do Brasil lá fora? Como ficará, se permitirmos que esta decisão prevaleça, a imagem do Brasil, dentro do Brasil? Queremos um Brasil que possa se olhar no espelho e não ter vergonha da própria imagem (Drumond, 1997 *cit. in* Martins, 2003, p. 21).

Em concordância com Martins (2003), se, por um lado, essas questões relatadas nos artigos atestam a polemização da sociedade sobre a imagem do Brasil no exterior, por outro lado, surge também, desde essas considerações, uma certa autorreferencialidade de baixo autoestima por parte dos brasileiros, evidenciada pela fragilidade dos articulistas às leituras da nação brasileira produzidas pelo olhar estrangeiro. Fragilidade essa que pode ser interpretada como uma reação diretamente relacionada à sobrestimação que tais jornalistas atribuem à opinião da mídia estrangeira sobre o país e, dissimuladamente, aos estrangeiros, especificamente.

Em artigo publicado na revista *Rumores* (2007), Ivan Paganotti apresentou uma pesquisa referente aos textos publicados sobre o Brasil no *New York Times* (EUA), *El Mundo* (Espanha), *Diário de Notícias* (Portugal), *The Guardian* e *The Observer* (Reino Unido) e *Página/12* e *El Clarín* (Argentina), entre 2002 e 2005. Ao recorrer à análise crítica do discurso e à análise quantitativa do conteúdo, o autor realça que as imagens estereotipadas do Brasil podem ser organizadas em quatro grupos de representação de diferentes “Brasis”: o Brasil paraíso verde ameaçado; o Brasil corrupto e pobre; o Brasil violento; e o Brasil “de plástico”, “rico, carnavalesco e à venda para os turistas”.

Esse mesmo autor, em artigo publicado na revista *Pensamento e Realidades*, em 2009, apresenta e discute as principais imagens e estereótipos sobre o turismo no Brasil, projetado nas matérias do correspondente internacional Larry Rohter, publicadas no *New York Times*. No texto, o autor refere que 71,43% das matérias desse correspondente tratam de cenários litorâneos e 14,29 % das florestas tropicais. O Rio de Janeiro (51,38% das matérias), nomeadamente suas praias e parques, foi a cidade mais focada. Paganotti (2009) sustenta que os textos de Rohter no *New York Times* articulam-se em função de três estereótipos do país: a beleza natural do Brasil (57,14% das matérias), o Carnaval (47,62% das matérias) e a cordialidade dos brasileiros (19,5% das matérias). Curiosamente, Paganotti (2009) descobriu, ainda, que estereótipos negativos, como aqueles que se associam à violência, ao tráfico e à pobreza, têm sido amenizados pela ideia de exotismo, bem evidente nas reportagens sobre os *tours* nas favelas cariocas, imagem recente e positiva do Brasil nos textos jornalísticos analisados.

Para Sousa (2002), um dos principais critérios de noticiabilidade da mídia é a negatividade. Tratando-se, então, da cobertura internacional, Natali (2007, *cit. in* Viana, 2014, p. 91) elenca quatro temas que são mais valorizados pelo noticiário sobre países estrangeiros: guerras, conflitos, epidemias e tragédias inesperadas. Isso significa que, caso o jornalista tenha que optar entre dois temas para noticiar, ele escolherá um daqueles que se encaixa em um dos temas indicados. Sendo assim, a atenção dada ao Brasil por jornais estrangeiros, no que concerne a problemas e questões negativas, encaixa-se no contexto das características do próprio Jornalismo Internacional.

Para Viana (2010), em sua pesquisa intitulada “*Um olhar sobre o Brasil: Análises de notícias do jornal The New York Times*”, os resultados mostraram um país demarcado como exótico e com muitos problemas internos, mas que também tem sido reconhecido por avanços na área econômica. Os resultados apontaram o fato de que a ideia estereotipada do Brasil no exterior, como sendo um “local paradisíaco com belas praias e belezas naturais” e a terra “do samba e futebol”, mistura-se com a imagem de uma nação que possui muitos problemas internos, notadamente o crime e a corrupção (Viana, 2010, p. 91).

As notícias também expõem o Brasil apresentando outros problemas, como a desigualdade social e a inoperância das instituições públicas. Para Burke (2006, *cit. in* Viana, 2010, p. 91), os principais diários internacionais apresentam o Brasil como uma nação assombrosa, oscilando entre o paraíso tropical e o inferno dantesco. Viana (2014), na sua dissertação sobre a imagem do Brasil na mídia impressa portuguesa, concluiu que o Brasil é muito noticiado em Portugal, emergindo das matérias o mito intemporal do Brasil como nação exótica e terra de oportunidades. Contudo, o autor identificou também um conjunto notável de matérias sobre cultura, documentando a entrada de produtos culturais brasileiros no espaço lusófono.

Sousa (2002) destaca o interesse dos portugueses pelos produtos da indústria cultural brasileira e sinaliza que houve um crescimento na inter-relação estabelecida, em diversas formas e níveis, entre esses produtos e seus conteúdos. Conforme esse autor, “a proximidade linguística e até cultural (incrementada pelas importações portuguesas de conteúdos brasileiros), a proximidade afetiva, etc. favorecem, sem dúvida, o Brasil enquanto país a cobrir” (Sousa, 2002, p. 32).

Viana (2014), concluiu em suas pesquisas, que o Brasil ocupa muito mais o imaginário dos Portugueses do que se acreditava; e que a imagem de um Brasil exótico ainda predomina, somada à sustentação da imagem de um país de oportunidades e ainda dado ao desenvolvimento econômico vivenciado nos últimos anos. Ademais, são poucos os estudos e reflexões sobre o jornalismo internacional sobre a representação do Brasil em Portugal contemporâneo, o que coincide com a premissa apontada no primeiro capítulo desta tese, a de que, após a independência do Brasil, os historiadores voltaram-se cada um para o estudo de seu país.

Seguidamente, Régis Orlando Rasia (2014), em “*As imagens do Brasil em documentários de Rogério Sganzerla*”, ressalta que as imagens do país perante o olhar estrangeiro “invadem a brasilidade” e são tendenciosamente distorcidas, imaginadas e mesmo inventadas. Para Peres (2013, p. 62), que se debruçou em sua dissertação a analisar “*Os Simpsons e o Brasil: imagens de um olhar estrangeiro em ‘Blame it on Lisa’*”, é fato que o “Brasil dos Simpsons” não é uma construção narrativa feita de ideias “aleatórias ou ingênuas”. Com base em análise das imagens representadas em “*Blame it on Lisa*”, ancoradas no gênero humorístico, concluiu que constroem um discurso fundamentado na concepção de um “Brasil consolidado no imaginário estrangeiro”.

De acordo com Peres (2013), o humor adotado fundamenta-se na composição de estereótipos, na ironia de “identidades”, na deturpação de “realidades” e lugares. Também na zombaria, no abaixamento de idealizações, relacionando-se àquilo que soa ridículo e grosseiro, do que suscita risada. Nesse contexto, entende-se que o desenho não remete à crítica, simplesmente remete às demais culturas, ademais, se insere a colocar a família *Simpsons* como a representação, em forma de estereótipo, da família americana capitalista, percebida como etnocêntrica, manobrada pela mídia, sob um olhar desvirtuado e um tanto discriminado a respeito tanto da realidade assim como das outras culturas. Assim,

“o Brasil exibido no episódio foi-se construindo através das lentes dos *Simpsons* e das imagens que são produzidas e reproduzidas na mídia, desde as produções cinematográficas, os jornais e revistas etc” (Peres, 2013, p. 62).

Ainda na perspectiva de imagens cinematográficas, Oliveira (2015) ressalta o modo como a lógica da indústria cultural influencia a construção das imagens sobre o

país. Ou seja, a lógica da repetição, do consumo, mais ou menos automático, de produtos já conhecidos. Desse jeito, o Brasil é mais facilmente reconhecido e vendável no cinema estrangeiro, principalmente no norte-americano, como o país do samba, do futebol, das mulatas, da caipirinha, da Amazônia, da violência, etc. Seguindo essa “receita”, muitos filmes já tiveram o país como cenário, alguns mostrando-o como uma rota de fuga, um “paraíso” perfeito para fugitivos da legalidade. Um exemplo, cita a pesquisadora, é o último filme da série “*Velozes e Furiosos*”, em que os personagens refugiam-se da polícia dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e contracenam com belas mulheres, tráfico de drogas e corrupção policial.

Oliveira (2015) ainda assegura que produções mais recentes, como o último filme da saga “*Crepúsculo – Amanhecer (parte II)*”, também incluem o Brasil na narrativa, apresentando-o como “exótico”. Nesse filme são recrutados vampiros de várias partes do mundo para uma batalha. Para representar o país, são mostradas personagens supostamente indígenas, sendo duas mulheres com uma aparência bastante diferente dos traços indígenas brasileiros. Ademais, cada vampiro possuía um “poder” e, no caso das “brasileiras”, o dom demonstrado era de manipular a visão do inimigo, fazendo-o enxergar aquilo que elas queriam. Na cena, as “indígenas” trazem o cenário do que seria a Amazônia, repleta de árvores e macacos.

Oliveira (2015), a exemplo do que fez Viana (2014), atribui aos eventos Copa do Mundo no ano de 2014 e Olimpíadas em 2016, o foco da mídia sobre o Brasil para o mundo. Com base nesse pressuposto, acreditou que sua pesquisa, embora debruçada sobre um desenho produzido há dez anos, é recorrente. Nesse contexto, atribui à realização de grandes eventos mundiais a razão de o Brasil estar no centro do mundo. A discussão sobre a sua imagem nunca esteve tão em voga na vida dos estrangeiros, cujo conhecimento acerca do país deriva, muitas vezes, apenas do que é mostrado nas diversas mídias. Esse Brasil apresentado aos espectadores carrega um legado de estereótipos que fortalecem uma imagem precedentemente registrada na memória coletiva, conclui a pesquisadora.

Para Oliveira (2015, p. 6), mesmo que essa imagem seja passada de geração em geração, ela foi sofrendo algumas alterações, conforme as políticas e interesses dos países (EUA, países da Europa e do próprio Brasil). Contudo, pode-se encontrar semelhanças entre a imagem quinhentista, relatada pelos primeiros europeus

exploradores do Novo Mundo, e a imagem do Brasil explorada por *Hollywood*. São estereótipos e clichês que agradam europeus e norte-americanos, já que os mantêm no topo do mundo. Assim, o Brasil é apresentado, nas produções audiovisuais, como um país paradisíaco, selvagem e exótico, longe da modernidade e das grandes civilizações do hemisfério norte. A considerar tais perspectivas, pode-se entender que a imagem do Brasil foi fortalecida por várias décadas, por produtos culturais além do intermédio do poder da mídia global.

Nesse contexto, Viana (2014, p. 157) concluiu que a temática mais trabalhada pela imprensa portuguesa foi a Cultura, ao declarar: “o Brasil foi representado a partir de uma imagem cultural, ressaltando atrações, produções, atores e produtores, bem como as parcerias entre os dois países na área cultural”.

No que se refere à visão de “Paraíso Terrestre”, imagem de um país exótico, de cultura rica e abundante, “é parte do mito fundacional do próprio país” (Viana, 2014, p. 158), entendeu que essa representação do Brasil enquanto um paraíso exótico e de rica cultura, mantém-se atual. Pôde-se concluir, fundamentado nos resultados de pesquisas acadêmicas, que tal imagem perdura e que vem a agregar novos itens; ademais, persiste na formação da identidade do povo brasileiro.

Dentre as novas imagens do Brasil representadas pela mídia portuguesa, pelos resultados de sua pesquisa (Viana, 2014, p. 158), entendeu que nosso país é visto em Portugal como “um país mais sério, que é bastante tratado também, por questões políticas”. O que veio ao encontro das narrativas das revistas ilustradas portuguesas, na perspectiva de que o Brasil iria além do ponto de vista cultural.

Compararam-se os resultados apresentados por Viana (2014) com outros de trabalhos científicos publicados após essa data e identificou-se alteração na classificação. Segundo Viana (2014), os elementos desigualdade social e violência urbana não foram os temas mais trabalhados, a considerar o quantitativo de notícias analisadas. As pesquisas subsequentes revelaram que esses dois elementos surgiram com bastante visibilidade nos resultados. A exemplo da pesquisa de Oliveira (2015), que destacou a desigualdade social. Paganotti (2007) também destacou o elemento violência em artigo científico. Mesmo a considerar que a investigação de Viana (2014)

foi realizada no âmbito de Portugal, esses fatores já sinalizam predominância na imagem midiática de outros países também.

No que se refere ao elemento economia no Brasil, sob a interpretação da mídia impressa portuguesa, Viana (2014, p. 159) trabalhou com a hipótese de que “haveria significativo número de notícias sobre Economia”. O pesquisador constatou que a imprensa portuguesa trabalhou o Brasil no período como “um país de oportunidades para os portugueses e suas empresas, além de expor a nação como sendo bastante importante no contexto mundial”. Item apontado também por Sousa (2002), ao referir-se ao Brasil como um país de potencial econômico e cultural.

Viana (2014), sobre a relação entre Brasil e Portugal, entende que existe uma boa relação de caráter institucional entre esses países, em parceria com vários acordos de comércio e de cooperação político-diplomáticas, assim comenta:

Brasil e Portugal são os países com melhor capacidade político-econômica de articulação, no intuito de promover uma maior inclusão dos países africanos no âmbito das parcerias e cooperações (Viana, 2014, p. 164).

Pode-se concluir que sempre houve um esforço no sentido de manter uma boa relação entre Brasil e Portugal, no sentido de que favorece ambos os países.

Ainda no sentido de obter um melhor entendimento da construção do imaginário sobre o Brasil, basta visitar o passado da nossa história e acompanhar as narrativas sobre Pedro Álvares Cabral em solo brasileiro e seguir a imagem do Brasil na mídia estrangeira no decorrer do tempo, alinhada às conclusões formalizadas em trabalhos acadêmicos. De acordo com Oliveira (2015), a construção do imaginário dos países suburbanos não se originou de obras baseadas em filmes, ou seja, o cinema apresenta o que pretende obter como resultado, a preferir uma repetição de imagens conforme empatia do grande público, premissa que se atribui à mídia em geral.

Ao se tratar de construção das imagens do Brasil, a citação abaixo retrata, de um modo geral, aquelas representadas no Brasil atual:

As imagens do Brasil vão desde a beleza e o erotismo feminino à corrupção política, da Violência urbana, à paisagem verde e virgem, das desigualdades sociais, à euforia da cultura de massa, da pobreza e desorganização das cidades à felicidade e boa disposição do povo brasileiro (Oliveira, 2015, p. 10).

A beleza natural, pura e selvagem feito um manto verde, que protegia o

território sul-americano, marcou intensamente o pensamento europeu assim como a convicção de natureza dos europeus. Ademais, contribuiu para a formação de uma imagem divina que permanece ainda hoje no imaginário estrangeiro.

Conforme Oliveira (2015), muitos foram os testemunhos que registraram em palavras o seu enfrentamento com o quarto continente. Um local que se evidenciava diante deles com todas as ameaças e segredos de uma terra inexplorada, agradável e abundante em recursos naturais. A Carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro escrito sobre o Descobrimento, transmite o efeito que esse Novo Mundo provocou nos europeus e, como consequência, várias literaturas surgiram sob seu estímulo. Sendo assim, entendeu-se que:

As palavras dos navegadores foram fundamentais para entender o Novo Mundo, servindo de inspiração para as mais diversas obras que marcaram a literatura mundial como a “*Utopia*” de Thomas Morus; “*Cândido*” de Voltaire; “*Nova Atlantis*” de Francis Bacon; e os “*Ensaio*” de Montaigne (Oliveira, 2015, p. 10).

Silva (2004), em “*Globalização, ciberespaço e imaginários: a atualização da imagem do Brasil como paraíso terrestre na Internet*”, em consonância com os demais resultados publicados sobre a imagem do Brasil no estrangeiro, demonstra que os imaginários do Brasil articulavam-se em torno do mito fundador e identitário: o Brasil como “paraíso terrestre”. Ao tratar-se de cinema internacional, no contexto dos estudos de Oliveira (2015), a paisagem do Brasil segue representada como um paraíso terrestre. O Corcovado, as praias tropicais, as verdes montanhas, a arquitetura de alto padrão à beira-mar, a imagem magnífica do Pão de Açúcar; todas essas representações compõem o imaginário sobre o Brasil. Imagens que, de tão significativas, dispensam legendas, por se tratarem de cenários arquivados na memória coletiva, sugere a pesquisadora.

Entende-se que o Brasil é um país de contrastes, de impressões, repleto de diversidades apontadas entre as classes sociais, onde há carência de recursos para uma condição de vida digna, fato que leva muitos brasileiros, por falta de opção, a entrarem no mundo do crime em busca de sobrevivência e tornam-se personagens de filmes, conforme contextualizou Oliveira (2015). Outro elemento que contribui para a construção da imagem que os estrangeiros fazem do Brasil é a cor da pele dos moradores dos morros, insumo que conta para a elaboração de películas de cinema.

A impressão gerada é a de que se trata de um país desgovernado, onde tudo é permitido, ausente de uma civilização moderna; impressão que ficou desde a primeira

visita dos portugueses em Porto Seguro, na Bahia, deduz Oliveira (2015).

Hans Staden (1928), um alemão que conviveu, prisioneiro, com uma tribo indígena por quase um ano, rotulou os índios de selvagens, cruéis, possuidores de hábitos canibais. As suas palavras e ilustrações tornaram-se significantes testemunhos dos hábitos e costumes dos índios, uma vez que a sua história serviu de exemplo para muitos outros europeus, que enfrentaram os mais diversificados riscos na selva brasileira. Sabe-se, conforme a historiografia que muitos dos quais jamais retornaram às suas pátrias.

A conclusão a que a pesquisadora chegou sobre os filmes analisados é de que:

Os cineastas souberam se aproveitar dos contrastes que caracterizam o Brasil, colocando-o desejável e temido na mídia. Rechearam o país com todos os clichês e estereótipos que agradam e valorizam os que habitam ao lado norte da linha do equador (Oliveira, 2015, p. 12).

Diante dessas explicações, pôde-se imaginar que o Brasil, desde sempre foi visto como um país relegado, acidental, percepção que se apropria das relações entre as culturas e afirma-se intensamente no âmbito dos preconceitos e estereótipos.

Conforme os resultados encontrados, pôde-se perceber que a imagem do Brasil foi sofrendo alterações ao longo de sua existência, de acordo com o interesse midiático internacional e pela autorreferencialidade emitida pelos próprios brasileiros. Porém, esse Brasil sem evolução, desequilibrado, apresentado na época do descobrimento, continua na mídia internacional. Pode-se perceber, por acaso, nas mídias televisivas, indício do começo da construção de uma nova imagem, no sentido de deixar de ser apenas o protagonista de notícias sobre a violência, a desigualdade social, a corrupção, para tornar-se reconhecido como uma grande potência, sem negacionismo de que sua imagem continua relacionada ao sensualismo feminino, em particular das mulatas, resultado da mistura entre americanos, europeus e africanos, que justifica a nossa origem e que, sem dúvida, nunca sumirá de nossa história.

Miscigenação essa que torna complexa a identidade do povo brasileiro, questão polêmica, por todo o decorrer da história do Brasil até hoje, de vários estudos, questões, pontos de vista – muitos em comum, porém, muitas discordâncias. O sociólogo Gilberto Freyre (1963) partia da premissa de que as relações entre portugueses e índias ou negras e os seus filhos mulatos, eram frutos de relações afetivas e que essas relações

atenuavam a sociedade escravista da época colonial, em comparação aos outros países colonizados.

Em contrassenso, o antropólogo DaMatta (2004) defende que não teria sido bem assim, visto que os portugueses eram racistas e não atribuía-se ao fato de haver intimidade com as escravas que a opressão e a violência eram amenizadas. Prado (1928) parte da crença de que nas relações não existia afeto. Nessa perspectiva, Freyre e DaMatta ressaltam, ambos, as características do mulato, elevando a sua importância para o Brasil e assentindo ser a mulher mulata um símbolo do exotismo e da identidade do país.

Brasil (2012), em pesquisa sobre a construção da imagem do Brasil no estrangeiro, é partidária da premissa de que a produção jornalística dos correspondentes e das agências de notícias exerce papel fundamental na formação dessa imagem. Sendo assim, logo que a imprensa brasileira é favorecida, por tratar-se de fonte primária de notícias utilizadas pela classe jornalística estrangeira no país, o resultado acaba por representar um processo de autorreferencialidade.

Acreditou-se, portanto, que as produções midiáticas geradas pelos jornalistas estrangeiros e disseminadas pelas agências de notícias internacionais seriam responsáveis por parcela da construção do imaginário, não só do Brasil, mas de todos os países. Imagina-se, contudo, que a questão maior é assentir que nenhuma imagem é plenamente concreta (Gazut *cit. in* Brasil, 2007).

Recorreu-se à descoberta do Brasil até o século XIX, de onde sobressaiu uma imagem atrelada à grandeza de território, abundância de vida selvagem e sensualidade, como propriedades naturais. Tudo isso dado aos relatos que tiveram início com a carta de Pero Vaz de Caminha e demais viajantes, colonizadores que visitaram o Brasil. Como dotes adquiridos ao longo do tempo, ressaltaram-se o desenvolvimento da vida urbana, a malandragem, o jeito brasileiro, a indolência, a musicalidade e a cordialidade e, atualmente mais difícil para nós brasileiros, a violência, a corrupção e a desigualdade social – o que vem representar não somente pensamento do estrangeiro, mas uma visão projetada no estrangeiro e internalizada no inconsciente do povo brasileiro.

Há de se convir que, historicamente, o Brasil apresentado pela mídia estrangeira é repetidamente fruto de uma utopia repleta de estereótipos e clichês, nos

quais prevalecem antigos modelos de representação, sugestionados pela exploração de uma natureza exuberante e de costumes singulares frente ao olhar euro-americano. Brasil (2012) recorreu a um repertório de imagens recorrentes aos anos 1930, quando o Brasil iniciava na rota do turismo a partir dos grandes cruzeiros, dos cassinos e da reprodução internacional de um imaginário de um povo cordial e com manifestações culturais particulares. A beleza das mulheres, a musicalidade dos povos e o carnaval são expressões que seriam agregadas à descoberta da Amazônia. Mais recentemente, conforme citado anteriormente, surgiu a violência, a exclusão social, dentre outras questões, num processo de desenvolvimento histórico que representa a imagem que os brasileiros têm do próprio país.

As agências de notícias internacionais, empresas jornalísticas especializadas em difundir informações e notícias extraídas diretamente das fontes para os veículos midiáticos, foram contempladas nos últimos tempos pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), com a internet, inerente a todos os meios de comunicação. Em referência ao fluxo comunicacional internacional, conforme Edward Said (1933), por tradição, os meios de comunicação americanos e provavelmente os ocidentais em geral, têm-se apresentado como extensões sensoriais do contexto cultural predominante. A imprensa local acompanha o poder das agências internacionais e a sua carga, na formação da agenda informativa internacional, conforme expressa Said:

O sistema de mídia internacional tem feito, na realidade, aquilo que pretendiam fazer as noções idealistas ou ideológicas de coletividade, de comunidade imaginária. Em comparação à forma como operam as quatro grandes agências de notícias ocidentais, à maneira pela qual os telejornalistas internacionais de língua inglesa selecionam, reúnem e transmitem imagens pictóricas de todo o mundo, a mídia não é apenas uma rede prática totalmente integrada, mas um modo de articulação eficientíssimo unindo o mundo inteiro (Said, 1933, pp. 379-380).

Entende-se, assim, que a influência das agências de notícias internacionais no noticiário local torna-se essencial para o entendimento da construção de uma imagem ou identidade nacional conforme estudos realizados.

Ao abordar sobre a identidade nacional, Caponero (2007) analisa, em suas pesquisas, as ações das agências internacionais e acusa a recorrência aos estereótipos e preconceitos:

Muitas vezes justifica-se a imagem de um país pela divulgação feita pelos meios de comunicação em geral e pela imprensa estrangeira internacional, que recebe as notícias das principais agências noticiosas internacionais como Reuters, United Press

International (UPI), e Associated Press (AP), as quais manipulam e alteram as informações, exercendo uma seleção arbitrária da informação e uma avaliação tendenciosa da realidade, expondo determinados problemas nacionais, o que significa dizer que as notícias do mundo são etnocêntricas, refletem a opinião da Europa e dos Estados Unidos, e estão carregadas de elementos estereotipados, imagens, ideias e conceitos que nem sempre representam a realidade, mas que acabam sendo aceitas pelas pessoas que as tomam como reais, tornando de um certo modo um consenso sobre uma imagem veiculada a respeito de algo ou algum país (Caponero, 2007, p. 86).

Ao analisar o caso específico do Brasil, Murta e Goodey (*cit. in* Caponero, 2007, p. 87) fazem as seguintes suposições:

Essa imagem estereotipada dos países tem aceitação no próprio território nacional: ela é assumida como elemento verdadeiro da cultura brasileira e dessa forma é difundida. (...). Dessa forma, há que se reconhecer a importância dos meios de comunicação de massa, sem desconsiderar a existência de uma visão estereotipada que nós mesmos assumimos para nos apresentarmos ao mercado internacional.

Nesse cenário, ao contrário do que acede ao desejo da multiplicidade governamental, ao invés de divulgar notícias consideradas positivas sobre seus países, a mídia estrangeira opta por divulgar as notícias vistas como ruins, como por exemplo, os desastres naturais ou desastres provocados pelos homens; por conseguinte, as pautas vistas como negativas. Sendo assim, torna-se a mídia responsável pela formação da imagem dos países. Nesse pensar, pode-se crer que as matérias reproduzidas pelas mídias estrangeiras têm a grande probabilidade de serem as únicas informações que a grande massa da população obterá sobre esse imenso e extraordinário país da América Latina, que é o nosso país.

Entendeu-se que a imagem do Brasil lá fora resulta da nossa autoimagem. Reflexo da imagem que fazemos de nós mesmos, de como nos percebemos, imagem essa enquadrada e disseminada pela própria mídia nacional, uma vez que, faz uso do noticiário brasileiro como fonte primária, para a reprodução da imagem do Brasil no estrangeiro. Sendo assim, entende-se que são os próprios brasileiros, editores dos estereótipos culturais, difundidores da matéria-prima à mídia internacional.

Diante das abordagens apresentadas sobre a imagem do Brasil no estrangeiro, pôde-se perceber que esta é a soma da nossa autoimagem. Sendo assim, para se compreenderem as imagens do Brasil projetadas pela imprensa do exterior, fez-se necessário recorrer a tempos precedentes e projetar a evolução diacrônica dessas imagens. Segundo Marilena Chauí (2010), vive-se no Brasil uma narrativa de origem que nunca cessa. Ela recorre ao chamado “mito fundacional”, que em um sentido

antropológico seria uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram soluções para serem resolvidos na realidade.

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (Chauí, 2000, p. 9).

Ao ponderar as referências históricas e teóricas perante a análise de termos recorrentes nas matérias produzidas sobre o Brasil, optou-se por iniciar com o destaque dos resultados obtidos na investigação e análise do pesquisador Brasil (2012). Com destaque para a cobertura no cenário midiático sobre o Brasil, focado nas agências internacionais *Associated Press Television News* (APTN) e a *Thompson-Reuters* (Reuters TV) que, segundo o pesquisador, “são a fonte primária de acesso às informações sobre o nosso país, (...) responsáveis pela construção e desconstrução da tão citada e polémica *imagem do Brasil no exterior*” (Brasil, 2012, p.785, *grifos do autor*).

Seguiu-se com as temáticas surgidas com maior frequência, que, conforme Brasil (2012), constam nos bancos de dados das agências internacionais:

- i. Questão ambiental – a falta de preservação da floresta amazônica, contenção de impactos ambientais, má distribuição de terra, mobilidade agrária;
- ii. Notícias gerais – fenômenos naturais;
- iii. Política – com predominância das eleições, delação de corrupção, movimentos trabalhistas, reuniões internacionais;
- iv. Contextos internacionais e latinoamericanos – Mercosul, segurança, tráfico de drogas, terrorismo, tráfico de mulheres, ilegalidade na imigração, territorialização brasileira;
- v. Violência – a ressaltar o Rio de Janeiro, sobre atentados contra turistas, crimes contra menores, casos de pedofilia;
- vi. Economia – destaque para greves, produção industrial, agricultura, inflação, exportação;
- vii. Esportes – seleção brasileira de futebol e eventos de caráter nacional e regional;

- viii. Cultura, comportamento, música – inovações nacionais e repercussão de presença de grupos estrangeiros no Brasil, moda, celebridades, modismos, excentricidades, etc.
- ix. Carnaval – Rio de Janeiro, desfiles, sexo, turistas, mortes;
- x. Religião – com destaque para: religiões afrobrasileiras, aumento das igrejas protestantes, crise na Igreja Católica e questões sobre o aborto.

De acordo com Espiridião 2011 (*cit. in* Brasil, 2012, p. 791), números colhidos junto à agência de notícias da Rede Globo, essencial fornecedor de matérias e imagens sobre o Brasil aos correspondentes de notícias das agências internacionais APTN e *Thompson-Reuters*, cerca de 80% das imagens adquiridas no processo de compras pelas TVs e agências internacionais destacam as temáticas a seguir:

- i. Violência em geral e catástrofes naturais;
- ii. Assuntos de natureza política (decisões do governo brasileiro, novas medidas e declarações de políticos);
- iii. Histórias envolvendo estrangeiros, especialmente casos ligados à violência, como assaltos, assassinatos, violações, expatriações;
- iv. Temas relacionados ao mundo do futebol e matérias de comportamento.

Diante do exposto, pôde-se entender que é expressiva a participação dos correspondentes internacionais na formação da imagem do nosso país no estrangeiro, e que essa imagem construída representa a imagem que passamos de nós mesmos.

Constatou-se que os dados apresentados nos resultados das pesquisas realizadas sobre essa questão são muito similares. Sendo assim, pode-se afirmar que as representações atuais do Brasil no estrangeiro são, fundamentalmente, embasadas em estereótipos sobre o país do carnaval, do futebol e da violência. Tais imagens, no entanto, reverberam as representações que as pessoas criam, assumem e disseminam delas mesmas. Ou seja, gera-se e repassa-se nossa autoimagem, de acordo com as considerações de Murta e Goodey (*cit. in* Caponero, 2007, p. 87):

Essa imagem estereotipada dos países tem aceitação no próprio território nacional: ela é assumida como elemento verdadeiro da cultura brasileira e dessa forma é difundida. Dessa forma, há que se reconhecer a importância dos meios de comunicação de massa,

sem desconsiderar a existência de uma visão estereotipada que nós mesmos assumimos para nos apresentarmos ao mercado internacional.

Com fundamento nas pesquisas avaliadas, pôde-se concluir que a imagem do Brasil no exterior é resultante da própria percepção dos brasileiros sobre o país, ou seja, reflete as representações que se constroem e repassam deles mesmos. Sendo assim, geram-se e disseminam-se os próprios estereótipos. Ao mesmo tempo, são interpretados e divulgados pela mídia estrangeira assente no país, que faz uso do noticiário brasileiro como fonte primária para a formatação da imagem do Brasil no estrangeiro.

Os estudos sobre o fluxo de notícias internacionais apontam para a necessidade de se entender melhor os processos de construção, desconstrução e controle da identidade brasileira pela mídia internacional, ainda em análise. Concordou-se com o pesquisador, ao trabalhar o pressuposto de que a imagem nacional não seja única, nem tampouco imutável. Ela estaria em exercício, em frequente mudança. Ao inverso do que se crê, seria essencialmente produto da autoimagem repassada pela mídia nacional. Sendo assim:

Em essência, imagina-se que a influência dos agentes externos para a produção das notícias internacionais é limitada. Mas ainda existe o domínio de estereótipos, confirmação de expectativas ou imagens pré-concebidas sobre o Brasil por parte da mídia nacional. No caso da análise de conteúdo das matérias divulgadas sobre o Brasil pelas agências internacionais, percebeu-se a imposição de critérios implícitos nos meios de comunicação (televisão, rádio e imprensa) que por si, exercem uma evidente influência sobre a sociedade. Pois, além de noticiar os grandes desastres ou acontecimentos, os correspondentes também mostram frequentemente o que nós julgamos ser a imagem do Brasil (Brasil, 2012, p. 792).

Mediante inúmeras questões a serem discutidas e ainda não desvendadas sobre a imagem do Brasil, optou-se por fazer uma analogia à afirmativa do influente historiador modernista francês Lucien Febvre, cofundador da chamada “Escola dos Annales”:

“Assim eles (historiadores) atuarão sobre sua época. Assim farão com que seus contemporâneos e seus concidadãos possam compreender melhor os dramas dos quais vão ser, dos quais já são, ao mesmo tempo, os atores e espectadores. Assim trarão os mais ricos elementos de solução aos problemas que perturbam os homens de seu tempo (Febvre, 1978, p. 182)”.

Afinal, há de se convir que a história é feita através da busca de respostas no presente em relação ao passado; portanto, faz-se fundamental conhecer a origem dos fatos para poder entender a situação atual. O caminho é feito por meio da análise historiográfica, não há outro jeito.

2.2 Imagens do Brasil sugeridas pela mídia portuguesa

Como sustentação dessa abordagem, iniciou-se esse item com a descrição da origem do Brasil sob o ponto de vista do imaginário europeu, essencialmente, do português, nosso colonizador. Narra a historiografia que, em 22 de abril de 1500, quando a grande armada sob comando de Pedro Álvares Cabral alcançou a costa leste brasileira, seus tripulantes vislumbraram, pela primeira vez, terras até então anônimas.

Entende-se que os tantos visitantes daquela época imortalizaram em palavras a sua visão geográfica e humana do território, como testemunho do encontro com o “Outro”, expandido um novo mundo diante dos europeus, um portal para uma outra realidade, tropical e exótica. Uma terra misteriosa que surgiu onde o mar terminou, colocando em questão tudo o que era uma certeza até então. Atribuiu-se a honra pela grande obra ao povo lusitano, pelo fato de ter sido o primeiro a pisar a Terra de Vera Cruz, acontecimento que uniu até hoje dois povos separados pelo Atlântico, tão bem retratado na poesia de Fernando Pessoa em “*A mensagem*”:

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce. / Deus quis que a terra fosse toda uma, / que o mar unisse, já não separasse. / Sagrou-te, e foste desvendando a espuma. / (...) E viu-se a terra inteira de repente, / surgir, redonda, do azul profundo. / Quem te sagrou criou-te português (*cit. in Oliveira, 2015, p. 22*).

Naquele fim de inverno de 1500, uma esquadra imponente poderia ser vista balançando nas águas geladas do rio Tejo: dez naus (uma nunca mais avistou terra) e três caravelas¹⁰. Imagina-se que muitos dos jovens que compunham a frota de Cabral já haviam estado naquele mesmo porto, ainda pequenos, em 1488, quando a ele retornara Bartolomeu Dias, ao saber que a África podia ser contornada, ou nove meses antes da ida, quando Nicolau Coelho, precedendo Vasco da Gama, ostentou que os portugueses chegaram à Índia (Amancio, 2000). Naquele lugar, tanto de tristeza para os que vão quanto de alegria para quem chega, muitos portugueses rumaram à Índia à conquista de fama e ouro (Bueno, 1988).

Após três dias de celebração da Páscoa, narra Amâncio (2000) que aproximadamente 1350 homens, carregados por ventos contraditórios, acharam o

¹⁰ Após ter conhecimento sobre a descoberta da nova terra, o rei D. Manuel alterou o nome de Ilha/Terra de Vera Cruz para Terra de Santa Cruz.

paraíso terrestre. As repercussões do descobrimento lusitano alcançaram os mares rumo ao antigo continente. Naquele lugar, circundaram seguramente com grande entusiasmo, causando, decisivamente, uma nova definição dos dogmas eurocêntricos. A mistura de europeus e indígenas, postou-os diante de um sincretismo cultural, levando-os a repensar a posição da Europa no mundo. O choque desse universo sobre o pensamento europeu pode ter definido o Brasil como uma invenção vinda do imaginário da Renascença, ponto em que a terra do Éden e do Eldorado se localizam, aspirando os sonhos filantrópicos.

Escritos esses que se ajustavam num novo olhar sobre o mundo, e foi a partir deles que se desenhou a imagem do Brasil exótico e selvagem. O cenário dos relatos dos viajantes, que se aventuravam pela selva sul-americana, eram escritos para serem lidos pelo público europeu do Renascimento. Nesse momento, as viagens dos descobrimentos somavam as terras do já planeta não mais desconhecido gerando ambiente para o que viria a tornar-se a globalização e a inaugurar o que viria a ser a modernidade. Dessa forma, o Brasil quinhentista é apenas conhecido através de testemunhos anotados de europeus para europeus, que encontraram nativos num universo mental bem diferenciado do deles. As suas narrativas são a amostra de um mundo semelhante, onde o homem e a natureza interagem harmoniosamente entre si, tornando-se representantes de um lugar mítico definido pelos contrastes apresentados: por um lado, edênico, por outro, alarmante (Amancio, 2000).

A imagem da Terra de Santa Cruz¹¹ nasceu dos participantes da armada de Pedro Álvares Cabral, traçada por Pero Vaz de Caminha, mais interessado em descrever o que via, do que os lucros que poderia obter com a descoberta. O Mestre João Faras descreveu a mediação das estrelas e o piloto anônimo, que inicia os seus escritos com a partida do Brasil em direção às Índias. Nenhuma das três narrativas foi inicialmente editada em Portugal. A notícia do descobrimento do Brasil só saiu impressa no século XVI, quando Fernão Lopes de Castanheda publicou, em 1551, o primeiro volume da História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses. Estas narrativas de viagens são o nascimento da construção do imaginário europeu sobre o Brasil.

¹¹ Em forma de enseada.

Vários foram os viajantes que se aventuraram por estas terras, sendo o mais célebre, por ter vivido entre os nativos, Hans Staden, autor do primeiro livro europeu impresso “*Viagens ao Brasil*”. Nele, o autor narra as suas vivências no território brasileiro. Staden ficou conhecido por relatar a sua vida como prisioneiro dos tupinambás e também pelas ilustrações do cotidiano indígena, com as suas festas, guerras e rituais antropofágicos. Já a Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, ainda que não tenha sido o primeiro documento a ser publicado na Europa, foi o primeiro a ser escrito sobre a nova terra. O relato do escrivão português foi considerado o mais importante dos onze documentos produzidos em 1500 sobre o Brasil.

Sobre o olhar edênico a respeito da paisagem brasileira, conhece-se através da historiografia que, ao entrar no século XVI, o quarto continente surge ampliando os limites do mundo e acrescentando uma outra dimensão à noção de natureza. Os testemunhos dos navegadores, ao descreverem as suas experiências relativas à paisagem sul-americana, contribuíram para um melhor entendimento do que seria o novo mundo, erguendo-se diante dos olhos atentos da velha Europa. Pero Vaz de Caminha, nos seus nove dias de permanência em Porto Seguro, definiu minuciosamente a paisagem brasileira. O escrivão, objetivo e atento, da feitoria Calecute, imortalizou também, em palavras, o primeiro confronto dos europeus com os nativos: “eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” Caminha (2019, p. 8). Caminha teve a posição privilegiada de relatar, na primeira pessoa, o encontro que mudaria a história da humanidade.

Com um estilo em que ecoam traços da Bíblia, da *Ilíada* e da *Eneida*, a carta nos cativa por sua originalidade. Dividindo a narrativa em nove dias, a simplicidade do estilo nos recorda a descrição da criação do mundo. (...) se coloca em pé de igualdade com o cronista da *Gênesis*, ou mesmo o supera, já que ele tem a posição privilegiada de testemunha ocular. Sua posição é a do Verbo criador, a palavra que evoca e cria. No entanto a sua carta é simples, sua abordagem é despreziosa (Donisete e Grupione, 2011, p. 39).

Logo que os indígenas avistaram aqueles seres estranhos cobertos de tecidos e adornos, chegando pelo mar em grandes objetos flutuantes de madeira, nada igual havia sido visto antes, para se prevenirem, armaram-se de arcos e flechas prontos para atacar, caso necessitasse. Porém, ao primeiro sinal de amizade emitido pelos portugueses, esses desarmaram-se e iniciaram uma troca amigável de pertences. Aí, começou uma longa história que os portugueses dividem com os brasileiros. A descrição do enfrentamento com pessoas de atributos tão distintos, até então desconhecidas, é altamente

impressionante, assim como a descrição da paisagem que é escrita de maneira leve, ao ponto de poder-se facilmente idealizá-la, conforme processo que ocorre no ato de ler.

Na carta de Caminha, evidencia-se o impacto que a paisagem causou no escritor. As suas palavras, frutos de uma exegese desenhada pelas experiências prévias, descreveram-na, sublimando-a e, conseqüentemente, alterando-a. Pela beleza e exuberância das cores das praias, dos pássaros e vegetação bem diferentes, se comparadas com a paisagem africana, descoberta anteriormente (Amancio, 2000).

Os navegadores, extasiados, contemplaram aquele cenário paradisíaco, até então inexistente, que tornou-se verdadeiro e passou a ser observado desse então. Para Amancio (2000), a distinção dos objetos existe por meio da relação das imagens adquiridas pela visão, que carrega informações que a memória traz à tona. Ao contemplar uma paisagem, torna-se parte dessa própria paisagem. Assim sendo, o olhar de Caminha não era por completo puro, possuía por trás todo o seu passado pleno de ideologias, vivências pessoais e a influência de uma sociedade absolutista, com interesses coloniais.

Pero Vaz de Caminha entendeu o que viu conforme o seu passado, numa busca por formas ou padrões que se repetiam na paisagem, podendo reconhecê-las. Burke (2006) exemplifica essa “tradução cultural”, ao recorrer a Vasco da Gama e seus companheiros que, ao entrarem num templo indiano, viram Brahma, Vishnu e Shiva unidos pela cabeça e traduziram a imagem para uma representação da Santíssima Trindade. A paisagem brasileira surge, neste formato, numa conjunção do olhar dos viajantes contando as experiências, ideias e crenças anteriormente fixadas na memória dos europeus.

Neste seguimento, é compreensível o uso de comparações na carta de Caminha, a citar as habitações dos indígenas de rama verde semelhantes às choupanas camponesas de Entre-Douro e Minho, no norte de Portugal.

A gestação de uma paisagem coletiva se encontra dependente da capacidade de convencimento e sensibilização cultural e evocativa do agente impulsionador que cria e reproduz sua representação em larga escala, (...) entre outros fatores, da reelaboração da imagem como memória (Gomes, 2001, p. 59, *cit. in* Oliveira, 2015, p. 26).

O panorama da natureza contemplado pelos portugueses era influenciado pela visão anteriormente imaginada de um país paradisíaco, exótico, mas também selvagem.

Amancio (*cit. in* Guibbert, 2000) aponta como atributos desse país, a ausência de uma história contemporânea que o coloque no mesmo nível das nações modernas; geografia maravilhosa; pobreza endêmica, assumida com fatalidade ou indiferença; crueldade arcaica dos costumes; brutalidade sem controle dos homens e ardor sensual das mulheres; pitoresco decorativo dos costumes e das danças; religiosidade primitiva.

Essas características, traçadas a princípio por Amancio (*cit. in* Guibbert, 2000), tornam-se atributos de identificação do Brasil no fictício euro-americano. Mesmo antes dos portugueses alcançarem a América, já existia uma terra selvagem e paradisíaca, ainda que, não conquistada.

Com o passar do tempo, o conceito de natureza foi se transformando em cultura, definida e entendida conforme o imaginário de cada sociedade. Uma das suas interpretações teria sido formada pelo conceito de paisagem. Essa, de algum modo, é responsável pela estruturação das sociedades. Tem o poder de evocar significados a partir dos signos e valores atribuídos pelo ser humano e, assim, a sua existência está condicionada, entre outros fatores, pela capacidade do indivíduo de assimilar e reproduzir conteúdos culturais ou elementos naturais (Luchiari, 2001, *cit. in* Oliveira, 2015).

Bem como a imagem, pode-se entender que a paisagem observada e descrita faz parte do imaginário, no momento em que é reconstruída e, de certa forma, ajuda a criar e manter a memória coletiva de um passado glorioso e nobre; bem ao gosto do nacionalismo romântico, do qual descende a nação brasileira (Manini et al., 2010). Com base nessa perspectiva, assim os europeus reconstruíram a paisagem brasileira, desde o momento em que a observaram e assim a descreveram:

Esta terra, Senhor, parece-me que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvesmos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Tem ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia parma e muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa (Caminha, 2019, pp. 48-49).

A leitura que se faz ao contemplar ou fotografar uma paisagem nunca é a mesma, ainda que pela mesma pessoa. A imagem é viva, jamais se repete, simplesmente altera-se incessantemente com o tempo, assim como o olhar que, interpretado conforme

experiências, nunca será o mesmo. Compara-se a uma fotografia que, ao registrar um momento singular, reflete o olhar instantâneo do fotógrafo. Nessa perspectiva, a leitura da paisagem contribui para as mais diversas representações do Brasil, sendo os escritos dos viajantes os grandes condutores de tais representações (Oliveira, 2015).

“uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. Esses sentidos “(...) estão nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (Hall, 2005, p. 50).

Nesse contexto, a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”, dessa forma produz “sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar” (Hall, 2005, p. 51).

Para Mariza Veloso Motta Santos¹² (*cit. in* Rasia, 2014, p. 77), a América Latina tem obsessão pelo tema da identidade. Isso decorre do fato da identidade ter sido enquadrada e definida pelo “Outro”, o estrangeiro, desde o nascimento da região. O europeu trouxe o enorme poder simbólico, o poder de nomear e foi este “Outro” que definiu desde o princípio, como superior, como civilizado, em oposição ao latino-americano, os bárbaros, os canibais incivilizados e mestiços.

Segundo Hall (2005, p. 52), “há sempre a narrativa da nação”. Sganzerla (1981) utiliza, em parte, essas narrativas, no sentido de compreender a forma na qual são contadas e recontadas tais histórias, seja nas literaturas da nação, nos meios de comunicação ou na cultura popular, uma vez que oferecem uma cadeia de histórias, imagens, panoramas, cenários, acontecimentos históricos, símbolos e rituais nacionais que falam pelas experiências vividas, as vitórias, as derrotas e demais acidentes que exaltam a nação.

Segundo Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira (*cit. in* Rasia, 2014, p. 80), “é o olhar que designou conceitos que preexistem”. Ainda para Maria Angélica, essa seria a razão pela qual o olhar ainda tem tanta repercussão sobre a autoimagem que os brasileiros fazem de si mesmos. Sganzerla absorve as questões do olhar lançado pelo estrangeiro no decorrer da história. O que se vê em seus filmes é uma montagem que

¹² Cf. Entrevista da pesquisadora ao documentário O Brasil no olhar do viajante: Episódio I (2013-2014) de João Carlos Fontoura.

torna o tempo histórico dilatado, lançando o espectador, a todo instante, a períodos-chaves da construção deste olhar.

Conforme resultados das pesquisas acadêmicas anunciados anteriormente, pôde-se reafirmar que, no decorrer do tempo, tantas outras imagens surgiram. No entanto, estudos sobre a imagem do Brasil pelo olhar estrangeiro comprovam que representações do Brasil como um lugar paradisíaco continuam presentes. Várias pesquisas e outros trabalhos têm procurado identificar, porém, essas pesquisas centram-se nas imagens contemporâneas do Brasil na mídia estrangeira, pouco explorando a dimensão histórica da formação destas imagens. Eis a importância do objeto de investigação desta tese.

O mito do brasileiro como povo cordial e alegre (Holanda, 2009), do qual Prado Jr (1928) discorda; o mito do brasileiro como um ser inventivo, capaz de contornar problemas com o célebre “jeitinho brasileiro” (Fafe, 2010); a cordialidade refutada por (Ribeiro, 1995); enfim, o carácter miscigenado do povo brasileiro (Freyre, 1963). Todos fazem parte do conjunto de componentes originários e perduráveis da formação da identidade brasileira, que se somam na historiografia, ainda que continuamente reinventados nos discursos.

Bignami (2002) correlaciona a formação da identidade do brasileiro à projeção de sua autoimagem:

A formação da identidade nacional está intimamente ligada à projeção da própria autoimagem. A imagem nacional não é resultante unicamente da visão do estrangeiro a respeito do país (...). A nossa imagem é, também, em parte, uma projeção da nossa identidade e, estrategicamente organizada ou não, ela acabou privilegiando e ressaltando alguns aspectos da nação (Bignami, 2002, p. 39).

Segundo Hall (2002), “a narrativa do mito fundador é uma das estratégias utilizadas para representar a nação e a cultura nacional”. O autor traz um conceito diferenciado para o termo e, em consenso com Chauí, em uma nova abordagem, uma vez que, para Hall, a origem da nação se mede em um tempo mítico. Sendo que, na perspectiva dele, o mito fundador é:

(...) uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’ (Hall, 2002, p. 54).

Conforme perspectiva de Hall, e a considerar-se o caso do povo brasileiro, pode-se entender claramente que há um tempo e um espaço destinado ao surgimento do mito fundacional. De acordo com Silva (2006), no contexto da historicidade, teria como partida o descobrimento do Brasil e sua posterior colonização. Nesse sentido, pode-se entender que as imagens identitárias do Brasil percorrem o mito fundador, à luz da imagem do nosso país como um paraíso terrestre.

Há um assentimento entre Chauí (2000) e Holanda (2010) que complementa tal argumento, partilhando da abordagem de que também deriva do mito fundador a representação do Brasil em que é visto como um lugar de convívio equilibrado, de um povo alegre e sensual (Viana, 2014). Identificou-se discordância de Prado (1828), ao comparar com esses autores, que interpreta o povo brasileiro como um povo triste. Segundo Holanda (2010, *cit. in* Viana, 2014, p. 37), a obsessão de alguns europeus por esse paraíso se enlaça estreitamente aos motivos edênicos, tão populares durante o período das grandes navegações. Para esse historiador, os portugueses não seriam menos crentes na existência de tais motivos do que outros povos.

De qualquer modo, não se poderá dizer que a sedução do tema paradisíaco tivesse sido menor para os portugueses, durante a Idade Média e a era dos grandes descobrimentos marítimos, do que fora para outros povos cristãos de toda a Europa ou mesmo para judeus e muçulmanos (Holanda, 2010, p. 226).

DaMatta (1993, *cit. in* Viana, 2014, p. 37) parte do princípio de que a própria carta oficial de Pero Vaz de Caminha sobre o Brasil traz a representação das novas terras, a partir de uma narrativa de contornos épicos, com sentidos convergindo para uma imagem de local paradisíaco. Transmite a imagem de uma natureza próspera, na qual os atrativos superam as dificuldades. Para isto, de acordo com Holanda (2009, p. 28, *cit. in* Viana, 2014, p. 37), na carta exalta-se:

(...) tanto a inocência e a beleza dos nativos quanto as potencialidades de natureza (...) se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundal e beatitude celeste, que a eles se oferecia sem reclamar labor maior, mas sim como dom gratuito.

Acerca da colonização portuguesa, Chauí (2000, p. 57, *cit. in* Viana, 2014, p. 38) assegura que o Brasil “é uma invenção histórica e uma construção cultural”; assente, portanto, com a proposta desta pesquisa que é de caráter descritivo e histórico-cultural. Para Bignami (2002, p.79, *cit. in* Viana, 2014, p. 38): “(...) a América foi sendo desenhada e descrita por pensadores, artistas, navegadores e autores, durante um longo

processo de conhecimento e estabelecimento de identidades”. Chauí (2000, *cit. in* Viana, 2014, p. 38) conclui ao dizer que “o *Brasil* foi instituído como colônia de Portugal e inventado como ‘terra abençoada por Deus’, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, ‘Nosso Senhor não nos trouxe sem causa’ (...)” (Chauí, 2000, p. 57, *grifos da autora*).

Nesse contexto, identifica-se a presença do elemento na construção do mito fundador do Brasil, no qual sugere que a natureza é uma obra de Deus. E é assim que surge um mito fundador, a Visão do Paraíso – abordagem de Sérgio Buarque de Holanda –, uma ideia de Brasil que persiste na história e que se renova a cada momento. Essa atualização do mito se dá quando os novos discursos são recorrentes aos preexistentes. O mito está presente nos símbolos cívicos, como a bandeira e o hino nacional, na cultura e na própria maneira como os brasileiros veem-se e são vistos.

No que se refere à construção de identidade do povo brasileiro, do imaginário sobre uma identidade cultural e nacional é construído com base na “narrativa da nação”, Hall (2001, p. 52, *cit. in* Viana, 2014, p. 38) explica que, para “imaginar uma cultura”, é necessário construir narrativas sobre a representação dessas identidades, como as tradições e os mitos fundacionais – os *founding fathers* e o “destino manifesto” norte-americano ou a tríade “indígenas, europeus e negros” da formação do povo brasileiro (Paganotti, 2007).

Essa “narrativa da nação” é a própria expressão das identidades que compõem um povo ou nação, sendo contada e recontada nas histórias, literaturas nacionais, na cultura popular e na mídia. É interessante observar que uma cultura nacional não é composta apenas por instituições, mas também por símbolos e representações, ou seja, ela é um discurso que produz significados, com os quais os indivíduos irão se identificar – ou não – e assim construir suas próprias identidades (Viana, 2014, pp. 38-39).

Nessa perspectiva, Lopes (2010, *cit. in* Viana, 2014) reflete que é a partir da cultura que se edificará a imagem da nação, ou seja, a própria identidade nacional. “Por sua vez, essa identidade provoca reflexos noutro tipo de narrativa – aquela que as nações fazem umas das outras” (Viana, 2014, p. 39). Sendo assim, o objeto de estudo desta pesquisa insere-se no contexto: a formação de uma imagem do Brasil nas *revistas ilustradas portuguesas* (1822-1922).

Necessário se faz o entendimento utilizado por Hall (2002), para a compreensão do conceito de identidade. Segundo esse autor, a identidade no pós-

modernismo é o que melhor representa as sociedades atuais. Hall sinaliza que o conceito do termo sofreu modificações ao longo do tempo, tendo três interpretações distintas: a identidade centrada no indivíduo, presente no Iluminismo; a formada e modificada pelas interações entre o indivíduo e o meio; e a identidade no pós-modernismo (Viana, 2014). Segundo Lopes (2010, *cit. in* Viana, 2014), esta última opõe-se à ideia de que o indivíduo é formado por uma identidade única, sendo, portanto, formado por múltiplas identidades.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 2002, p. 13).

Nessa percepção, entende-se que os indivíduos são fragmentados por diversas identidades. Como exemplo dessa fragmentação, Lopes (2010, *cit. in* Viana, 2014) cita a identidade cultural (traços culturais que possibilitam indicar a que grupo o indivíduo pertence) e a nacional (identificação de um povo com uma nação). A partir das abordagens de Hall e Lopes, pode-se somar a de Azevedo (1963, *cit. in* Viana, 2014), ao afirmar que o caráter coletivo de um povo seria uma síntese de elementos os mais diversos, concordantes e resistentes, que se combinariam ou tenderiam a combinar-se, marcando a “fisionomia original” de uma nação.

A construção dessa configuração identitária poderia ser explicada na sua formação, pois seria produto de grande variedade de fatores geográficos, étnicos, econômicos e sociais, dos quais os dois primeiros têm um papel importante, mas não preponderante (Scheyrel & Siqueira, 2008, *cit in* Viana, 2014, p. 39).

Em 2004, Jorge Pedro Sousa, num artigo publicado na revista *Cadernos de Estudos Mediáticos*, fundamentado numa análise de conteúdo, assegurou que o discurso da imprensa portuguesa projetava uma imagem positiva do Brasil e promotora de boas relações com Portugal. A imprensa portuguesa apresentava o Brasil como um grande país, de boa música e televisão (telenovelas), onde se praticava excelente futebol; mas também como uma potência econômica, onde existiam enormes oportunidades de investimento; e ainda como um país de turismo. Aliás, a imprensa portuguesa denotava, segundo o estudo, pouco interesse pela política brasileira.

A seguir, Sousa (2004, p. 93), em seu trabalho onde procurou identificar e descrever as imagens atuais do Brasil projetadas pela imprensa portuguesa de grande circulação, concluiu que, embora em números absolutos exista pouca informação sobre o Brasil, em termos relativos essa informação é relevante. Ademais, o autor considera

que a informação sobre o Brasil na imprensa portuguesa tendencialmente favorece o Brasil e as relações Portugal–Brasil. O autor ainda ressalta que as principais fontes no fabrico de informação sobre o Brasil são os próprios jornalistas; a informação é, na sua maioria, tendencialmente descritiva e que os *news media* apostam na informação de produção própria (Sousa, 2004).

Com fundamento ainda nos resultados da pesquisa colhidos por Sousa (2004), os dados mostram que existe pouca informação sobre o Brasil na imprensa portuguesa de grande circulação, sendo que, em termos relativos, existe alguma significância. Ademais, as relações que os dois povos unidos por uma língua e antecedentes históricos comuns podem estabelecer, são destacadas. O ponto de vista dominante da informação, com menção ao Brasil, é tendencialmente positivo para a imagem desse país e também tendencialmente positivo para o desenvolvimento profícuo das relações luso-brasileiras.

Conforme Sousa (2004), de acordo com a imagem do Brasil projetada pela imprensa portuguesa, pode-se concluir que a principal ideia transmitida é a de que o Brasil é um país de música, de televisão; sugere que o Brasil tem potencial para produção e exportação de conteúdos musicais e televisivos, e bons jogadores de futebol. Nesse sentido, a imprensa portuguesa repassa a ideia de um país de futuro na área econômica. Em contrapartida, no que diz respeito à política brasileira, incluindo as relações bilaterais, parece ser insatisfatória, deixando a desejar o investimento nesta área.

Destacaram-se como relevantes, os comentários sobre o Brasil e seu povo no artigo intitulado “*O Brasil e os brasileiros – um olhar externo*”, do norte-americano residente no Brasil John W. Garrison que, em 2017, traçou a identidade social, a nacionalidade e cultura brasileira, de tal forma que concedeu um aspecto distanciado sobre o Brasil e seus comportamentos:

(...) creio que os brasileiros são demasiadamente severos consigo mesmos (o complexo de “vira-latas” que Nelson Rodrigues realçou em sua magistral obra teatral) e devem reconhecer os avanços históricos alcançados, em vez de continuar a esperar por um ‘país do futuro’ que parece nunca chegar. (...) creio ser necessário reconhecer que o grande problema do país é a sua herança colonial e os reiterados desmandos de suas elites (...) (Garrison, 2017, p.125).

De acordo com os comentários e expectativas do norte-americano “brasileiro”, entendeu-se como forma de estímulo aos brasileiros, a elevação da auto-estima e uma

maneira de reconhecimento dos avanços, ao mesmo tempo, como um incentivo para se fazer algo pelo desenvolvimento do Brasil e do povo brasileiro.

Minga (2019), investigou as imagens mais comuns em Portugal acerca do Brasil e dos brasileiros. Conforme a pesquisadora, se ocorreram mudanças nas imagens nos períodos pesquisados (original e contemporâneo), assim como, se houve redução da imagem midiaticizada mais acentuadamente estereotipada, tais imagens carregam em si uma marca forte de submissão, recorrente ao período colonial. Como estereótipos agregados ao povo brasileiro, sinaliza o da malandragem, da indolência, da descontração e da sensualidade, esta essencialmente atribuída ao sexo feminino.

Observou-se que tais estereótipos atribuídos aos brasileiros foram constatados nos resultados de outros trabalhos acadêmicos, porém, o foco desse item refere-se a Portugal, tendo em vista ser o país que descobriu, conquistou e colonizou o Brasil e com quem mantém estreitos laços de cooperação e amizade, uma vez que os dois países continuam a ser vinculados por uma língua comum e pela ancestralidade. Nesse contexto, ainda pode-se citar Machado (2003), que apontou as comuns imagens em Portugal de brasileiros, definindo-os como um povo alegre, festeiro, descontraído e, nomeadamente, as mulheres como sensuais e exuberantes, resultado concedido a uma mentalidade de modelo eurocêntrico e colonial que acabava por limitá-los; no caso de imigrantes, a conquista de trabalho que envolvesse atendimento ao público e casas de diversão noturna.

De acordo com Minga (2019), muitos dos estereótipos semelhantes ao Brasil e ao povo brasileiro, apontam evidência, muito embora, hoje seja possível perceber algum tipo de discussão recorrente às imagens originais, como por exemplo, a construção da nossa identidade cultural, conforme o Estado e a própria cultura do povo no ciclo pós-independência, ainda que fundamentada em representações determinadas a partir do período colonial, a seguir o achamento do Brasil, mas que, com o decorrer do tempo, foram predominando mais e mais.

Em consonância com os trabalhos acima citados, um dos destaques da pesquisa de Minga (2019), refere-se à imagem sensual da mulher brasileira, estereótipo comum em vários países, uma vez que “este estereótipo pode estar presente em lugares tão díspares quanto os Estados Unidos, a Itália ou o Japão” (Padilla, 2007, *cit in* Minga,

2019, p. 10), entende-se poder associar a existência dessa imagem ao reconhecimento desde a origem, no desenho das nativas descritas na *Carta de Achamento*, de Pero Vaz de Caminha, já citada nesta pesquisa.

Conforme esses estudos, entendeu-se que o avanço das imagens que constroem uma identidade cultural pode ser reforçado desde os lugares em que a mídia é mais atuante. Para Minga (2019), a imagem da mulher brasileira sensualizada tornou-se mais presente em Portugal durante os anos 1970, quando as telenovelas popularizaram-se, a exibir comportamentos de costumes audaciosos perante uma sociedade recém-saída do conservadorismo, o que resultou na criação da imagem da mulher brasileira ligada à prostituição, desde o início desse século, com uma enorme exposição midiática de casos de prostituição e tráfico de imigrantes brasileiras. Similarmente, a pesquisadora identificou o também estereótipo da malandragem relacionado aos brasileiros, inclusive, construído por nós mesmos, conforme apontado em outros trabalhos científicos e citado anteriormente.

Viana (2020) investigou, quais as imagens de Portugal sobre o Brasil, do ponto de vista de quatro jornais portugueses e utilizou como hipóteses, a imagem do Brasil no país colonizador, sob o ponto de vista relacionado à cultura, política, violência e economia, no caso na mídia digital. Nessa perspectiva, vale ressaltar, que neste estudo, conforme proposto, estudou-se a imagem do Brasil conforme narrativas das “*revistas ilustradas portuguesas*” no primeiro século pós-independência (mídia impressa), estendendo-o à atualidade, com base em resultados de trabalhos científicos realizados na contemporaneidade (mídia digital), a fim de identificar se houve evolução, mudanças, ou mesmo se novos estereótipos surgiram.

Analisar as imagens contemporâneas do Brasil construídas por Portugal é um grande contributo para este estudo, uma vez que se trata de uma nação com quem o Brasil manteve sempre relações e acordos de cooperação em diversos âmbitos. Outra constatação que surgiu na pesquisa de Viana (2000) sobre o país colonizador foi a imagem de um país envolvido em questões como a violência, a corrupção, a desigualdade social, problemas apontados também por outras mídias estrangeiras, conforme trabalhos científicos analisados.

Outro assunto de grande interesse da mídia portuguesa relatado por Viana (2000) relacionou-se ao esporte brasileiro, especificamente sobre modalidades e derivados. A cultura brasileira também foi destaque, com alta frequência nos jornais portugueses, como os artistas brasileiros, as manifestações culturais, a literatura e as produções audiovisuais; ademais, a atividade política e suas respectivas ações, inclusive as personalidades políticas, foram temáticas surgidas como de interesse da mídia portuguesa na atualidade. A literatura brasileira teve grande destaque nas pesquisas realizadas nas “*revistas ilustradas portuguesas*”, fonte principal de pesquisa desta tese.

São diversas as imagens do Brasil representadas pelos portugueses no prelúdio do seu descobrimento no ano de 1500, no afã de um Novo Mundo, um lugar com terras atrativas, exóticas, cheia de histórias e muito excitante. Fascinante pelas riquezas naturais, bem como pelos atributos singulares. Dessas terras, transportaram-se costumes, cultura, religião, língua e visão de um mundo para um lugar de clima, costumes e feições completamente diferentes de Portugal, a considerar-se a antiga América portuguesa que originou-se enquanto uma construção social e histórica europeia (Chauí, 2000).

Conforme verificou Viana (2014), o Brasil continua sendo um assunto de interesse na mídia portuguesa e que as boas relações na atualidade seguem privilegiadas. O pesquisador destacou a posição do Brasil por tornar-se um país emergente, com a liderança econômica, tornando-se a nona economia global, de acordo com o *World Bank* (2019). Ainda ressaltou o Brasil no panorama internacional por ter sediado a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas no ano de 2016, temática referenciada também na pesquisa de Oliveira (2015).

Na perspectiva de Viana (2004), aconteceu uma “inversão de interesses” na disseminação dessa imagem, uma vez que antes enxergavam a prosperidade e hoje a busca pela resposta do porquê o Brasil tornar-se um país permeado por crises de cunho político, econômico e social. Nesse sentido, com base nos estudos de outros pesquisadores, não se classificaria como uma inversão, mas sim uma soma de imagens geradas e reproduzidas pela mídia. O fato é que, mesmo com os eventos ocorridos em 2014 e 2016, não ocorreram mudanças positivas da imagem do Brasil na mídia estrangeira.

Na recente pesquisa de Viana (2020) sobre as imagens do Brasil atual na mídia portuguesa, apontaram-se como destaques as questões relacionadas à Política nacional (o foco principal de sua pesquisa), com realce para a crise social, ações de combate a corrupção; ademais, em grande parte, assuntos voltados para os esportes e esportistas brasileiros. Sinalizaram-se também, assuntos relacionados à política, sociedade e economia, apontados como questões negativas no retrato do Brasil contemporâneo, muito embora esportes, personalidades e cultura sejam vistos como positivos.

Segundo Viana (2020), muito embora novas imagens midiáticas sobre o Brasil tenham surgido nas esferas social, econômica e política, identificaram-se também vestígios de imagens antigas no estrangeiro. Divergências foram identificadas nos trabalhos acadêmicos desse autor: na dissertação de mestrado o autor relata que o Brasil foi visto em Portugal como um “país mais sério no âmbito político” (Viana, 2020, p. 352). Reportou-se, portanto, às afirmativas dessa pesquisa, no sentido de que as imagens resistem ao tempo da História do Brasil, recorrentes ao “mito fundacional” (Chauí, 2000), constantes nas nossas narrativas, como parte da construção e disseminação de nossa própria autoimagem.

O resultado da pesquisa de Viana (2020) apontou as imagens atribuídas ao Brasil como as de um país edênico, a passar uma “visão do paraíso” (Holanda, 2010). Percepções surgidas no decorrer de toda a pesquisa e que passam a imagem de um país sensacional, de um povo exótico, acolhedor, alegre e sensual (Barrere, 2017; Ferin, 2007; Lisboa, 2008). Ademais, de um país da música, futebol e carnaval (Scheyrel & Siqueira, 2008). Muito embora essas imagens sejam diferentes de outras que mostram uma terra infernal, por meio da violência, desigualdade social e de um país da corrupção (Burke, 2006; Cunha & Santos, 2008; Paganotti, 2007, 2009, 2013; Viana, 2010, 2014, 2020).

Pôde-se entender que as imagens identitárias do Brasil carregam em si o “mito fundacional”, pela imagem edênica (Viana, 2014, 2020). Entende-se assim, que as imagens midiáticas não são estáticas e que estão sujeitas a sofrer alterações, sejam para melhor ou para pior, em forma de evolução ou atraso e vivenciam forte influência dos meios de comunicação, da própria sociedade, que disseminam as notícias à mídia internacional, conforme elas atuam na sociedade (Hall, 2001).

Uma vez que um dos objetivos da tese foi o de pesquisar se houve ou não evolução do país no seu primeiro século pós-Independência, percebeu-se ser interessante comentar alguns verbetes na perspectiva do historiador brasileiro Eduardo Bueno (2020) sobre fatos que marcaram a Independência do Brasil, extraídos da obra que o autor antecipou em homenagem às comemorações dos 200 anos do Brasil (2022), o “*Dicionário da Independência: 200 anos em 200 verbetes*”.

Bueno (2020) permite-nos reconhecer a nossa história em outra perspectiva, bem diferente daquela que foi estudada nos bancos escolares. Apresenta-nos outra história, ainda que no mesmo contexto. Trata-se de uma história não familiar, conforme acontecimentos principais nesses dois séculos (a fechar-se em 2022). Essa premissa permitiu fazer-se a comparação entre o antes e o hoje e alcançar algumas conclusões do proposto.

O historiador suscita no leitor a curiosidade de percorrer a história do nosso país sob outra ótica, a fim de obter uma mais profunda compreensão resultante do processo da separação do Brasil de Portugal e desvendar o hoje por meio de uma reflexão a um entendimento mais claro da nossa origem, da formação de nossa identidade e à compreensão dos mitos e estereótipos. Para tanto, destacaram-se alguns verbetes considerados expressivos para esse alcance, uma visão contemporânea, conforme representada no quadro abaixo:

Quadro 1 – Uma visão do Brasil pós-Independência em 200 anos

Verbetes	Interpretação do autor	Expressão sugerida
Colônia	“Conceito muito conhecido na história do nosso país, refere-se ao pertencer a outro. A questão é que o Brasil, descoberto e conquistado por Portugal, uma vez que foi encontrado por Cabral em abril de 1500, tornou-se colônia portuguesa até o ano de 1822, quando tornou-se independente” (Bueno, 2020, p. 31).	Considera-se a Independência como um ato de liberdade, de livre arbítrio e diante dessa relevante conquista, cabe a busca de fazer bom uso desse direito. O Brasil tinha à época tudo a seu favor, vindo a ficar nas “mãos” de quem vem desde então a comandar seu destino.
Dívida	“É algo que você deve para alguém”. No caso do Brasil, já nasceu com dívidas, pelo fato de ao tornar-se independente, teve que assumir uma dívida que Portugal tinha contraído com a Inglaterra (Bueno, 2020, p. 39).	Infelizmente novas dívidas surgiram e o comprometimento de sua independência continua!

<p>Imprensa Régia</p>	<p>O termo composto “Imprensa Régia”, sabe-se que em 1821, existia apenas uma tipografia no Rio de Janeiro, sob posse da Família Real. Havia muita censura àquela época. O fato é que, Após a Independência, D. Pedro I, que era defensor da liberdade de imprensa, pôs fim à censura prévia e permitiu o aparecimento de diversos jornais e tipos de publicações.</p>	<p>Para a manutenção do regime democrático e proteção da nação, faz-se fundamental assegurar a liberdade de pensar e disseminar ideias nas mídias sociais, fundamental para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação.</p>
<p>Independência</p>	<p>O termo “Independência” tornou-se extremamente significativo para nós brasileiros, uma vez que traduz liberdade e foi um marco na história do nosso país. Ao contrário, significa dependência e submissão (Bueno, 2020, p. 64).</p>	<p>Teoricamente, pode-se entender que ocorreu uma mudança com o ato da Independência. Porém, a considerar as razões de manter-se sobre o domínio monárquico de um soberano português, não aconteceu exatamente o que caracteriza-se independência, como o marco da abolição da escravidão. Entende-se, portanto, que tornou-se um país “livre”, porém, manteve-se a escravidão.</p>
<p>Índio</p>	<p>“Nome dado aos nativos do Novo Mundo, e teria sido gerado por engano, no caso, Cristóvão Colombo, pensou ter chegado à Índia e assim os denominou “índios”. Esses, relata Bueno, “foram escravizados, caçados, espoliados e quase extintos”; por causa disso, na época da Independência, além de poucos, não tinham liberdade. (...), desde então, lideranças como José Bonifácio, Gonçalves Ledo (...), escreveram projetos com o intuito de viabilizar a inclusão, de forma pacífica, na recém-nação chamada Brasil (Bueno, 2020, p. 65).</p>	<p>Sabe-se que, de fato, os referidos projetos não foram realizados. Infelizmente, até hoje, decorridos dois séculos pós-Independência, os povos indígenas seguem a lutar pela demarcação de terras, moradia, alimentos e por melhor qualidade de vida que vêm a perder dia a dia, dado o desmatamento e a devastação das florestas.</p>
<p>Inferioridade, Complexo de</p>	<p>“Outro termo composto e que retrata muito um dos estereótipos fincados no subconsciente do povo brasileiro. Segundo Bueno (2020) explica nesse verbete, o porquê da baixa autoestima do povo brasileiro, a citar a decepção sofrida na Copa de 1950, em “casa”, final que aconteceu no Maracanã, quando necessitava de apenas um empate para tornar-se campeão do mundo e perdeu para o Uruguai, e daí o cronista Nelson Rodrigues grafou que os brasileiros sofriam de “complexo de vira-lata”, definindo-o como uma “síndrome” referente à maneira como o brasileiro se comporta diante do resto do mundo, numa forma de dizer que “não encontramos pretextos pessoais ou históricos para a autoestima” (Bueno, 2020, p. 66).</p>	<p>Estudado até hoje... o porquê desse comportamento de coitadinho, de submisso; a colocar-se sempre em posição inferior.</p>

<p>Jornal</p>	<p>“Como sabe-se esteve por três séculos proibido aqui no Brasil, o que fez com que começassem a circular com a vinda da Família Real em 1808, muito embora subordinados à Imprensa Régia. Alguns conseguiram burlar a censura, logo que antes do ato da Independência havia jornais circulando no Rio de Janeiro que pregavam a separação de Brasil e Portugal, no caso, desempenharam papel de destaque, como foi o caso do <i>Malagueta</i> (Bueno, 2020, p. 71).</p>	<p>Reforça-se a relevância da liberdade de imprensa, que se encontra sob ameaça na contemporaneidade.</p>
<p>Malagueta</p>	<p>“Um dos mais quentes e ardidos periódicos da época da Independência (Bueno, 2020, p. 79).</p>	<p>Importante veículo de comunicação que foi a favor dos movimentos pró e pós-Independência do Brasil.</p>
<p>Margens plácidas</p>	<p>“D. Pedro proclamou a Independência às margens plácidas do Ipiranga, canta o Hino Nacional. O autor da letra, Osório Duque Estrada, quis dizer que as águas do riacho eram tranquilas, sossegadas e limpinhas” (Bueno, 2020, p. 80).</p>	<p>Uma vez que um dos objetivos desta pesquisa foi analisar se houve evolução ou modificação nas imagens e narrativas do Brasil pós-Independência, percebe-se que o local hoje revela que não houve controle ambiental, preservação da natureza, dos patrimônios históricos, quadro por demais revelador do modelo desenvolvimentista brasileiro, infelizmente!</p>
<p>Povo</p>	<p>“Vem do latim <i>populus</i> e significa habitante, morador de algum lugar” (Bueno, 2020, p. 102).</p>	<p>Sabe-se, pelos relatos da historiografia, que o povo brasileiro aprovou e apoiou a Independência do Brasil, muito embora não tenha participado do processo político que nela resultou. Mais uma vez, ausentou-se de “cuidar do que é seu”.</p>
<p>Revérbero</p>	<p>“Jornal que circulou entre 15 de setembro de 1821 e 8 de outubro de 1822 (...). Foi uma publicação muito importante, pois defendia claramente um projeto nacionalista e clamava pela imediata separação do Brasil de Portugal (Bueno, 2020, p. 111).</p>	<p>Veículo de comunicação progressista, que conspirava a favor da Independência do Brasil.</p>
<p>Unidade Nacional</p>	<p>“(…) é um conceito político. No caso do Brasil, um conceito que se firmou à custa de sangue, ferro e fogo. Ameaçou o Brasil antes, durante e após do processo de independência. De fato, várias revoltas separatistas já haviam eclodido na colônia, como a Inconfidência Mineira (1789) (...). A possibilidade de a chamada América Portuguesa se dividir sempre foi, portanto, muito grande (Bueno, 2020, p. 123).</p>	<p>O Brasil conquistou esse conceito. Muito embora ainda hoje haja movimentos e ideias separatistas entre regiões, conforme abordado no capítulo quarto desta tese.</p>

Voto	“Unidade fundamental da democracia”, palavra antiga que existe em português desde o século XIV; o fato é que ao longo da história existiram vários tipos de votos(...)	A constatação é que, como um instrumento de libertação, dado o poder de escolha dos representantes pelo povo, há quem diga que o brasileiro não está preparado para tal; infelizmente, o decorrer da história até hoje leva-nos a crer nessa triste suposição.
Xenofobia	“Palavra feia para definir um sentimento pior ainda, do grego <i>xénos</i> , “estrangeiro”, somado a <i>phobos</i> , “medo, aversão”. Ou seja, xenofobia é medo, aversão ou profunda antipatia em relação aos estrangeiros, como também desconfiança em relação a pessoas estranhas” (Bueno, 2020, p. 128).	Sabe-se que, mesmo a considerar que brasileiros e portugueses falassem a mesma língua, vivenciaram momentos de grande ódio tanto antes e durante, quanto depois do processo de independência, conforme relatos dos movimentos ocorridos nas referidas épocas. Infelizmente, ainda muito presente entre povos de diferentes nações.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

O sociólogo Florestan Fernandes afirmou que o brasileiro teria uma “espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito”. Prefere “negar a reconhecer e atuar”. História das três raças de “mito da democracia racial”. Segundo Schwarcz (2019), toda nação constrói para si alguns mitos básicos que gera no cidadão a capacidade de pertencimento. O certo que se transformam em mitologia e esses discursos perdem a sua capacidade crítica.

Mediante esses argumentos apresentados, tornou-se possível apontar algumas semelhanças e diferenças identificadas ao pesquisar sobre o Brasil pós-independência e confrontar com o hoje.

2.3 Similitudes e diferenças entre as narrativas

É evidente que, desde o “achamento” do Brasil, prevaleceu no estrangeiro uma imagem aliada à grandeza e beleza do território, quase inviolável pelo Homem. Da paisagem à abundância e diversidade da vida selvagem, à sensualidade dos corpos morenos dos seus habitantes, tudo é único e grandioso. Para além das belezas naturais, que apaixonam qualquer estrangeiro, existem ainda as adquiridas e que sustentam a imagem do Brasil nos países acima da linha do equador. Destacam-se a malandragem, o jeito brasileiro, a indolência, a musicalidade e cordialidade.

Contudo, assegura-se que isso não é apenas a imagem de um estrangeiro, mas uma visão construída incluindo os próprios brasileiros, uma vez que o Brasil realçado na mídia de outros países é continuamente produzido e preservado sob um olhar utópico, coberto de estereótipos, nos quais sobressaem-se antigos modelos de interpretação. Modelos esses fundamentados na exploração de uma natureza exuberante e de costumes singulares diante da visão euro-americana (Oliveira, 2015).

Para Kajihara (2008), tanto a beleza das mulheres brasileiras quanto a música e o carnaval são manifestações que seriam associadas à descoberta da selva da Amazônia; enquanto que, há pouco tempo, somaram-se a violência e a exclusão, numa linha de desenvolvimento histórico que representa a imagem do país. Segundo essa pesquisadora:

Uma parcela significativa das imagens do Brasil que os correspondentes das agências internacionais de notícias levam para o exterior é adquirida junto à Rede Globo, especialmente quando são matérias para a televisão. Também são produzidas algumas matérias sob encomenda das editoras em Londres e Washington, mas essas reportagens também confirmam os tópicos destacados pela pesquisa (...) as representações do Brasil no exterior são fortemente baseadas em estereótipos sobre o país do carnaval, do futebol e da violência. Essas imagens, no entanto, refletem as representações que criamos e divulgamos de nós mesmos. Ou seja, geramos e divulgamos seus próprios estereótipos (Kajihara, 2008, p. 54).

Sendo assim, pôde-se chegar ao entendimento de que a mídia influi de forma considerável nas imagens que o público constrói em âmbito mundial, onde quer que haja indivíduos.

Na perspectiva de Shohat e Stam (2006), os europeus foram incentivados a se perceberem não apenas como particulares nações europeias, mas com o apoio às raças velado ao projeto imperialista em conjunto. Esses autores creem que os impérios europeus nasceram sob uma percepção paternalista, como se protegessem as raças e comunidades diversificadas, minimizando, assim, as peculiaridades nacionais dos povos colonizados. Segundo esses autores, ocorreu uma tendência em fazer uso do cinema como forma de dignificar o cidadão imperialista tal qual um insigne contemplador:

Enquanto centro do império, o olhar individual gerou uma “contemplanção mobilizada espacialmente” e formou uma espiral ao redor do mundo, que atribuiu às viagens e conquistas imperiais um sentido visceral e dinâmico. Tal espiral transformou os espectadores europeus em conquistadores sem sair do sofá, confirmando seu sentimento de poder, ao mesmo tempo em que transformava as colônias em espetáculo para a contemplanção voyeurística da metrópole (Shohat e Stam, 2006, p. 149).

É evidente que a imagem dos europeus dos séculos XVI, XIX e XXI não permanece exatamente a mesma. Contudo, o olhar de hoje sofre influência do ontem e do de antes de ontem. E, em cada imagem, percebe-se uma subsistência de século para século. Sendo assim, à luz da visão midiática, concorda-se com Oliveira (2015) no sentido de que os povos europeus e norte-americanos imaginam os demais países sem considerar as suas diferenças e depreciando os seus costumes e valores. Esses estereótipos e chavões construídos persistem a manifestar-se com o passar do tempo, com pouca modificação, a considerar o interesse midiático dos países.

Em termos de atração turística, Bignani (2005) enquadrou no resultado de sua pesquisa a imagem do país nas seguintes categorias:

Brasil Paraíso: ideia relacionada ao Éden, aos atrativos naturais e paisagísticos e às características descritas na carta de Pero Vaz de Caminha na época do descobrimento; Lugar de Sexo Frágil: relaciona-se à ideia de sensualidade, libertinagem e a beleza da mulher brasileira; Brasil do Brasileiro: incluem-se todas as características relacionadas ao povo brasileiro, como a musicalidade, a hospitalidade, a malandragem, a alegria, a cordialidade e a falta de preconceito; País do Carnaval: é a síntese do imaginário que associa o Brasil com grandes eventos na mídia, como o carnaval, o futebol e a música; e Lugar do Exótico e do Místico: relaciona-se às manifestações religiosas, à cultura negra e indígena, aos ritos e rituais em geral (Bignani, 2005, *cit. in* Kajihara, 2008, p. 27).

Nesse cenário, tais estereótipos definem o país naturalmente, onde o diferencial sustenta-se quase sempre na abundância dos seus recursos naturais, na libertinagem festiva e na formosura feminina.

Nessa perspectiva, Oliveira (2015, p. 113) entende que “As características ganham forma de gente, gente que respeitamos, adoramos ou até amamos e de lugares cujas recordações nos fazem vibrar”. De acordo com a pesquisadora portuguesa, conserva-se no olhar do estrangeiro residente no Brasil, o de um país de belas mulheres, de rodas de samba, de carnaval, de verão permanente, de povo hospitaleiro, de futebol, de praia, de paisagens exuberantes, de povo alegre e muito festeiro. Em contrapartida, o país da malandragem, violento e corrupto. Como estrangeira residente, Oliveira (2015) concluiu sua pesquisa ao declarar que o estrangeiro torna a descobrir que, no Brasil, cada lugar é único e que cada pessoa única, portanto, entende-se que não há como generalizar e sim se considerar as singularidades.

O jornalista Jonsson (2014), em “*Brazilian Blues*”, assim partilha com o leitor as suas angústias e inquietudes sobre o nosso país:

Senti que o Brasil não avançava. Estava dançando em círculos como um cachorro que fica tentando morder sua cauda. Compreendi também que a teoria do desenvolvimento com a qual eu cresci – de que se aprende com os erros e sempre se consegue melhorar –

não funciona aqui. O Brasil repete facilmente os seus erros e não faz grande questão de aprender com eles. Senti-me como se tivesse caído no mesmo blefe que Stefan Zweig (Jönsson, 2014, p. 126).

O jornalista, em busca de ilustrar seu sentimento *Brazilian Blues*, invoca o escritor e biógrafo austríaco Stefan Zweig, que em 1936 conheceu o Brasil e deixou-se enfeitiçar pelo povo brasileiro. Fascinado, ele escreve “*Brasil, país do futuro*”, onde examina a história, economia e a cultura do país, enaltecendo-o em relação à Europa:

Enquanto no nosso velho continente, as pessoas se dedicam à vã ideia de criar ‘raças puras’ como quem cria cavalos de corrida ou cachorros, a nação brasileira dedica-se por completo à construção de um país, baseado, por princípio, numa mistura de raças, livre e irrestrita, para chegar à equalificação perfeita entre negros, brancos, pardos e amarelos (Zweig, 1936, p. 126, *cit. in* Jönsson, 2014, s/p).

Diante do resultado colhido de vários trabalhos acadêmicos, pode-se concluir que a imagem do Brasil no estrangeiro foi, é, e possivelmente, será sempre argumentada. Identificado como um país misterioso, com muito para descobrir, com tanto para oferecer. Um país que fascina e que atrai qualquer estrangeiro, apesar de todos os medos atrelados à sua imagem.

Entende-se, que a formação da identidade nacional do povo brasileiro foi um processo moroso e que deu-se em ritmos bem distintos. Hoje, é indiscutível o sucesso dessa formatação cultural. Em um país que abrigou tantas matrizes étnicas desde a colonização portuguesa, onde essas etnias estiveram por diversas vezes em condição de conflito social. Onde as dimensões territoriais continentais fomentam a diversidade e as heranças históricas continuam promovendo diferenças raciais, religiosas e culturais, essa tarefa tornava-se inviável.

Constatou-se, que a imagem do Brasil foi sofrendo alterações ao longo de cinco séculos, conforme o interesse dos estrangeiros e dos próprios brasileiros. No entanto, esse Brasil tido como “sem civilização, desgovernado”, apresentado na época do descobrimento, é ainda abordado na mídia internacional. Pode-se enxergar, porventura, nos noticiários, o surgimento de uma nova imagem: o país está a deixar de ser só o protagonista de notícias sobre o crime e a desordem, para passar a ser conhecido como uma grande potência mundial. Nesse contexto, identificou-se assentimento nos resultados encontrados, o de que muitas das imagens permanecem as mesmas, a admitir mais uma vez que os mitos associados à imagem externa de uma nação têm raízes históricas e culturais profundas.

Referiram-se às imagens que encantaram por demais aos primeiros visitantes, viajantes e ao país colonizador. Sendo assim, essas referências exaltavam desde a exuberante natureza, ao clima tropical e aos festejos carnavalescos que trazem a alegria, ainda que falsa e temporal. Alegria essa desmistificada por Prado (1928), quando refere-se a essa imagem que continua explorada na mídia estrangeira.

O carnaval, conforme aprendemos, é transformação da folia de uma festa importada ao Brasil por europeus, em uma das mais significativas formas de manifestações da identidade cultural do país. A celebração foi uma das primeiras a apresentar a cultura afro-brasileira, e muitos elementos, ainda nos dias de hoje, provocam muitas discussões, a exemplo das fantasias que revelam estereótipos do nudismo, que dissimulam imagens camufladas enraizadas na sociedade, temas que incitam o interesse pela pesquisa em vários campos do conhecimento.

Apreendeu-se, nos primeiros anos de escola, que o carnaval e o futebol são destaques na cultura brasileira, temas tratados como relevantes na construção da identidade do brasileiro. Segundo Márcio Guerra¹³:

“assim como o futebol, o carnaval é uma das paixões do brasileiro e faz parte da história do país e de seu povo. “A identidade do brasileiro é formada pelos portugueses que trouxeram sua cultura da colônia, os índios que já estavam aqui e os negros escravizados. Somos nenhum deles e todos eles ao mesmo tempo e, por conta disso, nós temos algumas características que nos diferenciam um dos outros” (Guerra, 2017).

Nesse contexto, identificou-se outro sentido sobre o estereótipo do brasileiro ser um povo alegre, uma vez que, para Prado (1928), ao contrário, trata-se de um povo triste, dada a sua origem, seu sofrimento e submissão. Para Guerra (2017):

“Essas características fazem parte do sentido do homem cordial, não no sentido literal da palavra, homem gentil, mas sim no sentido do coração”, explica. “O brasileiro age muito mais com o coração e seus instintos do que com a razão, sendo que o carnaval e o futebol provocam essas emoções e fazem com que sejam uma paixão nacional” (Guerra, 2017).

O fato é que a imagem do Brasil segue associada ao sensualismo das mulheres, em particular, das mulatas, fruto da mistura entre americanos, europeus e africanos. Percebe-se, na mídia atual uma pequena transformação no comportamento das gerações,

¹³ Márcio Guerra é professor e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Esporte e Cultura (Nupescec), do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação (Ppgcom), desenvolve pesquisas com temas da cultura brasileira como o carnaval e o futebol. In: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/02/24/como-o-carnaval-e-visto-pelas-pesquisas-academicas/>>

a citar as propagandas carnavalescas em busca de inovação, a trazer discursos sobre estereótipos relacionados às fantasias carnavalescas femininas, cita-se o estudo de Bárbara Nunes¹⁴ (2017), que analisou em seu trabalho a mudança da vinheta de carnaval da Globo em 2017, que buscou entender o porquê de tal mudança e o que se esconde por trás dela. Assim descreve:

“Depois de 26 anos, a Globeleza, personagem famosa da emissora, tem nova ‘roupagem’, ela vem vestida, representando várias manifestações culturais carnavalescas do Brasil, como maracatu, axé, frevo e o próprio samba. Desse modo, meu trabalho tem o intuito de estudar o porquê dessa mudança e o que está por trás dela (Nunes, 2017)”.

Conforme abordagem de Nunes (2017), a imagem da mulher, através de sua exposição do nu, do sensualismo, do estereótipo de prostituta, é hoje um assunto discutido no modelo atual de comportamento da sociedade brasileira, a considerar o papel da mídia como um dos principais elementos a influenciar o processo de construção ou desconstrução de estereótipos. Especificamente no caso da mulher, historicamente estereotipada como submissa e sub-representada pela mídia, que reafirmava a mulher negra associada ao prazer sexual.

Tal abordagem remete-nos ao sociólogo Gilberto Freyre, que nos lembra de um ditado corrente no Brasil patriarcal sobre as mulheres: “Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar”¹⁵, que retrata o ponto de vista masculino, no qual a mulher era percebida de forma preconceituosa como um objeto útil:

As brancas serviam para ocupar o papel de mãe, mulher e dona de casa, essenciais para dar à família um status oficial e continuidade à linhagem familiar, conforme modelos patriarcais;

Às mulatas, as mais bem dotadas por serem mais bonitas, mais dóceis, o papel de auxiliares no dia a dia da vida patriarcal, presentes nas casas-grandes, servindo como mucamas, submetidas muitas vezes ao desejo sexual do senhor ou como pioneiras das práticas sexuais dos filhos deste e também vítimas das sinhás, que transportavam a obediência de sua submissão à ordem masculina sobre as mucamas.

¹⁴ Bárbara Nunes, mestranda do Ppgcom, que também faz parte do Nupescec. In: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/02/24/como-o-carnaval-e-visto-pelas-pesquisas-academicas/>>

¹⁵ Freyre, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Círculo do livro, s/d, p. 48. In: <http://www.faccar.com.br/eventos/desletras/hist/2005_g/2005/textos/014.html#_ftn1>

Às mulheres negras, sem os atributos que as tornassem passíveis de satisfazerem sexualmente o senhor patriarcal, cabia exercer o papel de animais de carga, o de suportar tarefas exaustivas, o de se cansar nas cozinhas sob os gritos das sinhás-donas, o de suar nas ocupações rotineiras das fazendas e dos engenhos.

Sobre a imprensa portuguesa, não foram encontradas muitas referências, mas a impressão que passou é de que a imagem que a mídia portuguesa tem do Brasil expressa perspectiva de um futuro promissor. Ela aposta na qualidade das telenovelas, na beleza do país (em consonância com os demais países, assim como no espírito alegre).

Ainda no que diz respeito à imagem da imprensa portuguesa, em consonância com a dos demais países, verificou-se que não há destaque para o interesse econômico. Isso vem ao encontro da premissa de que, no seu caso especificamente, o interesse pela descoberta do Brasil não era pelo desenvolvimento da região, e sim pelo seu interesse – no ouro e na sensualidade, que tanto os despertou. Recorrendo à colonização, Prado (1928) infere que o governo português, no início do século XVI, não procura estabelecer-se no território recém-achado.

Perspectiva adotada também por Holanda (2009), que permite presenciar certa semelhança nas premissas por eles apontadas; como, por exemplo, o caráter explorador do lusitano, com vistas somente para obter recompensas financeiras no território brasileiro.

Subentendeu-se, que a colonização não resultou em ascensão na vida social nem em desenvolvimento cultural para os brasileiros. Cita-se, por exemplo, o “complexo de vira-latas”, que pode traduzir-se como um certo sentimento de inferioridade, presente em grande parte da população brasileira, proferido a princípio por Rodrigues, dramaturgo brasileiro (1993), que possui suas raízes fecundas no processo cultural de formação da Nação, ao entender-se que o maior interesse era a exploração da nova terra e não a formação de um país com identidade própria, com olhar voltado à cultura importada, desconhecendo qualquer traço cultural nativo, bem como os traços culturais, herança dos povos escravizados (Oliveira Jr, 2019).

Rodrigues (1993) refere-se ao comportamento submisso do brasileiro em todos os âmbitos, em comparação com o resto do mundo. Para um melhor entendimento, recorreu-se à historiografia do Brasil, levando-se em conta as mutações genéticas,

constituindo-se num povo de comportamento com características étnico e socioculturais. Para Holanda (1995), esse fator deve-se ao início do domínio português com a implementação de ideologias e fundação de instituições europeias no Brasil. Assim evidencia:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências... Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (Holanda, 1995, p. 31).

Segundo Ribeiro (1995), torna-se difícil narrar as origens da sobreposição das referências da Europa em solo brasileiro, tendo em vista as culturas dos povos que vinham para terras brasileiras, além de outros, trazidos arbitrariamente, assim sustenta:

(...) porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas (Ribeiro, 1995, p. 30).

Entendeu-se assim, que esse fato, uma vez que confronta a organização de padronização aos modelos europeus ao corte reconhecido dos relatos por si já dizem muito. Assim como o “complexo de vira-latas” expresso por Rodrigues, percebido como uma característica peculiar de alguns indivíduos, nada mais que resultante da formação sócio e histórico-cultural do nosso país. Ademais, resultado da prática permanente da ideologia eurocêntrica do imaginário social, impregnado nos modelos de cultura das classe sociais.

O mito de povo “cordial”, termo empregado por Holanda (1976), no sentido de que surge no íntimo do indivíduo, faz entender-se que o conflito pode conter tanto o afeto quanto a cordialidade. Nesse contexto, Holanda (1976) entende que a cordialidade seria o traço fundamental do brasileiro, enquanto que Leite (1976) discorda, ao afirmar que a presumida cordialidade expressa muitas vezes paternalismo, uma vez que, considerando que a distância entre as classes sociais é enorme, a classe dominante torna-se condescendente com a classe dominada, desde que não torne-se uma ameaça. Ainda nesse contexto, entende-se a interpretação dada por Guedes (2017), ao referir-se às alegrias manifestadas no carnaval e no futebol como um sentimento que coloca o coração no lugar da razão, emoções que podem nos levar a entender como um tipo de alienação.

A historiadora e antropóloga brasileira Schwarcz (2019), em *“Sobre o autoritarismo brasileiro”*, desmistifica o mito do brasileiro de tolerantes e pacíficos, dentre os adjetivos que costumam assentar na mitologia da nação brasileira. Isso pode alterar o quadro dessa suposta realidade, tornando-a mais severa, sinalizada pela cruel herança perversa do servilismo. “A clássica definição do brasileiro como um “homem cordial” também foi posta Holanda (2009) conforme já citada, como sendo uma das formas que o brasileiro utiliza para se relacionar na sociedade e com o Estado. Ele busca essa definição em obras de Ribeiro Couto e reitera que a utiliza no seu sentido de base etimológica, isto é, cordial de coração, de emoção (Lopes, 2010). Em reflexões, Holanda afirma que “a cordialidade será a grande contribuição brasileira para o mundo”¹⁶.

Pensar na crítica que: Segundo o historiador Leandro Karnal: “o mito do brasileiro cordial foi criado e mantido pelas nossas elites”. O pensamento conservador e o cristão são bases para omissão da violência e formação do mito “cordial”. Sérgio Buarque diz em 1936 na teoria original “não sejamos pacíficos, mas somos cordiais. Funcionamos baseado no estatuto do impulso e não da razão. Karnal ainda afirma que o estrangeiro tem dificuldade de entender o porquê temos a incapacidade da objetividade racional. Ênfase numa cordialidade”. O próprio Sérgio Buarque afirmou que cordialidade vinha de cor – coração – que o coração de todos nós batem com bons e maus sentimentos”. “O último país do Ocidente a libertar os escravos e que recebeu 40% dos escravos, representa, portanto, violência que o próprio Buarque reconhece. O mito cordial se juntou ao “nosso mito fundamental de brasileiro pacífico, avesso ao conflito”.

A considerar as interpretações de Prado e Schwarcz sobre o mito do povo brasileiro, os adjetivos “alegres e cordiais” podem ser substituídos por “tristes e intolerantes”.

A construção do “Brasil-paraíso”, do “gigante adormecido” ou do “país do futuro” ampara-se, principalmente, pelas belezas naturais do país. Muitos mitos reproduziram-se no século XX, a partir dessa exaltação da natureza brasileira, imagem que se mantém viva na mídia estrangeira até então. Essa imagem acaba sendo também

¹⁶ Verificar as notas de Buarque. Ironia. Há muito do bom e do mau. “Brasileiro é um povo endomingado, uma periferia sem centro (1935) ensaio de Corpo e Alma. Dar-se na esfera íntima e pessoal e abafa a esfera pública”. A cordialidade era um problema... um problema para a modernidade...

absorvida pelos brasileiros, tanto que o mito fundador e identitário do Brasil como “paraíso terrestre” evidenciou-se em todas as perspectivas defendidas nos resultados encontrados.

Pode-se entender que tratava-se do imaginário norte americano em relação ao Brasil, fundamentado em ideias como a da miscigenação do povo brasileiro, mas também como a de um país com passado colonial, o que vem a entrar em consenso com a análise de Holanda (1963). Nesse contexto, ao se falar em perspectivas sobre a formação do Brasil, a fim de compreender a sua gênese, Prado (1963) sugere retornar à colonização, uma vez que, ao se observar o Brasil de hoje, pode-se ver resquícios de um passado colonial que cerca o país por todos os lados.

Identificaram-se as seguintes imagens estereotipadas do Brasil nos resultados dos trabalhos acadêmicos utilizados nesta tese: ameaça à Amazônia; pobreza; corrupção; violência. Sendo que a beleza natural, o carnaval e a cordialidade apresentam-se como os vilões da imagem estereotipada. Para Paganotti (2009), os estereótipos negativos, ou seja, aqueles que se associam à violência, ao tráfico e à pobreza têm sido amenizados pela ideia de exotismo. Isso está retratado nas reportagens sobre os *tours* nas favelas cariocas, imagem nova e positiva do Brasil nos textos jornalísticos analisados.

Desse modo, pode-se concluir que os imaginários que circulam sobre o Brasil nas mídias estrangeiras, em geral, seguem ligados à força da mitologia: na associação da ideologia com a natureza. A mídia segue consumindo sentidos naturalizados, onde na verdade existem fortes marcas resultantes de construtos histórico-culturais, caráter da pesquisa proposta nesta tese. Como pode-se perceber, os mitos fundadores do Brasil e diversos estereótipos sobre a imagem do país como Paraíso Terrestre foram encontrados semelhantes e até, por que não dizer, repetitivos e readaptados na construção das publicações analisadas.

CAPÍTULO III – O Jornalismo Português entre 1822 e 1922

Ao longo dos anos Oitocentos, o jornalismo luso-brasileiro foi significativamente influenciado pelas novas condições que agitavam a Europa desde a Revolução Francesa em 1789. “A imprensa portuguesa, do início do século XIX, viveu assim sob o signo da reação do Antigo Regime à Revolução Francesa e às suas ideias” (Sousa, 2008, p. 96). Segundo o pesquisador, no início do século XIX a Europa foi imersa nas incursões de Napoleão Bonaparte, fato que resultou na invasão de Portugal no ano de 1807 e provocou a fuga da família real portuguesa para o Brasil, elevando-o à posição de Corte.

Para Melo (2003), esse acontecimento afluiu no surgimento da imprensa no Brasil, com a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808, que funcionaria como órgão oficial do governo do Reino de Portugal e do Brasil.

A instalação da imprensa no Brasil sofrera antes problemas, devido a vários fatores sócio-culturais sem excluir que a metrópole também possa ter tido razões políticas para atrasar o nascimento da imprensa brasileira (Melo, 2003, *cit. in* Sousa, 2008, p. 96).

Em virtude do episódio Napoleônico ter se ampliado por toda a Europa, decorreu no surgimento de uma imprensa anti-napoleônica, sendo muitas vezes clandestina, e outras a favor de Napoleão. Sucedeu que, nos países invadidos, as forças francesas foram levadas a financiar o nascimento de novos periódicos pró-napoleônicos, a citar o *Diário do Porto* (Sousa, 2008, p. 97). Jornal esse que, a exemplo dos demais da época, era de natureza noticiosa, sendo que foi publicado no ensejo da segunda invasão francesa.

Nesse cenário de resistência contra os franceses, conforme Sousa (2008), novos periódicos surgiram. Em Portugal, também alvo das invasões napoleônicas, logo surgiu uma imprensa anti-napoleônica, no caso, o *Diário Lisbonense* (1909). Para Tengarrinha (1989), a maioria dos periódicos surgida em Portugal no período das invasões francesas tinha natureza essencialmente noticiosa, publicando notícias a respeito da guerra peninsular, traduzidas de periódicos espanhóis e ingleses.

Para Sousa (2008), a alteração da periodicidade do jornal a *Gazeta de Lisboa* (1909), dentre outros, que passou de trissemanal para diário, serviu como indicação de que Portugal, apesar da condição de atrasado e subdesenvolvido em que se encontrava, já contava com recursos para que surgissem outros jornais de periodicidade diária. Ademais, seria um meio de despertar o interesse do que se passava tanto no país como no mundo, bem como de suscitar a curiosidade pela imprensa, uma vez que novas ideias e informações eram disseminadas sobre as invasões francesas.

Segundo Sousa (2008), quando Portugal estava invadido pelas tropas francesas, surgiu uma imprensa clandestina anti-napoleônica, tal como vários periódicos pró-napoleônicos de iniciativa privada. Mesmo com a expulsão dos invasores apoiados pela Inglaterra, não sucedeu a liberdade de imprensa; ao contrário, os normativos que eram contra a liberação das ideias liberais fortaleceram-se. Dessa forma, foram poucos os periódicos a se reproduzirem entre 1810 e 1820 que, conforme Tengarrinha (1989), a manter o estilo de jornalismo erudito, falando sobre as letras e as artes, ou mesmo a utilizar um modelo de jornalismo noticioso, ao registrar publicações de conteúdo de humor e de passatempo.

Sabe-se que, nesse período, o *Gazeta de Lisboa* foi o único periódico legalizado no período precedido pelas invasões francesas, sob controle do Governo, de caráter político. Segundo (Tengarrinha, 1989, p. 73), “vários liberais portugueses exilados procuraram fazer chegar ao país publicações liberais redigidas e impressas em Inglaterra e França”. Ainda assim, logo essas publicações sofreram ameaças repressivas pela oposição, tornando-as ilegais. Como exemplo, inclui-se o *Correio Braziliense* ou o *Armazém Literário*¹⁷ publicado entre os anos de 1808 e 1822).

¹⁷ O *Correio Braziliense* é considerado o progenitor da imprensa brasileira.

3.1 Consequências da Revolução liberal de 24 de agosto de 1820 para o jornalismo de Portugal e do Brasil

A Revolução do Porto, também conhecida como Revolução Liberal do Porto, movimento de cunho liberal, ocorrido em 1820, gerou muitas transformações no jornalismo tanto de Portugal quanto do Brasil. Na perspectiva histórica, foi um movimento político, de caráter liberal e anti-absolutista. Apesar de ter iniciado na cidade do Porto, de imediato ganhou força em Lisboa e estendeu-se a outras cidades portuguesas.

Contou com a participação de integrantes de variadas classes sociais, como o clero, a nobreza e também representantes do povo. A revolta ocorreu devido à permanência do Rei Dom João VI no Brasil, para onde havia fugido em 1808, no período da primeira invasão francesa do país que:

Em consequência da revolução, Portugal adoptaria uma Constituição Liberal (1822), que substituiu a ordem política herdada do Antigo Regime e que garantiu a liberdade de expressão e de imprensa (Sousa, 2009, p. 2).

De posse do poder, os liberais mantiveram a censura prévia dos jornais. Entretanto, o Governo Provisório de Lisboa promulgou, a 21 de setembro de 1820, uma portaria que instituía o princípio da liberdade de imprensa; embora, paralelamente, regulasse o exercício da censura prévia e nomeasse uma Comissão de Censores. De qualquer maneira, por força dessa portaria, passou a ser aprovada a publicação de todo tipo de escritos, desde que não desrespeitassem o catolicismo, o Rei e a Dinastia de Bragança, a futura Constituição, as nações estrangeiras e, de forma geral, os bons costumes.

O triunfo liberal criou condições para o aumento do número de jornais (publicados, essencialmente, no Porto, em Lisboa e em Coimbra) e permitiu o regresso de exilados que importaram para Portugal as técnicas, táticas, tendências e estratégias do jornalismo europeu da época (Sousa, 2008, pp. 98-99).

Ainda que intervenientes, os periódicos, quase artesanais, eram escritos numa linguagem simples e direta, o que facilitava a difusão das novas ideias junto à população (Vargues, 1997 *cit. in* Sousa, 2008, p. 99). O *Astro da Lusitânia*, surgido a 30 de outubro de 1820, foi um dos jornais (ainda com dimensão de livro) elaborado nesse padrão. Com uma perspectiva combativa, advogando o liberalismo radical, o jornal

procurava influenciar a governação e não temia acusar o Antigo Regime pelos males de Portugal. Ele assumia-se como “porta-voz” dos leitores e até do povo em geral.

Amparados pela Lei, vários liberais começaram a publicar jornais políticos. Surgiu, por exemplo, o *Astro da Lusitânia*, de Joaquim Maria Alves Sinval e *O Independente*, de Fernandes Tomás e José Joaquim Ferreira de Moura. Mas, os absolutistas apostólicos reagiram, lançando, também eles, vários jornais panfletários, como *O Patriota*. Esse movimento intensificou-se em 1822, ano da promulgação da Constituição Liberal, com o surgimento de jornais como *A Trombeta Lusitana*, *O Braz Corcunda* e a *Gazeta Universal*, no qual colaborava José Agostinho de Macedo (Sousa, 2009, pp. 2-3).

A Revolução de 1820, liderada pelos segmentos liberais da cidade do Porto, ocasionou um movimento em busca da monarquia constitucional. Contudo, paralelamente ao funcionamento das Cortes constituintes e com a volta de D. João VI a Portugal, as polémicas sobre a censura aos jornais sucederam-se (Tengarrinha, 2006). O cenário político era dominado por duas premissas sobre o desempenho da imprensa periódica: a população portuguesa ainda não estava pronta para o término da censura e era necessário conservar a defesa do regime para caso acontecessem possíveis ataques. Nesse cenário, a estratégia utilizada para manter o domínio seria a criação de meios legais de controle, ainda que diante da resistência do regime cercado por movimentos de cunho liberal.

Diante do panorama polémico que se desenhava, um marco legal aconteceu: a Liberdade de Imprensa foi reconhecida pela primeira vez, assim como foram estabelecidos conselhos de juízes – e não por representantes governamentais com o fim de julgar crimes de imprensa, uma transfiguração expressiva no ato de conduzir as relações entre os jornais e a sociedade portuguesa. Uma Instrução legal se concretizou no Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa, responsável por julgar as apelações contrárias aos abusos vindos nos impressos dos veículos de circulação de notícias.

Para além da maleabilidade legal, que concedeu maior liberdade aos periódicos da época, os ventos liberalizantes contribuíram para a inovação da imprensa portuguesa, uma vez que consentia o crescimento do número de folhas nas ruas, essencialmente em Porto, Lisboa e Coimbra, e o retorno dos jornalistas exilados, que importaram tecnologias mais modernas e renovação das práticas jornalísticas fundamentadas nos modelos provenientes de outros centros europeus (Sousa, 2014).

Em realidade, esse processo de expansão não aconteceu por inteiro, devido ao golpe contra a Revolução de 1820, a Revolta da Vilafrancada, que anulou a Constituição de 1822. Seguidamente, a censura prévia é resgatada em 1823. Logo, alternaram-se períodos de censura e de maior tolerância à liberdade de imprensa até o ano de 1828, com a aclamação de D. Miguel como rei absoluto de Portugal, quando aconteceu uma intensa retomada repressiva referente à circulação de notícias, com um movimento correspondente às medidas do final dos anos do século XVIII (Tengarrinha, 2006).

Segundo Sousa (2010), desde 1822 surgiram em Portugal, também, periódicos contrarrevolucionários e antiliberais. Quando então, foi promulgada a legislação que continha a liberdade de imprensa, ademais, em 1822 determinando o editor ou impressor a responder pelos autores e castigando-se os ataques ao Estado. Periódicos esses que sofreram perseguição por representantes liberais, possivelmente favoráveis à liberdade de imprensa, sendo que alguns passaram por censura ou chegaram a ser suspensos (Sousa, 2020).

Movimentos como a Revolução Liberal, a Promulgação da Lei de Liberdade de Imprensa (1821) e da Constituição (1822) conduziram o jornalismo nos territórios além-mar. Segundo Sousa (2010), surgiram novos periódicos da mesma natureza no Brasil, que resultaram em fortalecimento às reivindicações, essas tiveram como fim liderar a Independência brasileira em 1822, com o *Revérbero Constitucional Fluminense*.

O fato é que, desde o início de 1823, pressentindo-se a contrarrevolução, o regime liberal regulou com mais intensidade a imprensa e tomou medidas repressivas contra periódicos contrarrevolucionários e antiministeriais. Sendo assim, muitos deles sumiram até abril daquele ano (*Gazeta Universal*, *Trombeta Lusitana*, *Astro da Lusitânia*, entre outros). “É nesse ambiente tenso que os periódicos vintistas se vão mover e o discurso periodístico se vai transformar” conclui (Sousa, 2020, p. 123).

Durante o período em que a política estava instável e sob rebeliões que agitaram Portugal após 1822, tornou-se inconstante a rapidez com que apareciam, anualmente, novos periódicos. O triunfo do golpe absolutista e miguelista da Vilafrancada, a 3 de julho de 1823, causou a queda do regime constitucional e restabeleceu a censura e o regime de licenças para a fundação de jornais. Sendo assim,

entre 1823 e 1826, apenas se publicaram em Portugal periódicos Miguelistas. Mas vários liberais exilados procuraram fazer com que jornais clandestinos chegassem ao país, com a intenção de alentar a causa liberal (Sousa, 2008).

Com a morte de Dom João VI em 1826, intensificaram-se as tensões e confrontos entre absolutistas e liberais na sociedade portuguesa. A Família Real estava fragmentada. Ao contrário do Rei, a Rainha Dona Carlota Joaquina tinha-se recusado a jurar a Constituição liberal de 1822 e chegou ao ponto de unir forças com o infante Dom Miguel nos levantamentos absolutistas. Isso acabaria por ditar o exílio de Dom Miguel, em Viena (Sousa, 2010). Assim, com a morte de Dom João VI, o monarca

Dom Pedro I, Imperador do Brasil, filho primogénito de Dom João VI, foi proclamado Rei de Portugal, a 20 de Março de 1826. Ainda no Brasil, Dom Pedro outorgou a Portugal uma nova Constituição, a Carta Constitucional, a 29 de Abril de 1826. A Carta devolvia ao Rei vários poderes e privilégios que lhe tinham sido retirados pela Constituição de 1822, através da instituição, na Lei Fundamental, de um poder moderador, atribuído ao monarca. O Soberano podia, nos termos da Carta Constitucional, intervir sobre os restantes poderes. Três dias após a promulgação da Carta, Dom Pedro abdicou do trono português em favor da sua filha, a Rainha Dona Maria II (Sousa, 2010, p. 25).

A Carta Constitucional demonstrava garantir a liberdade de imprensa; ainda assim, essa foi reprimida por leis e decretos logo a seguir. Não houve anulação da censura prévia, ainda que a promulgação da referida Carta tenha proporcionado oportunidades para agilizar o surgimento de novos periódicos. A promulgação da Carta Constitucional originou vários impactos, tanto que

(...) originou divisões entre os liberais que defendiam a Constituição de 1822 (“progressistas”, em que alinhavam, especialmente, membros da baixa e média burguesia) e os liberais que defendiam a Carta (“conservadores”, que agrupavam, essencialmente, membros da alta burguesia). Mais tarde, as divisões no campo liberal originaram, inclusivamente, uma forte instabilidade política e militar (Sousa, 2010, p. 25).

A partir de 1827, dada a convivência de Dom Miguel, outras revoluções absolutistas ocorreram. Ainda nesse ano, Dom Pedro nomeou Dom Miguel regente de Portugal. Sendo que, em 1828, Dom Miguel retornou a Portugal, concordando antecipadamente em casar-se com Dona Maria e governar conforme as leis liberais, diante de juramento da Carta Constitucional. No entanto, traíndo a confiança de Dom Pedro, convocou as Cortes e, em 1828, levou-o a declará-lo Rei absoluto, começando assim um novo período de inquietação que encerrou na Guerra Civil (Sousa, 2010).

Com a proclamação de D. Miguel como rei absoluto e antiliberal em 1828, reprimiram a imprensa nas malhas da censura, das licenças prévias e da repressão. Vários cidadãos-jornalistas foram presos (como Almeida Garrett, editor de *O Português*), outros exilados. Inclusive, um jornalista e político liberal foi condenado à morte: José Sousa Bandeira, editor de *O Azemel Vimaranense* (Sousa, 2010).

Nessa condição, os poucos jornais que se publicaram legalmente em Portugal, no período Miguelista, elevavam sem reservas a figura de D. Miguel. Diferenciaram-se, nessa atividade, o padre José Agostinho de Macedo, editor de *A Besta Esfolada* e *O Desengano*; o padre Alvito Buela Pereira de Miranda (editor de *O Cacete* e *A Defesa de Portugal*); e ainda outro religioso, Frei Fortunato de São Boaventura, editor de *A Contra Mina* e de *O Mastigoforo*. Mesmo assim, algumas publicações de cariz liberal continuaram a aparecer no território português, em especial nas ilhas atlânticas (*Crónica Terceira*, nos Açores; *O Defensor da Liberdade*, na Madeira), sob controle dos liberais. Tais publicações circulavam ocultas no Portugal contido e confrontavam-se verbalmente com os jornais pró-absolutistas.

As perseguições políticas, desencadeadas em Portugal pelos absolutistas, originaram, por outro lado, uma segunda emigração de intelectuais e burgueses liberais. Alguns desses novos exilados liberais que rumaram a Espanha, França e Inglaterra elaboraram jornais políticos (alguns deles também satíricos) e político-noticiosos, que eram enviados clandestinamente para Portugal. São exemplos destes jornais *O Correio Interceptado* (1825-1826); *O Cruzeiro ou Estrela Constitucional dos Portugueses* (1826-1827) e *O Português Emigrado* (1828-1829) (Sousa, 2016, p. 26).

Dessa forma, em favor do seu filho Dom Pedro II, Dom Pedro abdicou do trono do Brasil e pôs-se à frente das forças liberais, que invadiram Portugal e derrotaram irrevogavelmente os absolutistas, no ano de 1834. Ainda nesse ano, Dom Miguel partiu para o exílio e não mais voltaria ao país (Sousa, 2010).

Com o declínio do reinado de D. Miguel, nova alteração ocorreu no cenário político português no ano de 1831. Sendo assim, outra Lei de Imprensa foi promulgada em 1834, seguida de uma fase de relativa liberdade de imprensa. Período esse, que beneficiou o surgimento de jornais populares, como exemplo o *Periódico dos pobres*, vendido a preço acessível, o que provocou o surgimento de outros impressos semelhantes, além de folhas com diversas correntes políticas (Sousa, 2014).

3.2 O jornalismo português sob o signo da instabilidade (1834-1850)

A vitória das forças liberais não pôs fim à instabilidade política e militar em Portugal. Nesse cenário, apareceram vários jornais de cunho político “de partido”, alguns de forma clandestina, outros legítimos. Esses jornais colaboraram com a consolidação do papel da imprensa portuguesa, como espaço e arena pública, ainda que a leitura de jornais e a participação no processo decisório estivesse limitada, à época, à minoria letrada e com domínio de posses econômicas. No ano de 1836, foi promulgada uma nova Lei da Liberdade de imprensa, relativamente permissiva, que suscitou um renascimento da imprensa portuguesa.

Nessa época, o fator, talvez, mais interessante para o desenvolvimento futuro do jornalismo português, não veio do jornalismo estritamente político e erudito, mas sim, do jornalismo político-noticioso e “popular”. O *Periódico dos Pobres* (Sousa, 2008, p. 100).

Pode-se entender, nesse sentido, que o surgimento do *Periódico dos Pobres* serviu como um instrumento de inclusão social, para que aqueles que pertenciam às classes menos favorecidas pudessem ter acesso a um veículo de comunicação e informação; ademais, um contributo para com o progresso da imprensa portuguesa.

Segundo Tengarrinha (1989, p. 141), o *Periódico dos Pobres* foi publicado até 1846 e chegou a ter pelo menos cinco mil assinantes. Tratava-se de um jornal de conteúdo essencialmente noticioso, de linguagem simples e que manifestava uma certa independência política, muito embora fosse alinhado à defesa da Carta Constitucional. O seu surgimento revela que algumas das intenções à época, que também manifestavam-se em Portugal, estavam a permitir a morosa mudança “industrial” da imprensa norte-americana e europeia (Sousa, 2008).

Outros tantos jornais “populares”, motivados no padrão dos *Periódicos dos Pobres*, apareceram em Portugal anteriormente ao surgimento do primeiro jornal noticioso “industrial”, o *Diário de Notícias*, como por exemplo: o *Periódico para os Pobres* (Lisboa, 1827) e na cidade do Porto, (Porto 1834); *Dez reis*, jornal de utilidade (1841); e o *Jornal de Utilidade Pública* (1841). De forma efêmera, surgiu ainda um pequeno jornal de menor custo, o *Cinco Reis*.

Conforme Sousa (2008), a Lei de imprensa de 1834 serviu de contributo à criação de jornais de um modo geral, fosse de caráter político e político-noticioso, abarcando periódicos de conteúdos críticos, assim como para o restabelecimento da Constituição de 1822.

Diante da promulgação de uma nova lei de novembro de 1837, que restringia o exercício da liberdade de imprensa e obrigava os editores de jornais a atender requisitos cívicos extraordinários, como uma boa avaliação econômica, o ritmo de produção de jornais diminuiu após 1840. Ademais, cresceu a perseguição aos jornalistas e aos jornais, especificamente sob o governo de Costa Cabral, que tinha reposto em vigor a Carta Constitucional, em 1842. Tal condição repressiva e censória foi até 1851, muito embora não tenha coibido inteiramente a edição de jornais da oposição, posto que, em algumas condições, clandestinos (Sousa, 2008).

Nesse contexto, a considerar a notícia repressora descrita à época, pôde-se entender, em síntese, o clima de repressão que se abatia sobre a imprensa (Sousa, 2008). Ademais, a mesclagem de opinião e informação, sem ascensão. Assim como uma estrutura permanente do jornalismo e das histórias, a narrativa cronológica de certa maneira, pode interpretar-se que a ideia de reportagem começava a se infundir na imprensa portuguesa e a tornar-se de interesse público (Tengarrinha, 1989).

Segundo Tengarrinha (1989), alguns jornais políticos que surgiram em épocas agitadas da metade do século XIX, como exemplo: *O Procurador dos Povos*, *A Lança*, *O Atleta* e a *Revolução de Setembro*, tiveram periodicidade efêmera, devido à falta de assinantes; outros, em contrapartida, atingiram uma tiragem de dois mil exemplares e superiores. Duraram ainda muitos anos, o que comprova que os burgueses à época estavam realmente comprometidos com a atividade política, o que se retratava na interpretação de jornais. Assim, a imprensa desenhava um novo local comum.

O caráter das matérias de conteúdo político nos jornais político-noticiosos não ia muito além do tom dos artigos dos jornais de conteúdo puramente político. A *Revolução de Setembro*, diário surgido a 22 de junho de 1840, já tinha um formato diferenciado, assim como a paginação.

A revolta popular da Maria da Fonte, em 1846, e a guerra civil da Patuleia, entre 1846 e 1847, levaram à interdição dos jornais de combate político, embora vários deles tivessem continuado a publicar clandestinamente. Um exemplo disso é *O Espectro*,

redigido por Antônio Rodrigues Sampaio, que sucedeu ao *Eco de Santarém* e se tornou o principal jornal oposicionista. Tratava-se de um jornal gratuito e anti-governamental (Sousa, 2008, pp. 27-28).

Mesmo diante da criação do termo da guerra civil da Patuleira pela Convenção de Gramido (1847), ao invés de pôr fim à instabilidade e à violência, fez com que a violência para com os jornais e tipografias se tornasse mais comum, a implantação da República na França (1848) somada à difusão das ideias revolucionárias, alteraram o clima de instabilidade que se vivenciava em Portugal. Além do mais, Costa Cabral reassume o poder com as eleições de 1848 e, logo apresentou um projeto de lei que diminuía a liberdade de imprensa, promulgada em 1850, sob críticas, a denominada popularmente Lei das Rolhas (Sousa, 2008).

A promulgação da Lei das Rolhas converteu-se em fonte de protesto pelo país inteiro, vindo a surgir inclusive no meio de jornais imparciais às posições governamentais. Tal lei deliberava ligeiramente os crimes e delitos por abuso de liberdade de imprensa, o que facilitava a incriminação de qualquer um que tivesse o impulso do ato de criticar o governo. Sendo assim, quem violasse a lei era sujeito a pena de prisão e multas, firmando-se as subscrições públicas para cumpri-las (Sousa, 2008).

A Lei das Rolhas ainda dificultava a criação de novos jornais, visto que obrigava os editores a depositarem previamente altas quantias de dinheiro. Revogada em maio de 1851, a seguir um golpe militar que conduziria à Regeneração, período tido como de calma e de rotativismo no governo. A estabilidade política, o crescimento econômico fundamentado na industrialização e o acesso legalizado da liberdade de imprensa provocaram, enfim, o progresso da imprensa portuguesa e o surgimento dos primeiros jornais à população.

3.3 O Jornalismo Português da Regeneração ao ocaso da Monarquia (1850-1910)

A industrialização da imprensa portuguesa sucedeu-se por meio de um levantamento militar promovido pelo Marechal Saldanha, fato esse que resultou no fim

do então governo ditatorial de Costa Cabral. Com a situação política legitimada a seguir, graças ao acesso à Regeneração, novas oportunidades surgiram a favor do crescimento da imprensa. Até porque, no período correspondente aos anos de 1851 a 1866, o prédio legislativo que acomodava a liberdade de imprensa¹⁸ desabou (Sousa, 2008).

Sendo assim, a imprensa opinativa e combativa continuava ocupando um nível de destaque no campo jornalístico português, mesmo numa situação política instável, afetada pelo revezamento dos partidos centrais do governo. Logo, alguns empresários deduziram que a imprensa popular noticiosa, além de imparcial, seria fonte de lucro, com gastos reduzidos e propagação abrangente em demais países (Sousa, 2008).

Nesse aspecto, Portugal testemunhou, à luz da iniciativa privada, alteração no cenário jornalístico. Começaram a surgir jornais populares noticiosos destinados à sociedade como um todo por meio de recursos técnicos e financeiros que garantiam muitas tiragens de baixo custo e de linguagem clara. Tais, não eram parciais, buscavam expor acontecimentos relevantes, de maneira que possibilitasse a veracidade e a assertividade. Com os atributos desses jornais, como o *Diário de Notícias*, o primeiro notável, o período do jornalismo inicia em Portugal como um negócio industrializado, que servirá de fonte para tempos vindouros.

Com o advento da imprensa industrial, o trabalho nas redações alterou-se substancialmente. As redações “artesaniais”, de dois ou três elementos, que escreviam, maioritariamente, artigos políticos, deram, gradualmente, lugar a redações com várias dezenas de profissionais, nas quais, o repórter adquiriu importância crescente em contraponto ao “escritor de jornal”, isto é, ao articulista que escrevia os artigos políticos. Se noticiar era a principal incumbência dos jornais industriais, então as técnicas de redação rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objeto sobre os sujeitos que o enunciam (objetividade). Essa opção editorial foi incrementada quer pela onipresença do telégrafo, que incitava à manutenção de um estilo factual, simples e sintético, quer pela atividade das agências noticiosas, que davam, então, os primeiros passos (Sousa, 2008, p. 30).

Conforme Sousa (2008), o primeiro número do *Diário de Notícias*, surgido em 29 de dezembro de 1864, foi considerado um jornal diferente dos demais, tanto em relação aos conteúdos, por serem noticiosos em relação ao aspecto e por apresentarem

¹⁸ Logo em 1851, foram mandados arquivar os processos por abuso de liberdade de imprensa pendentes; em 1856, estabeleceu-se que as leis de liberdade de imprensa se observassem também no ultramar. Em 1862, amnistiaram-se os crimes de liberdade de imprensa em que o acusador era somente o Ministério Público. Em 1863, publicou-se uma lei sobre os direitos dos jornais. Finalmente, em 1866, aboliram-se, por lei, “todas as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica” (Sousa, 2008, p. 102).

uma linguagem clara, concisa, precisa e simples; quanto em relação ao formato, com uma paginação em quatro colunas e a dimensão, uma vez que era de jornal, sensivelmente semelhante aos atuais tablóides; e ao preço, vendido a um custo muito pequeno. Tinha caráter empresarial, a visar o lucro nas vendas e também propagandas.

Após o surgimento do *Diário de Notícias*, ao ser direcionado para o comércio e não para a política, houve um crescimento exponencial graças ao propósito comercial e o desejo esclarecedor da imprensa. Diante desse cenário, a população estava ansiosa por notícias de qualidade, e como retorno surgiram vários jornais seguindo a mesma linha editorial noticiosa, como exemplos, o *Diário Popular* (Lisboa, 1866) e o *Jornal de Notícias* (Porto, 1866). A aprovação desses jornais com notícias gerais levou a imprensa a inovar a sua linha editorial.

Dois casos sintomáticos ocorreram no Porto. O “*Comércio do Porto*”, que tinha nascido em 1854, essencialmente para veiculação de informação comercial e industrial, abriu-se a novos conteúdos noticiosos, transformando-os, gradualmente, num jornal de informação geral. Por seu turno, *O Primeiro de Janeiro*, fundado em 1869, cujo título evoca a Revolta da Janeirinha, no Porto (1 de Janeiro de 1868), contra o imposto de consumo decretado pelo governo, nasceu como órgão simultaneamente político e noticioso, mas também evoluiu para um diário generalista comercial (Sousa, 2008, p. 105).

Outros jornais surgidos no final do século XIX, a exemplo de *O Século* (1881), de origem republicana, que tornou-se o jornal mais lido do país, seguiram a mesma filosofia do *Diário de Notícias*. Dedicando amplo espaço à informação, independente das preocupações de cunho político, apresentou um novo design e inovações literárias (Sousa, 2008). Para Tengarrinha (1989), como forma de colaboração para o sucesso desse jornal, incluía folhetins que saíam aos domingos, com destaque para os números especiais ilustrados. O fato é que, com a velocidade com que esse tipo de jornalismo cresceu, muitas mudanças ocorreram, tais como:

- i. A rápida expansão do número de jornalistas (profissionais de perfil técnico, apesar do mais elevado estatuto que continuavam a ter os jornalistas “eruditos”) (...);
- ii. A divisão de trabalho nas redações e a fixação de uma hierarquia profissional (...);
- iii. A fixação do vocabulário específico e das competências e conhecimentos técnicos associados à profissão (...);

- iv. A diferenciação entre o estilo literário, erudito ou persuasivo e o estilo jornalístico (...);
- v. A fundação de organizações de classe (...);
- vi. A mobilidade dos jornalistas entre os órgãos de comunicação social, para ascenderem profissionalmente (...) (Sousa, 2008, p. 106).

Em contrapartida, impactou em prejuízo para os noticiaristas, em forma de desprestígio profissional para a carreira jornalística, passando a ser mais e mais reconhecida como uma profissão de carácter técnico, muito embora a colaboração de vários literatos portugueses para com os jornais em diversos aspectos da profissão tenha significado prestígio para o jornalismo no decorrer do século XIX (Sousa, 2008).

A industrialização da imprensa e a profissionalização dos jornalistas provocaram várias transformações, com impacto também na aplicação de novos modelos, tanto no negócio da imprensa assim como na forma de organização do trabalho nas entidades de comunicação. Sendo assim, no final do século, novamente a liberdade de imprensa é, lentamente, coibida em Portugal pelos últimos governos monárquicos, mediante a crescente instabilidade e o desafio à Monarquia originados por atos de diversas categorias, a dos republicanos, socialistas, anarquistas e outras (Sousa, 2008).

Dado esse cenário, novas regras foram admitidas, no fim da monarquia, à liberdade de imprensa, gerando um regime rigorosamente repressor. Uma portaria em 1881 proibia o conhecimento de notícias policiais, assim como foi assinado um decreto de 1890 que simplificava o controle judicial sobre a imprensa e a prisão de jornalistas, ao eliminar a intervenção do júri nos julgamentos por liberdade de imprensa e ao relaxar ao editor ou, em sua ausência, ao proprietário da tipografia a responder pelo crime no caso de matéria que cometesse abuso da liberdade de imprensa (Sousa, 2008).

As mudanças fizeram-se relativas aos futuros periódicos, em termos de responsabilidade de lançamentos em grupos de interesse comum, extensivo àqueles que o lançavam por si, o que tornaria mais difícil a sobrevivência desses, levando-os ao desaparecimento. As redações investiram na produção jornalística e tornaram-se mais exigentes, com a necessidade de agregar mais noticiaristas, aumentaram a equipe, na

interpretação de Tengarrinha (1989, p. 190), assumiam o “papel de alma do jornal português do final de Oitocentos”.

Foi publicado um decreto em 1896 que proibia a divulgação de notícias sobre anarquistas. Mesmo com a revogação do decreto de 1890 em 1898, não impediu que suspendesse a continuação dos processos contra os jornais e a violência policial ou de bandos populares com a cobertura das autoridades contra as suas sedes e contra as tipografias onde eram impressos.

Num panorama parcialmente adverso, no ano de 1900, Portugal contava com 583 jornais, a contar com territórios ultramarinos, o que possivelmente, à época, elevaria-o ao patamar dos países desenvolvidos (Tengarrinha, 1982). Nesse cenário, o jornalismo português iniciou o século XX com o fortalecimento da censura à imprensa e da contenção aos jornalistas e jornais que confrontavam o poder, especificamente para com os republicanos. Conforme Sousa (2008) descreve:

Os jornais incómodos eram judicialmente processados ou apreendidos, textos ou partes de textos censurados, alguns jornalistas e editores presos, (por vezes em situação de comunicabilidade), ou degredados. A vigilância policial parecia omnipresente. Por vezes, as instalações dos jornais e as tipografias eram assaltadas pela polícia ou mesmo por bandos afectos ao poder, como aconteceu com os jornais *O Século*, *O Mundo*, *A Vanguarda* e *O Progresso* (Sousa, 2008, p. 108).

O nível de censura era tão austero a chegar ao ponto de suscitar diversas entidades às várias manifestações a defender a liberdade de imprensa, com o objetivo de fazer com que tais atos absurdos chegassem ao conhecimento do público, conforme narrativa de Tengarrinha:

Para protestarem, em determinadas ocasiões, os jornais deixavam em branco as partes censuradas para que o público se apercebesse da acção da censura. Sucediavam-se infrutiferamente, abaixo-assinados, manifestos, comícios e conferências a favor da liberdade de imprensa, alguns deles promovidos pelas várias associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, fundadas no século XIX (indiciando a profissionalização da classe), bem como pela Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa, grémio dos editores (Tengarrinha, 1989, p. 254).

A inovação da industrialização nas empresas de jornais nos anos Oitocentistas, de acordo com Sousa (2008), tendo o objetivo direccionado para o lucro, levou os periódicos a darem atenção às necessidades e interesses informacionais dos leitores. O jornal agora era direccionado aos cidadãos, passando esses a serem alvo dos jornalistas e fazerem parte dos jornais, no intuito de colaborarem com o envio de notícias e

ocuparem espaços editoriais, mobilizando os periódicos a manifestarem e publicarem mais matérias de interesse dos leitores.

Para Sousa (2008), muito embora o jornalismo no Portugal de Oitocentos tenha sido mais de caráter noticioso generalista e dedicado-se mais ao jornalismo político e político-noticioso, apareceram, por todo o século XIX, publicações especializadas que, inclusive, eram favorecidas pela censura. Segundo Tengarrinha (1989), surgiram outros periódicos que tratavam de diversas especialidades, tais como: medicina, ciência, comércio e indústria, literatura, dentre outros assuntos.

no decorrer do século XIX, também se assistiu ao aparecimento de um vasto número de jornais regionais e locais, alguns de feição política, outros de orientação político-noticiosa e noticiosa (Tengarrinha, 1989, pp. 185-189 *cit. in* Sousa, 2008, p. 35)

Uma das principais inovações incluídas no percurso da imprensa ideológica portuguesa Oitocentista foi o surgimento do jornal *O Tribuno*, desde 1843, na qualidade de jornal republicano, que tinha orientação editorial rigorosamente política ou político-noticiosa.

Esses jornais, surgidos um pouco por todo o país, em especial a partir de 1873 (ano da proclamação da República em Espanha), terão contribuído para a propagação da causa republicana e, finalmente, já em 1910, para a instauração da República (Sousa, 2008, p. 36).

Sabe-se pela historiografia, da publicação de diversos diários portugueses surgidos no final de Oitocentos, de cunho republicano, fundamentados numa orientação editorial político-ideológica, que deram certo até o início do século XX, a citar *O Século* de 1881, como órgão do Partido Republicano (Sousa, 2008, p. 36). Outro exemplo seria *O Mundo*, fundado em 1900, autenticamente guiado pela orientação editorial político-ideológica, destacado dentre os diários republicanos radicais, o mais bem-sucedido até os primórdios do século XX.

A partir de 1906/1907, assim como aconteceu com a procedência nacionalista da imprensa europeia continental e norte-americana, presenciou-se uma polarização entre as tendências ideológicas atuantes na sociedade portuguesa que repercutiu nos jornais, sendo que o lado monárquico e conservador conquistou o significativo apoio do catolicismo, enquanto o republicano alinou-se à maçonaria (Sousa, 2008). Nessa perspectiva, “os jornais republicanos converteram-se, nessa época, em meios autenticamente revolucionários” (Tengarrinha, 1989, p. 239).

Com a legislação de abril de 1907, que determinava o aumento dos delitos da liberdade de imprensa, assim como o decreto de Ditadura, a conjuntura em que atuava a imprensa agravava-se muito mais. A condição que Portugal atravessava levou alguns jornalistas ao exílio, por exemplo, o representante republicano Freitas Borges, responsável pela publicação na Espanha do jornal *O Espectro do Mundo*, divulgado ilicitamente em Portugal até o ano de 1908, ano em que o jornalista regressou ao país onde foi preso (Sousa, 2008).

No dia 20 de junho do então ano, um novo decreto atribuiu aos governadores civis o poder de apreenderem e suspenderem jornais. Tornaram-se frequentes a prisão ou mesmo o degredo de jornalistas, as multas, “as perseguições, processos e suspensões de jornais” (Tengarrinha, 1989, p. 47) e “até as apreensões de todos os exemplares de determinadas edições” (Tengarrinha, 1989, p. 251).

A seguir, entre o biênio 1908 e 1909, veio um breve tempo de calmaria da inibição da imprensa e muitos jornalistas presos foram agraciados com a anistia e liberados. Porém, no mesmo ano (1909), sob domínio do governo de Campos Henriques, são instauradas medidas repressivas, mantidas até o fim da Monarquia. Nesse sentido, pode-se entender que a imprensa portuguesa do período Monárquico lembra fortemente os conflitos sociais de uma época em que se confrontavam os monárquicos, os republicanos, os socialistas, os trabalhistas e os anarquistas (Sousa, 2008).

Nesse panorama, entende-se que a imprensa portuguesa ao final da monarquia reverberava significativamente os conflitos sociais de um tempo de combates entre as diversas classes sociais e, nesse âmbito, não havia entendimento entre os grupos por serem diversas as tendências manifestadas, sem debate na arena pública, no campo jornalístico. Assim, alguns jornais noticiosos, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, buscavam declarar-se autônomos, ao passo que outros mesclavam as notícias no contexto de uma conduta ideológica bem assente (Sousa, 2008).

3.4 A proclamação da República e suas consequências para o jornalismo português nos primeiros doze anos da I República (1910-1922).

Na obra “O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a abril de 1974”, Sousa (2010) lembra que, na última fase da Monarquia, medidas legislativas foram providenciadas com o fim de impor controle sobre a censura de imprensa. Em seu relato, conta que vários jornais e tipografias foram invadidas e destruídas tanto por populares assim como por ordem superior. Em alguns casos, os jornais eram confiscados. A instauração da República propiciou uma recuperação ampla e real da liberdade de imprensa.

Influenciada pela Constituição francesa, a Constituição republicana de 1911 assegurava a liberdade de imprensa e estabelecia um regime parlamentar. Muito embora, já em 1911, manifestantes, a mando dos republicanos, coniventes com a polícia, invadiram as instalações dos jornais monárquicos de Lisboa. Acontecimento esse que, por várias vezes, replicou-se, tornando o ato pioneiro das violações e restrições à liberdade de imprensa que os governos republicanos foram assumindo, num cenário bastante instável tanto no campo político quanto no militar. Período marcado por muito incitamento ao regime, a citar, golpes de Estado, imposição de uma ditadura, revolução e demissão presidencial (Sousa, 2010).

Diante da conquista do direito à greve, o novo regime, logo a partir de 1910, teve de encarar uma onda grevista. A classe operária percebia o agravamento de sua situação devido à crise econômico-financeira, sendo assim:

Perturbado pela agitação quase permanente nas ruas, pela violência de uma imprensa desenfreada e por uma crescente instabilidade governamental, o regime parlamentar, impotente para resolver os problemas postos pela situação crítica em que se encontravam a economia e as finanças do país, resultou rapidamente desacreditado (Bourdon, 1973, p.178 *cit. in* Sousa, 2010, p. 40).

A declaração de participação na I Guerra Mundial, de Portugal à Alemanha em 1916, não obteve vantagens conforme intencionava; ao contrário, teve seus recursos financeiros restritos pela tentativa de guerra. Nesse cenário, venceu uma revolução que depôs o Governo e impôs um regime autoritário, e o autoritarismo só crescia com aplicação de medidas repressoras que atingiam a imprensa por meio de censura, em muitas ocasiões sem ciência do próprio presidente (Bourdon, 1973).

Com a volta do regime parlamentar, a condição financeira e econômica do país agravou-se, o que fez com que aumentassem as tensões sociais, resultando em vários movimentos sociais, tais como: greves, violência nas ruas, assassinatos, inclusive tentativas de golpe de Estado (1919). No entanto, eram cada vez mais as manifestações de insatisfação para com as instituições democráticas da República, o que resultou em vários golpes militares nos anos de 1925 e 1926. O fato é que o golpe de 28 de maio de 1926 obteve êxito e foi então imposta a Ditadura Militar ao país.

Instituída a Revolução de 5 de Outubro de 1910, uma das primeiras medidas do poder republicano foi revogar a lei que reprimia a liberdade de imprensa de 11 de Abril de 1907. Assim, a imprensa resgatou as suas liberdades em 10 de Outubro de 1910, reguladas por um decreto de 28 de Outubro de 1910. Surgiram novos periódicos, beneficiados por essas novas leis, alguns conforme política adotada, porém noticiosos, como o *República*, de 1911, num ato induzido pela situação política e social instável, que suscitava confusão nas ruas, poder que não satisfiz a nação (Sousa, 2010).

Contudo, em pouco tempo, a legislação passou por pequenas mudanças. Vez dos republicanos, anteriormente grandes defensores da liberdade de imprensa, buscaram evitar a difusão de informações e ideias que divergissem das suas, qualquer que fosse a ideologia política. Desse jeito, no fim de janeiro de 1912, foi interrompida a liberdade de imprensa e instaurada a censura por 30 dias, adequado à instauração do estado de sítio em Lisboa, seguida de uma greve geral. Nesse mesmo ano, em 9 de Julho, nova legislação consentiu a captação de jornais por razões insignificantes.

Nesse cenário, paralelamente, ocorriam, com a adesão das autoridades, atos violentos com os jornais monárquicos, A propósito, em Janeiro de 1911, populares destruíram as instalações do *Correio da Manhã*, do *Diário Ilustrado* e *d'O Liberal*. Ocorrendo o mesmo à *Nação* e a *O Dia*, seguidamente do golpe de 14 de Maio de 1915, foi destruída a sede de *O Intransigente* (Sousa, 2010).

Como consequência, a I Guerra Mundial, em 1914, concedeu aos governos republicanos argumentos para, em tempo de guerra, amparados pela Lei 495, de 28 de Março de 1916, limitarem mais ainda a liberdade de imprensa e infundir a censura.

Devido ao desenvolvido nível de notícias propagadas sobre os acontecimentos da Grande Guerra, considerando a possibilidade de abranger Portugal, não houve

necessidade de existir uma relação clara para que a imprensa portuguesa direcionasse maior atenção à guerra desde o primeiro momento. Assim, justifica Sousa:

Os jornais eram alimentados pelas agências noticiosas, em particular pela Havas, e pelos enviados especiais e correspondentes, o que gerou um certo enviesamento noticioso a favor dos Aliados. Notava-se, não obstante, uma forte intenção noticiosa de seguir o conflito a par e passo (Sousa, 2010, p. 43).

A participação direta de Portugal na I Guerra Mundial, impactou o aumento das tiragens e a circulação de jornais e revistas de caráter informativo, ainda que as notícias da frente de batalha, em alguns casos criadas por enviados especiais, passassem pelo crivo da censura militar. As opiniões também eram distintas no país, fazendo oposição “os germanófilos, aos anglófilos e francófilos”, correntes que fortaleciam as divisões já determinadas entre republicanos, monárquicos, socialistas e outros, que se combatiam na imprensa (Sousa, 2010).

Mesmo diante da instabilidade política, social e militar que movimentou Portugal entre os anos Dez e Vinte, ganhos foram obtidos com o ininterrupto surgimento de novos periódicos e o crescimento suportado das tiragens e da circulação de jornais. Com a ditadura imposta entre 1917 e 1918 por meio de decretos sucessivos (9 de Janeiro e 13 de Abril de 1918), foi instituído o licenciamento prévio e a censura à imprensa, mantendo a suspensão de publicação de jornais já encerrados e a probabilidade de se suspenderem publicações, mesmo por motivos que não justificariam o ato.

Em 19 de Janeiro de 1919, surgiu a breve proclamação da Monarquia do Norte, que concedeu novo argumento ao poder para dominar os jornais. Com o fim da Grande Guerra, o assassinato de Sidónio e o regresso ao Parlamentarismo fizeram com que a imprensa voltasse às liberdades anteriores, com exceção da suspensão temporária d’*O Século*, invertida de golpe de Estado de 18 de Abril de 1925.

3.5 O subsetor das revistas ilustradas portuguesas (1835-1922)

Buscou-se, neste item, contextualizar o cenário sobre o qual surgiram as *revistas ilustradas portuguesas*¹⁹ e cada uma delas, com eixo no discurso da imprensa portuguesa publicado entre 1834 e 1922, período de aspiração da pesquisa. Selecionaram-se, para o estudo, exclusivamente aquelas geradas nessa data-limite. Segundo Sousa (2017), tratava-se de revistas escritas para benefício de todo o público. Envolviam toda a sociedade instruída e conquistaram grande êxito, em contradição, havia os periódicos políticos que geriam o horizonte midiático, e que se dirigiam aos eruditos do sexo masculino. Visão essa consoante com a interpretação de Tengarrinha:

nessa época, a imprensa era o principal agente de sustentação dos movimentos de opinião pública que brotavam, essencialmente, entre a minoria de indivíduos alfabetizados e politizados que existia, à época, em Portugal (Tengarrinha, 2006, p. 19).

Conforme Sousa (2017), a imprensa ilustrada em Portugal manifestou-se em meio da conquista da liberdade de imprensa, solidificada pelo triunfo liberal na Guerra Civil no ano de 1834, e o impulso do principiante projeto empresarial do jornalismo português, o do *Diário de Notícias* em 1834, guiado por experiências semelhantes no estrangeiro, caracterizando as revistas ilustradas, precursoras e vanguardas desse domínio da imprensa.

Para Sousa (2017), a imprensa ilustrada tornou-se valiosa na sociedade Oitocentista e Novecentista, uma vez que facilitaria perceber um mundo em violenta transformação. Porém, a visão a respeito da realidade correspondente à incorporação da ilustração na imprensa era confusa, conforme o parecer seguinte:

“quem vivia no tempo da rainha Vitória estava fascinado pelo ato de ver, pela questão da confiabilidade (...) no olho humano e pelos problemas da interpretação do que se via” (Flint, 2000, p. 1 *cit. in* Sousa, 2017, p. 20).

Sendo assim, com o destaque das revistas ilustradas portuguesas e a influência nos meios de comunicação:

¹⁹ Optou-se por manter neste documento a originalidade da escrita portuguesa à época, com o intuito de assegurar a veracidade do vocabulário, no sentido de garantir a fidedignidade das informações contidas nas citações.

As novas revistas ilustradas se tornaram um dos meios de comunicação visual mais influentes do seu tempo, dando aos artistas-gravadores grande audiência (Hogart, 1967, p. 12, *cit. in* Sousa, 2017, p. 20).

Segundo Martin (2006, p. 47, *cit. in* Sousa, 2017, p. 20), “parte do êxito alcançado pelas revistas ilustradas ter-se-á devido ao facto de darem um aspeto lúdico à informação”. Há de ressaltar-se que essa aparência divertida era atribuída como uma forma de opor-se ao modelo rígido com que os artigos eram escritos. Sendo assim, publicavam textos menos formais, alternando-os entre anedotas, curiosidades, adivinhações, passatempos, algo para distrair os leitores. Nesse contexto, entendeu-se que significativamente:

As ilustrações, elemento distintivo e identitário dessas publicações, contribuíram para a “transformação da imprensa num produto de consumo guiado pela competição”²⁰ (Martin, 2006, p. 43, *cit. in* Sousa, 2017, p. 20).

Ademais, “imprimiram mensagens específicas na memória dos seus leitores” (Martin, 2006, p. 47, *cit. in* Sousa, 2017, p. 20). Diante desse cenário, ocorreu que:

Por volta de 1870, a imprensa ilustrada tornou-se uma parte muito importante da indústria da imprensa ao informar semanalmente os europeus sobre os assuntos da atualidade. Periódicos e ilustrações tinham existido em separado durante centenas de anos, mas começaram a ser conjugados regularmente desde os anos 1830. Contudo, foi só a partir dos anos 1840 que se encontram revistas ilustradas que distribuíam massivamente imagens de acontecimentos da atualidade. Essas publicações contrataram vários tipos de artistas e permitiram-lhes construir uma vida (Martin, 2006, p.71, *cit. in* Sousa, 2017, p. 20).

Consequentemente, até o final dos idos anos 40 do século XX, as revistas ilustradas mantiveram amplo poder, por intermédio da difusão de imagens sobre a autenticidade. Tempos depois, os jornais incentivaram tal domínio e, desde o fim do século XIX, os filmes noticiosos e documentários através da televisão. A propósito, as revistas ilustradas só passaram para segundo plano com a difusão da imagem televisiva. Aparentemente, o domínio que as revistas ilustradas garantiram deu-se à percepção de realidade que partia das ilustrações que exibiam o seu espaço, previamente ao aparecimento da fotografia nessas publicações (Sousa, 2019).

Em pouco tempo, o jornalismo deu-se conta da importância da informação clara e até mesmo ilustrativa da imagem. Diante da evolução das artes gráficas, do progresso da litografia, da gravura de madeira e, a seguir, dos métodos de reprodução

²⁰ No original: “Illustrations were part of the transformation of the press into a consumer product driven by competition”.

tipográfica de desenhos e fotografias, o ambiente político, social e econômico, os progressos da educação e do próprio jornalismo garantiram, em Portugal, o surgimento do importante segmento da imprensa adquirido pelas revistas ilustradas.

Para Sousa (2017), os periódicos ilustrados portugueses ainda beneficiaram a liberdade de imprensa e o espírito liberal, ávidos para formar cidadãos prontos para atuar no meio político, de acordo com o princípio constitucional da soberania nacional. Assim, esses periódicos destacaram-se entre os principais instrumentos de dinamização e de aumento do universo público português, tornando-se essenciais para a veiculação de novos conhecimentos importantes e para a transferência de modernos conceitos, regularmente, de cunho revolucionário.

(...) não só embelezava o texto, tornando-o mais atrativo, mas também ajudava a sua compreensão, identificando melhor o leitor com o facto descrito. Essa necessidade tornou-se (...) mais evidente com a larga divulgação dos chamados “jornais populares”, para público mais amplo (...), e nos periódicos de modas. Reconhecia-se, pois, que a imprensa muito ilustrada de carácter popular permitia mais facilmente transmitir mensagens aos menos letrados (...) (Sousa, 2017, p. 23).

Nesse contexto, percebe-se o significativo diferencial da ilustração da imagem nos periódicos ilustrados portugueses.

O advento da fotografia na imprensa destacou-se como outro célebre momento desde o fim do século XIX, graças ao aperfeiçoamento técnico e à padronização da característica do papel (Tengarrinha, 2013). Imediatamente surgiram as primeiras publicações ilustradas, em forma de miscelâneas, de curiosidades, amenidades e atualidades. A citar, dentre outras, *O Ocidente* e a *Ilustração Portuguesa*. Publicações que já fazem parte de uma nova geração da imprensa ilustrada – a geração das revistas ilustradas de atualidades²¹ (Sousa, 2017).

Nessa perspectiva, seguiu-se com a descrição breve das revistas ilustradas portuguesas, precedida dos respectivos conteúdos e amostra do que cada uma traz especificamente sobre o Brasil pós-independência, conforme as categorias previamente definidas para fins de análise e interpretação conforme inventariadas.

²¹ A expressão “revista de atualidades” é usada, por exemplo, por Proença e Manique (1990-12) para se referirem à *Ilustração Portuguesa*.

3.5.1 *O Recreio: Jornal das Famílias* (1835-1842)

O Recreio: Jornal das Famílias (1835-1842), conforme Sousa (2017), teve o primeiro número publicado em 1 de janeiro de 1835 e tornou-se responsável pela introdução da imprensa ilustrada enciclopédica em Portugal. Manteve-se até dezembro de 1842, tendo como adversário por vários anos *O Panorama*, a *Biblioteca Familiar* e *O Ramalhete*. Similarmente às demais revistas da mesma geração, foi também elaborada com o objetivo de ser colecionada e encadernada em volumes anuais, aos quais era anexado um índice geral. Direccionava-se, condizente com o título, para toda a família, pretensão que se ostentava nos títulos de publicações semelhantes, por exemplo a *Biblioteca das Famílias*.

O Recreio apostou em assuntos superficiais e em conteúdos de interesses comuns, sendo que, em alguns deles, no francês, idioma adotado pelas elites eruditas da época, seu público-alvo. Quanto ao Brasil, *O Recreio* chamou atenção para a abundância da vegetação, na coluna Agricultura, ao descrever o que denominou de “Árvores pluviaes”:

Nas relações dos antigos viajantes da América depois confirmadas por Thevet na sua *Cosmographia*, se faz menção de umas arvores que tem a propriedade de attrahir os vapores da atmosphaera, e resolve-los em fôrma de chuva, que se derrama, e refresca os mais aridos desertos. Passou por fabulosa esta noticia; mas no Brazil se encontrou uma arvore que Decandolle classifica no genus coesalpinia, cujos gomos destillam gotas de agua que ás vezes cahem em fôrma de chuva. Outros vegetaes como o Calamus rotang, e outras plantas sarmentarias, destilam agua com abundancia, especialmente na época do ascenso da seiva, e depois da poda (*O Recreio: Jornal das Famílias*, Jan., 1835, Tomo I, vol. 1, p. 29).

Reconhecida como uma revista de êxito, visto que, ao final do primeiro ano de sua publicação, em 1835, já somava cerca de 1200 assinantes, prova que atendia aos desejos das elites cultas portuguesas à época.

3.5.2 *Biblioteca Familiar e Recreativa* Oferecida à Mocidade Portuguesa (1835-1846)

A revista *Biblioteca Familiar e Recreativa*, na condição de elemento da coleção das revistas enciclopédicas ilustradas, conseguiu alcançar o préstimo da

audiência, uma vez que, mesmo com o preço alto (80 réis), teve publicação ininterrupta por onze anos (1835 a 1846), em duas séries contínuas, sendo que a segunda série teve início em 1842 (Sousa, 2017).

Quanto aos conteúdos, abrangia uma grande variedade de temas e gêneros, associando história, geografia e etnografia, técnica e tecnologia, matérias sobre ideias e moral, curiosidades, anedotas, provérbios, charadas e passatempos, assim como literatura, inclusive poesia. No número 9 da Série II, Vol. I, ano 1842, pp. 99-101, apresentou uma matéria sobre o Brasil, intitulada *Minas D'ouro do Brasil*, na temática intitulada Mineralogia.

3.5.3 Jornal Enciclopédico (1836-1837)

Conforme o próprio título sugere, com caráter enciclopédico e cultural, a revista *Jornal Enciclopédico* foi publicada em Lisboa e teve periodicidade mensal. Publicada no período entre novembro de 1836 até fevereiro de 1837, contando ao todo somente quatro números. Não apresentou exatamente qual seria a razão de ser do periódico, o seu direcionamento, porém, por meio de observações dos conteúdos publicados, pode-se aferir tratar-se de instruir e divertir.

Diante de publicações como o *Jornal Enciclopédico*, é comum manifestar frequente interesse no desenvolvimento da economia do país, concretizado, especificamente, na permanente publicação de matérias que tratavam da atividade agrícola. Nesse contexto, localizou-se no nº 1, Tomo I, a matéria intitulada *Produção do algodão*, relacionada ao Setor Produtivo, presente na primeira página (Sousa, 2017).

3.5.4 O Museu (1836-1838)

A revista enciclopédica ilustrada *O Museu* teve periodicidade irregular, com publicação entre os anos de 1836 e 1838. Era formatada em duas colunas, modelo comum à época, com as páginas dimensionadas em cerca de 18,9 por 25,1 cm,

correspondente a uma superfície de cerca de 474 cm². A programação visual era grosseira e básica, manual. O fato de não ter periodicidade regular deixava muito a desejar, inclusive no cumprimento da data prevista para a edição do primeiro número (Sousa, 2017).

A revista apresentava-se ao público conforme faziam as publicações semelhantes sobre “conhecimentos” de “utilidade” sobre os portugueses, “de forma agradável”, como se fazia noutros países europeus, propriamente na Inglaterra, França, Alemanha e mesmo a Espanha. Localizou-se no Nº 10, Vol. I, de 15 de dezembro de 1838, uma matéria intitulada *Horrores do tráfico da Escravatura* (Sousa, 2017).

3.5.5 Arquivo Popular: Semanário Pintoresco (1837-1844)

O Arquivo Popular nasceu sob o emblema “Leituras de Instrução e Recreio”, no ano de 1837, ano esse próspero para a imprensa ilustrada. Seu primeiro número foi publicado em 1 de abril, num dia de sábado. Tinha periodicidade semanal e, como editor, o Sr. António José Cândido da Cruz. Essa revista ganhou destaque por ter sido a primeira publicação portuguesa a decidir pela adição de gravuras de maneira ininterrupta (Sousa, 2017).

Chamou a atenção de Tengarrinha, no sentido de ter apresentado o seguinte comentário sobre suas publicações:

o “*Arquivo Popular*” foi “muito apreciado (...), embora a maior parte dos artigos fosse mera reprodução de outros, tirados dos jornais franceses (...), além de alguns originais e interessantes nas suas especialidades (Tengarrinha, 2013, p. 548, *cit. in* Sousa, 2017, p. 136).

Sendo assim, com base nessa citação, pode-se entender que tratava-se de uma publicação de significativo interesse dos leitores, apesar de apresentar o conteúdo de suas publicações fundamentado no conteúdo de outros jornais, e também por tratar de assuntos gerais que suscitavam o conhecimento como um todo.

Conforme Sousa (2017), assim como a restante imprensa ilustrada generalista da época, o conteúdo da revista “*O Arquivo Popular*” mesclava curiosidades,

amenidades e temáticas relacionadas ao estímulo como um todo de um conhecimento em todas as áreas do conhecimento humano. Esse periódico não publicou nada sobre o Brasil, conforme busca da pesquisa.

3.5.6 *O Passatempo: Jornal d’Instrução e Recreio para Ambos os Sexos (1837-1838)*

A revista enciclopédica e cultural *O Passatempo* teve início com a periodicidade mensal, em seguida quinzenal. Foi publicada em Lisboa, entre o período de 1 de maio de 1837 e 30 de novembro de 1838. Cada número de doze páginas, com 14,5 por 20,5 cm de dimensão (correspondente a uma superfície de cerca de 297 cm²), custava 60 réis. Conforme Sousa (2017), não apresentava texto de apresentação ao leitor. Até que, no número 12, de 2º volume, surgiu uma nota aos leitores dando a entender que tratava-se de uma revista ilustrada cultural e versátil, assim como outras publicadas à época. A exemplo do *Arquivo Popular*, também não apresentou nenhuma matéria sobre o Brasil.

3.5.7 *O Panorama (1837-1868)*

O Panorama foi difundido pela empresa filantrópica Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, em Lisboa, a 6 de maio de 1837, e sua publicação se estendeu até dezembro de 1868. Teve como redator responsável Alexandre Herculano. “Já iniciou com uma tiragem de cinco mil exemplares” (Baptista, 1977, p. 54, *cit in* Sousa, 2017, p. 141), ato fenomenal para a época. Destacou-se por ter sido a primeira revista ilustrada enciclopédica portuguesa relevante e também por ter sido o principal periódico português de divulgação científica e cultural na primeira metade do século XIX.

Dentre as publicações geradas do mesmo gênero que apareceram no país, *O Panorama* foi a publicação classificada como a que mais atraiu, de moda transversal, as

elites da primeira metade dos Oitocentos. Tengarrinha (2013, p. 558, *cit. in* Sousa, 2017, p. 141) classificou-a como “a primeira revista romântica portuguesa”.

De conteúdo bastante extenso e diversificado, compreendeu uma variedade de áreas do conhecimento humano, tendo como maior destaque:

(...) à história nacional e universal, ademais, a revista também se dedicou a geografia, a etnografia, as ciências, a tecnologia, a agricultura, a economia, a economia doméstica, a saúde, a literatura (compreendendo estilos literários como a poesia e contos, publicados em forma de capítulos, no formato de folhetins), patrimônio e outros assuntos (Silva, 2014, *cit. in* Sousa 2017, p. 144).

De um modo geral, nas revistas *O Panorama* acessadas, foram localizadas 30 matérias sobre o Brasil (conforme arroladas no apêndice), distribuídas nas respectivas categorias previamente definidas: geográfico, produtivo, personalidades e etnográfico; cabe ressaltar que foi uma das revistas que mais trouxe contributos à pesquisa.

3.5.8 *O Ramalhete: Jornal d’Instrução e Recreio (1837-1844)*

O Ramalhete nasceu a 23 de novembro de 1837 no mesmo formato d’*O Recreio*. No entanto, trazia medidas um pouco maiores: 18,5 por 25,5 centímetros. Cada número contava habitualmente com 16 páginas em duas colunas. Existiu até 13 de junho de 1844. Supõe-se que seu redator foi Francisco Xavier Pereira da Silva. Oferecia opção de assinatura conforme interesse do assinante. O custo era mais alto caso o assinante preferisse que o papel velino fosse empregado nas litografias dos encartes na publicação, uma vez que as gravuras eram preciosas e tinham alto custo.

Assim como inúmeras publicações da mesma época, *O Ramalhete* não fugiu à regra. Foi editorialmente produzido com o objetivo de ser colecionado e encadernado em volumes anuais. Da mesma forma da restante imprensa ilustrada enciclopédica, *O Ramalhete* ajustava conteúdos literários e enciclopédicos, disponibilizando uma leitura amena. Era lançado no mesmo dia da semana que saíam as demais revistas, às quintas-feiras (Sousa, 2017). Encontra-se entre as revistas que não apresentaram conteúdo de interesse da pesquisa.

3.5.9 *O Recreativo: Jornal Semanário (1838)*

O Recreativo, de subtítulo Jornal Semanário, foi uma revista ilustrada semanal que teve origem em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1838, com a publicação vigente até 28 de dezembro deste mesmo ano. Tinha custo de 20 réis por exemplar, portanto, a assinatura anual somava 960 réis (teve sua durabilidade muito efêmera). Continha 8 páginas por cada número, e as dimensões de 18,5 por 25,5 cm eram paginadas em duas colunas, adotando práticas da época. Trazia, no texto de apresentação, a que se destinava: ser útil, divulgando conhecimentos de ciências, artes e história, alegrar os leitores com anedotas e curiosidades e também educar. Conforme Sousa (2017), o editor pontuava que, como era comum à época, não tinha dúvidas em agregar conteúdo de outros periódicos, muito embora poucas vezes apresentados. A exemplo de muitas outras revistas citadas anteriormente, não apresentou nenhuma matéria sobre o Brasil.

3.5.10 *Revista Literária: Periódico de Literatura, Filosofia, Viagens, Ciências e Belas-Artes (1838-1844)*

Uma revista enciclopédica, a *Revista Literária* teve destaque por ter sido a primeira a ser editada no Porto, com início em 15 de julho de 1838 e se prolongando até 1844. Com oito páginas por número, com dimensões de 12,8 por 20 cm, parcamente ilustrada²², paginada formatada em uma coluna e que autodenominou-se “revista” dentre as publicações enciclopédicas ilustradas brasileiras. A princípio de periodicidade quinzenal, em 1839 passou a ser mensal. Como diretor teve Agostinho Albano da Silveira Pinheiro e, como redatores, D. Francisco de São Luís, Inácio Morais Sarmiento, José Pereira Reis e J. Pereira Caldas. Inseriu fartas litografias de página inteira, da autoria de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova (1792 ou 1793 – 1850), habitualmente retratos ou monumentos, a partir de desenhos de J. Alves.

²² Apesar de parcialmente ilustrada, resolveu-se incluir a *Revista Ilustrada* neste estudo, título a título, pelo fato de ter sido a primeira publicação enciclopédica ilustrada a publicar-se fora de Lisboa, consagrando espaço relevante a assuntos e personalidades do Porto. (Sousa, 2017, p.164)

Os conteúdos textuais da “*Revista Literária*” não divergiam dos demais da imprensa ilustrada, eram direcionados para literatura, história, monumentos, personalidades, economia política, geografia e etnografia. Apresentavam matérias destinadas aos “cavalheiros ilustrados”, que formavam o público-alvo da publicação (Sousa, 2017). Essa revista não apresentou nenhuma matéria de interesse da pesquisa.

3.5.11 *O Museu Portuense* (1838-1839)

Similarmente, a Revista Literária *O Museu Portuense* também surgiu no Porto, em agosto de 1838, sendo a segunda revista ilustrada enciclopédica portuguesa a ser editada fora de Lisboa. Reproduzida por decisão da Tipografia Comercial Portuense, localizada no largo de São João Novo, que já contava com uma impressora que funcionava a vapor, trazia em seu primeiro número o significado de impressão a vapor. Quanto aos conteúdos, *O Museu Portuense* sustentava cobrir, com outras publicações semelhantes, a história, as ciências industriais e a literatura. Em outros termos, estabelecer-se como um “museu” impresso, além de ser um canal de entretenimento e de instrução, inclusive, abranger questões práticas (Sousa, 2017).

Na revista *O Museu Portuense*, foram encontradas duas matérias no Nº 10, Vol. I, de 15 de dezembro de 1838, p. 146, sendo uma matéria intitulada *Horrores do tráfico da Escravatura*, enquadrada na categoria História do Brasil e outra, também nessa referência, relativa à uma espécie de flor brasileira, intitulada *Qualidades medicinaes da Violeta*.

3.5.12 *O Mosaico: Jornal d’Instrução e Recreio* (1839-1841)

A revista *O Mosaico* continha oito páginas e tinha como formato a dimensão de 18,5 por 25 cm. Era publicada às segundas-feiras. Surgiu em 14 de janeiro de 1839 e o último número foi publicado em 1841. Prometia aplicar o lucro a ser obtido com a revista a favor das *Casas d’Asilo da Infância Desvalida*, fato ressaltado identicamente

no *Proémio*, no qual se apresenta a linha editorial do periódico trimestral por 480 réis. Como editor teve o Sr. Francisco Manuel Raposo de Almeida e, como colaboradores, apontados no primeiro número, José da Silva Mendes Leal Júnior, Diogo Pires Monteiro Bandeiro, Paulo Midosi Júnior e Tomás Oom Júnior.

Os conteúdos d'*O Mosaico* faziam jus ao título. Acontecimentos históricos, poesias, provérbios, anedotas, biografias, folhetins, diversas curiosidades e artigos filosóficos enquadravam-se como peças de um mosaico na revista. Essa fragmentação, anote-se, dificilmente daria origem a uma vasta e profunda cultura humanista – mas apenas a uma “cultura-mosaico”²³, pronta-a-servir (Sousa, 2017, p. 171). Essa revista não apresentou nenhuma matéria de interesse da pesquisa.

3.5.13 *Universo Pitoresco: Jornal d’Instrução e Recreio (1839-1844)*

O *Universo Pitoresco*, periódico dirigido por Vilhena Barbosa, de periodicidade mensal, teve o primeiro número publicado em janeiro de 1839, tendo a revista resistido até 1844. Cada número apresentava, como dimensões, cerca de 19 por 24 cm, com 16 páginas e formato de duas colunas, conforme padrão da época. Muito embora apresentasse conteúdos repetidos, assim como as outras revistas ilustradas enciclopédicas (amenidades, curiosidades, literatura) à época, o *Universo Pitoresco* buscou inovar. Mesmo num mercado de disputa, onde competia com *O Panorama* e com outras publicações ilustradas, algumas delas antecipavam sua chegada ao mercado, como *O Recreio*, *O Ramalhete* e o *Arquivo Popular*.

Esse periódico focou em três eixos, na busca de fazer diferença no mercado, sendo eles: o privilégio da produção própria de gravuras sobre temas portugueses; a inserção das estampas sob a forma de encarte, não inseridas no corpo do periódico e, por fim, foi a primeira revista ilustrada que fez uso de estampas coloridas.

O *Universo Pitoresco* trazia em si matérias que abrangiam a geografia, a história, a literatura, a poesia, as ciências, as tecnologias, curiosidades, anedotas, peças

²³ Conceito bem conhecido de Abraham Moles.

de entretenimento e similares (Sousa, 2017). Essa revista não apresentou matérias conforme interesse da pesquisa.

3.5.14 *Museu Pitoresco*: Jornal d'Instrução e Recreio (1824-1843)

Apareceu em público, em maio de 1842, a revista *Museu Pitoresco*, apresentando maior formato, com dimensões de 28 por 39,5 cm. Cada número continha oito páginas, o formato de duas colunas, conforme a prática da época, e custava 320 réis. Para cada estampa extra, valia 140 réis. Para a coleção inteira, o custo era de 4800 réis. Continha estampas inseridas, custo que equivalia a 5400 réis no Brasil. Nela não foram encontradas matérias que apresentassem algo sobre o Brasil.

3.5.15 *O Instrutor Portuense* (1844-1845)

A revista ilustrada do Porto *O Instrutor Portuense* teve periodicidade mensal e apresentava variedades em matérias de educação, literatura, moral, história, ciências e artes. Foi dirigida por José Fernandes Ribeiro, tendo sido seu primeiro número datado em 1 de janeiro de 1844 e o último em abril de 1845. Suas dimensões eram de 13 por 20 cm, correspondendo a uma superfície de página cerca de 260 cm². Trazia a numeração de páginas no modelo clássico, em formato de duas colunas.

Os conteúdos eram apresentados conforme uma publicação da sua natureza; recorria às revistas estrangeiras que publicavam na mesma linha. Quanto à iconografia, também não se distanciava do desejado e, mesmo que assinada por litógrafos portugueses, relacionava-se a realidades alheias; ademais, pelo que se pode imaginar, foi copiada de gravuras estrangeiras, incluídas nas mesmas publicações estrangeiras que utilizava como fonte de matérias.

De caráter enciclopédico, literário e cultural, a revista inseria, por número, sob a forma de encarte, uma litografia de página inteira, da autoria do próprio diretor, José

Fernandes Ribeiro, ou do litógrafo e xilogravador portuense Joaquim Cardoso Vitória Vilanova. Sobre o Brasil, encontrou-se uma matéria no Nº 5, maio de 1866, pp. 65-67, intitulada *Nações indígenas da província de Sancta-Catharina*; enquadrou-se na categoria Etnografia, conforme categoria previamente definida.

3.5.16 A Ilustração: Jornal Universal (1845-1846)

A Ilustração foi, particularmente, a primeira das revistas ilustradas de alteração entre o modelo enciclopédico e o modelo das revistas ilustradas de atualidades. Criada em abril de 1845, pelo jurista, escritor, político e jornalista António Augusto Teixeira de Vasconcelos, contou com a colaboração de grandes literatos e do jornalismo da época. Como exemplo: Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Oliveira Marreca, Mendes Leal Júnior e José Osório e do jornalista Silva Leal, que assinavam as suas matérias, registrando-as com a marca da “autoria”. Publicou seu último número em setembro de 1846. Quanto aos conteúdos, publicava folhetins e outros materiais literários, estratégia utilizada para conquistar leitores (Sousa, 2017).

Sobre o Brasil, foram encontradas quatro matérias, a apresentar duas de caráter geográfico; no nº 5, Vol. I, agosto de 1845, p. 73, a matéria intitulada *Praia Vermelha no Rio de Janeiro*. A segunda, no nº 1, Vol. II, de abril de 1846, p. 11, denominada *Cidade de S. Luiz do Maranhão*. A seguinte, no nº 10, Vol. I, de janeiro de 1846, p. 158, a matéria intitulada *Os épicos brasileiros que* enquadrou-se na categoria Personalidades; e por fim, no nº 12, Vol. I, de março de 1846, p. 197, a matéria de título *Commercio do Brazil*, que foi enquadrada na categoria Produtivo.

3.5.17 O Jardim Literário: Semanário de Instrução e Recreio (1847-1854)

O *Jardim Literário*, revista semanal ilustrada, foi publicada entre os anos de 1847 e 1854, porém, as datas de publicação do primeiro e do último número não são conhecidas. Promovido, editado e redigido pelo poeta, dramaturgo e romancista

Francisco Gomes de Amorim (1827-1891), com o apoio de eruditos como Matias Pinheiro da Silveira Botelho e José Augusto da Silva, trazia os mesmos formatos das demais publicações semelhantes: oito páginas com 15x21cm de dimensão, com a diagramação feita em duas colunas.

Tinha o preço menor do que o comum, fato que colabora com o entendimento de sua durabilidade. O comprador pagava apenas 10 réis por um número avulso. Pela assinatura anual, pagava 520 réis. Tinha também a opção de adquirir a assinatura semestral, que sairia por 260 réis. Destacam-se entre os produtores de iconografia para a revista os inevitáveis (à época) Manuel Maria Bordalo Pinheiro, na atividade de desenhador e de gravador, e José Maria Baptista Coelho, como gravador. Ademais, se viam gravuras de António Manuel da Fonseca; porém, muita iconografia não foi assinada, motivo pelo qual não foi possível conhecer a identidade de todos os operadores de conteúdos gráficos incluídos no periódico. As temáticas apresentadas iconograficamente na revista *Jardim Literário* dividiram-se, de acordo com o empregado nas revistas enciclopédicas ilustradas, por etnografia, animais e plantas, monumentos (Sousa, 2017).

Sobre o Brasil, encontrou-se uma matéria no nº 7, Vol. I, 1848, pp. 55-56, intitulada *Saudade em tributo de eterna gratidão, aos meus amigos assistentes no Pará*; enquadrada na categoria Personalidades.

3.5.18 A *Época*: Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes (1848-1849)

Provavelmente surgiu em 1848 e com poucas ilustrações. *A Época* foi mais uma das revistas ilustradas de aspecto enciclopédico que surgiram na primeira metade de Oitocentos. Tinha como subtítulo: *Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes*. Direcionada aos cavalheiros empreendedores e inovadores, amantes do desenvolvimento, que desejavam tornar-se ilustres. Não constava nenhuma ilustração na primeira página do primeiro número d'*A Época*.

A ilustração não foi o destaque desta revista, porém pela razão de publicar gravuras informativas em todos os números, resolveu-se adotar a revista neste estudo. Não informava a data de publicação, além do ano. Sobre o Brasil, foi publicado no nº 05, vol. I, 1848, pp. 66-68, a matéria intitulada *Esboço de uma história da agricultura* e, no nº 21, vol. I, 1848, pp. 324-325, com *O Guia e o manual do cultivador*, foi classificada no âmbito da categoria Produtividade.

3.5.19 Revista Popular: Semanário de Ciência e Indústria (1848-1855)

A Revista Popular foi uma das primeiras publicações enciclopédicas ilustradas portuguesas a denominar-se, com propriedade, “revista”. Designação que se pode atribuir aos periódicos generalistas que não tenham periodicidade diária, que possuem um aspecto de “*magazine*” (grifo do autor) “palavra que evoca a ideia de armazém (do francês *magasin*), um lugar onde se pode encontrar um pouco de tudo” (Sousa, 2017, p. 189).

Encontraram-se sobre o Brasil cinco matérias, sendo que uma no nº 20, vol. I, de 15 de julho de 1848, pp. 153-154, chamada de *Brazil – O Amazonas*. Outra, no nº 22, vol. I, de 29 de julho de 1848, pp. 169-170, cujo título denomina-se: *Brazil – Villa Rica de Ouro Preto*. No nº 26, vol. I, de 29 de julho de 1848, pp. 201-202, *Brazil*. No nº 36, vol. II, de 17 de novembro de 1849, pp. 283-343, matéria sobre *A ilha de Santa Catarina*. Por último, uma matéria no nº 34, vol. IV, de setembro de 1851, pp. 342-343, a comentar *Pernambuco 17 de junho de 1851*. Todas essas matérias foram enquadradas na categoria Geográfico.

3.5.20 A Ilustração: Periódico Universal (1852)

A revista *A Ilustração: Periódico Universal* surgiu nas bancas a 15 de janeiro de 1852, tendo saído de circulação a 4 de outubro do referido ano. De periodicidade quinzenal, com grande formato, cerca de 20 por 31 cm, saía aos sábados intercalados,

tendo como editor o tipógrafo e empresário de tipografia Aguiar Viana. O formato era padronizado, uma vez que todos os números continham o mesmo número de páginas (oito), formatadas em duas colunas.

O custo da assinatura anual era de 1.440 réis, porém essa revista não teve muita durabilidade. Os conteúdos d'A *Ilustração* eram centrados numa miscelânea de enciclopédismo, literatura e atualidades, assim como ocorria com a maioria das publicações correspondentes (Sousa, 2017). Os números pesquisados não apresentaram nenhuma matéria sobre o Brasil.

3.5.21 *O Recreio Popular*: Semanário Noticioso e Instrutivo (1855-1856)

A revista *O Recreio Popular* teve por editor e redator o dramaturgo e literato Pedro Carlos de Alcântara Chaves. Durou de 14 de junho de 1855 a 10 de abril de 1856. Revista semanal, de natureza predominantemente enciclopédica e literária (incluía um folhetim), editada em Lisboa, com oito páginas, a duas colunas, tinha dimensões reduzidas, quando comparada com outras publicações do mesmo tipo: cerca de 14 por 21 cm. Embora não tenha durado um ano, a assinatura anual de 52 números ficava por 500 réis e a semestral por 250 réis, mas apenas para os assinantes de Lisboa. Para os assinantes da “província” (ou seja, todo o país fora da capital), a assinatura semestral ascendia a 380 réis. Avulso, cada número custava 10 réis.

O redator e editor da revista, no texto programático de apresentação inserido no primeiro número, enfatizou, principalmente, o caráter popular da publicação, que viria a constituir um dos traços dominantes da sua identidade. No entanto, esse posicionamento mercadológico não constituía novidade. A revista propunha-se, efetivamente, a “propagar a instrução entre as classes menos favorecidas pela fortuna”, objetivo em tudo semelhante ao da generalidade das publicações congêneres (Sousa, 2017, p. 193).

No que respeita ao Brasil, foi encontrada no nº 2, vol. I, 4 jun. 1855, pp. 9-10, uma peça intitulada *Brazil – Uma vista de Petrópolis*, enquadrada no estudo na categoria Geográfico.

3.5.22 A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal (1856-1859)

Surgiu no mercado a 5 de janeiro de 1856, por iniciativa do seu editor e proprietário Antônio José Fernandes Lopes, tipógrafo e livreiro. Elaborada para impressionar e conquistar ao mesmo tempo o pequeno mercado periodístico português e o emergente mercado brasileiro. A revista *Ilustração Luso-Brasileira* teve periodicidade semanal, era vendida aos sábados, impressa em Lisboa, na tipografia d'*O Panorama*, possuiu grande formato, em torno de 27 por 39cm, tinha similaridade com as demais revistas da época, oito páginas e diferenciava-se por ser formatada em três colunas.

Os conteúdos dividiam-se em matérias abrangendo cultura geral (enciclopedismo), folhetins e outros conteúdos literários, curiosidades, crônica política e crônica semanal, entre outros (Sousa, 2017).

Surpreendeu-se com o número de matérias sobre o Brasil, mesmo a saber que se tratava de uma revista direcionada a esse mercado. Por estar disponibilizada online, muito contribuiu para o acesso aos conteúdos. Apresentou um total de vinte e seis matérias (arroladas no apêndice) que enquadraram-se nas seguintes categorias: Personalidades, Geográfico e História do Brasil. Vale destacar que foi o periódico que mais contribuiu para a realização da pesquisa.

3.5.23 O Arquivo Familiar: Semanário Pitoresco (1857-1861)

A revista *O Arquivo Familiar*, de periodicidade semanal, era publicada em Lisboa, aos dias de sábado, entre 26 de setembro de 1857 e 10 de agosto de 1861. Apresentava-se ao público numerada sequencialmente, com oito páginas, e previa futura encadernação. Tinha dimensão em torno de 18 por 28,4 cm, equivalente a uma superfície de cerca de 511 cm². Como a maioria, era paginada a duas colunas.

Quanto aos conteúdos, a nova revista anunciava que destacaria matérias sobre história, viagens, romance, poesia e ciências naturais. Não se distanciando, também neste aspecto, do periodismo enciclopédico tradicional. E garantia que valiosas penas traçariam os textos, tratando-os de modo popular, porém, com apreço (Sousa, 2017). Em similaridade às demais citadas, não apresentou matérias que atendessem à pesquisa.

3.5.24 O Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado (1857-1868)

O *Arquivo Pitoresco* foi, depois d'*O Panorama*, o periódico ilustrado de natureza enciclopédica que teve mais impacto em Portugal no século XIX. Em verdade, o *Arquivo Pitoresco* acompanhou o modelo editorial d'*O Panorama* e existiu simultaneamente com essa publicação entre 1857 e 1858 e depois, entre 1866 e 1868, tendo sido, surpreendentemente, as duas finalizadas de forma concomitante.

Foi publicado entre 1 de julho de 1857 e dezembro de 1868, com tiragem aos domingos. Teve tanto êxito que, entre 1864 e 1866, acabaram publicando, também, os *Anais do Arquivo Pitoresco*, um tipo de suplemento da revista. Teve tiragem perto da marca de cinco mil exemplares, por meio do *O Panorama*, logo nos primeiros anos iniciais de sua existência; tiragem, até então, nunca alcançada por outro periódico ilustrado.

Em matéria de conteúdo textual da revista *Arquivo Pitoresco*, apresentou uma enorme diversidade de assuntos, dentre os quais se destacam a história, a etnografia, a geografia, as ciências e a tecnologia, a língua e a literatura, a agricultura e a economia, dentre outros. De acordo com a marca do periodismo enciclopédico e cultural à época, no primeiro número, de 1 de julho de 1857, além da “Introdução” (grifo do autor) em que se encontrava a linha editorial da nova revista, o leitor poderia apreciar um texto sobre o Rio de Janeiro, acompanhava uma gravura com uma planta geral da cidade (Sousa, 2017). Em similitude com outras revistas pesquisadas, não apresentou matérias específicas de interesse da pesquisa.

3.5.25 *Porto Elegante: Jornal de Literatura, Ciências, Belas-Artes e Modas* (1864)

Uma das raras publicações de estrutura enciclopédica a ser editada fora de Lisboa, foi a revista *Porto Elegante*. Invocava em seu título, à opinião de que tratava-se de uma revista autenticamente do Porto, voltada à elite da sociedade da cidade, cerne da elegância. Teve periodicidade quinzenal, não chegou durar nem um ano. A perspectiva é a de que, provavelmente foram publicados apenas quinze números, sem datas precisas. O estranho é que, num tempo em que a gravura de madeira se instituía como suporte iconográfico dileto, a *Porto Elegante*, a preferência foi atribuída às litografias, incluídas, assim, dentro da revista e não em forma de encartes. Quanto ao conteúdo, conforme título sugere, tratava-se de uma revista destinada “à nata da sociedade da cidade portuense, no seio da qual predominava a elegância” (Sousa, 2017, p. 216). Assim como referenciado em outras revistas, não foram encontradas matérias de interesse da pesquisa.

3.5.26 *Ilustração Popular: Folha Destinada ao Recreio e Instrução* (1866-1868)

Revista de periodicidade semanal, contendo apenas quatro páginas, media cerca de 23 por 32,5cm, paginada a duas colunas. Foi publicada entre 14 de janeiro de 1866, até meados de 1868. Destinava-se a pessoas de menor poder aquisitivo, que não podiam optar por revistas mais elaboradas e, inevitavelmente, mais caras. Era publicada aos domingos, dia do descanso. “Apresentava-se, publicamente, para divertir, ilustrar e recrear os *filhos do povo*” (grifo do autor) (Sousa, 2017, p. 220).

Assim como as demais publicações do mesmo gênero, os conteúdos alternavam-se entre o enciclopedismo, as curiosidades avulsas e alguma literatura. Tratava-se, porém, de uma revista de cultura geral. O primeiro número, além da apresentação inicial, apenas trazia o primeiro capítulo de um romance-folhetim (que não podia faltar) e poesia. Por último, os conteúdos referiam-se a uma descrição do claustro interior do convento dos Jerónimos, ao cálculo da população da terra e ao hino francês *A Marselhesa* (Sousa, 2017, pp. 220-222). Dedicava espaço também para correspondência

dos leitores, para uma crônica sobre o Carnaval e para um capítulo do romance-folhetim em publicação. Para fins de informação, lembra-se que nessa revista também, não foram encontradas matérias de interesse da pesquisa.

3.5.27 *Arquivo Popular* (1871-1874)

Revista de periodicidade semanal, sendo a segunda que adota este nome, constitui um exemplo já algo tardio de imprensa ilustrada enciclopédica. Editada por A. A. Leal, com redação e administração no Porto e em Lisboa, publicada entre janeiro de 1871 e fevereiro de 1874. O custo da assinatura trimestral para Lisboa e Porto era de 400 réis (500 réis fora das duas principais cidades do reino e 700 réis para o Brasil).

Voltava-se, ao mesmo tempo, para o público português e brasileiro, o que é notório, seja pela existência de um valor para a assinatura trimestral da revista, seja pela gravura junto ao título que, emulando o da *Ilustração Luso-Brasileira*, lembrara sincronicamente o Brasil e Portugal.

Seus conteúdos tratavam de temáticas que dividiam-se pela história, geografia, literatura (incluindo poesia), anedotas, curiosidades, passatempos (incluindo questões de matemática) e provérbios, e ainda por relatos de experiências pessoais, espécie de crônicas (Sousa, 2017). Apesar de ser direcionada também ao público brasileiro, não foram encontradas matérias sobre o Brasil.

3.5.28 *Ilustração Universal: Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro* (1884-1885)

Surgiu no mercado em um sábado, 9 de fevereiro de 1884, e foi publicada semanalmente até 7 de março de 1885. A *Ilustração Universal* garantia ser, como outras revistas similares, ilustrada e universal. Ou seja, comprometia-se a colaborar para a

ilustração dos cidadãos, fazendo uso das gravuras como elemento central, (o termo “ilustração” era propositadamente usado como ambivalência de significado).

Pretendia oferecer ao leitor o “universo”, concentrado em oito páginas semanais. Apresentava uma dimensão de cerca de 873 cm², com aproximadamente 27,7 cm de largura e 31,5 cm de altura. Tratava-se, portanto, de uma revista de grande formato, pronta para ser colecionada, assim como outras, uma vez que a numeração das páginas acompanhava os números ininterruptos. A sua intenção era a de ser uma revista ilustrada de atualidades que, a seguir exemplos estrangeiros, dedicasse-se a notícias do mesmo teor.

Quanto ao conteúdo, foi uma revista ilustrada dedicada à contemporaneidade. Muito embora, no que se refere à informação falada, Portugal estivesse no centro das atenções, o mesmo não ocorreu no domínio da cobertura gráfica dos acontecimentos da atualidade, com base no que se passava no estrangeiro (Sousa, 2017). Assim como em outras já citadas, nesta não foram encontradas matérias de interesse da pesquisa.

3.5.29 *O Universo Ilustrado* (1877-1887)

O *Universo Ilustrado*, uma das últimas revistas ilustradas de natureza enciclopédica publicadas em Portugal. O seu primeiro número data de janeiro de 1877 e o último de 26 de fevereiro de 1887. Contou com quase 11 anos de publicação, “o que diz bem da receptividade que o público continuava a votar a esse tipo de revistas no último quartel do século XIX (Sousa, 2017, p. 229).

Quanto ao seu custo, cada número individual era vendido a 30 réis, enquanto a assinatura anual valia 1600 réis. Seu primeiro número, apresentava-se com 8 a 16 páginas, tinha a dimensão 19,5 x 29 cm, paginada em duas colunas, reforçando uma antiga fórmula de design, conforme era ainda timbre de algumas publicações (Sousa, 2017, p. 229). Assim como citado a respeito de outras revistas, não apresentou matérias de interesse da pesquisa.

3.5.30 *O Occidente* (1878-1915)

A revista *O Occidente* surgiu em Lisboa, no dia 1 de janeiro de 1878, por iniciativa de um antigo gravador do *Arquivo Pitoresco*, Caetano Alberto da Silva, proprietário de uma oficina de xilogravura, que forneceu o capital; do pintor, cenógrafo e conservador de museus Manuel de Macedo (de seu nome completo Manuel Maria de Macedo Pereira Coutinho Vasques da Cunha Portugal e Menezes), que se encarregou, com Caetano Alberto, da direção artística do novo periódico; do jornalista e poeta Guilherme Avelino Chaves de Azevedo, o cronista de serviço nos primeiros anos da revista *Occidente*, responsável pela rubrica *Crónica Ocidental*; e por Jacinto Inácio de Brito Rebelo, um engenheiro militar e “jornalista por ocupação” que, na qualidade de redator principal do novo periódico, terá tido a seu cargo a coordenação e edição da componente escrita *d’O Occidente*. A administração foi confiada a Francisco António das Mercês. O tipógrafo Adolfo Lallemand, da tipografia Lallemand Frères, foi um dos responsáveis pela alta qualidade de impressão das gravuras nas páginas da publicação.

Originada num país que ainda possuía cerca de 80% de analfabetos, para satisfazer necessidades e interesses de âmbito cultural e formativo de elites letradas e urbanas e das suas famílias, a revista *O Occidente* era pontuada pela variedade de assuntos em suas publicações. Era comum em sua paginação conter textos literários, incluindo folhetins; notícias e artigos sobre temas diversificados, incluindo matérias sobre moda, teatro, conferências, exposições, congressos e outros espaços frequentados pelas elites e conotados com a ideia de diálogo, abertura e progresso. Também faziam parte da revista a literatura, a ciência, a tecnologia, a história, a economia, a filosofia, a sociedade, a educação, as relações internacionais e a política nacional; ademais, charadas, anedotas e curiosidades, inclusive alguns enigmas pitorescos.

Esta revista foi uma das que mais contribuíram com a pesquisa. Além de estar disponível on-line, o que vem a tornar a pesquisa mais acessível e contribuir com a sua efetividade. Foram localizadas 186 peças sobre o Brasil (conforme arroladas no apêndice), e enquadradas nas categorias temáticas Personalidades, Geográfico, Produtivo e Brasil Histórico.

3.5.31 *A Ilustração Portuguesa: Revista Literária e Artística (1884-1890)*

Publicada pela primeira vez em junho de 1884, a revista designada *A Ilustração Portuguesa* não teve, no entanto, qualquer relação com a futura *Ilustração Portuguesa*, editada pela empresa do jornal *O Século*, publicada desde 1903. A primeira *Ilustração Portuguesa* foi editada pelo mesmo grupo do *Diário Ilustrado*, manifestado com o Partido Regenerador. Segundo Sousa (2017, p. 266) o seu editor e diretor terá sido o deputado Pedro Augusto Correia da Silva, editor do *Diário Ilustrado*, e que, anteriormente, tinha fundado o *Correio da Europa* (1878-1922) e a revista *Portugal Pitoresco* (1883-1885).

Com periodicidade semanal, *A Ilustração Portuguesa* foi publicada normalmente até o penúltimo ano e de maneira irregular no quinto e último ano de existência²⁴, datando o último número de 6 de outubro de 1890 (Sousa, 2017). Quanto ao conteúdo:

Folheando as páginas da revista, pode-se, efetivamente, deduzir-se que os seus editores procuraram ser fiéis ao seu programa editorial ao longo dos anos, mantendo uma certa regularidade na estrutura: crónica da atualidade; poesia, prosa, capítulos de folhetins e artigos diversos (Sousa, 2007, p. 268).

Encontraram-se sete matérias sobre o Brasil (conforme arroladas no apêndice), todas direcionadas à categoria Personalidades, a destacar literatos e políticos.

Segundo Sousa (2017), *O Occidente* e *A Ilustração portuguesa*, essas duas últimas revistas acima descritas, foram as mais importantes revistas ilustradas de atualidades, dentre as quais foram publicadas em Portugal, entre o último quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Foram elas que introduziram verdadeiramente esse gênero de publicação em Portugal e que configuraram, pioneiramente, o modelo de jornalismo gráfico que seria seguido no país, em publicações posteriores do século XX, significativamente mais evoluídas, como *O Século Ilustrado* e a *Flama*. A revista não apresentou nenhuma matéria de interesse da pesquisa.

²⁴ Por ano, aqui, entenda-se o conjunto de 52 números que perfaziam um volume (Sousa, 2017, p. 268).

3.5.32 *Revista Popular de Conhecimentos Úteis* (1888-1892 e 1897)

A *Revista Popular de Conhecimentos Úteis* foi o último título de aspecto relevante e expressivo da primeira geração das revistas ilustradas portuguesas, a das revistas ilustradas enciclopédicas, que floresceu em Portugal durante cerca de 60 anos. Seu surgimento data de 3 de junho de 1888 e manteve publicação ininterrupta até 11 de setembro de 1892. Ainda em 1897, teve publicado o primeiro e único número da segunda série como um surgimento accidental. Era de costume apresentar-se ao público aos domingos.

A *Revista Popular de Conhecimentos Úteis* era ilustrada com gravuras, muito embora por ter sido publicada na transição da penúltima para a última década de Oitocentos, não se afastou nem do tipo de formatação comum à época, nem do tipo de iconografia utilizada, a xilogravura, assim como dos preços e dos conteúdos de suas antecessoras.

Apresentava os conteúdos em três colunas, conforme normas. Exibia, junto ao título, “uma gravura que celebrava a ciência, a técnica e, de uma forma geral, o progresso do aperfeiçoamento do material empregado” (Sousa, 2017, p. 235). Assim como referenciado sobre outras revistas, não foram encontradas matérias de interesse da pesquisa.

3.5.33 *Revista Ilustrada* (1890-1892)

Com a denominação “revista”, a *Revista Ilustrada* teve publicação em grande formato (28,8 por 39,2 cm), com doze páginas, a três colunas. De periodicidade quinzenal, o primeiro número data de 15 de abril de 1890 e o último de 1892, numerado com 60. O custo por cada número era de 120 réis, sendo que a assinatura anual em Portugal e ilhas adjacentes custava 2880 réis; a semestral por 720 réis e a mensal por 240 réis. Sua característica principal, que a distinguia das demais, o que não era comum, era possuir filial no Porto, entre as revistas lisboetas.

Assim como as outras publicações semelhantes da mesma época, a *Revista Ilustrada*, em termos de conteúdo, manteve essencialmente uma linha editorial dedicada ao que, hoje em dia, se identificaria como cultura: literatura, belas-artes, teatro. Na área das belas-lettras, a *Revista Ilustrada* publicava crítica literária, folhetins, poesia e prosa, contendo crônicas a respeito do cotidiano da época, com assinatura de literatos portugueses.

Revista localizada na Biblioteca Pública Municipal do Porto e acessada no formato papel. Sobre o Brasil, foi encontrado no nº 2, 1º ano, 30 abr. 1890, p. 23, uma peça intitulada *Rio de Janeiro*, a se enquadrar na categoria previamente definida para o estudo – Brasil Geográfico.

3.5.34 *Revista Moderna: Magazine Ilustrado* (1895-1897)

A revista denominada *Revista Moderna*, tanto aparece com o subtítulo *Magazine Ilustrado*, assim como com o sub-título *Semanário Ilustrado*. “Omissa quanto a tiragem e preços, percebe-se pelo subtítulo e pelo preâmbulo, que tinha periodicidade semanal” (Sousa, 2017, p. 280). Foi publicada em Lisboa, entre 1895 e 1897, teve por diretor Emídio Monteiro.

O custo da assinatura era de 13 números, 800 réis e de 26 números, 1600 réis. Era impressa na tipografia de Libânio da Silva, tinha como lema “bom senso e bom gosto”. Seu conteúdo era especializado em temas culturais – com destaque para literatura e belas-artes, muito embora eclética e, em parte, enciclopédica. Mesmo assim, apresentava notícias do teatro e da literatura contemporânea. Desse jeito, ordenou-se entre as revistas ilustradas de transição (Sousa, 2017). A exemplo de algumas revistas citadas não apresentou nada de interesse da pesquisa sobre o Brasil.

3.5.35 *Branco e Negro: Semanário Ilustrado* (1896-1898)

A 5 de abril de 1896, sob a chancela da Livraria António Maria Pereira, foi disponibilizada no mercado editorial a revista ilustrada de periodicidade semanal

Branco e Negro. Essa revista perdurou até 27 de março de 1898. Cada número trazia 16 páginas, com cerca de 20 por 29 cm, e o desenho era moderno e arejado, possibilitando formatar em três, duas ou apenas em uma coluna.

Distinguiu-se no cenário editorial português, devido a tratar-se de uma revista que já sinalizava o modelo de *newsmagazine*, que sucedeu as “ilustrações” e as demais revistas ilustradas do final de Oitocentos e princípio de Novecentos. Tendo em vista a relevância para a história do jornalismo português. O fato é que, mesmo não mantendo a durabilidade de *O Ocidente*, a *Branco e Negro* não recusou uma matriz editorial cultural e literária, que equivalia às expectativas das elites intelectuais do país, no caso, seu público-alvo.

Introduziu, em seus conteúdos, a cobertura gráfica de assuntos e acontecimentos da atualidade, agregando casos de polícia, tragédias, exercícios militares, visitas de cortesia de esquadras estrangeiras, aquisição e lançamento à água de novos navios de guerra portugueses, demonstrações políticas e acontecimentos políticos, festas populares e romarias, festas sociais, inauguração de estabelecimentos de saúde e de fábricas e funerais de pessoas ilustres, dentre outros assuntos. As suas páginas estampavam, da mesma maneira, fotografias de destaques da época, portugueses e estrangeiros, abrangendo estadistas e figuras reinantes, como também artistas plásticos, escritores, atores de teatro e músicos (Sousa, 2017).

A revista *Branco e negro* está disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Lisboa. Sobre o Brasil, foram encontradas dezesseis matérias (conforme arroladas no apêndice), que se enquadraram nas seguintes categorias: Personalidades, Geografia e Etnografia.

3.5.36 *Brasil-Portugal (1899-1914)*

A revista ilustrada quinzenal *Brasil-Portugal*, surgida a 1 de março de 1899, teve por fundador o político e militar Augusto de Castilho e a colaboração do crítico teatral Jaime Vítor, do publicista e dramaturgo José Lorjó Tavares, do almirante Augusto de Castilho e de João de Vasconcelos. Após a morte do seu fundador, no ano

de 1912, durou apenas mais dois anos. Chegava ao leitores com 16 páginas regulares, paginadas em duas colunas, mais quatro de suplemento, não comum a todos os números, o que correspondia a um total de vinte páginas. As páginas mediam em torno de 24 por 35 cm, com uma superfície de cerca de 840 cm², sendo que eram paginadas em duas colunas. O custo unitário era de 400 réis, porém, a assinatura anual saía apenas por 7000 réis.

Na apresentação, a revista garantia o desejo de “tornar o Brasil conhecido em Portugal” e “tornar Portugal conhecido no Brasil”, unindo contribuições desses dois países. Quanto aos conteúdos, assim como em outras revistas ilustradas, a *Brasil-Portugal* trazia uma grande diversidade de assuntos da atualidade. Foi ela, porém, a primeira revista portuguesa a ressaltar o desporto, especificamente numa assinatura regular denominada *Notas de Sport*. Algumas outras modalidades apresentadas pelas páginas da revista foram: hipismo, vela, remo, tiro, tênis, esgrima, atletismo, automobilismo e motociclismo; ademais, o futebol aparecia com frequência, porém, sem o destaque informativo da atualidade.

A revista *Brasil-Portugal* foi, também, uma das primeiras revistas portuguesas a não reduzir o espaço à moda feminina e ao mundo da moda em geral, assim como à publicação de poemas e de outras pequenas obras literárias. As escritoras da época debateram, nas suas páginas, questões de gênero, que andavam afastadas das preocupações da imprensa portuguesa. Em março de 1910, publicava a nova coluna *Consultório da Luiza*, respostas de aconselhamento a cartas de leitoras, fora dos textos, dirigidas a nomes femininos de forma anônima, além de outros comentários que se referiam ao modo de viver e social a partir do ponto de vista feminino (Sousa, 2017). Apresentaram-se trezentos e sessenta e uma matérias sobre o Brasil (conforme apêndice), distribuindo-se entre as cinco categorias temáticas analisadas: Personalidade, Geografia, Etnografia, Produtivo e História do Brasil.

3.5.37 *Passatempo*: Revista Quinzenal Ilustrada (1900-1905)

A *Passatempo*, revista quinzenal, iniciou sua publicação no dia 25 de dezembro de 1900. De medidas limitadas (18 por 23,5 cm), cada número contava habitualmente com 16 páginas, impressas em papel couchê e com muitas ilustrações de

fotografias e outras imagens, inclusive gravuras. Normalmente eram paginadas em uma ou duas colunas, com variações, já que a largura das colunas permitia se adaptar às ilustrações. A revista era editada em Lisboa e teve por editor Joaquim Monteiro Cantarino e por editor literário António de Campos Júnior, sendo impressa na tipografia Progresso. Divulgava contar com a contribuição dos ilustres literatos portugueses (Sousa, 2017).

Tratava-se de uma revista de amenidades e curiosidades, composta de variedades, e tinha o intuito de divertir, para “ocupar o tempo”. Seu conteúdo não trazia cultura, muito menos se tratava de uma revista enciclopédica. Relacionava-se, portanto, à atualidade social e apresentava uma visão moderna de diversos assuntos. Evoluiu com o passar do tempo, para uma revista com bastante espaço destinado à cobertura gráfica contemporânea “a partir de 1903 terá sofrido, como outras revistas semelhantes, com a hegemonia adquirida pela *Ilustração Portuguesa* no segmento das revistas ilustradas” (Sousa, 2017, p. 295). Conforme referenciado em outras revistas, não foram encontradas matérias de interesse da pesquisa.

3.5.38 *Gazeta Ilustrada*: Revista Quinzenal de Vulgarização Científica, Artística e Literária (1901)

A *Gazeta Ilustrada* tinha periodicidade semanal e existiu no período que abrangeu 29 de maio a 23 de novembro de 1901, em Coimbra, tendo sido, basicamente, uma revista cultural amena. Assinalada por um enciclopedismo demorado, concretizado numa miscelânea de conteúdos literários, belas-artes, ciências, curiosidades, passatempos e anedotas, dedicou uma atenção apenas pontual aos assuntos da atualidade, conforme as áreas contempladas no título: ciências, artes e literatura.

Quanto aos conteúdos expostos, são suficientemente variados para esclarecerem a inclusão do periódico dentro do estudo. Mesmo assim, a publicação foi categorizada entre as revistas de transição, uma vez que cobriu a atualidade, acima de tudo em relação à descrição das imagens (Sousa, 2017). Assim como referenciado em outras revistas, não foram encontradas matérias de interesse da pesquisa.

3.5.39 *Serões* (1901-1904 e 1905 – 1911)

A *Serões*, revista de periodicidade mensal, apareceu em público em março de 1901 e possuiu duas séries. Sendo que a primeira foi até dezembro de 1904, tendo por editor Tomás Rodrigues Matias e diretor Adrião de Seixas, que terá sido o inspirador do projeto. Quanto à segunda série, foi editada pelos editores-livreiros Ferreira & Oliveira Ltda. (desde outubro de 1907, apenas Livraria Ferreira), sendo publicada entre julho de 1905 e dezembro de 1911.

Conforme intuito da revista, seus conteúdos, apontados no mesmo texto, definiam-se com o objetivo de “vulgarizar conhecimentos” a respeito de Portugal e também sobre o “movimento internacional” ademais, sobre a “vida cosmopolita” para “formar um *memento* enciclopédico de atualidades” (Sousa, 2017, p. 291). Teve uma seção intitulada “Atualidades”, que em 1911 se transformou na assinatura “Pelo mundo fora”.

Essa revista tinha como objetivo direcionar-se também, conforme o próprio título apontava, uma revista para leitura da família, na intimidade do lar. Trazia desde contos infantis ilustrados aos já habituais conteúdos direcionados ao público feminino, que abrangiam “temas como modas e labores e economia doméstica (Sousa, 2017, p. 291). Essa revista foi disponibilizada no sítio da Hemeroteca Digital de Lisboa, foram encontradas doze matérias referentes ao Brasil, incluídos nos assuntos literatura, eventos, exposições e personalidades, conforme arroladas no apêndice.

3.5.40 *Ilustração Portuguesa* (1903-1924)

Na história de Portugal, a revista de periodicidade semanal *Ilustração Portuguesa* foi a segunda a surgir com esse título. Nasceu a 9 de novembro de 1903, na essência da empresa *d’O Século*. Cada número era vendido por cem réis nas bancas, teve duas séries. A primeira começou em 1903 e terminou com o número 119, datado de 12 de fevereiro de 1906; a segunda, não se sabe da data com precisão. Muito embora os dois primeiros números desta série não sejam datados (o número 3 da segunda série é o

primeiro datado, tendo sido publicado a 12 de março de 1906), entende-se que os dois números não datados são de 26 de fevereiro e de 5 de março, uma vez que a revista informou, no número de 12 de fevereiro, que voltaria às bancas, para a segunda série, no dia 26 desse mês. Sendo assim, supõe-se que na segunda-feira, 19 de fevereiro, a revista não foi publicada.

Quanto aos conteúdos, a *Ilustração Portuguesa* já apresentava uma variedade de caráter iconográfico, sinalizando para o modelo de revista de fotojornalismo da atualidade, que surgiria posteriormente e colaboraria para a construção de um novo paradigma de revista – a *newsmagazine* (Sousa, 2017). Revista disponibilizada on-line, foram localizadas 151 matérias relevantes sobre o Brasil (conforme listadas no apêndice), desde Personalidades, Geografia, Etnografia, História do Brasil e Produtivo.

CAPÍTULO IV – Metodologia – Resultados e Discussões

4.1 Metodologia

Para encontrar resposta para essa pesquisa, ou seja, compreender as imagens do Brasil projetadas pela imprensa do estrangeiro, foi preciso recuar a tempos anteriores e traçar a evolução diacrônica dessas imagens. Recorreu-se às *revistas ilustradas portuguesas*, fontes essenciais para pesquisar a história do Brasil no período definido (1822-1922), a considerar que a construção da identidade do povo brasileiro sofreu influência significativa da colonização portuguesa.

Ao invés de recolher dados de toda a imprensa portuguesa publicada nesse período, selecionaram-se, como amostra arbitrária, apenas as *revistas ilustradas portuguesas* publicadas nesse ciclo. Conforme se aludiu na Introdução, essas revistas, de acordo com Sousa (2017b), eram escritas para serem consumidas pelo público em geral, circulavam por toda a sociedade alfabetizada portuguesa e tiveram grande sucesso, ao passo que “os periódicos políticos que dominavam a paisagem midiática, pelo contrário, se dirigiam aos indivíduos doutrinados do sexo masculino (Tengarrinha, 1989).

Um inventário elaborado por Sousa (2017a), abrangendo todos os títulos das *revistas ilustradas portuguesas*, independentemente do formato em que se encontravam, serviu de grande aporte à pesquisa. É importante destacar que, para acessar o acervo impresso, foi muito útil contar com as referências bibliográficas registradas em bases de dados, a facilitar a recuperação conforme o endereçamento físico, fator essencial para viabilizar a localização e a recuperação dos documentos impressos. Em contrapartida, as revistas disponibilizadas na web foram decisivas para o alcance do objetivo.

Uma vez que as revistas foram encontradas na maioria em formato impresso e acondicionadas em acervos físicos dispersos, tornou-se um desafio consultá-las de forma presencial para a realização da recolha de dados. Para tanto, debruçou-se sobre essas revistas por um período de três meses (setembro a dezembro de 2018) na cidade do Porto, onde se situava a maior parte do acervo.

Após recolhidos os dados, tanto no acervo impresso quanto no digital (esse acessado via on-line na Hemeroteca Digital de Lisboa), seguiu-se com a análise e interpretação do corpus. Esse formado por 572 matérias, que integraram a amostra analítica colhida nas mídias portuguesas.

A primeira parte da pesquisa passou pela localização, inventariação e recolha das matérias sobre o Brasil (ou sobre brasileiros) e das matérias que, em geral, se referiam ao Brasil e/ou a brasileiros (mesmo que em conexão com outros países ou naturais de outros países), publicadas nas revistas selecionadas para o estudo, entendidas como fontes de informação documentais (análise documental).

Seguidamente, procedeu-se à realização de uma análise quantitativa, de conteúdo às matérias localizadas, para percepção global dos temas abordados por palavras e imagens e das suas tipologias, com a finalidade de identificar “os pontos substantivos” do discurso e de classificá-los em categorias, criadas a priori sem prejuízo de um ajuste posterior (Sousa, 2006, p. 345).

Posteriormente, estudou-se qualitativamente o discurso produzido sobre o Brasil e/ou brasileiros nas revistas que constituíram o universo amostral. A tese abrigou, ainda, espaços dedicados às referências bibliográficas e apêndices pertinentes para que o leitor possa compreender a pesquisa na sua totalidade, o seu contexto e as suas eventuais implicações.

A pesquisa beneficiou-se do inventário das revistas ilustradas portuguesas elaborado por Jorge Pedro Sousa (2017b), que já tinha em conta as revistas acessíveis em arquivos e bibliotecas públicas portuguesas. Assim sendo, estudaram-se as seguintes revistas, de periodicidade semanal, quinzenal ou mensal:

Quadro 2 – Revistas Ilustradas Portuguesas (1835-1922)

Título	Data limite
1. <i>O Recreio: Jornal das Famílias</i>	(1835-1842)
2. <i>Biblioteca Familiar e Recreativa Oferecida à Mocidade Portuguesa</i>	(1835-1846)
3. <i>Jornal Enciclopédico</i>	(1836-1837)
4. <i>O Museu</i>	(1836-1838)
5. <i>O Arquivo Popular: Semanário</i>	(1837-1844)
6. <i>O Passatempo: Jornal d’Instrução e Recreio para Ambos os Sexos</i>	(1837-1838)
7. <i>O Panorama</i>	(1837-1868)
8. <i>O Ramalhete: Jornal d’Instrução e Recreio</i>	(1837-1844)
9. <i>O Recreativo: Jornal Semanário</i>	(1838)
10. <i>Revista Literária: Periódico de Literatura, Filosofia, Viagens Ciências e Belas-Artes.</i>	(1838-1844)
11. <i>Museu Portuense</i>	(1838-1839)
12. <i>O Mosaico: Jornal d’Instrução e Recreio</i>	(1839-1841)
13. <i>Universo Pitoresco: Jornal d’Instrução e Recreio</i>	(1839-1844)
14. <i>Museu Pitoresco: Jornal d’Instrução e Recreio</i>	(1842-1843)
15. <i>O Instrutor Portuense</i>	(1844-1845)
16. <i>A Ilustração: Jornal Universal</i>	(1845-1846)
17. <i>O Jardim Literário: Semanário de Instrução e Recreio</i>	(1847-1854)
18. <i>A Época: Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes.</i>	(1848-1849)
19. <i>Revista Popular: Semanário de Ciência e Indústria</i>	(1848-1855)
20. <i>A Ilustração: Periódico Universal</i>	(1852)
21. <i>O Recreio Popular: Semanário Noticioso e Instrutivo</i>	(1855-1856)
22. <i>A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal</i>	(1856-1859)
23. <i>O Arquivo Familiar: Semanário Pitoresco</i>	(1857-1861)
24. <i>O Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado</i>	(1857-1868)
25. <i>Porto Elegante: Jornal de Literatura, Ciências, Belas-Artes e Modas.</i>	(1864)

26. <i>Ilustração Popular: Folha Destinada ao Recreio e Instrução</i>	(1866-1868)
27. <i>Arquivo Popular</i>	(1871-1874)
28. <i>Ilustração Universal: Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro.</i>	(1884-1885)
29. <i>O Universo Ilustrado</i>	(1877-1887)
30. <i>O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro</i>	(1878-1915)
31. <i>A Ilustração Portuguesa: Revista Literária e Artística</i>	(1884-1890)
32. <i>Revista Popular de Conhecimentos Úteis</i>	(1888-1892 e 1897)
33. <i>Revista Ilustrada</i>	(1890-1892)
34. <i>Revista Moderna: Magazine Ilustrado</i>	(1895-1897)
35. <i>Branco e Negro: Semanário Ilustrado</i>	(1896-1898)
36. <i>Brasil-Portugal</i>	(1899-1914)
37. <i>Passatempo: Revista Quinzenal Ilustrada</i>	(1900-1905)
38. <i>Gazeta Ilustrada: Revista Semanal de Vulgarização Científica, Artística e Literária.</i>	(1901)
39. <i>Serões</i>	(1901/1904 e 1905/ 1911)
40. <i>Ilustração Portuguesa</i>	(1903-1924)

Fonte: Inventário de Jorge Pedro Sousa (2017).

Para o período 1822-1834, uma vez que, acreditando no inventário de Sousa (2017b), nenhuma revista ilustrada foi publicada, optou-se, a princípio, por estudar o diário português mais importante, a *Gazeta de Lisboa* (que também adotou as designações *Diário do Governo* e *Diário da Regência*, entre 1821 e 1823). Por tratar-se de um jornal diário, entendeu-se que não seriam analisados todos os números, mas somente uma amostra arbitrária (intencional e não probabilística), escolhida em função dos acontecimentos relevantes para a história do Brasil, que permitiria diagnosticar o discurso sobre cada momento histórico e conjunturas particulares. Entre 1822 e 1834, fez-se, portanto, apenas uma análise global do discurso dos periódicos, já que estes eram predominantemente políticos e quase somente faziam leituras políticas dos acontecimentos no Brasil.

Quadro 3 – Marcos relevantes na História do Brasil – periodicidade

“Fico” (jornais publicados entre 9 de janeiro e 31 de março de 1822).
Independência e aclamação de D. Pedro I (jornais publicados entre 7 de setembro e 31 de dezembro de 1822).
Constituição (jornais publicados entre 25 de julho e 30 de abril de 1824),
Confederação do Equador (jornais publicados de 3 de março a 30 de setembro de 1824).
Guerra da Cisplatina e morte da imperatriz Leopoldina (jornais publicados entre 13 de outubro de 1825 e 31 de janeiro de 1826; 1 de dezembro de 1826 e 28 de fevereiro de 1827; 9 e 30 de abril de 1827; 29 de agosto e 15 de setembro de 1828).
Abdicação de D. Pedro I, que rumou aos Açores e a Portugal para, à frente de um exército liberal, enfrentar o seu irmão D. Miguel e depor o regime absolutista português (jornais publicados de 8 de abril a 31 de maio de 1831).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A partir de 1831, observaram-se com mais detalhe as representações midiáticas dos seguintes momentos da história do Brasil, frutos de determinadas conjunturas:

Quadro 4 – Episódios da História do Brasil – período

Revolta dos Malês (1835).
Revolução Farroupilha (1835 – 1845).
Golpe da Maioridade – D. Pedro II assume o trono (1840).
Lei Eusébio de Queirós (1850).
Guerra do Paraguai (1856 – 1870).
Manifesto Republicano (1870).
Lei do Ventre Livre (1871).
Lei dos Sexagenários (1885).
Lei Áurea (1888).
Proclamação da República (15 de novembro de 1889).
Nova Constituição (1891).
Revolta Federalista (1893 – 1895).
Eleição do primeiro Presidente do Brasil civil, Prudente de Moraes (1894).
Revolta do Acre (1903).
Revolta da Vacina (1903).
Guerra do Contestado (1912 – 1916).
Participação do Brasil na I Guerra Mundial (1917-1918). Repressão contra imigrantes alemães.
Revolta na Bahia e intervenção federal (1920).

Revolta do Forte de Copacabana (1922).

Fonte: elaborado pela autora.

Esses episódios ocorreram no Primeiro Reinado, como consequência da independência do Brasil. Ao contrário do que muitos entendem, esse processo não ocorreu de forma pacífica. O fato é que muitas províncias manifestaram-se leais aos colonizadores portugueses. Por conta disso, foi preciso travar guerra com o intuito de assegurar a unidade territorial do país. Com o término do Primeiro Reinado, que iniciou em 1822 com a independência do Brasil e durou até 1831 com a abdicação do imperador do trono, sabe-se que foi um período marcado pela ineficiente gestão administrativa de D. Pedro II mediante a função de imperador.

Para a análise documental, seguiu-se Ludke e André (1986, p. 38), no entendimento de que essa “constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Tendo em conta que as realidades investigadas não são dadas prontas para serem descritas e interpretadas. São incertas e instáveis, mostrando que “ideias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade” (Moraes, 2004, p. 199).

Nessa perspectiva, concordou-se com o autor, no sentido de que em toda tradução há alguma inexatidão, assim como no ato da interpretação, que naturalmente sofre uma adaptação por quem a faz. Perspectiva apropriada à análise documental, uma vez que:

É impossível fazer uma pesquisa na qual se almeje a neutralidade do pesquisador e a objetividade da análise. Toda análise é subjetiva, fruto da relação íntima do pesquisador com seu objeto pesquisado (Moraes, 2004, p. 199).

Sendo assim, a partir do estudo do corpus, obtiveram-se as categorias de análise. Para tal, foi essencial recorrer aos recursos teóricos para fundamentação dessa investigação, para que, em conjunto com os dados produzidos, possibilitassem o desenvolvimento de um processo dinâmico que permitisse a intercepção dos fatores empíricos e teóricos. A lembrar que, na interpretação, os resultados dos objetivos anteriores foram analisados conforme as referências teóricas, recorrentes às pesquisas bibliográficas. Nessa perspectiva, fez-se uso desse recurso em documentos retrospectivos da história do Brasil pós-independência, tendo em vista a análise das

matérias extraídas das *revistas ilustradas portuguesas* e de documentos produzidos na contemporaneidade.

Com relação à lógica hipotético-dedutiva, entende-se como uma lógica de tentativas e eliminação de erros. Diante das hipóteses levantadas (conjecturas e/ou teorias), é deduzida a solução para uma problemática estabelecida. Essas hipóteses podem ser acatadas ou recusadas, a depender dos resultados das experimentações e observações empíricas. Kaplan (1972) expõe, sucintamente, a fundamentação básica dessa lógica:

(...) O cientista através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado, daí deduz ele as consequências por meio de experimentação e, dessa maneira, refuta os postulados, substituindo-os quando necessário por outros e assim prossegue (Kaplan, 1972, p. 12).

Desse modo, esse método se aplica no processo de aprovação ou não das hipóteses propostas pela pesquisa.

Seguiu-se a proposta operativa de Wimmer e Dominick (1996, pp. 174-191), que estipula os seguintes passos para a realização de uma análise quantitativa do conteúdo da mídia:

- i. Definição do universo de análise (imposição de limites temporais: 1822-1922);
- ii. Seleção do universo amostral (revistas ilustradas portuguesas publicadas entre 1835 e 1922 e *Gazeta de Lisboa* entre 1822 e 1834, nos momentos relevantes da história do Brasil);
- iii. Seleção da unidade de análise (matérias com referências ao Brasil e/ou brasileiros; iconografia sobre o Brasil e/ou brasileiros);
- iv. Definição das categorias de análise. Trabalhou-se com as seguintes categorias:
 - i. Tipologia da matéria, em função da intencionalidade: informativo-explicativo e interpretativo-opinativo;
 - ii. Tipologia formal da matéria: matéria constituída apenas por texto escrito; matéria com elementos iconográficos;
 - iii. Temas das matérias: Personalidades – subdividida em: políticos e governantes (posses, gestão, reconhecimentos, honras e viagens);

literatos (obras, gêneros, biografias e épicos); artistas (exposições, prêmios e homenagens); cientistas (inventos, atualidades, medicina e astronomia). Geografia – subdividida em: área territorial (extensão, superfície, meios de navegação, construções, lugares e praias); posição geográfica (comunicações, paisagens tropicais, cidades e instalações); hidrografia (mares, rios, baías, ilhas, bacias e portos); clima (variação climática); relevo (solo fértil e natureza pródiga); vegetação (flora e fauna). História do Brasil – subdividida em: datas cívicas (comemorações, festividades, homenagens, saudações e eventos); prosperidade (descobrimento, progresso, tratados, acordos, agricultura, economia e educação); províncias/estados (construções civis, conquistas, revoltas, batalhas e revoluções); civilização (colonização, escravidão, atraso, expedições, fuga e expulsão); irmandade (similitudes, língua, costumes, religião e relações diplomáticas). Etnografia – subdividida em: população (miscigenação e raças distintas), caráter (difícil definição), idioma (português). Produção – subdividida em: agricultura (cultivo do café, algodão e açúcar), comércio (navios, portos e embarcações), indústria (construções de rodovias, bancos, pontes, casas de beneficência, igrejas e conventos), mineralogia (ouro, minérios, pedras preciosas e metais).

- iv. Tema da iconografia (conforme descrito para “temas das matérias”);
- v. Estabelecimento de um sistema de quantificação (as matérias foram quantificadas conforme o tema e a frequência com que surgiam);
- vi. Categorização ou codificação do conteúdo: as matérias e as imagens foram contabilizadas nas categorias criadas);
- vii. Análise, discussão e interpretação dos resultados.

Após traduzidos os dados da análise de conteúdo, em gráficos diacrônicos (evolução ao longo do tempo), sincrônicos (cada momento histórico) e totais, observou-se qual a atenção foi dada ao Brasil ao longo do primeiro século de existência pós-independência.

Na segunda parte da pesquisa, estudou-se qualitativamente o discurso produzido sobre o Brasil e/ou brasileiros nas revistas que constituíram o universo amostral. Considerou-se, conforme Eduardo Meditsch (2008), que o jornalismo produz uma forma específica de conhecimento sobre singularidades reais que, não sendo científica, igualmente se afasta do senso comum. Trabalhou-se, essencialmente, com base em três conceitos teóricos:

- i. O conceito de *imagens*, correspondendo às projeções do discurso, que é apresentado sobre a mente de quem o apreende e às possíveis e consequentes construções mentais de significados, para as singularidades reais representadas nestes discursos midiáticos, que correspondem à formação de um *imaginário* (Sousa, 2017b, p. 30). Seguiu-se, neste ponto, a ideia de Gilbert Durand (2002), segundo a qual o *imaginário*, entendido como o acervo simbólico de imagens disponíveis sobre a realidade, tem uma componente racional e outra não racional, fundada, esta, na imaginação, na fantasia, no mito; enfim, na subjetividade. O mito, salienta o autor, é “um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e esquemas (...) que tende a compor-se em narrativa” (Durand, 2002, pp. 62-63).
- ii. O conceito de *molduras*, ou *enquadramentos*, isto é, as ideias organizadoras centrais que propõem ao leitor a construção de determinados significados para o discurso midiático sobre singularidades reais (Gamson e Modigliani, p. 1987).
- iii. O conceito de *estereótipos*, aqui entendidos como forma de cognição enviesada, redutora e simplista da realidade, resultantes de emoções, hábitos e preconceitos e não de uma leitura racional e sustentada dos dados do mundo real (Lippmann, 1922; Steel, 1981, p. 181; Sousa, 2006, pp.68-69).

A linha seguida na análise do discurso foi, predominantemente, histórico e cultural, não crítica. Isto é, não se pretendeu, por exemplo, discutir as relações de poder e domínio que possam ser expressas nos discursos, mas somente entender a produção dos discursos – e das respectivas ideias-chave – tendo em conta o contexto cultural (os mitos e outros elementos dadores de significado ao mundo) e histórico (o fim do domínio português no Brasil e a evolução das relações – e imagens – entre dois estados soberanos ao longo de um século).

Considerou-se, no entanto, que a “ideia geral”, ou “ideia-chave”, ou ainda a “moldura” ou “enquadramento” sugeridos numa matéria sobre o Brasil ou sobre os brasileiros dependesse, dentre outros, dos seguintes elementos, aos quais dedicou-se atenção particular:

- i. O tema da matéria e da iconografia que a acompanha;
- ii. Elementos de objetivação do discurso: referências a fatos, referências a fontes, citações, contraste de posições;
- iii. Elementos de subjetividade e impressão: adjetivos, advérbios, expressões/frases pessoais, principalmente se denotarem juízos de valor;
- iv. Valores subjacentes às matérias (texto escrito e iconografia), não necessariamente valores-notícia;
- v. Recursos gráficos: mapas, gravuras, fotografias e outra iconografia (reforço, oposição ou neutralidade em relação às ideias centrais da matéria).

A mesma abordagem histórico-cultural, não crítica, foi adotada na análise do discurso midiático quer no discurso historiográfico. Foi pela ideia geral das matérias, da iconografia e dos livros historiográficos que se interessou, interpretada em função do contexto da época, e não, por exemplo, as vozes ou as relações de poder materializadas no discurso midiático. Assim sendo, embora o foco da pesquisa tenha residido no discurso da mídia, estudou-se a produção historiográfica brasileira, dentre os quais (Freyre, 1933, Buarque de Holanda, 1936; 1940; Prado Júnior, 1972; Sodré, 1966; Mello e Sousa, 1997; Cardoso, 1988; Fausto, 2002; Pinsk, 2003; Barbosa, 2007, 2018; Mota, 2008; Martins e Luca, 2008; Bueno, 2013, 2020; Del Priore, 2016; Costa, 2019; Schwarcz, 2019; Melo 2019) e portuguesa (Oliveira Marques, 1972; Veríssimo Serrão, 1978; Saraiva 1983; Mattoso, 1993 e Ramos et al., 2009) sobre o período, onde se tentou observar similitudes e diferenças entre ambas as apreciações.

Fez-se uso da técnica de pesquisa bibliográfica, com fundamento no conceito de Marcone e Lakatos (2001), tendo em vista o argumento de que a finalidade técnica da pesquisa é a de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito sobre um determinado assunto, no intuito de permitir ao pesquisador o reforço paralelo na análise de suas pesquisas e manuseio de informações.

Quanto à historiografia portuguesa, foram consultadas obras físicas (bibliográficas) na Biblioteca Pública Municipal do Porto, na Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa e na Biblioteca Almeida Garrett. Sob autorização da gestão da biblioteca, foram digitalizados recortes de alguns capítulos, com a captura da imagem pelo aplicativo *CamScanner*. Outras matérias foram reproduzidas, a considerar o tempo disponibilizado para consulta local, prazos de devolução à biblioteca e, na medida do possível, tomadas por empréstimo, de acordo com a política de acesso da biblioteca.

Valeu-se de alguns dados e interpretações extraídos de teses, dissertações e artigos que tratavam da temática em foco. Essas produções foram localizadas e acessadas nos Bancos de Teses do CNPq, da CAPES e de diversas Universidades brasileiras e portuguesas (UFRN, USP, UNICAMP, PUCRS, UFP). Ademais, o apoio do orientador com a indicação de fontes, além da disponibilização de suas produções bibliográficas, serviram de contributo essencial e de significativa relevância para o construto desta pesquisa.

Quanto aos quarenta títulos das revistas pesquisadas (conforme inventário, Sousa, 2017), vinte deles continham as séries disponibilizadas on-line (Hemeroteca Digital de Lisboa), ainda que de forma incompleta. Mesmo assim, foi o maior subsídio que assegurou a perspectiva do estudo.

Por meio da análise, buscou-se alcançar uma amplitude inserida na amostra. Para tanto, foram selecionadas as matérias por temas, conforme critérios previamente definidos para fins de classificação. Sendo assim, alcançaram-se as seguintes descrições por categoria temática:

- i. Personalidades do Brasil: personagens que marcaram aquele período do Brasil e testemunharam momentos significativos da nossa história; ou seja, aqueles que tiveram destaque por terem desempenhado papel relevante na história do Brasil e tornaram-se referências tanto no cenário político (representantes do povo), como nas artes (visuais, música, teatro); aqueles que tiveram destaque em exposições nacionais e internacionais; literatos reconhecidos e homenageados por suas criações literárias (contos, poesias) e personagens que destacaram-se na

produção científica por meio de descobertas, inventos e criações incluindo novas tecnologias e avanços para o mundo.

- ii. Brasil Geográfico: panorama apresentado de como era vista a cartografia à época, sua extensão, descobertas, construções etc. O período da independência do Brasil é emblemático por apresentar um duplo movimento: por um lado há a incorporação de tradições portuguesas originárias do período colonial; por outro, aparecem novas características que formarão a base da cartografia nacional brasileira.
- iii. Brasil História: descrição de marcos históricos, a saber: o início da história do Brasil no ano de 1500; o período Colonial desde o Descobrimento até a chegada da Família Real ao Brasil; os episódios do período do Brasil Império marcado pelas revoltas internas em prol da Independência e da abolição da escravatura.
- iv. Brasil Etnográfico: narrativas que mostram como era a cultura do povo brasileiro pós-independência, seus significados culturais, credences, identidade cultural, raças, comportamento social, cultura social.
- v. Brasil Produtivo: narrativas que revelam como se manifestava a economia do Brasil no Império, as exportações, matérias-primas, agricultura, economia, indústria e o comportamento do setor financeiro.

As revistas existentes apenas no formato impresso foram consultadas na Biblioteca Pública Municipal do Porto, na Biblioteca Central da Universidade de Coimbra e na Biblioteca Joanina. As demais, vinte coleções disponibilizadas on-line, foram acessadas pelo website da Hemeroteca Digital de Lisboa, uma vez que passaram pelo processo técnico de digitalização e que muito agilizaram a pesquisa. Ao todo, foram selecionadas e analisadas 572 (quinhentas e setenta e duas) matérias, distribuídas em cinco categorias temáticas e respectivamente dezenove subtemas. Em face da quantidade de matérias extraídas das revistas, após serem estudadas e selecionadas, permitiu-se adotar a abordagem quantitativa.

Para realizar a análise quantitativa, separaram-se os conteúdos das matérias, conforme os títulos selecionados e categorizaram-se consoante os assuntos. Ainda se classificaram as matérias conforme a frequência dos temas definidos, considerando a ordem decrescente, definida como unidade de medida na amostra dos resultados.

Prontamente em relação à técnica aplicada na análise do discurso, embasou-se na perspectiva da narrativa de Motta (2012) a seguir:

Estudar as narrativas como representações sociais pode ensinar muito sobre as maneiras através das quais os homens constroem essas representações do mundo material e social. Grande parte dessas representações mentais se estrutura na forma de narrativas, tanto nos relatos interpessoais, (...) reportagens, histórias em quadrinho e bibliografias quanto na história universal, ou nas histórias de povos ou nações. (Motta, 2012, p. 29)

Nessa perspectiva, com fundamento na narratologia de Motta, optou-se por verificar as fontes de informação das matérias nas *revistas ilustradas portuguesas*. Essas foram adotadas para análise com base na abordagem de Sousa (2017):

Faziam parte de “um tipo de imprensa que penetrava transversalmente toda a sociedade portuguesa alfabetizada de então: a imprensa literária, domínio avassalador na difusão massiva de imagens sobre a realidade” (Sousa, 2017b, p. 22).

Sousa (2017) ressalta ainda que as revistas ilustradas foram as mais exitosas, por terem alcançado grande poder na divulgação geral de imagens a trabalhar a veracidade das informações disseminadas.

Para Motta (2005, p. 18), o processo narrativo pode ser notado em diversos produtos da linguagem, já que “as narrativas são construções discursivas sobre a realidade humana”. Entendeu-se assim que, no contexto do jornalismo, as narrativas atuam sempre nas interpretações dos acontecimentos sociais que, por seu turno, conduzem conflitos, reviravoltas, rupturas, ou seja, a ocorrência de ações que envolvem a transformação de um estado para o outro (Motta, 2005, *cit. in* Sousa, 2012, p. 48). Fundamentou-se, ainda, em Motta (2005, p. 5) ao afirmar que “narrar é uma experiência enraizada na existência humana (...) nossas vidas são acontecimentos narrativos, o acontecer humano é uma sucessão temporal e causal” e a história do Brasil pós-independência é uma prova dessa definição.

Nessa perspectiva, segue Motta (2012) com a premissa de que a maioria dessas representações mentais estrutura-se na forma de narrativas. Nesse contexto, apropriou-se do conceito teórico de enquadramento de Gamson e Modigliani (1987) que, em consonância com Motta (2012), traduz o significado do discurso midiático. Sentido que se atribui às narrativas da história do Brasil no contexto estudado.

Sucedeu-se à análise das matérias por categoria específica e apresentou-se o resultado correspondente à frequência de temas, conforme surgidos nas matérias

analisadas, e organizou-se por ordem decrescente de forma a tornar os resultados alcançados mais perceptíveis. As categorias de análise foram definidas de acordo com os conteúdos das matérias em função da intencionalidade (informativo-explicativo ou interpretativo). Geraram-se, portanto, as categorias temáticas abaixo representadas:

Quadro 5 – Categoria e Classificação conforme critérios predefinidos

Categoria	Classificação
Personalidades do Brasil	Classificaram-se na categoria Brasil Personalidades, as matérias centradas no destaque de personagens singulares relevantes do Brasil, como as matérias sobre políticos e governantes, artistas, literatos e cientistas. São exemplos de peças classificadas nesta categoria: a matéria “Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil” (Revista <i>O Occidente</i> , Nº 468, 14º Anno, Vol. XIV, 1891, capa); a matéria “José de Alencar” (<i>O Occidente</i> , vol. I, 1878, nº 2, pp. 11-14); a matéria “Música brasileira – o maestro Carlos Gomes” (Revista <i>Ilustração Portuguesa</i> , II série, 1920, n.º 748, p. 424); e “Uma glória brasileira – Santos Dumont” (Revista <i>Ilustração Portuguesa</i> , 3º anno, II série, anno 1922, n.º 860).
Brasil Geográfico	Classificaram-se na categoria Brasil Geográfico, as matérias centradas nos aspectos físicos e humanos do espaço brasileiro, envolvendo o seu território, suas regiões, paisagens e lugares. como as matérias sobre clima, relevo e vegetação. São exemplos de peças classificadas nesta categoria a matéria “A flora no Brasil” (Revista <i>Brasil – Portugal</i> , 4º anno, anno 1902, n.º 74, pp. 410-414); a matéria “Brazil – entrada da bahia do Rio de Janeiro e o Corcovado” (Revista <i>O Occidente</i> , 14º anno, vol. XIV, 1891, n.º 443, p. 85) e “Belém – a cidade de Belém do Pará” (Revista <i>Ilustração Portuguesa</i> , 1905, n.º 98, p. 730).
Brasil Histórico	Classificaram-se na categoria Brasil Histórico, as matérias centradas em fatos que marcaram o seu primeiro século pós-independência, episódios como tráfico da escravatura, efemérides notáveis e enfrentamento de estrangeiros em defesa pela conquista de terras brasileiras. São exemplos de peças classificadas nesta categoria a matéria “Horrores do gráfico da Escravatura” (Revista <i>O Museu Portuense</i> , vol. I, anno 1838, p. 146); a matéria “Instalação da província do Amazonas” (Revista <i>O Universo Ilustrado</i> , 1853, n.º 17, p. 131); “Centenário do descobrimento do Brasil na sociedade de geographia de Lisboa” (Revista <i>Brasil-Portugal</i> , anno 1900, n.º 32, p. 117), e “Intentam os Holandezes a conquista da Bahia que não conseguem” (Revista <i>O Panorama</i> , Tomo IV, 1840, p. 290).
Brasil Etnográfico	Classificaram-se na categoria Brasil Etnográfico, as matérias centradas na apresentação de traços singulares relevantes que facilitam o entendimento da origem da cultura do povo brasileiro, da complexidade dada às misturas de raças, como as matérias sobre hábitos, carácter e civilização. São exemplos de peças classificadas nesta categoria a matéria “Plenipotenciario de Portugal nas festas do centenário do Brasil” (Revista <i>Brasil – Portugal</i> , 1900, n.º 27, pp. 68-69); a matéria “Costumes dos indígenas do Brazil na época da descoberta d’esta região” (Revista <i>Ilustração Popular</i> , vol. II, 1867, n.º 45); e “A catequese e civilização dos índios do Brazil” (<i>O Occidente</i> , vol. I, 1878, nº 2, pp. 11-14).

<p>Brasil Produtivo</p>	<p>Classificaram-se na categoria Brasil Produtivo, as matérias centradas na apresentação da economia do Brasil pós-independência, como as matérias sobre agricultura, setor financeiro, indústria e comércio. São exemplos de peças classificadas nesta categoria a matéria “Brasil – Comercio do Brasil” (Revista O Panorama, vol. III, 1839, n.º 9, pp. 170-171); a matéria “Esboço de uma história da agricultura” (Revista <i>Á Época</i>, vol. I, 1848, n.º 5, pp. 66-68); “A cultura do café” (Revista <i>Brasil – Portugal</i>, 1901, n.º 66, pp. 283-285) e “O Pará industrial ” (Revista <i>Ilustração Portuguesa</i>, II Série, 1913, pp. 149-152).</p>
--------------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Essas categorias, seguidas das descrições, representam como um todo o que foi encontrado de mais significativo nas revistas ilustradas portuguesas sobre o Brasil àquela época, com eixo nos assuntos mais frequentes das matérias, tendo como fundamento alguns dos estereótipos das imagens encontradas nas narrativas sobre o Brasil, como por exemplo, os fazimentos, as riquezas naturais, a riqueza histórica, a cordialidade e afetividade dos brasileiros e a origem identitária vista como complexa, entre outras características evidenciadas ao longo da pesquisa.

Foram variadas as matérias localizadas nas tantas revistas ilustradas portuguesas a abordarem os assuntos de forma muito similar. Sendo assim, algumas matérias corresponderam a mais de uma categoria definida. A citar, a matéria intitulada “Brasil II, Situação – Extensão – Meios de prosperidade – Clima” (*O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 40, pp. 36-37) foi classificada nas categorias temáticas “Geográfico” e “Produtivo”.

4.2 Resultados

No intuito de considerar o entendimento de que este estudo não tinha caráter político e sim histórico-cultural, identificou-se que os periódicos (Jornais 1822-1834) deram mais atenção à questão política, optou-se por restringir-se a pesquisa a uma mínima amostra, com o destaque para o olhar da política portuguesa sobre o início do período pós-independência.

No Diário do Governo e Diário da Regência (1821 a 1823), destacaram-se as seguintes citações:

“Conversa entre os dois membros da Junta e nella trabalhou mui eficazmente para persuadillos que o Governo Constitucional não podia durar muitos dias no Brazil; que este infalivelmente hia a pôr-se independente de Portugal: que assim mesmo não podia durar em Portugal, não só porque Portugal nada valia sem o Brazil, mas que não podia mesmo existir ahi o actual estado das cousas contra vontade das mais Potencias da Europa, e das principaes pessoas desse Reino (*Fico*, 9 de janeiro e 31 de março de 1822).

E ainda sobre a Constituição Portuguesa “que não tendia menos que à perfeita scisão entre o Brazil, e Portugal” (*Fico*, 12 de janeiro, 1822).

Nesse contexto, evidenciava-se o quanto era temido manter a condição de colonizador, porém, insustentável, supunha-se assim, e que a Independência do Brasil seria, em breve, um fato consumado.

Era percebível, nos discursos antecedentes à Proclamação da Independência do Brasil, o quanto era desejável o ato da Independência do Brasil por algumas províncias, conforme aqueles que pretendiam mudar o Governo da Província, nesse caso os habitantes da Bahia:

“Habitantes da Bahia! A Pátria necessita já de hum Governo cheio de energia, fácil em deliberar, activo na execução, Soberano nas idéas, majestoso no procedimento, justo nas decisões, severo no castigo, e sobretudo exemplar na conducta” (*Fico*, 16 de janeiro, 1822).

Assim como foi retratado numa Carta dirigida a S. Magestade, pela Junta Provisional da Província de Pernambuco, nesses termos:

Que nenhum Povo, ou Provincia conhece melhor do que nós, o grande interesse, que temos em sermos parte d’uma Grande, Nobre e Poderosa Nação, que são calumniosissimas estas quimeras de separação, ou independência, com que os nossos oppressores, e todos os seus partidistas tem querido denegrir a nossa honra, para encobrirem os seus males que nos tem causado (*Fico*, 14 de fevereiro de 1822).

Nessa abordagem, identificou-se o quanto estava difícil a situação vivida pelo povo brasileiro na situação de colonizado, o quanto pesava o domínio e o quanto era desejável, por parte de alguns, tornar-se uma nação forte e independente.

Ainda a citar cartas dirigidas à Junta do Governo, foi localizado, destacando-o abaixo, trecho de uma carta vinda da Província do Pará, que, a exemplo da Província de Pernambuco, comunica:

... Por esta ocasião tem esta junta o desgosto de participar a V. Exc. Para o fazer presente a Sua Magestade, que depois da chegada da referida Galera S. José Diligente, começarão a espalhar surdamente nesta Capital as vertiginosas idéas de independência, até aqui desconhecidas a este Povo leal e pacífico: Aparecerão Proclamações anonyms, convidando os Habitantes a seguir o exemplo de Pernambuco... (*Fico*, 14 de fevereiro, 1822).

Entendeu-se, por meio dessa citação, que aqueles que eram contra o ato da Independência espalhavam o terror diante da sua possibilidade.

Ainda, a demonstrarem-se contra a perspectiva da Independência do Brasil:

... A que mais podem os Póvos do Brazil pretender do que lhe tenham as Côrtes de Portugal concedido? Elles podem agora administrar por si e por suas Juntas populares tudo quanto à administração pertencer; podem tudo, excepto o fazer leis geraes, que hão de ser feitas nas Côrtes de Portugal, com assistência e votos dos deputados do Brazil: que mais querem ou podem desejar, se não he a independência, que seria tocar e colher o pomo funesto de sua condenação? Se das Juntas populares d'administração como forão ordenadas para o Brazil, houvesse seguir-se a anarchia e escravidão, que não se poderia seguir da independência?... (...)

Interpretou-se no sentido de que o povo brasileiro deveria estar a contentar-se com a situação que lhe era concedida por Portugal e aceitar com veemência o tratamento que lhe era aplicado.

E ainda, sobre o Projeto de Decreto que foi elaborado visando determinar as relações Comerciais entre o Brasil e Portugal:

As Côrtes, desejando fixar as relações commerciaes entre Portugal e o Brazil, e unir a grande Familia Portugueza por laços indissolúveis, firmados em interesses recíprocos, que só da mesma união podem resultar a todos os Cidadãos de suas vastas Possessões, Decretão o seguinte: (*Fico*, 22 de março de 1822).

(...)

“O povo a favor da Constituição proclamada pelas Cortes Geraes e Extraordinarias do Povo de Portugal, foi na intelligência de que o Brasil não perderia jamais as vantagens e representações de que estava gozando: o seu juramento envolve esta tácita e essencial condicção” (*Fico*, 23 de março de 1822).

Percebeu-se que “o povo” não tinha voz; em realidade, estavam representados pela vontade, conforme interesse dos governantes portugueses. E assim sucedeu-se:

“Sobre a Ordem que chega das Côrtes que mandavão retirar o Principe Real, a Camara se havia reunido repentinamente,... (...) para lhe pedir em nome do Povo de ficar no Brazil, e de tomar em consideração as consequências perigosas que se seguirão inevitavelmente na sua sahida” (*Fico*, 4 de abril de 1822).

A tentativa de justificar a resistência em meio ao processo de convencimento da separação entre os países manifesta-se: “He hum principio evidente que Portugal

precisa do Brazil, e o Brazil precisa de Portugal” (*Fico*, 4 de abril de 1822). E assim é enviado ao Senado da Câmara, um Manifesto do Povo sobre a residência do Príncipe no Brasil, em 22 de abril de 1822.

Sobre as notícias publicadas no *Correio do Porto* (Porto, 27 de setembro de 1820 – 7 de maio de 1834) sobre a Independência e aclamação de D. Pedro I encontraram-se os seguintes destaques conforme Carta do Príncipe Real dirigida à Sua Majestade:

“Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre do que V. M. Me disse, ante de partir (...) Pedro se o Brazil se separar antes seja para ti, que Me Has de respeitar, do que para alguns desses aventureiros”. Foi chegado o momento da quase separação, e estribado eu...(*Correio do Povo*, 16 de setembro, 1822).

Ainda a seguinte citação, sobre a Proclamação da República:

(...) a terceira foi aquella, em que os Brasileiros declararão o Principe Real Protector daquele Reino: que em virtude deste poder emanado da parte da Nação, que constitue o Reino do Brazil, o Principe Real mandára convocar Cortes, o que só fez depois que dos Deputados de algumas Provincias lho requererão: que o governo do Brazil... (*Correio do Porto*, 25 de setembro, 1822).

A manifestar-se com trecho de uma Portaria que acompanhou o Decreto do Príncipe para a Eleição dos Departamentos, vinda da Província de Pernambuco: “E espera S.A.R., pela confiança que tem nos patrióticos sentimentos que animão o mesmo Governo a favor da causa sagrada da União e independência deste Reino, (...)” (*Correio do Porto*, 1 de outubro, 1822).

Do Rio de Janeiro, a partir do Decreto do Principe Real, com a seguinte declaração:

“Tendo-me sido confirmada, por unanime consentimento e espontaneidade dos Povos do Brazil, a Dignidade e Poder de Regente deste vasto imperio, que El-Rei Meu Augusto Pai Me tinha outorgado, (...)” (*Correio do Porto*, 1 de outubro, 1822)

Segundo o Principe Real, houve um consentimento do povo brasileiro, ao conceder-lhe o poder de reger nosso país, porém, há incógnita na historiografia brasileira sobre se houve, nessa decisão, verdadeiramente, consenso e participação da sociedade brasileira.

Assim se manifestou o Príncipe Real na Proclamação do Conselho Militar ao povo brasileiro:

“foi por assim pensar que Eu agora já vejo reunido todo o Brazil em torno de Mim; requerendo-Me a defesa de seus Direitos, e a mantença da sua Liberdade, e independência” (*Correio do Porto*, 4 de outubro, 1822).

Nesse discurso, D. Pedro mostrou seu empenho, dedicação e desejo de proteger os direitos do povo brasileiro e sentiu que tal missão foi confiada a si.

O fato é que, em novembro daquele mesmo ano, o Príncipe Regente fez um Manifesto aos Governos e Nações Amigas, com as seguintes palavras em seu discurso:

(...) Porém o Brazil ainda que ulcerado com a lembrança de seus passados infortúnios, sendo naturalmente bom e honrado, não deixou de receber com inexplicável jubilo a Augusta Pessoa do Sr. D. João VI., e a toda a Real Familia” (*Correio Extraordinario*, 12 de novembro, 1825)

Nesses termos, o Príncipe demonstrou sentir-se reconhecido e honrado pelo povo brasileiro diante da receptividade atribuída à família real. Finalizou-se esse período com o discurso eloquente e o grito de “Independência ou Morte”, em 19 de dezembro de 1822.

Seguem recortes com pronunciamento do Príncipe Regente sobre a Constituição:

“Como Imperador Constitucional, e muito especialmente como Defensor Perpetuo do Brazil, Eu disse ao Povo no 1º de Dezembro de 1822, em que fui coroado, e sagrado, Eu defenderia o Paiz, e a Constituição, se ella fosse digna do Brazil, e de Mim. Assinagdo Imperador Constitucional, e Perpetuo Defensor do Brazil” (*Correio do Porto*, 21 de julho de 1823).

Quanto ao ato da Proclamação da República, assim ele se manifestou:

“Por tanto, se até o presente não temos uma Constituição que nos governe, contudo, temos bases estabelecidas pela razão, que devem ser invioláveis: estas são os sagrados direitos da segurança pessoal, da propriedade, e da inviolabilidade da casa do cidadão” (*Correio do Porto*, 21 de julho de 1823).

Dessa forma, o Imperador assegurava a garantia dos direitos dos cidadãos.

(...) mundaças políticas, as quaes serão mui prejudiciais aos nosso Commercio, e completamente destruirão as esperanças, que tínhamos de fazer huma Constituição sobre bases liberaes, e permanentes (*Correio do Porto*, 28 de outubro de 1823).

E mais uma vez clama por uma Constituição digna de seu governo: “esperamos pela Constituição do Imperio, e esperamos que seja digna de nós” (*Correio do Porto*, 4 de novembro de 1823).

Nos dias seguintes, *A Gazeta de Lisboa* (17 de dezembro de 1823) apresenta um artigo a comentar a separação e pretendida Independência do Brasil, a continuar

sobre o acontecimento que foi a Independência (capa), e sobre a integridade do “Império do Brasil” (*A Gazeta de Lisboa*, 8 de janeiro de 1824). A seguir, na coluna Notícias do Brasil, apresenta o seguinte ponto de vista:

“Os Povos do Brazil achão-se sem duvida iludidos, com os planos adoptados pelo seu governo, pois que jámais podem conservar firmeza, e menos sustentar a sua independência” (*A Gazeta de Lisboa*, 10 de janeiro de 1824).

Os periódicos, nos dias que seguem, continuam a publicar matérias acerca do estado presente do “Brazil”, sobre a Independência e a Constituição.

A pesquisa parou por aqui, após recolher fontes bibliográficas do Correio do Porto (Porto, 27 de setembro de 1820 – 7 de maio de 1834) sobre a Confederação do Equador (jornais publicados de 3 de março a 30 de setembro de 1824), uma vez que as publicações das matérias seguiam determinadas a comentar sobre o ato da Proclamação da República.

No contexto do universo pesquisado, estabeleceu-se a leitura criteriosa das 572 (100%) matérias utilizadas como amostra. Após estudadas e analisadas, agruparam-se as imagens e narrativas do Brasil conforme foram delimitadas/traçadas, considerando estereótipos/mitos, à luz da análise narratológica jornalística de Motta (2005), sustentada pelo seguinte esteio:

Ao fazê-la, estamos buscando compreender o jornalismo como uma atividade produtora de sentidos, formadora e estruturadora do pensamento contemporâneo em todas as dimensões que esta afirmação sugere (Motta, 2005, p. 23).

Diante dessa perspectiva, já se pode afirmar, antecipadamente, que as *revistas ilustradas portuguesas* exerceram tal função comunicativa, ou seja, a de mostrar para o mundo um novo país, repleto de novidades, questionamentos e incógnitas. Seja em relação ao seu descobrimento, à origem, ou à sua complexa identidade.

Na tabela a seguir, apresentaram-se as categorias temáticas surgidas nas revistas ilustradas portuguesas, bem como a frequência com que surgiram, considerando o recorte histórico delimitado – período de 1822 a 1922, seguido dos percentuais obtidos. Calculou-se a porcentagem individual para cada categoria, atendendo o universo total de matérias publicadas por cada uma delas. Evidenciou-se o emprego da técnica da análise de conteúdo para mensurar os dados das matérias das revistas. Assim sendo, prescreveu-se um conjunto de temas, sustentado por categorias de análise. Desse

modo, para cada matéria, reconheceu-se o tema e a categoria analítica na qual cada matéria enquadrou-se. Prescreveu-se as subseqüentes categorias: Brasil Personalidades; Brasil Geográfico; Brasil História; Brasil Etnográfico e Brasil Produtivo. Conforme Motta (2005, p. 23), “a análise da narrativa é um procedimento hermenêutico: analisá-las é interpretar as ações dos homens e as relações sociais, compreender o ser humano e o mundo onde ele vive”. Em seguida, fez-se uso da análise da narrativa para fins de interpretação dos conteúdos das matérias localizadas.

Tabela 1 – Categorias temáticas e percentuais

<i>Categoria</i>	<i>Nº de matérias</i>	<i>Percentuais</i>
<i>Personalidades do Brasil</i>	210	37 %
<i>Brasil Geográfico</i>	159	28 %
<i>Brasil História</i>	152	26 %
<i>Brasil Etnográfico</i>	27	5 %
<i>Brasil Produtivo</i>	24	4 %

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Desde os dados acima apresentados, constatou-se que, no decorrer de todo o recorte histórico pesquisado, a temática “Personalidades do Brasil” foi a mais citada pelas *revistas ilustradas portuguesas*, alcançando um percentual de 37% do total das matérias que compõem o corpus do estudo. Matérias essas relacionadas a fatos narrados sobre o período estudado, envolvendo personagens de destaque que se tornaram reconhecidos historicamente no Brasil e, claro, no mundo, essencialmente em Portugal, país colonizador. A temática foi distribuída entre estadistas e pessoas relevantes como literatos, artistas e cientistas.

4.2.1 Personalidades do Brasil – Brasileiros em evidência

A categoria “Personalidades do Brasil” foi a que teve maior representatividade nas revistas ilustradas portuguesas pesquisadas. Ao todo, teve 210 (duzentas e dez) ocorrências, o que equivaleu, conforme apresentado na tabela abaixo, a 37% da amostra

total das matérias analisadas e distribuídas entre as subcategorias Políticos e Governantes, Artes, Literatura e Ciências. O período de 1838 – 1913 foi o que apresentou um número significativo de matérias atinentes à categoria em geral, sendo que a última década do período estudado (1904 a 1913) teve a maior frequência das matérias analisadas.

As matérias analisadas nessa categoria deram destaque aos personagens mais relevantes nesse importante período da história do Brasil, que se tornaram figuras notáveis; sendo, portanto, evocados em comemorações, seja pelos seus contributos à política, às artes, à literatura ou às ciências, uma vez que representaram o Brasil em marcos históricos, seja por meio de posses em cargos governamentais, gestão, reconhecimentos, atentados, honras e viagens realizadas.

Diante dessa descrição, optou-se por denominar essa categoria de “Brasileiros em evidência”. Analisaram-se as matérias de acordo com as subcategorias definidas conforme as características descritas na tabela 1 a seguir a frequência e percentual alcançado:

Tabela 2 – Categoria Personalidades do Brasil

<i>Subcategoria</i>	<i>Características</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
<i>Políticos e governantes</i>	Posses; gestão; reconhecimentos; atentados; honras; viagens.	89	42%
<i>Literatos</i>	Obras; gêneros; biografias; épicos.	54	26%
<i>Artistas</i>	Exposições; prêmios; homenagens.	48	23%
<i>Cientistas</i>	Inventos; atualidades; medicina; astronomia.	19	9%
<i>Total</i>		210	100%

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Respeitando o nível de representatividade conforme percentual atingido em cada categoria, optou-se por selecionar arbitrariamente e apresentar minuciosamente, através

da análise qualitativa, duas matérias dentre suas subcategorias. Para tanto, recorreu-se àquelas mais representativas conforme interesse da pesquisa, que além da interpretação dos significados das matérias, incluíram-se também as figuras correspondentes.

Foi essa a estratégia que se encontrou para traduzir os significados alcançados das narrativas conforme o sentido atribuído nas narrativas sobre o Brasil expressos pela mídia impressa portuguesa ao entender-se que, de acordo com Motta, narrativa como um “suceder temporal, encaminhado a um desfecho” (2005, p. 7). Portanto, tais matérias revelam um fato no tempo, que serviu de caminho para uma realidade hoje, alcançada ou não.

Na categoria “Personalidades do Brasil”, observou-se que o maior destaque foi atribuído à subcategoria “Políticos e governantes”, na qual constam 89 matérias. Fato que representou aproximadamente 42% do total dessa categoria. As matérias referem-se, sobretudo, às posses, gestões, reconhecimentos, honras e viagens relacionadas aos personalidades notáveis nesse universo à época.

Para essa categoria, foram selecionados dois exemplos para uma análise mais detalhada qualitativamente, considerando a representatividade conforme interesse da pesquisa; vislumbrou-se a matéria intitulada: “o Senhor D. Pedro II, imperador do Brasil”, relacionada à subcategoria “Políticos e governantes”, personalidade que foi contemplada com um grande número de narrativas sobre sua gestão. Posto em evidência, diante da grandiosidade que o Brasil Império apresentava, do qual ele era o regente. Sobretudo, enaltecido pela qualidade do seu bom desempenho, que o elevava frente à ocupação de um cargo especial, ou seja, representante maior de um dos países do “Novo Mundo”, o grande império brasileiro, considerado “foco da civilização do Novo Mundo”, em função da conquista de sua independência, conforme se pode conferir na citação a seguir:

O seu imperio immenso, recortado de rios caudalososíssimos, e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vae debruçar-se no Oceano sobre as novecentos leguas de costa que desenrola, é hoje considerado como o ponto central da civilização do Novo Mundo, pelo modo com que soube, depois de declarada a sua independencia, como colonia portugueza, constituindo-se em monarchia, debaixo da forma representativa, conservar e honrar a sua constituição, que é uma das mais antigas que se conhecem (revista *A Ilustração luso-brazileira*, nº 53, vol. II, 1858, capa).

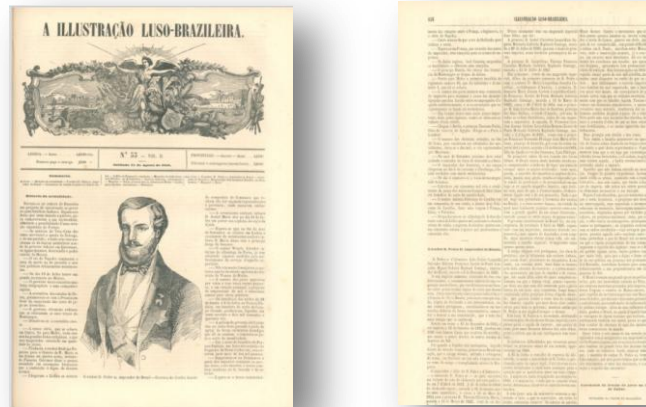
Há de se reconhecer, nesse importante período histórico do Brasil, que nosso país era respeitado por dispor de recursos naturais para garantir um futuro promissor, diante de sua grandeza e pelo fato de ser visto como um modelo de civilização moderna.

A matéria enaltece o êxito do reinado de D. Pedro II, enquanto levanta a questão sobre se o Brasil, se este está preparado para assumir a posição privilegiada que lhe foi concedida dentre as nações consideradas civilizadas, diante de uma mentalidade provinciana; ademais, hesita sobre a questão do glorioso império em relação ao seu passado recentemente afetado pelas tantas ocorrências tendo em vista o progresso do Brasil.

Mesmo a considerar os obstáculos que dificultaram os primeiros anos do reinado de D. Pedro II e que foram muitos, a iniciar em 1840, período em que muitos movimentos ocorreram em forma de ameaça à coroa brasileira, o desenvolvimento do império Brasil não voltou a ser afetado, assim como a soberania do monarca não foi mais contrariada. Mesmo com alguns tumultos vindos das províncias, como a xenofobia, principalmente em relação aos portugueses, o Brasil continuou a evoluir, com o desenvolvimento imediato do comércio, fato que incomodou os ingleses.

Pôde-se constatar que o império de D. Pedro II foi um período difícil, porém, de muito progresso para o desenvolvimento do país, graças ao empenho e dedicação do imperador, e que ele deixou um legado de justiça, amor, espírito de luta e defesa a ser usado pela futura nação. Poderia-se interpretar como uma referência a ser seguida pelos futuros governantes do nosso país. Concluiu-se portanto que, nesse período, houve evolução do Brasil, graças ao esforço e dedicação do imperador regente.

Figura 1 – *A Ilustração Luso-brazileira*, nº 33, 1858 – Sr. D. Pedro II, imperador do Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustrLusoBrasil/1858/N33/N33_master/N53.pdf>. (Acedido em 11. Jan. 2021).

Ainda na subcategoria “Políticos e governantes”, foram diversas as matérias encontradas sobre relações diplomáticas entre representantes de Estados dos países latino-americanos.

Figura 2 – *Brasil Portugal*, nº 16, 1899 – Brasil Relações diplomáticas entre países



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1899_1900/N16/N16_master/N16.pdf>. (Acedido em: 12. Jan. 2021).

A revista *Brasil–Portugal*, nº 16, 1899 (capa e matéria acima ilustradas) refere-se às boas relações entre os países latino-americanos, Argentina (República) e Brasil (Nação), conforme expresso na citação a seguir:

A visita que o inclito General D. Julio Roca acaba de fazer ao Rio de Janeiro, vem apertar mais os vínculos de amizade que ligavam a prestigiosa República Argentina à nobre nação brasileira. As bandeiras, que por duas vezes, se teem unido na defeza da mesma causa, em prol dos sacratissimos direitos da liberdade, – as bandeiras que tremularam juntas (...), entrelaçaram-se agora n'esse momento histórico, em que os dois notáveis países fraternizaram cordealmente (...)" (Revista *Brasil – Portugal*, 1899, Anno I, nº 16, p. 2, Pinto de Carvalho).

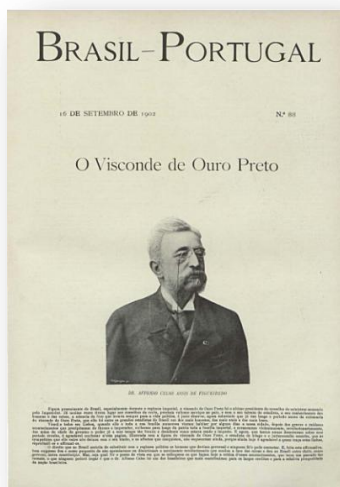
Essa matéria narra a visita do presidente da Argentina ao Brasil, com o intuito de estreitar os laços de amizade, ressaltando a imagem do fortalecimento do elo de amizade em favor dos direitos de liberdade entre os dois países latino-americanos. Observou-se que o destaque foi atribuído ao nível de cordialidade do povo brasileiro, estereótipo que o caracteriza como um povo dócil, bom e generoso:

O general Roca deve ir satisfeito pela fidalguia da recepção. E ao apartar-se das plagas basilicas, levará saudades que, talvez, sejam eternas, como eternas são as scintillações vivazes do cruzeiro do sul – saudades de um povo que se adorno com a fina flor da polidez, saudades dos salões festivos, eluminados ainda pelos olhos fascinantes mas do que pelas luzes borbulhantes dos lustres, saudades d'essas noites azues, desabrochadas sobre a lua redonda e branca que salpica de estrellas movediça a ampla bahia do Rio, saudades d'esses esplendidos ocasos, em que, quando mirados do Corcovado, se vê o sol englophar n'uma emphase incomparavel de purpura e oiro. E no remanso do seu palacio em Buenos Ayres, deve sentir desejos de tornar ao Brasil, porque sentes saudades, se é que na phrase de um folhetinista eminente, as saudades não são desejos voltados (*Brasil – Portugal*, 1899, Ano 1, nº 16, p. 2, Pinto de Carvalho).

Essa subcategoria “Políticos e governantes”, dentre outros conteúdos relacionados, refere-se às personalidades que fizeram diferença no percurso do Brasil à época.

Extraiu-se da revista *Brasil – Portugal*, nº 88, 1902, uma matéria que traz ilustrado na capa o Doutor Affonso Celso Assis de Figueiredo, vulgo *O Visconde de Ouro Preto*, destacado como um dos grandes colaboradores para com o desenvolvimento do Brasil, essencialmente no decorrer do regime colonial.

Figura 3 – *Brasil Portugal*, nº 88, 1902 – Dr. Affonso Celso Assis de Figueiredo



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1902_1903/N88/N88_master/N88.pdf> (Acedido a 01. jan. 2020).

O visconde de Ouro Preto tornou-se uma figura eminente do Brasil, principalmente no período do regime imperial. Destacou-se por ter sido o último presidente do conselho ministerial nomeado pelo Imperador. Considerado de talento estadista, devido aos relevantes serviços prestados ao país, ele foi apontado como um dos homens mais honestos, úteis e leais do período.

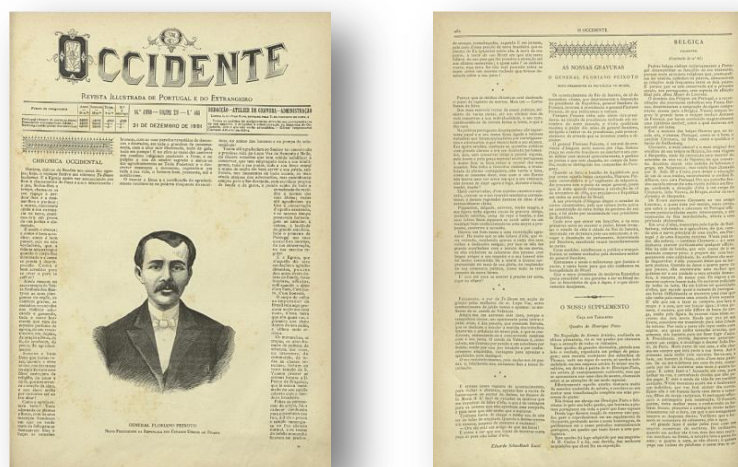
Outra personalidade de grande notoriedade foi o “Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil” (nome oficial do Brasil à época, aqui transcrito conforme grafia original), o general Floriano Peixoto, que assim foi referenciado:

Cedo teve que entrar em funções, e os seus primeiros actos ao assumir o poder, foram levantar o estado de sítio à cidade do Rio de Janeiro, decriptado em ditadura pelo seu antecessor, e revogar a dissolução do parlamento, determinada por Deodoro, mandando reunir imediatamente as cortes. Essas medidas satisfizeram o povo e tranquilizam os ânimos exaltados pela dictadura militar do general Deodoro. Entretanto é ainda o militarismo que domina o poder, e tanto basta para que não confiemos na tranquilidade do Brazil. Que o novo presidente da moderna República possa consolidar o seu Brazil e dar ao Brazil todas as felicidades de que é digno, é o que sinceramente desejamos (*O Occidente*, Nº 468, 14º Anno, Vol. XIV, 1891, capa).

A revista *O Occidente*, nº 468, 1891, traz na página 282, uma matéria sobre o general Floriano Peixoto, novo presidente da República do Brasil, com relato dos últimos acontecimentos políticos do Rio de Janeiro à época, referindo-se ao então deposto Presidente da República, general Deodoro da Fonseca e à ocupação do cargo pelo general Floriano Peixoto. A matéria narra como se deu a deposição do general

Deodoro da Fonseca e a respectiva substituição pelo então vice-presidente general Floriano Peixoto, com essa explicação: “n’esta qualidade recebeu o poder das mãos do general Deodoro, obrigado a retirar-se da presidência, pelo pronunciamento da armada, que se levantou contra o dictador” (revista *O Occidente* vol. XIV, 14º nº 468, 1891, p. 282). A matéria é encerrada com a narrativa sobre a carreira política do militar Floriano Peixoto, os postos por ele alcançados e seus destaques em batalhas ganhas, como nas campanhas do Paraguai.

Figura 4 – *O Occidente*, nº 48, 1891 – General Floriano Peixoto



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1891/N468/N468_master/N468.pdf>. (Acedido a 07.jan.2020).

Segue a comentar que, muito embora tivessem acalmado os ânimos inflamados pela ditadura militar de seu antecessor, o militarismo seguiria no poder, deixando o povo brasileiro inseguro diante de um possível estado de riscos. Nesse cenário, a sensação que ficou foi a de que o Presidente Deodoro da Fonseca seria capaz de estabilizar o seu governo e dar ao Brasil a felicidade à qual fazia jus.

Na subcategoria “Literatos”, aferiram-se 54 matérias sobre a literatura brasileira, num alcance total de 26% da categoria, com relevância para os escritores, tidos como homens de alto valor intelectual; a citar autores, gêneros literários diversos, biografias e épicos; matérias repletas de incentivo à produção literária.

Constatou-se, por meio deste estudo, que a atenção devotada às personalidades destaques da literatura brasileira partiu da revista *O Panorama*, que teve início em 1837,

visto que, desde o ano de 1841, dezenove anos após a independência do Brasil, em seu quarto ano de existência, antecipava-se a comentar o futuro da literatura brasileira. Vislumbrava suas tendências ao exaltá-la como repleta de pensamentos inovadores, impulsionados por sentimentos naturalmente aflorados, sem desconsiderar a influência portuguesa.

Figura 5 – *O Panorama*, nº 214, 1841 – Características da literatura brasileira



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1841/N214/N214_master/N214.pdf> *O Panorama*, nº 214, Vol. V, anno 1841, pp. 182-183). (Acedido em: 03. Abr. 2019).

Apesar de lamentar a falta de originalidade dos poetas brasileiros pela influência europeia (essencialmente a portuguesa, conforme já abordado), atribuída à ligação com Portugal por conta da identidade, dos hábitos e da linguagem e no mesmo nível de influência, a matéria ressalta a habilidade dos escritores brasileiros de reconhecer a potencialidade diante do futuro literário. Sabe-se, conforme narrativa, que era para o continente europeu que se destinavam os ambiciosos “homens raros” intelectuais, lugar onde, a exemplo das nações cultas, reinava o interesse clássico de seguir os escritores gregos e romanos.

Alem disso os mancebos estudiosos, deixando em annos ainda verdes o solo natal, deslumbrados com o fausto das côrtes, para onde se trasladavam, esqueciam-se da natureza especial do clima, onde abriam á luz dos olhos do dia, ja não eram os habitantes do Novo-Mundo, que frequentavam diariamente sneas e objectos tão diversos do que vemos neste reino e pelos mais da Europa, as suas inspirações eram, para assim os dizer-mos factícias, e tanto mais que os exemplos e os preceitos litterarios, proprios da epocha passada, os sopeavam; e os vôs da sua imaginação

restringiam-se e mal podiam descrever o que mal tinham visto, nem o ousariam fazer, ainda que lhes sobrasse a vontade (*O Panorama*, nº 214, anno 1841, p. 182).

Desse trecho, pode-se subentender a explicação da proveniência da falta de originalidade nos primeiros poetas brasileiros, ainda que estimada, assim como as características de suas obras literárias, moldadas no estilo europeu, com exceção de alguns escritores que não seguiram essa linha tendenciosa; a citar o Pe. Durão no Caramurú e Jose Basilio no Uruguay.

Cabe aqui destacar uma perspectiva dos portugueses nas palavras do Sr. Ferdinand Dennis, acerca da “metamorfoses basilicas” assim expressa:

“Observa-se que, viajando por aquellos climas, quiz elle caminhar pelos vestigios de Olvidio: não seguem porem seu modelo nos vestigios mitologicos. O diamante e o topazio, tejuca, ciclie ou a rosa das selvas, lhes ministraram fabulas agradaveis: esta flôr tão bem descripta pelo Pe. Durão, e que muda de côr segundo as horas do dia, abria campos a engenhosos pensamentos.” – nas modernas poesias de um *bahiano*, em dois tominhos, já se encontram alguns toques nacionaes; o auctor é conhecido e estimado pelos seus compatriotas, pois que algumas de suas anacreontices são tão populares que se cantam tanto nas cidades como nos campos. Outros engenhos poeticos se tem ultimamente manifestado no império do Brasil (...) (*O Panorama*, nº 214, anno 1841, p. 182).

Além de narrar a grandiosidade literária com que desabrochava a literatura brasileira, o autor do artigo lamenta a ausência dessas obras publicadas e expostas à venda, tornando-as assim desconhecidas, portanto raras, no sentido de falta de divulgação e acesso aos escritos, considerados importantes e estimáveis. O autor atribui tal deficiência aos altos custos tipográficos no Brasil, que impactam os preços dos livros, gerando dificuldade para negociá-los.

Dificuldades comerciais à parte, o autor ressalta a preciosidade do que é viver num clima fecundo de inspirações para a poesia, no qual é beneficiada a “povoação brasileira, portugueza d’origem”, tal qual o Sr. Ferdinand Dennis assim se referiu na obra “Scéns de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie”: “como todos os povos meridinaes, é dotada de viveza de imaginação, e os talentos que a honram, teem grande queda para a poesia”.

O fato é que, diante da fonte inspiradora que é a natureza, era acreditado que o brasileiro contava com um grande trunfo para escrever belas coisas, e que era propenso a apresentar pensamentos novos como o “Novo-Mundo” e singulares como a natureza que tinha diante de seus olhos.

Figura 6 – *Branco e Negro*, nº 31, 1896 – Coelho Netto



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BrancoeNegro/1896/Novembro/Novembro_master/BrancoeNegroN31aN35.PDF> (Acedido a 01.set. 2019).

A revista *Branco e Negro*, nº 33, 1896, de origem editorial cultural e literária, direcionada às elites intelectuais, publicou, na página 98, a matéria de Carlos Malheiros Dias, intitulada “Litteratura brasileira – Coelho Netto”, na qual descreveu a trajetória literária do escritor brasileiro. Na abordagem a seguir, fez uma analogia dos escritores brasileiros com os franceses:

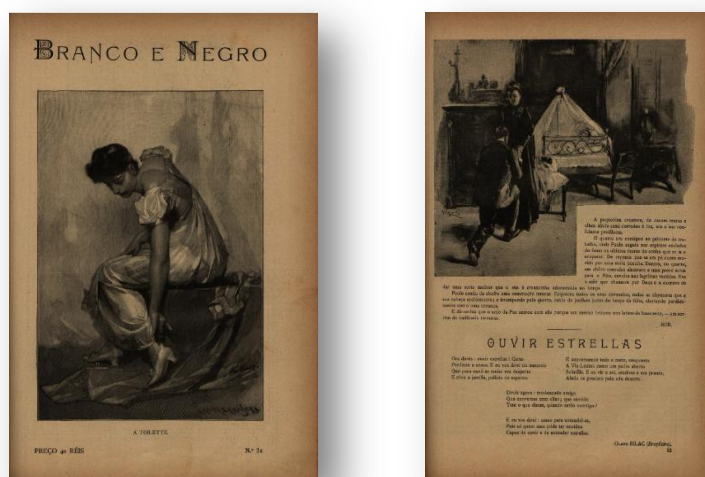
A geração litteraria que deu Olavo Bilac, Luiz Murat, Raul Pompeia, Guimarães Passos, Pardal Mallet, Aluizio Azevedo, Paula Ney, Alberto de Oliveira e Coelho Netto appareceu na historia da litteratura brasileira ella mesma porta porque em França romperam Henrique Murgüer e Geraldo de Herval – a bohemia (*Branco e Negro*, 1896, 1º Anno, nº 33, p. 98).

O escritor Coelho Netto foi destaque na revista “*Branco e Negro*”, nº 33, 1896, p. 98, na matéria intitulada “Litteratura Brasileira” por Carlos Malheiros Dias, a descrever como o conheceu, reconheceu-o como seu guia na prosa, atribuindo ao escritor brasileiro a realização do sonho de escrever seu primeiro livro, diante de tanto encantamento pelos seus atributos. Sendo assim, declarou sobre as escritas literárias do escritor brasileiro e influência em sua vida literária:

Elle tinha sido o mestre da minha forma, a sua prosa de cinzelador para mim tinha sido o traslado da minha prosa, e foi com os seus livros que eu sonhei o meu primeiro livro, cego pelo esplendor do séu incomparavel estylo, rutilo, todo oiro e coral, de um sensualismo facil a embriagar a minha mocidade de narinas abertas, que elle levou atraz de si para as civilisações defundas, o Occidente das carnagens e o Oriente dos mysterios e das religiões (*Branco e Negro*, 1896, 1º Anno, nº 33, p. 98).

A revista *Branco e Negro* destacou a falta de divulgação das criações literárias do Brasil, concedendo espaços para que essa arte fosse divulgada. Ademais, publicou, na revista de número 32 do ano de 1896, a poesia de autoria do poeta Olavo Bilac “Ouvir estrelas” (clássica na literatura brasileira), jeito que o poeta encontrou para homenagear a literatura portuguesa.

Figura 7 – *Branco e Negro*, nº 32, 1896 – Poesia de Olavo Bilac



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BrancoeNegro/1896/Novembro/Novembro_master/BrancoeNegroN31aN35.PDF>. *Branco e Negro: Semanário Ilustrado*, 1896, 1º ano, nº 32, p. 83>. (Acedido em: 14. Mar. 2019).

Dentro de um contexto amplo de publicações literárias de vários estilos, destacou-se a poesia de Olavo Bilac “Ouvir Estrellas” (*Branco e Negro*, 1896, pp. 82-83). Além da *Branco e Preto*, várias foram as revistas que enfatizaram os escritores brasileiros. Outro exemplo a citar foi a revista *Serões*, nº 68, 1911, que prestou uma homenagem aos brasileiros candidatos a sócios da Academia das Ciências de Lisboa, publicada no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, tendo como título “Os novos socios brasileiros de nossa Academia”.

Figura 8 – *Serões*, nº 86, 1911 – Os novos socios brasileiros da nossa Academia



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1911/N068/N068_master/Seroes1911N68.PDF>. (Acedido em 15. Jul. 2019).

A revista *Serões* apresenta o artigo do escritor acadêmico José Antonio de Freitas, que historia a eleição por aclamação de três representantes brasileiros, intitulado “Os novos socios brasileiros da nossa Academia”, reconhecidos como “tres altos representantes da mentalidade brasileira” (*Serões*, nº 68, p. 121, 1911). A sua pretensão era de arrolar os mais gloriosos nomes literários de todo o mundo; para tanto, convidou sócios correspondentes estrangeiros, para consagrar essa honrosa distinção. O convite foi dirigido aos escritores ilustres Sylvio Romero, barão do Rio Branco e Ruy Barbosa.

José Antonio de Freitas acentua a importância da Academia e entende que aqueles que a ela pertencem são dotados de dons que produzem coisas boas e belas. Ademais, todos os progressos do espírito humano encontram ali sua atmosfera natural. Em forma de fundamentar que o trabalho da Academia é uma realidade, descreve assim os homens que a ele dedicam-se:

Homens de provada competencia na pratica dos negocios, homens levantados a posições eminentes em todos os partidos, jurisconsultos de primeira plana, adeptos das sciencia pura, phylosophos, historiadores, poetas, romancistas, dramaturgos que os utilitarios podem considerar objectos de luxo, mas que, sao os auctores de quasi todos os trabalhos, aqui tirados a lume, e que tão poderosamente importam não só a vida intellectual, mas, á boa fama do paiz (*Serões*, 1911, nº 68, p. 121, José Antonio de Freitas).

As tantas narrativas significativas nesse contexto foram verdadeiras fontes de argumentação, conforme análise da narratologia de Motta (2005) ao interpretar a mídia e a comunicação narrativa desde o princípio de que a essência da narrativa está em

manifestar a compreensão, seja ela de sentido concreto ou abstrato, nas diversas áreas do conhecimento humano, percebe-se a importância do saber para o desenvolvimento espiritual e também de nos permitir realizar conexões entre as coisas.

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (...) Isto quer dizer que a forma narrativa de contar as coisas está impregnada pela narratividade, isto é, da qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação (...). É a enunciação de uma sucessão de estados de transformação que organiza o discurso narrativo de uma determinada maneira, que produz certas significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras, em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico (Motta, 2005, p.19).

Nesse contexto, destaca-se o escritor José Antonio de Freitas (1911), ao evidenciar a notoriedade das artes, das letras e das ciências, como contributo para o desenvolvimento do país, e a importância dessas competências para superação da ociosidade humana.

A primeira personalidade escolhida dentre os três representantes da mentalidade brasileira (conforme ordem de apresentação na matéria), foi o escritor Sylvio Romero, reconhecido e apreciado por seus atributos, como um homem que logrou um espaço na história da literatura do último quartel do século XIX e início do século XX. Admirado por todos diante de sua grandeza e força espiritual, diversidade e solidez de conhecimentos, sensatez e segurança de ideias e pelo jeito de ser natural e de conquistar amigos. Por fim, um homem dotado de vasta cultura e inteligência. Assim foi conceituado por José Antonio de Freitas (1911): “um erudito que sabe generalizar como um filósofo e escrever como um artista”.

Na sequência, a segunda personalidade escolhida foi o sr. Barão do Rio Branco tido como um “brasileiro em toda força”. A ele foi concedida a seguinte expressão: “todo o poder d’esta gloriosa palavra”, sendo interpretado como um brasileiro nato, possuidor de todas as características outorgadas ao povo brasileiro, assim traduzidas: “brasileiro por nascimento, brasileiro por temperamento, brasileiro por gosto, brasileiro sobretudo pela alma”, que o popularizam plenamente. Essas características lhes são atribuídas por ser um homem público e transparecer “o mais brasileiro que um brasileiro estadista pôde ser” José Antonio de Freitas (1911).

O artigo seguiu com a descrição do sr. Rio Branco destacado pelas batalhas árduas, “coroados de honras e glória”. Ele foi indicado junto à questão da Missão e da

Guyana Franceza, por se tratar de uma figura prestigiosa para assumir o cargo de ministro das relações exteriores. Sendo assim, iniciou suas atividades em extremas dificuldades, dadas as difíceis circunstâncias, missão de alta periculosidade, que exigia inteligência, sinceridade e lealdade, peculiaridades que o sr. Barão do Rio Branco possuía de sobra. Assim, superou com maestria, sendo visto como modelo de diplomata moderno. Simples, trabalhador, simpático e de excelente caráter, sentimento manifesto de um político firme alinhado a um tom de autoridade e lealdade que garantem crédito às suas palavras, eis seu seu perfil traçado por José Antonio de Freitas (1911).

Reconhecido como um grande ordeiro nas relações exteriores, o artigo foi concluído com a seguinte afirmação do sr. Barão do Rio Branco, sobre as intenções pacíficas em relação ao Brasil:

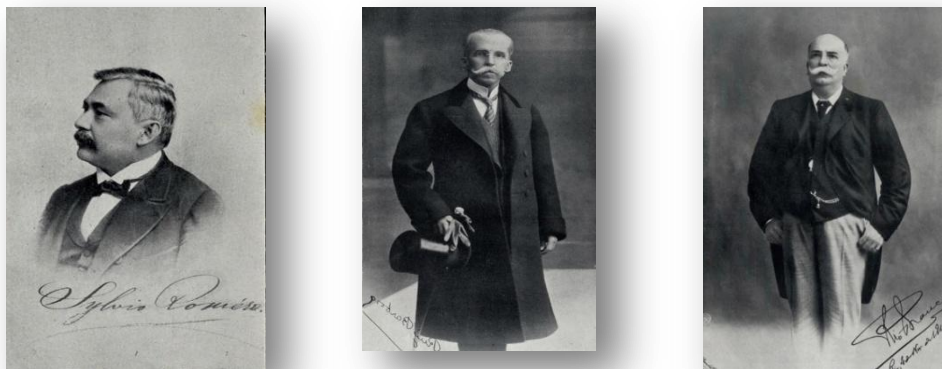
O Brazil só trabalha pela paz, para a paz e para os fructos da paz, não ha invejas, não ha intrigas, que consigam fazer duvidar de que uma acção invencivel orienta as almas brasileiras n'aquelle sentido e de que a consciencia popular deseja exclamar um dia como os egypcios, quando chegavam ao Amenthis: “nunca fiz chorar pessoa alguma!” (Barão do Rio Branco, *cit. in* José Antonio de Freitas, *Serões*, 1911, nº 68, p. 124).

Foi com essa convicção, que o sr. Barão do Rio Branco assumiu a direção da política externa, estabelecido na confiança encontrada no povo brasileiro com base no amor que demonstrava pela nossa pátria assim como a forma que exercia suas obras.

O terceiro e último candidato a “uma das principais glórias do Brasil”, foi o sr. Rui Barbosa que conforme matéria, reconhecido como um eminente jurista, tendo a seu favor os recursos mais completos: clareza e método, ciência jurídica, rapidez de raciocínio, habilidade para descobrir e apresentar o argumento à medida do seu poder de compreensão e com um dom de orador sem igual; ademais, uma inteligência pronta para aprender e assimilar tudo que lhe interessava e na trajetória de escritor, dono de todos os tributos que lhe favorecem a um estilo perfeito. Nesses termos, o escritor José Antonio de Freitas (1911) apresentou-o:

Acredita em Deus, no Direito, na Verdade e na Belleza e aproveita todas as occasiões de as defender e exaltar, fazendo-o sempre com um brilho e um talento que honram a sua patria (José Antonio de Freitas, *Serões*, 1911, nº 68, p. 125).

Figura 9 – *Serões*, nº 68, 1911 – Sylvio Romero, Barão do Rio Branco, Rui Barbosa



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1911/N068/N068_master/Seroes1911N68.PDF> (Acedido em: 15. Jul. 2019).

Diante do destaque dado aos três escritores, pôde-se concluir que o escritor José Antonio de Freitas (1911) dedicou essa homenagem de louvor e gratidão a esses literatos, em reconhecimento às grandes contribuições que deram para a história de nosso país.

A terceira subcategoria dentro da categoria “Personalidades do Brasil” foi denominada “Artistas”, com matérias dirigidas para gravuras, peças de teatro, música, pintores, exposições de arte, entrega de prêmios, eventos culturais; teve 48 matérias dentre as matérias analisadas, a abranger um total de 23% da categoria macro. Isso revela o reconhecimento das artes, atribuída aos artistas brasileiros em vários aspectos.

No que diz respeito às artes e artistas brasileiros, ainda, a revista *Ilustração Portuguesa*, número 25, de 1904, na matéria intitulada *Arte e Artistas Brasileiros*, páginas 394 a 400, dedicou essas seis páginas inteiras ao pintor brasileiro Helios Scelinger. No contexto, destacaram-se outras artes brasileiras, tais como: escultura, poesia e peças literárias.

De resto, o Brasil hoje vem a resplandecer com a sua arte vae tendo glorias na pintura, como na escultura para juntar aos homens de letras, que tem dado brado no mundo, cujos nomes tem atravessado os mares, chegado até nós com as suas obras poeticas repassadas de sentimento, com os seus livros cheios de força e de fé, com as suas peças sentidas e humanas. (*Ilustração Portuguesa*, nº 25, 1904, p. 394, Helios Scelinger).

A matéria muito prestigiou a arte brasileira ao propagar as produções de seus artistas para o mundo, a ressaltar o sentimento que tais obras transmitem, tanto na

literatura, transbordada de mensagens de fé, de coragem, assim como nas peças artísticas, envoltas de sentimentos humanos.

Figura 10 – *Ilustração Portuguesa*, nº 25, 1904 – Arte e artistas brasileiros



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1904/N25/N25_master/N25.pdf>. (Acedido em: 14.jan.2021).

As figuras acima representam as obras de arte do artista brasileiro Helios Scelinger, homenageado pela Escola de Bellas Artes, por ter tido maior notoriedade na exposição do ano de 1904.

Dois anos depois da exposição, ou seja, no ano de 1906, com a matéria intitulada *Exposição de Bellas-Artes no Rio de Janeiro*, a revista *Serões* buscou ressaltar a importância do movimento artístico do Brasil na Europa. No argumento de que, embora ainda se tratasse de um país novo, já era parte da Escola de Bellas Artes, com destaque na pintura e escultura; a lembrar que, desde o início do século XVIII, essa escola formava artistas conhecidos por suas boas reputações.

A revista *Serões* (1906) publicava, dentre outros temas de interesse da época, artigos sobre etnografia, arte, literatura, ciência e tecnologia. Seu forte era a publicação de fotografias. Uma revista bem atrativa, a começar pela ilustração da capa. Como exemplo de divulgação das artes visuais, cita-se o destaque para o artista Eugenio Latour, estudante na Europa que enviou vinte obras de arte para o Brasil. A revista assim expressou os atributos do artista: “em que se manifesta um sentimento delicado, uma técnica segura, uma paleta limpa e bellos efeitos de luz” (*Serões*, 1906, p. 296).

Figura 11 – *Serões*, 1906, nº 10 – Pintura Sonhos (Eugenio Latour)



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1906/N010/N010_master/SeroesN10.PDF>. (Acedido a 20.abr.2020).

De acordo com os efeitos produzidos pela imagem da figura, pôde-ser perceber a transmissão do sentimento de beleza, de pureza que encanta os olhos e a alma. Como forma de honrar a arte brasileira, a revista *Serões* (1908), além de ilustrar o Rio de Janeiro na capa do número trinta e cinco, traz um artigo de vinte páginas (299-319), intitulado “Exposição do Rio de Janeiro”, com realce à importância das exposições:

As exposições são batalhas da paz. Um país que expõe realiza sempre uma conquista, tanto mais dominadora, tanto mais proveitosa, quanto mais cuidados, escolhidos, aperfeiçoados forem os productos expostos. E’ uma invasão pacifica, toda de competencia, civilisadora, uma pugna renhida de que só resultam beneficios e afectos para os adversarios. A expansão economica dos povos reclama que o commercio e a industria divulguem, universalisem os seus processos, e e’ dessa implacavem exigencia que nascem os inventos e as invenções, que o espírito humano trabalha incessantemente; que as coisas creadas se aperfeiçoam; que um determinado producto hoje desconhecido é amanhã do dominio de todos, enriquecendo quem o descobriu e ainda todos os intermediarios por onde passa (...). (revista *Serões*, Vol. VI, 1ª Série, 1908, p. 300).

Eduardo Noronha (1908) destaca a relevância das exposições como fonte de prosperidade, tanto no desenvolvimento da indústria quanto como contributo para o desenvolvimento da economia do país com impacto na economia global, ademais, como incentivo à concorrência, considerado por ele o maior estímulo.

Com base nessa iniciativa, muitas outras exposições surgiram. Com Portugal, não foi diferente; visando acompanhar esse contágio de progresso e civilização, celebrou variadas exposições em nível internacional, de arte ornamental, de cerâmica,

de ordem colonial, agrícola e outras. Dentre as exposições realizadas por Portugal, destaca-se a exposição que a “Companhia Fomentadora da Agricultura e Industria” promoveu no Rio de Janeiro em 1897, a convite do governo brasileiro, a qual obteve excelentes resultados. No referido artigo, Eduardo de Noronha assim se refere à cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil:

A capital do formosíssimo Brazil, debruçada sobre essa estonteante visão a que se chama bahia do Guanabara, é hoje uma das mais bellas e attrahentes cidades do Universo, como será amanhã um dos mais hygienicos e luxuosos centros de civilização do Novo Mundo (Eduardo de Noronha, Serões, 1908, nº 35, p. 300).

Assim, essa revista segue a expressar seu sentimento diante do que chamou de “explendido ancoradouro”, referindo-se às paisagens, às comodidades, facilidades de navegação e aos dotes da natureza que desenham aquele panorama brasileiro. A seguir, imagem da capa da baía de Guanabara e algumas imagens da exposição realizada no Rio de Janeiro (1908).

Figura 12 – Serões, nº 35, 1908 – Exposição do Rio de Janeiro



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1908/N035/N035_master/Seroes1908N35.PDF>. (Acedido em: 13. Jan. 2021).

A revista *Serões*, por meio desse artigo de autoria de Eduardo de Noronha, saúda em grande estilo o governo de Portugal, honrando-o pelo mérito e pela constituição de homens de destacada cultura intelectual, bem como a pátria brasileira, ao nivelá-la dentre os povos mais civilizados e eleva a imensa estima e carinho que dedica a Portugal, irmão primogênito. Dedicou esse artigo à nação, à colônia e aos

expositores que se fizeram presentes nessa exposição e tornou-a um marco de união entre brasileiros e portugueses, em comunhão de afetos e esperanças (*Serões*, 1908, nº 35, p. 300, Eduardo de Noronha).

Como quarta e última subcategoria pertencente à categoria “Personalidades do Brasil”, surgiu a temática “Ciências”, com 19 ocorrências correspondentes a 9% do total da primeira categoria analisada. Nessa temática, identificou-se que seus artigos foram destinados a evidências de inventos e atualidades, com foco principalmente nas invenções científicas, com destaque para a medicina, a astronomia e também sobre a história da biologia vegetal no Brasil.

A revista *O Occidente* surgiu no ano de 1901. Seus conteúdos eram bastante diversificados, apresentando matérias sobre as ciências (incluindo criações científicas e respectivos autores). Esta publicou, no nº 815, p. 181-182 desse mesmo ano, uma interessante matéria sobre o brasileiro Santos Dumont (hoje conhecido como “o pai da aviação”) e seus inventos.

Figura 13 – *O Occidente*, 1901 – O balão dirigível de Santos Dumont



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1901/N815/N815_master/N815.pdf> (Acedido em: 12. jan.2021).

Nessa matéria, o autor relatou a experiência em meio de outras tentativas (essa a de número cinco), do engenheiro brasileiro Santos Dumont, com a idade de vinte e oito anos, em busca de solução para a questão do direcionamento dos balões. O artigo descreveu as partes que compõem o balão, na tentativa de fazê-lo funcionar, porém não

foi ainda nessa quinta tentativa que obteve êxito, o que conduziu o inventor a partir para a sexta tentativa.

No mesmo ano, em 1901, assim como a revista *O Occidente*, a revista *Serões* também surgiu no mercado com promessas de divulgar conhecimentos, fatos internacionais e outros assuntos de interesse popular. Publicava, entre seu vasto conteúdo, matérias sobre inventos e descobertas. Essa revista também destacou o invento de Santos Dumont, em seu caderno Variedades, páginas 33-35, num artigo sobre Santos Dumont intitulado “O balão dirigível”, declarado como um ato de criatividade do brasileiro, por ser enquadrado como uma contribuição ao desenvolvimento da humanidade e fator de interferência no futuro da sociedade. A respeito da criação do “balão navegável”, inventado por Santos Dumont, assim é enaltecido:

O sr. Santos Dumont, espirito culto e dotado de qualidades engenhosas e precisistas notáveis, preocupa-se desde longos anos, com o problema da navegação aerea e á sua resolução tem consagrado toda a força do seu talento e toda a energia do seu animo. A tehoria do balão dirigivel ou mais propriamente a cadeia de deducções scientificas que permitem (...) (*Serões*, 1901, Vol. I, 1ª Série, nº 5, pp. 33-35).

De acordo com o propósito da revista *Serões*, o qual era publicar notícias de preferência acompanhadas de ilustrações, a tratar dos principais acontecimentos de interesse do público, fossem referentes à política de cada país, às ciências ou às artes, ou mesmo notícias que levassem a população a refletir e emitir opinião sobre as tendências à época, numa forma de assegurar o trabalho investigador e evolutivo da humanidade, ademais, registrar, na memória historiográfica, a existência dos que representaram um papel eminente ou desempenharam uma influência útil no destino da humanidade. Entendeu-se perfeitamente, que esse invento foi um exemplo alcançado pela revista na engenharia científica, uma vez que ficou marcado na história da humanidade, como evidência de progresso e contribuição do Brasil para o desenvolvimento científico.

Figura 14 – *Serões* (1901) – O balão dirigível



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1901/N005/N005_master/SeroesN05.PDF>. (Acedido em 14. Jan. 2021).

Como conclusão desse subitem, visando um melhor entendimento da análise, optou-se por apresentar um quadro com destaque de algumas ideias centrais interpretadas, conforme imagens manifestadas pelas narrativas:

Quadro 6 – Amostra dos dados qualitativos da categoria Personalidades do Brasil

Ideia central	Expressão sugerida	Fonte
O desafio de D. Pedro II no Brasil Império	“Os primeiros anos do seu reinado não foram felizes. O Brazil estava ainda inculto para comprehender a nobreza do logar que tinha que occupar entre as nações civilisadas; tanto mais, porem a anarchia lhe manchou as paginas da historia, quanto mais gloria resulta o imperador, pelo estado de pacificação e de prosperidade, em que hoje se vê aquele magnifico imperio, cujo destino está mais do que o d’outras nações evidentemente ligado com o do seu monarcha. Tudo o que ate hoje parece ter perturbado a harmonia dos animos no Brazil, é o claro-escuro famoso, em virtude do qual mais facilmente podemos apreciar como convém o grande quadro de sua actual illustração”.	Revista A <i>Illustração Luso-brasileira:</i> <i>Jornal Universal</i> 1858, Vol. II, nº 33, Vol. II, nº 1, anno 1858, pp. 258-259.
Relações diplomáticas Brasil e Argentina	“O general Roca deve ir satisfeito pela fidalguia da recepção. E ao apartar-se das plagas basilicas, levará saudades que, talvez, sejam eternas, como eternas são as scintillações vivazes do cruzeiro do sul – saudades de um povo que se adorno com a fina flor da polidez, saudades dos salões festivos, eluminados ainda pelos olhos fascinantes das do que pelas luzes borbulhantes dos lustres, saudades d’essas noites	Revista <i>Brasil – Portugal</i> , nº 16, anno 1, 1899, p. 2, Pinto de Carvalho.

	<p>azues, desabrochadas sobre a lua redonda e branca que salpica de estrellas movediça a ampla bahia do Rio, saudades d'esses esplendidos ocasos, em que, quando mirados do Corcovado, se vê o sol englphar n'uma emphase incomparavel de purpura e oiro. E no remanso do seu palacio em Buenos Ayres, deve sentir desejos de tornar ao Brasil, porque sentes saudades, se é que na phrase de um folhetinista eminente, as saudades não são desejos voltados” (Pinto de Carvalho)</p>	
<p>A literatura brasileira e a influência política da época.</p>	<p>“A conclusão do periodo romântico na nossa litteratura realisou se em 1873, sendo determinada por acontecimentos sociaes e politicos que profundamente modificaram a vida nacional.”</p>	<p>Revista <i>Brasil-Portugal</i>, nº 70, nº 3, anno 1901, p. 344, Leopoldo de Freitas.</p>
<p>Destaque na política do Brasil por honestidade</p>	<p>“Figura proeminente do Brasil, especialmente durante o regimen imperial, o visconde de Ouro Preto foi o último presidente do conselho de ministros nomeado pelo Imperador. Ja muitas vezes tivera logar nos conselhos da corôa, prestara valiosos serviços ao paez, e com o seu talento de estadista, o seu conhecimento dos homens e das coisas, a sciencia do fôro que levava sempre para a vida política, é justo dizer lhe, agora sobretudo que ja vae longe o período aureo da existencia do Visconde de Ouro Preto, que lle foi, dentre os grandes estadistas do Brasil, um dos mais honestos, dos maes uteis e dos mais leaes.</p>	<p>Revista <i>Brasil-Portugal</i>, nº 88, anno 4, 1902, capa, Pedroso.</p>
<p>O reconhecimento da Academia de Letras nos representantes do país</p>	<p>“Ha muito quem diga que a Academia é um adorno superfluo, uma instituição que de nada serve e nada faz. Mas para demonstrar que o seu trabalho é uma realidade, basta observar que entre os academicos encontram-se homens de provada competencia na pratica dos negocios, homens levantados a posições eminentes em todos os partidos, jurisconsultos, historiadores, poetas, romancistas, (...), mas que são os auctores de quasi todos os trabalhos (...) e que tão poderosamente importam não só á vida intellectual, mas á boa fama do país”.</p>	<p>Revista <i>Serões</i>, nº 68, 1ª serie II, vol. VI, anno 1911, pp. 120-126.</p>
<p>O poeta e os laços que nos irmanam</p>	<p>“O brinde que tenho de fazer, em phrase sobria, deve-se referir aos dous élos fortes que ligam tradicionalmente Portugal e Brazil – o braço e o espírito, mas as minhas palavras estão para a grandeza do assumpto como gotas d'água para a immesidão do oceano. (...) Falar-vos do colono portuguez é, por assim dizer, recapitular a vida do Brazil, é vir do momento do desencanto (...) diante da grande Terra vestida de verde, enfeitada de sol, até a hora agoniada (...) dos solitários que tiveram por menagem as embrenhadas florestas, os campos vastos, os montes hispídos, os rios largos, marés e céos; é lembrar-vos as primeiras marchas dos sertanistas á conquista da natureza luctando com a féra, com o homem, com a selva, com a água e com o Pavor, na solidão casta d'um mundo virgem, é falar vos das missões evangelicas, mostrando ao mesmo tempo, a caiçara da primeira aldeia e a torre da primeira ermida; mas não tornemos a tão remoto Passado”.</p>	<p>Revista <i>Branco e Negro</i>, nº 26, anno 1896, p. 7.</p>
<p>A promoção</p>		<p>Revista <i>Serões</i>, 1ª</p>

<p>dos artistas brasileiros</p>	<p>“Pouco se sabe na Europa sobre o movimento artistico do Brazil, o qual se vae aliás se tornando digno das atenções da crítica. É claro que não se pode esperar que exista uma grande escola de pintura ou de escultura, num paiz ainda novo, onde a arte tem que se contentar com uma categoria subordinada entre os interesses humanos. No emtanto, desde o começo do século passado que o Brazil tem uma Escola de Bellas Artes, e della teem sahido alguns bons artistas embora não sejam em grande numero. N’um centro mais propicio ao desenvolvimento de suas faculdades, esses artistas teriam atingido uma alta reputação”.</p>	<p>Série, vol. II, nº 10, anno 1906, p. 294.</p>
<p>Uma invenção científica</p>	<p>“D’uma forma succinta, (...), continuamos a dar noticia, acompanhada quando possivel de illustração, dos principaes acontecimentos que vão dia a dia prendendo a atenção publica, na politica de cada paiz, nas sciencias e nas artes, na vida mundana, e que reflectem as modalidades da opinião, constituem as tendencias d’um dado momento, attestam o trabalho investigador e progressivo da humanidade, e memoram a existencia dos que representaram um papel proeminente ou exerceram uma influencia util nos destinos da sociedade”.</p>	<p>Revista <i>Serões</i>, 1ª Série, vol. I, nº 5, anno 1901, pp. 33-35.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Diante dessas informações, pôde-se concluir que, no percurso do primeiro século pós-independência, muitos acontecimentos marcaram o desenvolvimento do Brasil e que esse novo país foi muito acreditado por Portugal. Basta conferir as citações destacadas neste trabalho, que não fogem à regra dos demais artigos publicados nas diversas revistas sobre os assuntos citados, o suficiente para perceber-se que o reinado de D. Pedro II foi bem-sucedido e construído mediante o interesse do Rei como contributo para o progresso do Brasil, ainda que a contar com muitos empecilhos.

O mesmo registro ocorreu, conforme ideias expressas anos depois, em relação à busca das boas relações diplomáticas, à boa reputação de alguns representantes brasileiros, seja na literatura ou na ciência. Com base nessa breve descrição, pode-se entender que foi um período de grande desenvolvimento para o Brasil, e afirmar, conforme narrativas, que o Brasil contava com todos os recursos necessários para progredir, desde bons gestores, bens naturais, inteligência e criatividade, além da confiança creditada pelo país colonizador.

4.2.2 Brasil Geográfico – Brasil Esperança

Brasil Geográfico foi a segunda categoria que apresentou o maior número de ocorrências conforme temáticas de interesse do estudo. De um modo geral, referiram-se à área, pela extensão e dimensões continentais; à hidrografia, pelo destaque dos elementos naturais e pelos recursos hídricos; ao relevo, pela identificação das baixas e médias altitudes, de formas predominantes, os planaltos e as depressões de rochas cristalinas e sedimentares e o encantamento pelas planícies, a formar relevos situados a poucos metros do nível do mar; às paisagens, a variar conforme as características naturais e originais e tipos de vegetação, características que muito chamaram a atenção devido à peculiaridade do imenso território brasileiro.

Especificamente, nesse panorama, as matérias deram destaques para os seguintes assuntos: extensão (descrição da superfície); construção civil: cidades, jardins, hospitais, gabinetes, praças, igrejas, teatros, clubes, escolas, templos, casas de saúde, palácios, avenidas, institutos, chafarizes e instituições filantrópicas; meios de navegação: embarcações, navios, cruzadas; lugares paradisíacos: praias, baías, rios, cachoeiras, ilhas, bacias, portos; paisagens tropicais: vistas panorâmicas do Corcovado, da baía de Guanabara, baía de Todos os Santos; clima: variação climática, com predominância do clima tropical; vegetação: fertilidade do solo, natureza pródiga, floresta densa, montes, flora e fauna, diversificação conforme características regionais.

A pesquisa nessa temática ascendeu a um total de 159 (cento e cinquenta e nove) ocorrências durante o período de 1904 a 1913, resultando num percentual de 28% da amostra total entre as cinco categorias estabelecidas. Identificou-se que o período em que mais apareceram os assuntos de interesse dessa categoria, foi o de 1884 até 1893 (nove anos); com um total de 44 matérias específicas dedicadas à temática paisagens vegetais.

Atribuiu-se a essa categoria o subtítulo de “Brasil Esperança”, uma vez que, à luz do colonizador, tratava-se de um país de futuro promissor, devido à sua vastidão territorial, à imensidão dos seus portos propícios ao acesso à navegação em égide das transações comerciais; ademais, outros privilégios concedidos pela natureza, conforme expresso na seguinte citação:

Nenhum país, talvez, pela sua posição geographica, pela excellencia do seu clima, pela abundancia de seus produtos e pela facilidade de suas comunicações internas é mais apto para chegar ao summo gráu de prosperidade (*O Panorama*, Vol. II, nº 40, 1838, p. 36).

Com essa gana de atributos expressos nas imagens e narrativas apontadas nas revistas ilustradas portuguesas, entendeu-se que o Brasil poderia fazer jus ao subtítulo de “Brasil Esperança”.

Mediante esse auspicioso panorama e a considerar o nível de representatividade conforme percentual atingido por categoria, segue a tabela 2, com reprodução da categoria e respectivas subcategorias, características, número de ocorrências e percentual avultado por cada uma delas.

Tabela 3 – Categoria Brasil Geográfico

<i>Subcategoria</i>	<i>Características</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
<i>Área territorial</i>	Extensão, superfície, meios de navegação, construções, lugares, praias.	45	28%
<i>Posição geográfica</i>	Comunicações, paisagens tropicais, cidades, instalações.	40	25%
<i>Hidrografia</i>	Mares, rios, baías, ilhas, bacias, portos.	30	19%
<i>Clima</i>	Variação climática.	19	12%
<i>Relevo</i>	Solo fértil, natureza pródiga.	15	10%
<i>Vegetação</i>	Flora, fauna, caça.	10	6%
TOTAL		159	100%

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Conforme demonstrado acima, observou-se que, na categoria intitulada “Brasil Geográfico”, o maior destaque deu-se à subcategoria “Área territorial”, na qual constam 45 ocorrências relacionadas, sobretudo aos meios de navegação, às construções civis, aos lugares e às praias desse imenso território recém-independente chamado Brasil.

Diante das matérias encontradas que relativizam de forma abrangente todas as subcategorias, optou-se, nesse caso, por selecionar apenas uma para dedicar uma análise qualitativa mais detalhada, a considerar a representatividade conforme interesse da pesquisa. Elegeu-se a matéria “Brasil II – Situação – Extensão – Meios de prosperidade – Clima”.

“A natureza o favoreceu com todos os seus dons” graças a sua temperatura quente, úmida e temperada mostra-se favorável ao desenvolvimento do plantio e do cultivo; riquezas naturais que favorecem a um solo fértil e a vegetação abundante. (...) A vegetação é aih sucessiva e a terra está todo o anno cuberta de verdura e em muitas de suas árvores se vêem ao mesmo tempo flores e fructos, e destes uns em crescimento, enquanto já outros se acham sazonados (*O Panorama*, Vol. II, nº 40, anno 1838, p. 36).

A matéria em análise enaltece o território brasileiro reconhecido pelos descobridores portugueses no ano de 1500 pela sua vasta região, situação geográfica que, ao expressar tanta grandiosidade, levanta a questão sobre a existência de outros países aspirantes a atingir um elevado nível de prosperidade diante de suas potencialidades, como posição geográfica, excelência no clima, abundância de produtos e acesso às comunicações internas, conforme se pode observar no trecho abaixo:

Figura 15 – *O Panorama*, nº 40, 1838



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1838/N40/N40_master/N40.pdf>. (Acedido a 21.jan.2021)

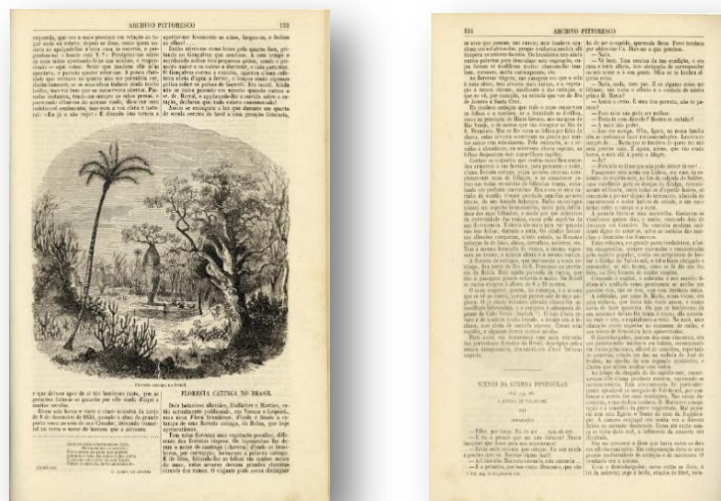
.Sincronicamente, ressalta o engrandecimento da biodiversidade do Brasil visualizada na flora e fauna:

No meio destas florestas virgens a caça abunda por toda a parte, e o solo ainda em todo o seu vigor offerece a energia do homem segura recompensa de todo o gênero de trabalho que empregue em cultivá-lo (*O Panorama*, Vol. II, nº 40, 1838, p. 36).

Evidencia portanto, a fertilidade da terra que, agraciada pelo clima e configuração do solo, anuncia um grande desenvolvimento à agricultura, que pode concretizar-se no alcance de produtos característicos das terras equinociais e da Europa meridional.

Sobre a exuberância da vegetação brasileira em 1860, a revista *Arquivo Pitoresco* debruçou-se às páginas 133 e 134 a descrever as florestas que compõem a catinga do Nordeste brasileiro (denominada pelos indígenas Tupinambás do estado da Bahia de caatinga), vegetação peculiar reconhecida pela alta temperatura, com período de folhas sazonais, favorecidos pelo clima tropical que o transforma em mágico cenário.

Figura 16 – *Arquivo Pitoresco*, nº 17, 1860 – Floresta da catinga no Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1860/TomoIII/N017/N017_master/ArquivoPitoresco1860N017.PDF>. (Acedido a 03. Maio, 2020).

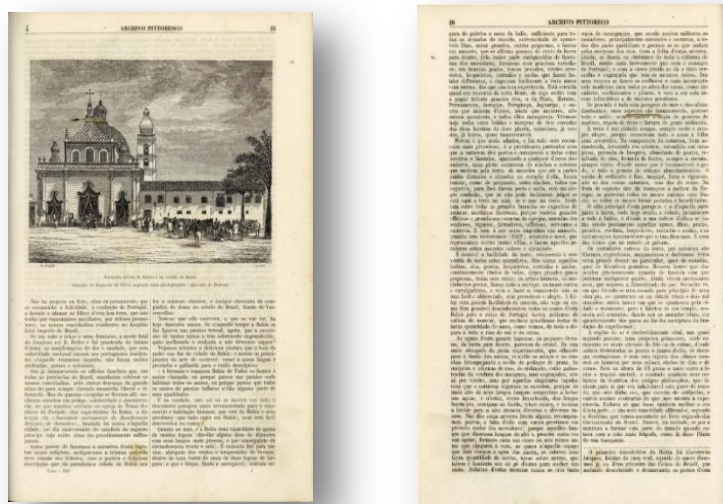
Mediante a descrição dessa matéria, percebeu-se a tamanha admiração dos descobridores e pesquisadores botânicos estrangeiros frente ao então “formoso império”. Em relação à facilidade do acesso à navegação por seus portos, mares e extensos rios, que beneficiam imensamente o progresso do comércio, conforme recorte a seguir:

Porém o que mais admira, e faz todo este recôncavo mais proveitoso, é a providência particular com que a natureza deu portos e commercio a todas estas lavouras e fazendas, ajuntando a qualquer d'estes rios maiores, uma plebe numerosa de riachos e esteiros que mettem pela terra; de maneira que até a partes muito distantas e situadas no coração d'ella, foram buscar, como de proposito, estes riachos, todos navegáveis, para lhes darem porto e saída, com tão alegre confusão, qu se não pôde facilmente julgar se está aqui a terra no mar, se o mar na terra (*Archivo Pittoresco*, Tomo V, nº 4, 1862, p.26).

Diante de profunda admiração e encantamento transmitido pelos seus descobridores e visitantes, a revista *Archivo Pittoresco* evidenciou fortemente o realce dado à navegação, para além; a matéria apresenta todos os bens naturais do Brasil, tais como: a lavoura, o comércio e os meios de transporte fluviais.

A matéria escrita pelo cronista português Simão de Vasconcellos, narra como se sucedeu a solenidade prestada ao rei D. Pedro V no seu funeral, por seus conterrâneos residentes no então Império brasileiro na Bahia; forma encontrada para homenagear a sua “grande alma”. Antes de tudo, o cronista preferiu descrever o panorama no qual ocorreu o acontecimento, a Bahia de todos os Santos, considerada lugar paradisíaco, diante de suas bênçãos naturais, lugar esse que, segundo ele, a impressão é que “os santos ali vivem, ou influenciam de algum modo em suas qualidades naturais” (*Archivo Pittoresco*, 1862).

Figura 17 – *Archivo Pittoresco*, nº 4, 1862 – Riquezas do novo império



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1862/TomoV/N04/N04_master/ArquivoPittoresco1862N04.PDF>. (Acedido a 24. Jan. 2021).

Tais recursos naturais identificados na Bahia de Todos os Santos, referem-se ao mar, dada a sua extensão, às inúmeras ilhas, à qualidade límpida das praias, aos rios, às lavouras, aos inúmeros canaviais; a ressaltar sempre o desenvolvimento do comércio, as águas doces dos rios, os frutos do mar; ao aproveitamento dos troncos das árvores, à abundância dos pescados (mar e rios); às imagens verdejantes das árvores frutíferas e ao clima saudável, favorável à saúde vital. “Um segundo paraíso”, por se manter em ares de constante primavera, parecendo livre de pestes e doenças contagiosas.

Nesse contexto, vale citar que a revista *O Panorama*, no ano de 1838, há trinta e oito anos passados, à época, manifestou as mesmas observações em relação ao novo Império; ou seja, dada a imensidão dos portos, o acessível meio de exportação de gêneros produzidos nos pontos próximos do mar rumo aos rios.

Ainda nesse panorama, a revista *Archivo Pitoresco*, apresentou no seu número 15, ano 1864, páginas 113 a 115, matéria que reforça a credence de um país com um futuro promissor, fadado a alcançar alto grau de progresso e prosperidade.

Figura 18 – *Archivo Pitoresco*, nº 15, 1864 – Brasil – estrada normal de Petrópolis ao Juiz de Fora



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1864/TomoVII/N15/N15_master/ArquivoPitoresco1864N15.PDF>. (Acedido a 19.jan. 2021).

Toda essa perspectiva atribuída ao futuro do nosso país foi permitida graças ao seu vasto território, à potência dos rios caudalosos que alcançam todo o Brasil de norte

a sul, amplos e seguros portos, terrenos férteis, à infinita variedade de produtos nos três reinos (vegetal, animal e mineral), ao excelente clima a garantir condições de conservar o solo em perene fecundidade, assim como à vegetação em constante estado primaveril; recursos esses que, graças à sua força e grandeza, asseguram absolutas condições essenciais à produção para gerar riqueza e sustentar o poder dos habitantes de sua futura nação. Um belo horizonte nos foi visualizado, à luz do país colonizador.

Percebeu-se que as matérias apresentaram em suas narrativas, características comuns às demais subcategorias trabalhadas (por exemplo, uma matéria a abranger assuntos comuns correspondentes às demais conforme características). Supõe-se, assim, que existam mais matérias sobre as temáticas tratadas.

Sendo assim, conforme analisado com mais especificidade acima, a subcategoria que ocupou maior destaque nessa categoria correspondeu à “Área”, com 45 matérias relevantes, cerca de 28% do total da categoria “Brasil Geográfico”. Nela, foram tratados assuntos como a imensidão da superfície; os meios de prosperidade; a quantidade de construções que se desenvolveram ao longo do século XIX, abarcando os meios de prosperidade; a extensão da costa marítima e os tantos lugares encantadores.

Procedeu-se com a subcategoria “Posição geográfica”, com 40 matérias, o que correspondeu a 25% do total da categoria “Brasil Geográfico”. Nessa subcategoria, privilegiaram-se as temáticas sobre os benefícios advindos pelos meios de comunicação, tanto internos, quanto externos; assim como a beleza das paisagens tropicais.

No terceiro lugar dessa categoria, apresentou-se a subcategoria “Hidrografia”, com 30 ocorrências, o que correspondeu a 19% do total da mesma. Nesse item foram recorrentes textos sobre os meios de navegação, como rios, baías, ilhas, bacias e portos. A capacidade dos portos foi destacada como um importante recurso a contribuir para a melhoria dos meios de transportes, como veículo facilitador do comércio interno e internacional.

Em quarto lugar, surgiu a subcategoria “Clima”, com destaque para as variações climáticas do Brasil e seus benefícios para a qualidade de vida. Formada por 19 ocorrências, correspondendo a 12% do total da categoria macro.

A seguir, surgiu a subcategoria “Relevo”, a ocupar o quinto lugar, com 15 ocorrências (10%) do total. Nesse item, as matérias referiram-se à fertilidade do solo e à benevolência da natureza.

Por último, a subcategoria “Vegetação”, com 110 ocorrências, ou seja, 6% do total, tendo como destaque as características da vegetação, dada a biodiversidade da flora e fauna, além da caça.

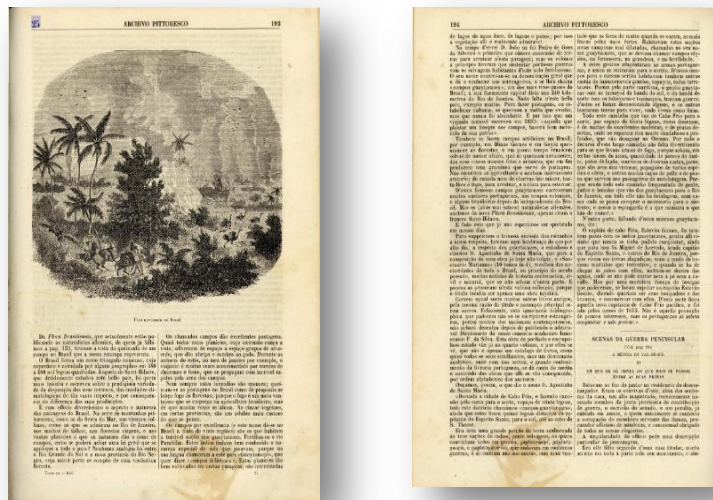
Recorreu-se à matéria da revista *Archivo Pittoresco*, número 25, de 1860, intitulada “Uma queimada no Brasil”, escrita nas páginas 193 e 194, assunto inclusive já abordado na página 133 desse mesmo número, que descreve a floresta brasileira, temática que muito encantou o naturalista alemão Augusto de Saint-Hilaire, profundo pesquisador, que foi quem mais afirmou e descreveu detalhadamente o meio ambiente desse “bello paiz”, sobre a prodigiosa variedade da disposição dos seus terrenos, as variações climáticas, os diversificados meios de produção, assim como o aspecto natural das paisagens brasileiras.

O naturalista alemão Saint-Hilaire, no ano de 1860, demonstrou sensibilidade às consequências da degradação do meio ambiente, alertando sobre as diversidades climáticas, os riscos de incêndio nos períodos de alta temperatura, a agressão ao solo.

Na serie de montanhas pittorescas como as da Serra do Mar, nas virentes colinas, nas florestas virgens, e nas vastas planícies a que os naturaes dão o nome de campos, como se poderá achar uma lei geral que se applique a todo o paiz? (...). Os chamados campos dão êxcellentes pastagens. (...) Durante os ardores do estio (...) o viajante é muitas vezes accomettido por nuvens de chammes e fumo, que se propagam com incrível rapidez pela área dos campos. (...). Nem sempre estes incendios são casuaes; queima-se as pastagens no Brasil como de proposito se lança fogo às florestas; porque o fogo é um meio vantajoso que se emprega na agricultura brasileira, mas de que muitas vezes se abusa. Todo esse caminho é de mattas de excellentes madeiras, e de praias desertas, onde se separam rios muito caudalosos e profundos, que vão desaguar no Oceano. Por todo o decurso d’este largo caminho não falta divertimento para os que levam armas de fogo, porque acham, em certos mezes do anno, quantidade de porcos do matto, patos de lagôa (...) que servem aos passageiros de matolotagem. (...) não ha estalagens, onde se possa comprar o necessario para o sustento; e assim a espingarda é a que ministra o que hão de comer (*Archivo Pittoresco*, nº 25, p. 194, 1860).

Alertou para a preocupação com o meio ambiente, as queimadas dos terrenos, a devastação das florestas provocada pelos incêndios, a alertar para o sentido de que esses, àquela época já causou preocupação, que nem sempre aconteciam naturalmente, sendo, muitas vezes, provocados intencionalmente.

Figura 19 – *Archivo Pittoresco*, nº 25, 1860 – Uma queimada no Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1860/TomoIII/N025/N025_master/ArquivoPitoresco1860N025.PDF>. (Acedido a 23.jan. 2021).

Entendeu-se, nesse contexto, como uma forma de visualizar e prever a intenção dos donos de terras (hoje conhecidos como ruralistas), aqueles que focam no campo, investem na agricultura, no meio provincial, a investir na produção e cultivo agrícola, com fins de aumentar seus lucros. À época, alguém já demonstrava preocupação com a preservação ambiental. Fato ocorrido há exatamente 160 anos.

Ao término da análise dessa matéria, entendeu-se que o solo brasileiro encantou, impressionou tanto aos descobridores quanto aos viajantes, ademais, interpretou-se a matéria como alerta às ameaças as quais esse poderia estar sofrendo; uma chamada de atenção à conservação dos recursos naturais, a contar com tamanho potencial agraciado pela mãe terra. Essencialmente, para assegurar o melhor para o futuro de seus habitantes; porém, para fazer jus a esses privilégios há que saber empregá-los e utilizá-los a seu favor.

Quanto ao emprego de armas de fogo à época (a exemplo da espingarda), leu-se também como um sobreaviso à proteção do meio ambiente. Vale salientar que essa prática atualmente é proibida no Brasil, regulada pela Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro

de 1998²⁵, que reza sobre os crimes ambientais, muito embora não seja cumprida, nem tampouco aplicada de forma devida.

Permitiu-se concluir a análise dessa matéria, com o realce dado à habilidade que D. Pedro II utilizou para gerir os recursos naturais do Império durante o seu reinado, a concordar com a afirmativa expressa na revista *O Panorama*, 1838, Vol. II, nº 44, 4ª Serie, p. 346: “Progresso geral e rápido do imperio, que parece florescer de anno para anno, grato à cultura que da sua intelligencia tem recebido”.

Muito embora, reconhecendo o progresso célere do Brasil no período imperial, uma questão foi posta em hesitação sobre seu progresso. A incógnita pairou sobre a incerteza se o país estaria preparado para fazer bom uso de todas as prerrogativas facultadas pela natureza, para manter sua posição entre as nações civilizadas, perante o horizonte de um futuro que lhe asseverava ser esplêndido. Seguramente, o que se pode afirmar diante de tantas imagens positivas foi a de que teria sido uma das melhores épocas para o crescimento do Brasil.

A seguir, as expressões sugeridas tidas como ideias centrais, de acordo com as imagens e narrativas analisadas nessa temática, no sentido de que seguem na mesma direção da mensagem evidenciada na narrativa, que de acordo com Motta: “narrar funde suas raízes na nossa ancestral herança cultural de relatar histórias” (Motta, 2005, p. 7). Narrativa essa, que pode compreender muitos elementos, desde literários (poéticos), geográficos, arquitetônicos e histórico-culturais, como é o caso deste estudo.

Identificaram-se similitudes de assuntos em diversas peças, elucidou-se por evidenciar os trechos de assuntos que tiveram maior número de ocorrências. conforme citações apresentadas a seguir:

²⁵ A Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acedido a 01 jun. 2020.

Quadro 6 – Amostra de dados qualitativos da categoria Brasil Geográfico

Ideia central	Expressão sugerida	Fonte
Brasil Esperança	“País de um futuro promissor, agraciado pela posição geográfica, excelência do clima, abundância de produtos, e pela facilidade de suas comunicações internas, é mais apto para chegar ao “summo gráu de prosperidade” e que “a natureza o favoreceu com todos os seus dons”.	<i>O Panorama</i> , 1838, Vol. II, 2ª série, nº 40, fev. pp. 36-37.
O relevo que promete o progresso do comércio	“As produções quasi espontaneas de seu extensíssimo solo, regado por tantos rios caudaes que facilitam o tracto do comercio, o torna independente de outros povos, ao passo que estes dele carece para muito objetos que se teem convertido em necessidades da vida”.	<i>O Panorama</i> , 1838, Vol. II, 2ª série, nº 40, fev. pp. 36-37.
O centro do Novo Mundo pós-independência	“O seu imperio immenso, recortado de rios cuadalosissimos, e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vae debruçar-se no oceano sobre as novecentas leguas de costa que possui, e hoje considerado como o ponto central da civilização do Novo Mundo, pelo modo com que soube, depois de declarada a sua independencia, como colonia portugueza, constituindo-se em monarchia debaixo da forma representativa, conservar e honrar a sua constituição, que é uma das mais antigas que se conhecem”.	<i>O Panorama</i> , 1858, Vol. II, nº 44, 4ª Serie, p. 345.
A irmandade e os interesses entre Brasil e Portugal	Engrandecer-se-ha pois o Brasil, e a sua grandeza refluirá sobre Portugal, não só pelos vínculos de parentesco e pelas tradições da história, que unem os dois povos como em uma família de irmãos, mas também, e ainda mais, pelas ligações de grandes e recíprocos interesses, que de dia para dia augmentam de vulto e valor.	<i>Archivo Pittoresco</i> , 1864, Tomo VII, nº 45, p. 114.
O reinado no Brasil Império	Quasi trinta annos de um reinado justo e equitativo tem já assegurado ao imperador brilhantes paginas, não só na historia brasileira, mas também no grande livro dos destinos humanos, onde os vindouros hão de admirar todos os que, á maneira do senhor D. Pedro II, teem sabido comprar, por mais justos títulos que os do seu alto nascimento, o amor dos nacionaes, e a admiração e respeito dos estranhos.	<i>O Panorama</i> , 1858, Vol. II, 4ª série, nº 44, p. 346.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Após análises dessas citações destacadas dentro do contexto geográfico, pôde-se concluir que, similarmente ao que aconteceu com as demais categorias relacionadas, no percurso do primeiro século pós-independência, o Brasil foi reconhecido como um país esperançoso, privilegiado pela localização geográfica, pelo clima tropical, pelas riquezas em produtos naturais e pelo fácil acesso aos meios de comunicação, fossem internos ou para com os países estrangeiros; detentor, portanto, de maior posse de habilidades para atingir a prosperidade, diante de tantos dons favorecidos pela natureza;

ademais, por suas grandes dimensões e necessidades continentais, desse modo, rico e interminável mediante seus limites territoriais.

Dentro da Categoria “Brasil Geográfico”, um fator que chamou muito a atenção nas revistas ilustradas portuguesas foi a temática relevo, dada a sua formação, percebida como um meio de facilitar o progresso do comércio, agraciado por um solo extenso e fértil a beneficiar a produção agrícola e suprir as necessidades básicas de sua população. A mesma atenção foi extensiva aos rios, a exuberante vegetação que o fez ser considerado foco da civilização do então “Novo Mundo”, fortalecido pela conquista da independência, e ainda pelo reconhecimento em manter e respeitar a sua constituição.

A mesma atenção voltou-se para os laços que uniram os dois países e os fizeram permanecer nessa interação, por afinidades, por laços de irmandade, tradições históricas, e relações de interesses afins, a se tornarem cada dia mais valorosas. Tudo isso levou a uma conclusão da existência de um satisfatório reinado no Brasil Império a atrair o respeito e admiração dos estrangeiros.

Fundamentado nas imagens e narrativas analisadas, e ainda com procedência nessa breve, porém clara e concisa descrição, pôde-se resumir que o Brasil foi alvo de admiração, encanto e conquistou a premissa do país colonizador, de que seria um país que tinha tudo para dar certo, a exemplo do período imperial, visto como exitoso.

4.2.3 Brasil Histórico – Nação Independente

Conforme categorias definidas para a análise, a considerar a frequência com que as matérias surgiram nas revistas ilustradas portuguesas, ficou classificada em terceira posição a categoria “Brasil Histórico”, com um total de 152 (cento e cinquenta e duas) ocorrências a se debruçarem sobre os seguintes assuntos: Datas cívicas, Prosperidade, Províncias/Estados, Civilização e Irmandade. Identificou-se que, ao todo, a década de 1884 a 1893 foi a que apresentou o maior número de matérias, sendo 39 a registrar comemorações cívicas e fatos que marcaram o desenvolvimento do Brasil.

Classificaram-se na categoria “Brasil Histórico”, as matérias centradas nos fatos que marcaram o primeiro século pós-independência do Brasil; período narrado por uma variedade de episódios, entre outros: tráfico de escravos, efemérides notáveis e enfrentamento aos estrangeiros em defesa da conquista de terras brasileiras. São exemplos de peças classificadas nessa categoria as matérias: “Horrores do tráfico da Escravatura”, publicada na revista *O Museu Portuense*, vol. I, anno 1838, p. 146; a matéria “Instalação da província do Amazonas”, publicada na revista *O Universo Ilustrado*, anno 1853, n.º 17, p. 131; a matéria intitulada “Centenário do descobrimento do Brasil na sociedade de geographia de Lisboa”, publicada na revista *Brasil-Portugal*, anno 1900, n.º 32, p. 117, e por último a matéria nomeada “Intentam os Holandeses a conquista da Bahia que não conseguem”, na revista ilustrada portuguesa *O Panorama*, Tomo IV, 1840, p. 290.

Nomeou-se essa categoria “Nação Independente”, em razão das narrativas transmitirem a imagem de um país próspero. Apto, portanto, a se tornar uma grande potência mundial, em virtude da extensão de sua superfície, da riqueza do seu solo e da abundância em matérias-primas, conforme abordado em várias matérias analisadas. Vale ressaltar que, da forma que foi abordada cada citação em referência ao futuro do Brasil, pôde-se captar que a mensagem que fica é a de que tudo dependerá da habilidade do povo brasileiro, para fazer o seu país se desenvolver, a depender do bom aproveitamento de seus recursos naturais.

Derivada da análise de conteúdo realizada, debruçou-se sobre o estudo das imagens e narrativas da História do Brasil, a partir da perspectiva do país colonizador. Dedicou-se à análise das matérias relevantes à temática em questão, equivalente a 26% da amostra total dentre as cinco categorias. Genericamente, os textos dessa categoria contemplaram objetos como: povoação, colonização, expulsão, invasão, expedição e celebrações patrióticas. Contastou-se que todas as matérias analisadas apontaram características recorrentes ao processo de desenvolvimento e colonização do Brasil identificadas no primeiro século pós-independência do Brasil, conforme apresentado:

Tabela 4 – Categoria Brasil Histórico

<i>Subcategoria</i>	<i>Características</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
<i>Datas cívicas</i>	Comemorações, festividades, homenagens, saudações, eventos.	61	40%
<i>Prosperidade</i>	Descobrimto, progresso, tratados, acordos, agricultura, economia, educação.	43	28%
<i>Províncias/Estados</i>	Construções civis, conquistas, revoltas, batalhas, revoluções.	28	18%
<i>Civilização</i>	Colonização, escravidão, atraso, expedições, fuga, expulsão.	13	9%
<i>Irmandade</i>	Similitudes, língua, costumes, religião, relações diplomáticas.	7	5%
TOTAL		152	100%

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Das 159 matérias analisadas, 40% delas relacionaram-se aos acontecimentos recorrentes às datas festivas, homenagens e demais fatos que impactaram a vida do país. Foi, portanto, o subitem mais comentado. Em segundo lugar, com 43 matérias, correspondentes ao percentual de 28% do total da categoria, posicionou-se o subitem “Prosperidade”, atribuído aos assuntos que envolviam desde o descobrimento do Brasil aos fatos relacionados com o surgimento e desenvolvimento dos meios de produção como: a agricultura, as finanças e a economia, envolvendo a educação e incluindo questões diplomáticas, como tratados e acordos.

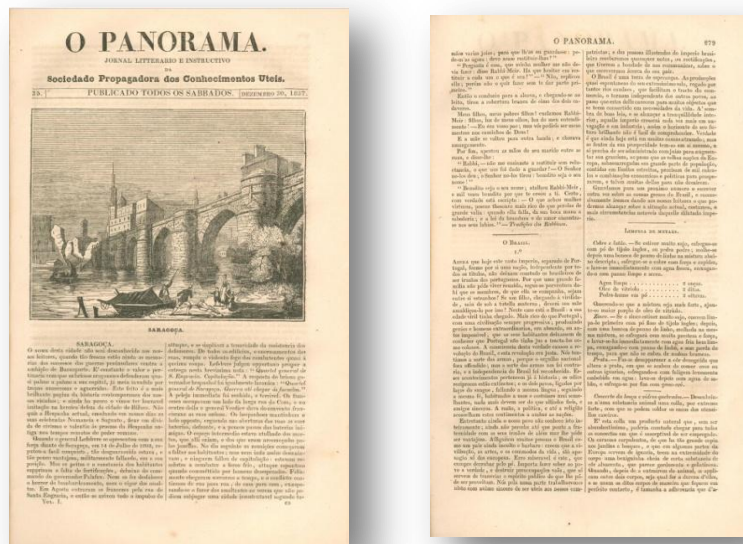
Seguiu-se, em terceiro lugar, com as narrativas sobre as “Províncias/Estados”, a abordarem as construções civis, progresso das cidades e os movimentos populares, as revoltas, as batalhas e as conquistas. Essa subcategoria atingiu 28 matérias (18%).

A seguir, surgiu o subitem “Civilização”, a ocupar o quarto lugar. Nele se abordou a colonização, a escravidão, os atrasos e também o desenvolvimento das províncias, bem como a emigração e imigração dos portugueses à época. Apresentaram-se 13 matérias, o que correspondeu a 9% da amostra total da subcategoria “Brasil Histórico”.

Por fim, com 7 matérias (5%), é listado o subitem “Irmandade”, com assuntos que abordaram as similaridades entre os dois povos, a apontar pontos em comum, como a língua, a religião e os costumes.

Debruçou-se, singularmente, sobre a matéria “O Brasil 1º”, com uma cobertura ampla e significativa, por esta ser iniciada com uma série de textos relacionados ao período histórico do Brasil, escrita pela revista *O Panorama*, no ano de 1837. Essa revista mantinha o compromisso de dar continuidade ao acompanhamento da divulgação de notícias atualizadas, explorando a situação do Brasil de então, entre seus costumes e “circunstancias notaveis daquele dilatado império”, conforme matéria que segue:

Figura 20 – *O Panorama*, nº 35, 1837 – O Brasil 1º



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1837/N35/N35_master/N35.pdf>. (Acedido a 25. Jan. 2021).

Após a análise do relevante e extenso conteúdo dessa relevante matéria, por si fragmentada em várias peças, já se pode antecipar a premissa de que o país colonizador reconheceu e admitiu a valia da soberania do Brasil.

A matéria encetou a relação entrelaçada por laços perpétuos entre os dois países lusófonos, mediante a alegação de que, mesmo com a conquista da independência, esse grande império chamado Brasil, candidato, por sua vez, a se tornar

uma grande nação, será considerado para sempre um irmão de Portugal, dadas as tantas similaridades, conforme seguinte abordagem:

Por que uma grande família não póde viver reunida, segue-se porventura dahí que os membros de que ella se compunha, sejam entre si estranhos? Se um filho, chegando á virilidade, saiu de sob a tutella materna, deverá a sua mãe amaldiçoa-la por isso? Neste caso está o Brasil: a sua idade viril tinha chegado. Mais rico do que Portugal; com uma civilização sempre progressiva, produzindo gênios e homens extraordinários, era absurdo, ou antes impossível, que os seus habitantes deixassem de conhecer que Portugal não tinha jus a tracta-los como colonos. A consciência desta verdade causou a revolução do Brasil. E esta revolução era justa. Nós tentarmos a sorte das armas, porque o orgulho nacional fora ofendido; mas a sorte das armas, nos foi contrária, e a independência do Brasil nos foi reconhecida. Esses reconhecimentos pertencem já a história. Os ódios recíprocos estão extinctos; e os dois povos, ligados por laços de sangue, fallando a mesma língua, seguindo a mesma fé, habituados a usos e costumes mui semelhantes, nada mais devem ser do que aliados fieis, e amigos sinceros. A razão, a política e até a religião, aconselham estes sentimentos a ambas as nações (*O Panorama*, vol. I, nº 35, 1837, p. 279).

Além do desentendimento que abalou os ânimos entre portugueses e brasileiros diante da suposição de que esses deveriam ser tratados como colonos, a matéria enfatiza a permanência dos laços de irmandade, dadas as semelhanças que unem esses dois países, através da língua, da religião e dos costumes. Muito embora assinale a perda que foi para Portugal a independência do Brasil, mesmo assim a reconheceu, deixando a perspectiva de que essas diferenças deveriam ser extintas.

A seguir, a matéria enfatizou o inquestionável e indissolúvel elo entre os países, diante das semelhanças, ao ressaltar que, mesmo com a Independência do Brasil, esse vínculo jamais sumirá. Considerado “um país independente ou ainda atrasado”, deveria se admitir as diferenças:

Entretanto ainda o nosso povo não conhece isto inteiramente; ainda não percebe até que ponto a fraternidade com seus irmãos de além mar lhe pode ser vantajosa. Affiguram muitas pessoas o Brasil como um paiz ainda inculto e bárbaro: creem que a civilização, as artes, e os commodos da vida, são apanagio só dos europeus. Erro miserável é este, que cumpre derrubar pelo pé. Importa saber faser o povo conhecer a verdade, e destruir preocupações vãs, que só servem de transviar o espírito do que lhe pode ser proveitoso (*O Panorama*, vol. I, nº 35, 1837, p. 279).

Ademais, instiga a importância de manter uma boa relação em função de lucros para ambos os países. A narrativa denota o preconceito então já percebido, referente à xenofobia, reconhecendo-o como um risco de prejudicar a relação lusófona, quando, ocorrendo o contrário, ambas seriam beneficiadas. Chama a atenção para a importante missão de fazer com que prevaleça a verdade ao afastar-se de pensamentos vingativos que fariam apenas atrapalhar as boas intenções. Ainda, sugere a importância de haver

um compromisso para a manutenção de boas relações, no sentido de se manterem úteis ao compatriotas e colocam-se disponíveis para receber, de representantes ilustres do império brasileiro, percepções a respeito dessas declarações.

Nesse contexto, a matéria expressa de forma abrangente, o potencial com que era visto o futuro do Brasil, pela riqueza do seu solo, ao reconhecê-lo como um país de esperanças, digno de merecer uma aposta em sua soberania diante de outros povos, chegando ao ponto de confrontá-lo com os demais países, diante de carência de objetos que suprem necessidades de sobrevivência, conforme sugestão abaixo:

As produções quasi espontaneas de seu extensíssimo solo, regado por tantos rios caudales que facilitam o tracto do comercio, o torna independente de outros povos, ao passo que estes dele carece para muito objetos que se teem convertido em necessidades da vida (*O Panorama*, vol. I, nº 35, p. 279).

Conforme contexto, a narrativa assente ao império brasileiro, atribuída à possível sorte de seu progresso, condicionada à capacidade de gerir seus recursos, mediante a imposição de normativos e mantimento de harmonia interna, mesmo que na condição de país subdesenvolvido, detém poderes suficientes para superar tais obstáculos, uma vez que pode permitir-se a isso, diante das posses de seus recursos naturais.

A sombra de boas leis e se alcançar a tranquilidade interior, aquelle império crescerá mais em navegação e indústria; assim o horizonte de seu futuro brilhante não é fácil de comprehendher. Verdade é que está ainda hoje em muitas cousas atrasado, mas as fontes de suas prosperidades teem-as em si mesmo; e só precisa ser administrado com juízo para augmentar sua grandeza, ao passo que as velhas nações da Europa, sobrecarregadas em grande parte de população, contidas em limites estreitos, precisam de mil cálculos e combinações economicas e políticas para prosperarem, e talvez muitas delas não decaírem. (*O Panorama*, 1837, vol. I, nº 35, p. 279).

A matéria fez-se entender, em seu fecho, que o Brasil, país recém-independente, mesmo diante de muitos atrasos, carrega em si recursos naturais capazes de o levarem à prosperidade, a depender de uma eficaz administração governamental que o conduza ao desenvolvimento conforme a grandeza lhe foi proporcionada. Ao contrário, as velhas nações do continente europeu, diante de seus espaços limitados, carecem de ser reinventadas, seja nas condições econômicas ou políticas, então ameaçadas ao declínio.

Deparou-se com várias matérias que narram o desbravamento do litoral brasileiro a partir das regiões. Optou-se por iniciar a análise via perspectiva sincrônica

de algumas regiões, com o destaque para a matéria denominada “Bahía de Todos os Santos”, que aborda o reconhecimento da costa litorânea por Christovão Jaques no ano de 1525, a mando do *El Rei D. João 3º*, tentativa anterior, feita de forma ilegítima por alguns franceses no intuito de negociar com os indígenas e dominar o país, sem êxito.

Figura 21 – *O Panorama*, nº 176, 1840 – Cidade de S. Salvador, Bahia de todos os Santos



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1840/N176/N176_master/N176.pdf>. (Acedido a 26. jan. 2021).

O artigo fez menção à extensão, ao clima e à abundância da vegetação. Fez menção ao aspecto pitoresco da terra, aos habitantes, em específico, aos indígenas Tupinambás, povo visto como agressivo, entre outras características marcantes. Direcionou-se a detalhar as minuciosidades dos portos, a riqueza do solo, as ilhas, a fecundidade da terra e outros assuntos muito importantes, como a instalação do comércio. Chamou a atenção para a segurança daquela parte do solo brasileiro. Segue um exemplo detalhado da descrição de parte do solo brasileiro, no contexto, o baiano, aqui:

Abunda o terreno da Bahia em hortaliças, e outros vegetaes, alguns próprios da Europa, muitos, e variadissimos indígenas do novo mundo: os campos circunvisinhos, a costa marinha, os terrenos adjacentes, as ilhas da vasta enseada oferecem picturescas e agradáveis perspectivas, e nos arrabaldes há vistosas quintas conhecidas pelo nome vulgar de xácaras. A fecundidade do solo é inexgotavel, e apesar de receber de fora algumas carnes preparadas, nem por isso é falta de gado, e o dos Itacazes dão optimo

leite de que se fabricam saborosos queijos, que se transportam para outras províncias (*O Panorama*, nº 176, Tomo IV, 1840, p. 290).

Sinalizou-se, nessa matéria, o realce para o sistema de fortaleza em defesa da Bahia. Referiu-se à construção de fortes visando a segurança dos produtos importados que constituíam, a seu ver, a principal riqueza do comércio. A realçar o fato de que foram erguidos antes da independência do Brasil, com o intuito de proteger aquela “praça comercial”, a fechar com a recomendação de nunca descuidar desse objeto, independente do governo que venha a ocupar o poder.

De antemão, pôde-se perceber ao longo desse artigo, as inúmeras chamadas para a proteção dos produtos brasileiros, assim como a recomendação dos cuidados a serem mantidos, fosse quem estivesse no poder, fato que reincidiu no alerta de que os governos são mestres em destruir os feitos de seus antecessores, mesmo que tenham demonstrado êxito com o progresso do nosso país.

São muito comuns as reações, os exemplos assistidos nas mudanças de governo em qualquer esfera que aconteça, seja na federal, estadual ou municipal; entende-se como uma atitude negacionista diante do seu antecessor, ou seja, no intuito de desconsiderar suas realizações.

Nos seguintes governos, crescendo o commercio, se opulentou a Bahia ganhando moradores, edifícios públicos e particulares, riquezas e esplendor, que apesar das vicissitudes e flagelos das discórdias civis, sempre tem conservado, sendo uma das mais importantes cidades e portos do império basilico. (*O Panorama*, Nº 176, Tomo IV, 1840, p. 290).

Por fim, a matéria referiu-se ao cenário político, motivo de comentários em referência aos governos que ali se instalaram e que fizeram história.

Seguiu-se com o destaque da matéria intitulada “A cidade de Sancta Maria de Belem, ou do Pará”, publicada na revista *O Panorama* (1840, nº 152, p. 107), situada na região Norte do Brasil. A matéria descreveu o rio Tocantins e seus afluentes, a criação da cidade e suas construções, tais como praças, campanários, hospital militar, castelo a Sé, o seminário dos jesuítas, o palácio do governo, colégios e a alfândega. Ressaltou o quanto era difícil o transporte dos gêneros alimentícios à época, feito por canoas e em dias alternados; ademais, tratou da construção de fortalezas edificadas em rochas com a finalidade de defender a povoação.

A matéria em questão descreveu passo a passo como se deu a sistematização de cada uma dessas construções acima mencionadas. Narrou como se davam as relações de comércio com a Europa, os produtos exportados e importados dos países europeus; no caso, vinhos e outros produtos de menor valor. Abordou também a situação em que viviam os habitantes indígenas, classificados como não civilizados e sim domesticados. Ademais, abordou os diversificados povos que lá habitavam, de características diferenciadas, dada a miscigenação (formada pelos europeus, indígenas e mestiços), a presença de diversas etnias que se distinguiam de acordo com usos, idiomas e comunidades de cada uma.

Um fato curioso desse artigo foi a quantidade de nomes de terras portuguesas com que foram batizadas a região Norte, dentre eles: Arrayolos, Esposende, Óbidos, Serpa, Faro e Silves, Barcellos. Fato que nos torna ainda mais próximos, estejamos aqui no Brasil ou lá em terras portuguesas. Outro fato que chamou a atenção naquela região (Rio Branco) foi a existência de “magníficas” aves, como os “gallos da serra”, detentores de beleza indiscutível. Isso nos vem mostrar o quanto somos irmãos, e, ao conhecer Portugal hoje, aproxima-nos de nossa origem e daquela gente.

Figura 22 – *O Panorama*, nº 152, 1840 – A cidade de Sancta Maria de Belem ou Pará



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1840/N153/N153_master/N153.pdf> (Acedido a 19. Jun. 2020).

O expressivo artigo foi encerrado com o lamento de não poder estender-se a todas as informações valiosas diante das “copiosas produções naturaes das províncias

do Pará e limítrofes, principalmente nos reinos vegetal e animal”, e uma recomendação aos interessados para conhecer melhor essa região, a recorrer aos relatos históricos desse século por meio de viagens impressas e aos livros escritos por naturalistas.

A revista *O Occidente* (1906) apresentou uma matéria intitulada “Revolução no Estado de Matto Grosso – o Presidente do Estado – Coronel Antonio Paes de Barros – O Chefe dos Revoltosos, Coronel Ponce”, introduzindo o texto com o seguinte relato:

Vão decorridos quase desassete annos que foi proclamada a Republica dos Estados Unidos no Brasil e ainda aquelle povo estar pagando a aprendizagem do novo regimen, apesar da monarchia não ter ali enraizadas tradições (*O Occidente*, 1906, Vol. XXIX, nº 992, p.155).

A matéria atribui a causa da revolta à ainda não adaptação dos brasileiros ao novo sistema de governo, o regime republicano. A narrativa lastima a insatisfação do povo com o governo, por acusá-lo de abuso de poder. Acrescenta que, é a quarta vez que Matto Grosso agita-se numa guerra civil e suscita uma revolução contra o governo do Estado, tendo à frente dos revoltosos um dos homens de mais prestígio e valente daquele Estado, o Coronel “Ponce”, assistido por mais dois coronéis no comando de 6.500 revoltosos.

Figura 23 – *O Occidente*, nº 992, 1906 – Revolução do Estado de Matto Grosso



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1906/N992/N992_master/N992.pdf>. (Acedido a 28. Jan. 2021).

Ainda apresenta dados sobre a província de “Matto Grosso”, sua posição geográfica, tamanho populacional e produção agrícola; ademais, sobre a capital, a então Cuiabá. A destacar os principais personagens dessa revolução:

Antonio Paes de Barros, a quem foi confiada a Presidencia do Estado de Matto Grosso, é coronel e homem experimentado na administração dos negócios públicos em que tem comprovado sua capacidade a par de inergia. O chefe dos revoltosos, o coronel Generoso Paes Leme de Sousa Ponce (...) Alistou-se voluntario para tomar parte na celebre guerra contra o ditador Lopes do Paraguay (*O Occidente*, 1906, Vol. XXIX, nº 992, p.156).

Ao apresentar o perfil dos dois maiores implicados, a matéria encerrou-se com a afirmativa de que foi essa a primeira revolução de Mato Grosso, sendo que a segunda deu-se em 1899, promovida pelo coronel Paes Barros, então posicionado ao lado do governo, o coronel Ponce. A seguir, em 1903, ocorreu a terceira revolução a envolver a presidência. Os episódios ocorreram em função da ambição pelo poder. Percebeu-se, nesse período histórico, as estimas de harmonia vindas dos portugueses e o desejo de estarem conscientes de seus direitos e deveres.

Mediante essas informações, pode-se entender que esses mandatários públicos estiveram por muito tempo sob disputas políticas; ademais, na posição de adversários e de seus próprios interesses diante do poder público.

O Rio Grande do Sul, antes denominado São Pedro, foi destacado por ser a província “menos conhecida”. A revista *O Panorama*, 1843, nº 72, nas páginas 145 e 146, trouxe matéria sobre sua extensão territorial, as condições e fertilidade do solo e tratos comerciais e referenciou também a qualidade climática:

Nem so de agradáveis vista se gozam em Porto-Alegre, também se desfructa boa saúde, não ha clima mais adequado aos temperamentos europeus: nada dos calores ardentes do Rio de Janeiro; nem das *polvaderas* e noites frias de Buenos-Ayres, o ar é temperado, balsâmico, puro e salubre, por isso os facultativos não granjeiam aqui fortuna e as botivas convertem-se em lojas de perfumes (*O Panorama*, Nº 72, Vol. II, 2ª Série, 1843, pp. 145).

O artigo explicou o porquê do desconhecimento dessa região, devido ao fato de os contatos de negócios serem mais comuns entre províncias, especificamente, as vizinhas (ao norte), por vezes, menos frequentadas pelos portugueses. Descreveu sua formosa edificação, e a bela vista a qual acolhe essa capital, que merecidamente recebeu o nome de Porto Alegre. Além da descrição das agradáveis vistas que a rodeiam, ressaltou também a qualidade de vida, proporcionada pelo clima agradável em comparação ao clima europeu; o fato é que essa comparação climática evidencia-se nos dias de hoje.

A revista *Ilustração Portuguesa* (1910), nº 209, páginas 233 a 236, apresentou, no contexto da região Sudeste, uma relevante matéria sobre a potência da marinha brasileira, por meio do couraçado “Minas Geraes” e sua enorme capacidade de artilharia naval.

Figura 24 – *Ilustração Portuguesa*, nº 209, 1910 – O novo Couraçado “Minas Geraes”



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1910/N209/N209_master/N209.pdf>. (Acedido a 21.jul. 2020).

O destaque deu-se por tratar-se do navio de guerra da marinha do Brasil, com grande potencial combativo e poderosos elementos de ataque e detentor de grande velocidade, sendo considerado portanto, o mais moderno da época.

A seguir com o quadro VI, a apresentar ideias centrais em distinção, interpretadas conforme expressões sugeridas nas narrativas analisadas:

Quadro 8 – Amostra de dados qualitativos da categoria Brasil Histórico

Ideia Central	Expressão sugerida	Fonte
Brasil e Portugal: associados historicamente	“Ainda hoje que este vasto imperio, separado de Portugal, forme por si uma nação, independente por todos os títulos, não deixem por si os brasileiros de serem irmãos dos portuguezes”	<i>O Panorama</i> , Nº 35, 1837, Vol. I, p. 279.

Fazer bom proveito dos recursos naturais	“A sombra de boas leis, e se alcançar a tranquilidade interior, aquele império, crescerá cada vez mais em navegação e em indústria; assim o horizonte do seu futuro brilhante não é fácil de compreender”.	<i>O Panorama</i> , 1837, Vol. I, nº 35, p. 279.
A irmandade lusófona	“Esses acontecimentos pertencem já a história; os ódios recíprocos estão extintos; e os dois povos ligados por laços do sangue, falando a mesma língua, seguindo a mesma fé, habituados a usos e costumes mui semelhantes, nada mais devem ser do que aliados fieis e amigos sinceros. A razão, a póitica e até a religião aconselham estes sentimentos a ambas as nações”.	<i>O Panorama</i> , 1837, Vol. I, nº 35, p. 279.
Desbravando o litoral brasileiro	“(…) para prosseguir nestes mandou a reconhecer a costa do Brasil, Christovão Jaques, o qual andando no desempenho de sua commissão felizmente apportou à terra da <i>Bahia de Todos os Santos</i> , que assim denominou pela ter avistado no 1º de Novembro, anno de 1525”.	<i>O Panorama</i> , 1840, Tomo IV, nº 176, p. 290.
Inconstância com o regime	“Vão decorridos quase desassete annos que foi proclamada a proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil e ainda aquelle povo está pagando a aprendizagem do novo regimen, apesar da monarchia não ter ali enraizadas tradições”.	<i>O Occidente</i> , 1906, Vol. XXIX, nº 992, 29º Anno, pp. 155-156.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Tendo em vista o conteúdo das matérias publicadas sobre a construção da história do Brasil pós-independência nesse riquíssimo e verídico material analisado, concluiu-se que, anacronicamente, mesmo com a conquista da independência e tendo em vista as suas próprias condições de subsistência e progresso, o Brasil permanecerá ligado para sempre a Portugal, devido às similaridades entre os países lusófonos.

4.2.4 Brasil Etnográfico – Identidade Miscigenada

Classificada em quarto lugar conforme categorias definidas para análise sobre “Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas” (1822-1922), ficou a temática “Brasil Etnográfico”, na qual foram analisadas as 27 matérias publicadas sobre os assuntos população, carácter, usos, costumes, língua, raças e religião dos

brasileiros, a considerar sua gênese. As ocorrências atingiram um total de 5% da pesquisa. A década em que mais surgiram matérias nesse contexto foi a de 1904 a 1913, com 7 (sete) peças sobre raças, a tratar de assuntos como catequese, civilização e comportamento.

A categoria “Brasil etnográfico”, optou-se por subintitulá-la “Identidade miscigenada”, dada a diversidade de raças evidentes na formação da população brasileira. Atribuiu-se destaque para as características relativas ao caráter, usos, costumes dos habitantes e língua, além dos produtos que os distinguiram a partir da originalidade.

Partiu-se da perspectiva de que o povo brasileiro não possui uma identidade uniformizada, tomando como fundamento a bibliografia utilizada no segundo capítulo desta tese. Daí a premissa de que o brasileiro é visto como um povo de identidade complexa, dada à diversidade de raças, cores de pele, sotaques e influência de línguas diversas. Para um visível entendimento da formação da identidade brasileira, recorreu-se ao discurso sobre o povo brasileiro criado no imaginário do colonizador, uma vez que se entendeu que a “unidade identitária” existe de forma discursiva e não pragmática.

Descreveram-se e interpretaram-se as 27 matérias selecionadas das *revistas ilustradas portuguesas* no período de 1838-1911, o que correspondeu a 5% da amostra total da pesquisa, conforme citado anteriormente. Ademais, traçou-se um perfil, com base nas imagens atribuídas ao povo brasileiro, entendidas como as características mais comuns que construíram a gênese da identidade nacional. A partir de então, definiram-se as subcategorias e características relacionadas, conforme literatura estudada.

Organizaram-se a temática e as características predominantes em quatro subcategorias representativas, a considerar os diferentes traços: miscigenação, caráter, usos/costumes e língua. Após análise e classificação das matérias, apresentaram-se os aspectos de maior notoriedade, a considerar a frequência com que apareceram nas matérias analisadas, calculando, por fim, seu percentual.

A seguir a análise dos dados, elaborou-se uma tabela com a frequência e o percentual dos itens categorizados, que apontaram as características de identidade dominantes na formação etnográfica do povo brasileiro. A considerar o número de vezes que essas apareceram nas matérias, foram demonstrados, por fim, os traços

etnográficos identificados pelas revistas relevantes na formação etnográfica do povo brasileiro.

Tabela 5 – Categoria Brasil Etnográfico

<i>Subcategoria</i>	<i>Características</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
<i>População</i>	Miscigenada, raças distintas.	11	41%
<i>Uso e costumes</i>	Gênero de vida diversificado.	9	33%
<i>Caráter</i>	Difícil definição.	4	15%
<i>Idioma</i>	Português.	3	11%
TOTAL		27	100%

Fonte: elaborada pela autora (2020).

O nível de frequência das características apontou a subcategoria “População” como a mais constante, com 11 ocorrências, o que correspondeu a 41% da categoria “Brasil Etnográfico”, com abordagem às diversas raças, tendo em estudo a influência na composição do povo brasileiro. Em seguida, apareceu a subcategoria “Usos/costumes” com 33%, formada por nove matérias que trataram dos variados gêneros de vida ao longo do extenso país.

Em seguida, surgiu a subcategoria “Caráter”, com quatro matérias, com a afirmação da persistente prerrogativa de que é um povo de caráter de difícil interpretação, dada a variedade de raças que constituíram o povo brasileiro, o que correspondeu a 15% do total. Por último, a subcategoria “Idioma”, com 3 matérias que totalizaram 11% dessa categoria, que abordou, portanto, a influência das línguas estrangeiras no nosso idioma. O português em destaque, a língua pátria, usual aos países lusófonos.

Perante as imagens analisadas, permitiu-se admitir que se trata de um povo de traços diversificados, o que não é nenhuma novidade na historiografia e que esse entendimento justifica-se pela mistura de raças. Sendo assim, pôde-se afirmar que se trata de um povo de difícil descrição. Logo, entende-se que um dos estereótipos atribuídos ao povo brasileiro pode ser resumido em um povo dotado de características indefinidas.

O Panorama (1838), trouxe a formação do povo brasileiro, a mistura de muitas raças distintas. Ainda a sua perspicácia, somada a uma clara imprudência:

É difícil determinar positivamente qual seja em verdade a população do Brasil. Define-o assim como um país de Identidade miscigenada. Portugal analisava os brasileiros como um povo de características indefinidas, composto de muitas raças distintas, gênero de vida diversificado, dado a isso de difícil definição do caráter nacional, descrevia-o como principais traços a vivacidade e a agudeza somada a certa leveza, que nem sempre a reflexão alcança moderar (*O Panorama*, 1838, Vol. II, 3º da 2ª Série, nº 46, pp. 82-83).

Segundo essa matéria, já se fazia difícil mensurar a população do império brasileiro; sendo então já percebida a rapidez do crescimento populacional no sertão.

Figura 25 – *O Panorama*, nº 46, 1838 – Brasil III População, carácter, usos e costumes dos habitantes – productos



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1838/N46/N46_master/N46.pdf>. (Acedido a 03. Fev. 2021).

Àquele tempo, já era bem complicado mencionar com precisão o tamanho da população brasileira, diante das tantas diversidades étnicas identificadas, das inúmeras tribos indígenas que habitavam a região Norte e demais proximidades, da imensa complexidade que fazia-se presente ao buscar entender a formação da identidade nacional do povo brasileiro. Ademais, a extensão territorial também dificultava, conforme percebida na descrição dessa citação a respeito dos povos indígenas:

A incerteza que ha a respeito da população geral do Brasil, é ainda maior pelo que toca aos aborígenes, ou indios naturaes, os mais habeis estatísticos deram-lhes, por assim dizer, á toa, 250: 400 almas. É claro que não ha modo nenhum de ir fazer o recenseamento das numerosas tribos que habitam ainda na Amazonia, e nas vastas selvas das antigas capitaneas de Goyaz e Matto-Grosso, quando difficilmente se poderia avaliar a população índia da banda oriental, com que se tem muito tracto e frequencia (*O Panorama*, n° 46, anno 1838, p. 82).

Leu-se, através dessa narrativa, o quanto era numerosa, além de complexa e diversificada, a população brasileira, o que inclusive muito dificultava para levantar um censo, atribuída essa dificuldade também à sua enorme dimensão geográfica. Desse modo é retratada tal complexidade e amplitude:

Composto de tantas raças distinctas, habituado, segundo a situação das provincias, a genero de vidas tão diversos, o povo brasileiro não é daquelles cujo caracter se possa escrever exactamente em breves palavras. Comtudo, talvez não fosse arrojada opinião o compara-lo aos francezes, ou antes chamar aos brasileiros, os francezes da America. Se entre elles se considerarem individualmente os homens das raças diferentes e até oppostas, do que a nação é formada, difficultoso será fazer uma idea apurada do caracter nacional, cujo principaes toques são a vivacidade e agudeza junctas a certa leveza, que nem sempre a reflexão alcança moderar. Tem commumente os brasileiros notável aptidão para as sciencias e das boas lettras, e é de esperar que de futuro venham para esta parte a servir de modelo ao resto do Novo-Mundo (*O Panorama*, n° 46, anno 1838, p. 82).

Além de se referir ao singular e exclusivo “caracter nacional” do povo brasileiro, a matéria dá ênfase às características do comportamento diferenciado do nosso povo, destacando a “vivacidade e agudeza junctas a certa leveza”, traços que nos remetem a muitas interpretações, cheias de estereótipos, mitos e jargões populares, os quais naturalizamos; como exemplos os de espertos (em relação ao jeito de agir, de querer enganar, dar-se bem, o famoso “jeitinho brasileiro”), a leveza, de sermos “tão bonzinhos”. Estereótipos que dão margem a variadas interpretações: bonzinho (manso por natureza, receptivo), ou aproveitador (sempre apresenta um jeitinho brasileiro de resolver as coisas), malandro; ou, de um modo geral, inconsciente de seus deveres e direitos etc., conforme abordado no capítulo dois, pelos autores Prado (1928), Ribeiro (1995) e Hans Staden (1981).

A matéria fez uma comparação dos brasileiros aos franceses, a apontar a aptidão (em comum) para as ciências e as letras na premissa de que os brasileiros cheguem um dia a tornarem-se exemplos para o restante do “Novo-Mundo”, percebidos como um povo detentor de admirável capacidade para o estudo científico e de literaturas importantes, e que um dia tornem-se espelho aos demais países das novas terras descobertas à época.

Outro destaque que chamou a atenção na matéria, já percebido há cerca de oitenta e três anos, e que se naturalizou na sociedade brasileira, foi sobre o caráter diversificado dos habitantes de cada província entre as regiões brasileiras, o comportamento e atitudes, posturas entre elas, apresentado pela opinião pública e que a história encarregou-se de conduzir aos dias atuais. Nesse parágrafo, alguns estereótipos estão inclusos:

O caracter dos habitantes de cada uma das provincias já está marcado por uma especie de opinião pública, que atribue a estes ou áquelles tal ou tal qualidade. O paulista passa por teimoso, valente, ou emprehendedor; o habitante de Minas por leal e agasalhador; o de Seregipe por vingativo; o pernambucano por independente e isento. Certo é que cumpre andar pelo Brasil para julgar da exacção destas distincções, que existem em todas as nações grandes da Europa, e que não podem deixar de se ir modificando segundo o augmento que houver na industria e na bondade das leis e instituições (*O Panorama*, n.º 46, anno 1838, p. 83).

O fato é que, passados anos, essas características persistem. Ademais, o sotaque afeta o modo de falar de norte a sul do país, dadas as dimensões continentais do Brasil; afinal, somos um país formado por vinte e seis estados e o Distrito Federal, e por uma população com mais de duzentos milhões de habitantes, a falar o mesmo idioma, o português, só que, de acordo com a localização geográfica, há diferença entre os sotaques.

Como fecho desse assunto, a matéria reconheceu a nação brasileira como detentora de todos os recursos “moraes e intellectuaes” fundamentais para se tornar uma grande nação a reluzir no universo.

A respeito das comunidades indígenas, reconhecidas como não civilizadas, os visitantes reconheceram-nas capazes para fazerem parte da sociedade “civilizada”. Ainda que sem conhecimentos, demonstravam virtudes merecedoras de apreço, visto que, no ato de se relacionarem com os viajantes, evidenciavam serem pessoas de confiança. Muito embora demonstrassem um ar de autoridade, pressupõe-se que para

que não fossem lesados nem tampouco humilhados por desconhecidos que adentravam suas terras. Assim, entendeu-se, conforme o parágrafo transcrito a seguir:

Pelo que toca aos índios que ainda vivem fóra das branduras e bom viver da civilização, cabe aqui dizer que são aptíssimos para virem a entrar no gremio da sociedade, e que no meio de sua bruteza, lá dão signaes de algumas virtudes dignas de estimação. Do valor destes índios se encontram boas provas dos viajantes, assim como da boa fé com que guardam seus contractos, quando a frequentação dos europeus lhes não tem mostrado que a má fé também ás vezes lhe é precisa para não serem enganados e opprimidos (*O Panorama*, nº 46, anno 1838, p.83).

Diante dessa imagem descrita e interpretada, entendeu-se que a matéria fundamentada na aptidão desse povo para o desenvolvimento do trabalho e da indústria, suscita a leitura da célebre obra do bispo de Pernambuco, Azeredo de Coutinho, intitulada “Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias”, prova de se contrapor a premissa de Montesquieu (referenciado filósofo francês) a respeito da “inabilidade e covardia dos povos dos países quentes”, argumento útil para testemunhar e argumentar tal ponto de vista.

Pôde-se afirmar que esse artigo foi valioso no sentido de aprofundamento e abrangência de todos os assuntos referentes a essa categoria – “Brasil Etnográfico”, estendendo-se por si ao “Brasil Produtivo”, categoria a ser abordada a seguir, a referir-se às “minas de ouro” do Brasil. Nesse contexto, pode-se afirmar mais uma vez que todas as matérias encontradas sobre essa temática abordaram assuntos em comum, o que proporcionou a opção por analisá-la detalhadamente. Sendo assim, segue posicionamento sobre os costumes e usos no contexto das variadas raças e etnias, segunda subcategoria desse item, que ocupou um percentual de 33% do total dessa categoria.

O que dissemos a respeito do character pode-se em grande parte aplicar aos costumes. Pelo que toca às diversas raças, as nações indígenas vão perdendo gradualmente o seu instincto primitivo, e os pretos, privados da liberdade, amoldam a indole aos costumes que os obrigam a tomar; faça-se, porém, justiça: neste paiz de senhores e escravos, longe estão os costumes de serem crueis, como em muitas colonias europeas; e desaffogamente se póde affirmar, que em nenhuma região do Novo-Mundo, são mais bem tractados os pretos: e cumpre notar que as distincções que nascem da côr da pelle, moralidade, os costumes dos brasileiros parecem-se com os dos outros povos das zonas torridas; e desgraçadamente, o clero, que é numeroso, sempre se mostra austeramente puro. Da religiosidade no Brasil podemos dizer que tem toda a parecença com a de Portugal; isto é, consiste em mais cerimoniaes externas, do que em espirito e em verdade (*O Panorama*, nº 46, anno 1838, p.83).

Pôde-se ler, nesse pensamento, que àquela época já era visualizado e previsto o que ainda hoje é comum na nossa sociedade, a preocupação com a perda da identidade,

dos costumes, da naturalidade daqueles povos indígenas, causada por pressão da sociedade de consumo, do não se contentar mais com o que seu meio oferece ou não poder extrair mais o necessário para sua sobrevivência, dada a destruição dos recursos naturais, e a perda do desfrute das condições que a natureza oferecia-lhes.

Nesse sentido, pode-se entender que a migração dos povos indígenas (e não apenas deles) para os centros urbanos é muito grande, em busca de sobrevivência, uma vez que, com o desmatamento florestal, a evolução tecnológica, a devastação do meio ambiente, são obrigados mais e mais a lutar para sobreviverem, fato que implica em perda dos seus espaços naturais e, ao mesmo tempo, em não conseguirem o equilíbrio na sociedade capitalista.

Infelizmente, o mesmo sucedeu-se com o processo de abandono de suas línguas, quando foi instituído a aprenderem a língua do branco (o português) e perderem o contato com a sua língua nativa (étnica), e depois terem que reaprender a sua, ou seja, nem aprenderam a língua dos povos brancos nem mantiveram a língua nativa.

A respeito da discriminação racial, a exemplo do que ocorreu com os costumes, entendeu-se que não houve evolução: a sociedade continua a tratar diferente e oferecer menos oportunidades àqueles considerados “de cor”, muito embora tenham surgido movimentos de combate ao racismo.

A diversidade regional persiste atualmente, seja na cultura, no sotaque, no linguajar, na dança ou na forma de se relacionar, o que acarreta, muitas vezes, uma interpretação errônea, e não cultural, como deveria ser, manifesta-se em forma de discriminação social e/ou racial caracterizada entre as regiões.

A questão é tão complexa que se torna difícil entender e lidar com tais diversidades ao ponto de causar comportamentos estranhos em habitantes de algumas regiões, a provocar o desejo de se tornarem “um país independente”, ou seja, a não unificação nacional, como é o caso da região sul, formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde já ocorreram movimentos separatistas²⁶ nesse sentido.

²⁶ Os movimentos separatistas no Brasil são mobilizações que pregam o independentismo de certos territórios brasileiros, geralmente baseados no conceito de autodeterminação dos povos. Suas motivações podem ser religiosas,

Grandes diferenças sociais são constatadas e a cada dia tornam-se mais visíveis, com as mudanças ocorridas no contexto político, econômico e social. No estudo da formação do povo brasileiro, percebida como complexa, dada tamanha diversidade racial, identificaram-se nas narrativas diferenças entre as próprias tribos indígenas habitantes no solo brasileiro àquele período.

Nessa perspectiva, a matéria realçou o Rio Amazonas, as qualidades das tribos que lá residiam, tidas como guerreiras, e deu uma atenção especial à língua, às raças indígena e negra, bem como referenciou a civilização sob domínio dos missionários no intuito de catequizá-los, conforme citado abaixo:

É nas extensas regiões banhadas por este rio que se encontram numerosas tribos de índios (...) Grande parte d'esses índios, pertencentes à raça negra, estão *aldeados*, ou civilizados. Às luzes da civilização, levadas até aos confins dos sertões pelos missionários, ou pelos *martyres da sciencia*, *teem* convertido e disciplinado o gentio e feito d'esses entes embrutecidos, ferozes e selváticos, homens prestantes a sociedade (*O Universo Ilustrado*, 1884, Tomo V, 2º Anno I. p. 20).

Destacou-se o Rio Amazonas, abordado com profundidade na categoria “Brasil Geográfico”. Na realidade, parte da população foi catequizada, conforme historiografia, e não civilizada, o que gera uma enorme diferença. Catequizar não é o mesmo que educar, civilizar, onde cada um adquire sua formação de opinião, expressão de liberdade, conforme tanto pregou o ilustre pedagogo brasileiro Paulo Freire em sua obra “Pedagogia do Oprimido”.

Quanto ao “caráter” do povo brasileiro, pode-se levar em consideração a autoimagem construída pela opinião pública, a citar: o sulista é frio, o nordestino é caloroso; imagina-se que influenciado pela condição climática, conforme descrito na categoria “Brasil Geográfico”. Tudo isso serviu de subsídios para impossibilitar a definição de uma imagem que trace uniformemente a identidade do povo brasileiro. Pode-se concluir que, devido à imensa diversidade interregional, aos variados sotaques, costumes, tonalidades de pele, uma notável imagem foi criada pela opinião pública e por si autorreferenciada.

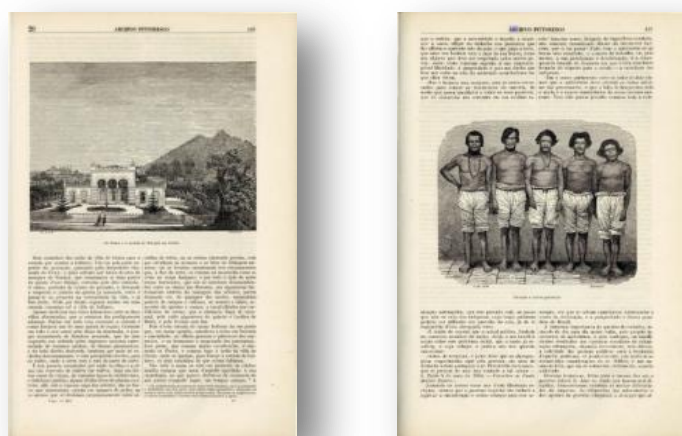
políticas, culturais ou econômicas. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimentos_separatistas_no_Brasil#:~:text=Os%20movimentos%20separatistas%20no%20Brasil,%2C%20pol%C3%ADticas%2C%20culturais%20ou%20econ%C3%B4micas>. Acedido em 20. Jul. 2020.

Um padrão que bem traduz essa percepção seria: a população da região Sul, dada a forte influência que sofreu do europeu (branco), comporta-se naturalmente de forma diferenciada dos povos de outras regiões, atribui-se à razão por terem adquirido maior herança dos negros e indígenas.

No que diz respeito às características ressaltadas na personalidade do povo brasileiro, como “vivacidade, somada à agudeza e certa leveza” em *O Panorama* (1838), entendeu-se que resultam da mistura das raças e sutilmente destacam-se no caráter do povo brasileiro, herdadas de outros povos.

A revista *Archivo Pittoresco*, número 20, de 1864, páginas 156 a 158, publicou um artigo da autoria de I. de Vilhena Barbosa, intitulado “Brasil – Deputação de índios Guaranyes, ao presidente da província de S. Paulo”, que relata o movimento das missões indígenas em busca de melhorias, rumo ao progresso da civilização.

Figura 26 – *Archivo Pittoresco*, nº 20, 1864 – Matéria Deputação de índios Guaranyes, ao presidente da província de S. Paulo



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1864/TomoVII/N20/N20_master/ArquivoPittoresco1864N20.PDF>. (Acedido a 25. Jul. 2020).

A referida delegação dirigiu-se ao presidente da província de São Paulo no ano de 1864, com a missão de pedir ao governo provincial recursos para regularização do terreno ora ocupado pela aldeia onde residiam:

os progressos que a civilização vae fazendo entre os gentios d’aquella parte da America, mas tambem porque, tratando-se de um facto importante para o futuro desenvolvimento do Brasil, o nosso paiz, ligado como está com aquelle imperio por tantos e tão variados

vinculos, não pode deixar de applaudir, e regozijar-se com tudo quanto seja tendente a promover a sua prosperidade (*Archivo Pittoresco*, 1864, Tomo VII, nº 20, p.156).

Pôde-se interpretar a mensagem repassada nesse artigo como um ato em busca do desenvolvimento do país, um sinal de progresso para o estado brasileiro. Luta essa que persiste até os dias atuais, pelos movimentos da reforma agrária, a questão da divisão de terras, problema ainda pendente no nosso país. Por outro lado, pôde-se identificar também nos povos indígenas a necessidade natural de regularizar a situação de propriedade, em favor do uso dos recursos disponíveis, conforme instigado na citação abaixo:

Não se nos diga que as raças indígenas do Brasil são por natureza avessas ao estado regular de sociedade. A observação de pessoas estudiosas tem demonstrado, que o índio brasileiro tem uma idéa mais ou menos exacta da propriedade; que como homem, se reconhece por dominador diante da materia bruta que o rodeia, que a necessidade o impelle a imprimir a santa effigie do trabalho nos productos que lhe oferta o opulento solo do paiz; e que julga a terra, que uma vez banhou com o suor da sua fronte, como um objecto que deve ser respeitado pelos outros povos, assim como reputam sagrada a sua imprescriptivel liberdade. A prosperidade é pois um direito que tem seu culto no seio da sociedade semi-barbara em que elles vivem (*Archivo Pittoresco*, 1864, Tomo VII, nº 20, p.157).

Entendeu-se que seria uma tentativa de superar obstáculos, uma vez que, de posse de terras legalizadas, tornar-se-ia mais fácil angariar recursos para garantir a sobrevivência. Infelizmente, essa questão ainda persiste na sociedade brasileira nos dias atuais. Estamos na esperança de que os representantes do povo, escolhidos por “ordem democrática”, promovam ações que solucionem muitos dos problemas sociais, com a reforma agrária, essencialmente em terras indígenas, onde visivelmente a situação é mais acentuada.

Dito isso, ressalta-se que essa invocação é recorrente ao século XIX. Em pleno século XXI, a sociedade brasileira continua nesse impasse, ainda que diante da Lei Federal Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que “dispõe sobre o estatuto da terra”, a garantir a demarcação das terras dos povos indígenas. Fundamentado na constituição atual (1988), que, de acordo com a Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, conforme reza Art. 2º:

Cumpra à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos (Lei nº 6001, 19. Dez. 1973, Art. 2º).

Lamentavelmente, a questão agrária no Brasil ainda não foi solucionada. A sociedade indígena convive ainda hoje com conflitos em buscas de reconquistar as

terras que já lhes pertenceram, diga-se de passagem; ainda que existam leis a serem cumpridas e movimentos sociais a requerer tais direitos.

Conforme análise das narrativas sobre os indígenas brasileiros no século XIX, entendeu-se que, por um lado, eram despercebidos enquanto sujeitos históricos; por outro, participaram ativamente na historiografia. O que chamava a atenção aos povos indígenas no período imperial era sua cultura, a formação da identidade étnica, e, nesse contexto, as questões agrárias, que continuam pendentes na atualidade.

Conforme as imagens colhidas nas narrativas das revistas ilustradas portuguesas (principais fontes documentais pesquisadas), percebeu-se ainda que, no Brasil oitocentista, os indígenas atuavam e lutavam pela conquista de seus direitos conforme alcance permitido, apesar de que os processos de civilização e mestiçagem tinham-nos como sumidos, muito embora, não era descartada a intenção de incorporá-los à sociedade na posição de cidadãos civilizados, com o intuito de servirem como de trabalhadores eficientes. Trazendo para o hoje, pode-se admitir que essas perspectivas vêm sendo desconstruídas.

O estudo permitiu concluir, mesmo que brevemente, que as comunidades indígenas, aos poucos, estão a sair do ostracismo estruturado no século XIX, a ocupar o espaço conquistado e recuperado nos séculos subsequentes (XX e XXI), apoiadas por movimentos nos quais elas próprias têm tido relevante participação. Os processos que ainda giram em torno da afirmação da nossa identidade, somados à história da maioria dos povos que nos originaram, sinalizam a importância de se repensar a presença e a atuação indígena na história do século XIX.

Entendeu-se que, mesmo no sentido contrário da historiografia Oitocentista, os pesquisadores brasileiros (historiadores, antropólogos etc.) indigenistas seguem, ainda que morosamente, em busca da inclusão social e sua posição ocupada no início de nossa história. Sendo assim, uma colaboração para um entendimento mais amplo da tão complexa história do Brasil e da formação da identidade do nosso povo.

Do conceito “gêneros de vida diversos”, extraído da revista *O Panorama*, nº 46, p. 82, recorreu-se à identidade de gênero, traço marcante na cultura brasileira, onde o homem é apontado como machista, porém, a cultura da sociedade é instruída para contribuir para tal. Uma vez que a mulher, ao desempenhar o papel de mãe, a sociedade

educa a mulher para a cozinha e o homem para a rua, de modo que este participa muito pouco na educação dos filhos, convencido de que “isto é coisa para mulher”. As diferenças fazem-se, inclusive, na cor da roupa, onde se estigmatizou que o homem deve usar a cor azul e a mulher a cor rosa. Tal fato ocorreu recentemente, nas palavras de Damares Alves²⁷, com a seguinte declaração em discurso no plenário: “menina veste rosa e menino veste azul”; afirmativa que gerou grande polêmica nas redes sociais e obrigou-a a se retratar.

Fatos como esse são naturalizados na nossa cultura, essencialmente nas comunidades indígenas, onde a prática manifesta-se com maior intensidade. No ano de 2002, no *Quarup*²⁸ do antropólogo Orlando Villas Boas²⁹, ocorrido no Parque Nacional do Xingu, presenciou-se, notadamente, a assimetria de comportamento, assim como o tratamento diferenciado entre gêneros nos povos indígenas.

No que se refere ao idioma, aferiu-se a marcante influência de Portugal, o que irmanizou os dois países irmãos. Assim como sofremos influência de outras línguas estrangeiras, a citar a presença dos colonos Alemães em terras brasileiras e seu encantamento com a diversidade de idiomas.

Conforme o entendimento gerado pela ideia central, seguindo o exemplo das demais categorias, destacaram-se, das matérias analisadas, algumas expressões sugeridas. Uma vez que se identificou a mesma abordagem e assuntos comuns em diversas revistas, optou-se por aqueles assuntos de maior representatividade para o estudo e arbitrariamente de conteúdo mais extenso.

²⁷ Damares Alves é a atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo do Brasil.

²⁸ O *Quarup* é um ritual de homenagem aos mortos ilustres, celebrado pelos povos indígenas da região do Xingu, no Brasil.

²⁹ Orlando Villas Boas, sertanista brasileiro. Um dos três irmãos fundadores do Parque Nacional do Xingu, junto ao antropólogo, escritor e político brasileiro Darcy Ribeiro.

Quadro 9 – Amostra de dados qualitativos da categoria Brasil Etnográfico.

Ideia central	Expressão sugerida	Fonte
Caráter nacional de difícil definição	“É difícil determinar positivamente qual seja em verdade a população do Brasil. Define-o assim como um país de Identidade miscigenada. Portugal analisava os brasileiros como um povo de características indefinidas, composto de muitas raças distintas, gênero de vida diversificado, dado a isso de difícil definição do caráter nacional, descrevia-o como principais traços a vivacidade e a agudeza somada a certa leveza, que nem sempre a reflexão alcança moderar”.	<i>O Panorama</i> , 1838, Vol. II, 3 ^o da 2 ^a Série, n ^o 46, pp. 82-23.
Diversidade nas gêneses tribais	“‘Topinambás’ como a mais famosa pelas qualidades guerreiras, e pelas espécies de leis e políticas, porque se regia. A sua língua, que se pode dizer ter sido a geral, é a qual ainda hoje se fala entre os pretos e brancos”	<i>A Ilustração Luso-brasileira: jornal universal</i> . 1856, Vol. I, n ^o 36, pp. 287-288.
A influência no idioma	“A influência sempre crescente que eles adquiriram entre os selvagens, principalmente nas tribos guerreiras e populosas dos Tamoyos e dos Tupinambás”.	<i>O Universo Ilustrado</i> , 1567, n ^o 19, s/p.
A influência estrangeira nos costumes e língua	“Povoada por colonos Allemaes (...) o Brazil, de certo ficará encantado com a diferença de costumes e até de linguagem que encontra nessa Cintra brasileira, como alguns a tem já denominado. (...) O que vem justificar mais ainda a mistura que causou a formação do povo brasileiro. Dentre os destaques agradáveis do lugar, complementa e se juntarmos os costumes dos alemães, que lhe dão um carácter inteiramente europeu, veremos que esse logar é hoje um dos mais aprazíveis do Brasil”.	<i>O Recreio Popular</i> , 1885, Vol. I, n ^o 21, pp. 9-10.
O Progresso via comércio marítimo	“Ao eliminar a escravidão e ao tornar a população mais livre formada esta por brancos, mestiços e mulatos, esta população achará na cultura do seu rico terreno os meios de desenvolver e crescer (...). A agricultura dos variados produtos desta região fértil e opulenta dará empregos aos braços, e por isso o Brazil por longo tracto de anos tirará da Europa os objetos da indústria fabril, e nisso abre-se um brilhante futuro ao commercio marítimo das nações que souberem aproveitar-se!”	<i>A Ilustração Jornal Universal</i> , 1855, Vol. I, n ^o 12, p. 197.

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Diante dessas informações, pôde-se concluir que, no percurso do primeiro século pós-independência, o “Brasil Etnográfico” foi fonte de muitas investigações e discussões sobre a formação da identidade do seu povo, devido à forte e miscigenada influência nessa composição. Fato, até hoje não se deu por compreendido. Seja em

relação à identidade cultural, à língua, aos costumes, tudo de origem muito complexa. Uma luta desde o século Oitocentista deu-se com o fim da escravidão, na esperança de que uma nação formada por homens livres para pensar, para fazer, para se construírem, estaria pronta para o progresso diante de tantos recursos naturais que lhe foram cedidos. Infelizmente, essa luta continua.

4.2.5 Brasil Produtivo – Brasil Abundante

Nesse subitem, contemplou-se o resultado da categoria “Brasil Produtivo”, conforme citado anteriormente, classificada de acordo com o número de ocorrências de matérias encontradas, ocupando o quinto lugar, a apresentar matérias sobre produção agrícola, comércio, indústria e minérios, num total de 24 (vinte e quatro) matérias. Partiu-se da perspectiva de que o Brasil era visto como uma terra agraciada por riquezas naturais, com muita riqueza a ser explorada e que muito prometia para o seu progresso diante de um futuro promissor, conforme abordado no material historiográfico pesquisado, essencialmente, nas revistas ilustradas portuguesas.

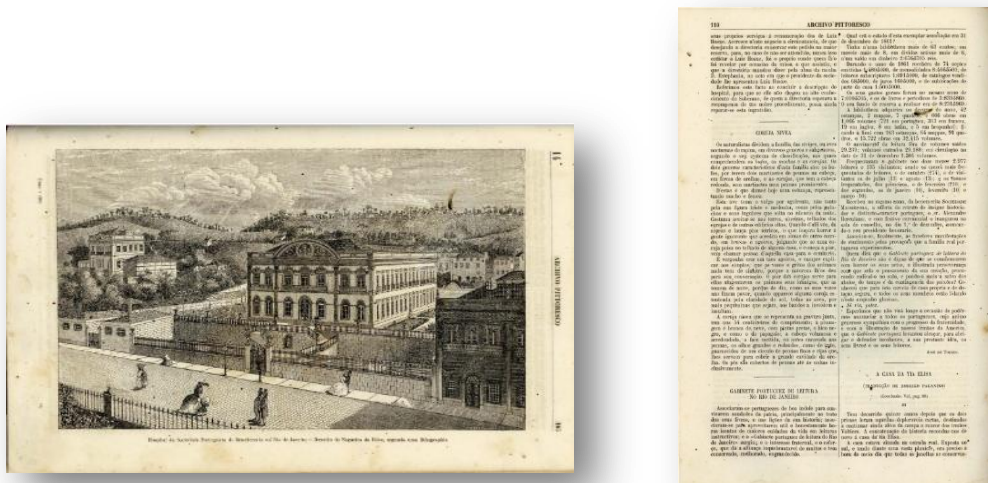
Apresentou-se, por entre os resultados colhidos nas amostras, quais foram as imagens e narrativas que essas revistas deram ao Brasil no setor econômico. Definiu-se, como subtítulo, “Brasil abundante”, uma vez que as matérias dessa categoria relacionaram-se ao progresso da economia do império brasileiro. Encontraram-se textos sobre agricultura (a abranger a ocupação das terras e o cultivo de plantações), comércio (importação e exportação de produtos e meios de transportá-los), indústria (têxtil, construção civil, etc.) e mineralogia (exploração dos recursos naturais e produção de matérias primas).

Analisaram-se as 24 matérias elegidas nessa categoria, que somaram 4% da amostra total da pesquisa, sendo distribuídas nas subcategorias assim descritas: em primeiro lugar, surgiu a subcategoria “Agricultura”, com oito matérias, relativas a 33% do total dessa categoria. Nessa, os textos abrangeram o cultivo e produção do café, do algodão e do açúcar, seguida da subcategoria “Comércio”, com 29%, resultante de sete

matérias, que exploraram os meios de transportes e recursos marítimos, como os navios, portos e embarcações, meios de condução utilizados para facilitar os negócios envolvendo a importação e exportação dos produtos comercializados. A década em que mais apareceram matérias foi a de 1834 a 1843, com destaque para os itens sobre o desenvolvimento do comércio e da indústria no Brasil.

Em terceiro lugar, com cinco matérias, correspondendo a 21% do total da categoria, situou-se o assunto “Indústria” (construção civil), com abordagens sobre construções de rodovias, bancos, casas de beneficência, igrejas e conventos. Inclusive, foi citado em um desses artigos o “Gabinete portuguez de leitura no Rio de Janeiro” que, segundo o relato, foi construído para os portugueses “suavisarem saudades da patria” (*Archivo Pittoresco*, nº 14, 1862, p. 110).

Figura 27 – *Archivo Pittoresco*, nº 14, 1862 – Gabinete Portuguez de leitura no Rio de Janeiro



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1862/TomoV/N14/N14_master/ArquivoPitoresco1862N14.PDF>. (Acedido a 19. Jul. 2020).

O artigo descreve a condição da considerada “exemplar associação” fundada no ano de 1861, trazendo dados como investimentos em acervos (livros, periódicos) e fundos de reserva para aquisição de materiais diversos, como estampas, mapas, quadros, obras de arte e volumes em diversos idiomas, entre francês, português, latim e espanhol. Apresenta dados também quanto à frequência daquele espaço, distribuída entre leitores

e habitantes. Teve como presidente honorário o historiador português Alexandre Herculano.

Por último, apareceu o item “Mineralogia”, com quatro matérias, atingindo 17% do total dessa categoria. Nessa subcategoria, foram tratados, de maneira singular, assuntos sobre a riqueza e exploração dos minérios.

Tabela 6 – Categoria Brasil Produtivo

<i>Subcategoria</i>	<i>Características</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
<i>Agricultura</i>	Cultivo: café, algodão, açúcar.	8	33%
<i>Comércio</i>	Navios, portos, embarcações.	7	29%
<i>Indústria</i>	Construções: rodovias, bancos, pontes, casas de beneficência, igrejas e conventos.	5	21%
<i>Mineralogia</i>	Ouro, minérios, pedras preciosas, metais.	4	17%
TOTAL		24	100%

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Conforme resultados alcançados, seguiu-se aqui com a discussão da dimensão qualitativa, assente nos trechos destacados das matérias selecionadas, interpretados à luz da narrativa abordada por Motta (2005).

As narrativas são fatos culturais (não apenas literários). Em suas expressões linguísticas, os humanos se expressam construindo blocos semanticamente coesos que dão tessituras às histórias (Motta, 2005, p. 15).

Nesse sentido, conforme Motta (2005), a validade das coisas, digamos, faz-se a partir do falar, narrar, descrever, registrar, relatar.

Na perspectiva de analisar esse item sobre produção e desenvolvimento agrícola do Brasil à época, muitos foram os destaques encontrados sobre os meios de comunicação, apontados como principais fatores para o desenvolvimento da agricultura e a respectiva expansão do comércio, a partir da história da agricultura, conforme citação:

Um dos elementos mais indispensáveis para o melhoramento da agricultura n’um paiz, é a facilidade das communicações; todos sabem que sem ella não é possível o commercio,

não se dá a concorrência, não existe o consumo em uma escala larga e animadora (*A Epoca*, nº 5, 1848, p. 67).

Visualizou-se, nessa matéria, de forma aprofundada e expressiva, a relevância dada aos meios de comunicação para o desenvolvimento do comércio entre os países. No caso do Brasil, à época, para a comercialização dos produtos agrícolas, uma das maiores fontes de riqueza para o seu progresso.

Figura 28 – *A Epoca*, nº 05, 1848 – Esboço de uma história da agricultura



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AEpoca/N05/N05_master/AEpoca_N05_1848.pdf>. (Acedido a 08. Fev. 2021).

O artigo em análise relata a preocupação dos portugueses em facilitar os meios que promoviam a agricultura. Contavam com o impulso dado à agricultura por Marquez de Pombal, fonte de prosperidade pública, com o objetivo de importar o que havia de melhor nas nações estrangeiras; fato que perdurou enquanto durou seu reinado. Com a mudança de reinado, a agitação da guerra pela França, mudanças ocorreram e abalaram Portugal. Sendo assim, a côrte portuguesa deixou o reino em risco e partiu em busca de paz em terras mansas e distantes. Assim foi interpretado esse crítico momento de Portugal:

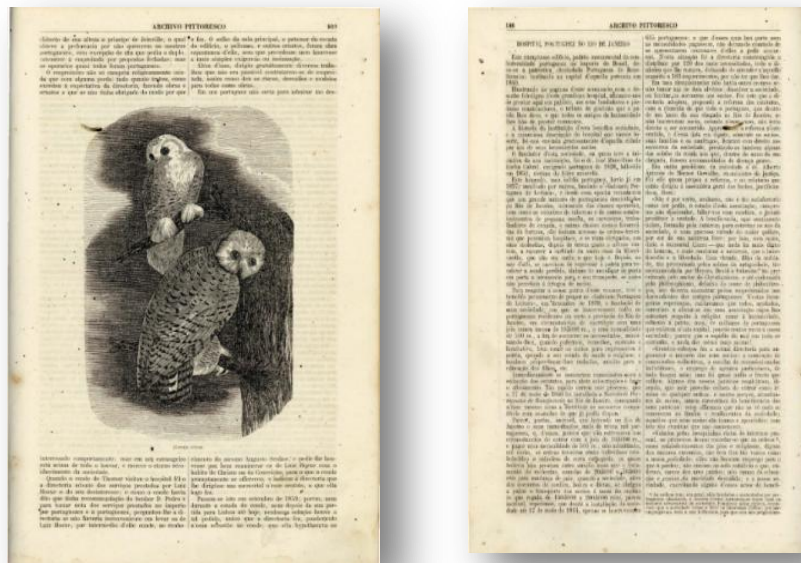
Desde esse instante Portugal foi votado pelo poder á guerra e aos sacrificios; em quanto á nação pelejava pela liberdade, sacudindo suberba ao jugo estrangeiro, estavam no Brazil, a abrir-lhe a sepultura, e a derrocar-lhe os alicerces da sua ultima grandeza. Fizeram do Brazil a metropole, e de Portugal uma colonia. Nesta epoca foi o Brasil dotado de muitas leis importantes, de muitas instituições uteis. A lei das sesmarias foi applicada: creou-se um Banco no Rio de Janeiro; montou-se uma imprensa regia; organisaram-se tribunaes particulares para aquelle paiz; deu-se-lhe o titulo e a dignidade

de reino, isto é, a independência; e finalmente em 1810 determinou-se que a expedição para a Índia em vez de partir de porto de Lisboa partisse do Rio de Janeiro (*A Epoca*, nº 5, anno 1848, pp. 67 – 68).

Pôde-se observar que esse foi um período de grande desenvolvimento para o Brasil em vários setores, ao passo que Portugal atravessava uma intensa crise, a consumir-se pela então guerra e outros problemas que se seguiram; não vem ao caso citá-los aqui, visto que esta pesquisa é de caráter histórico-cultural, muito embora, não haja como desvencilhar-se do contexto político.

No ano de 1862, a revista *Archivo Pittoresco* publicou um artigo às páginas 106 a 110, intitulado “Hospital Portuguez no Rio de Janeiro”, com o intuito de prestar uma homenagem ao público, como forma de gratidão tanto à pátria quanto aos amigos fundadores e mantenedores daquela instituição. Referiu-se a um monumento da confraternidade portuguesa construída no império do Brasil, instituída pela “Sociedade Portuguesa de Beneficência”, no ano de 1840, sediada na cidade do Rio de Janeiro, a então “capital daquela potencia”, pelo fundador dr. Jose Marcellino da Rocha Cabral, emigrado português em 1828, o mesmo fundador do “Gabinete Portuguez de Leitura”. Destinava-se a acolher os emigrados portugueses, domiciliados naquela cidade, que eram numerosos e pertenciam às classes de menor poder aquisitivo, portanto sem acesso aos tratamentos de saúde.

Figura 29 – *Archivo Pittoresco*, nº 14, 1862 – Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência – RJ



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1862/TomoV/N14/N14_master/ArquivoPitoresco1862N14.PDF>. (Acedido a 01.jan. 2020).

O “Gabinete Portuguez de Leitura”, construído na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1881, em comemoração ao tricentenário de Camões – autor dos Lusíadas, tratava-se de uma suntuosa construção, sendo assim reconhecida: “uma solida, santa e progressiva instituição da colonia portugueza do Rio”. O artigo, de autoria de Gervasio Lobato, foi publicado em partes que, como um todo, debruçou-se a narrar sobre a história, o objetivo, construções, festejos e personalidades ilustres que por lá transitaram.

Segundo Gervasio Lobato, para conhecimento dos leitores, essa instituição sempre teve sob direção os homens mais atuantes, inteligentes e patriotas que representavam a colônia portuguesa. Foi construído para homenagear os compatriotas portugueses que honraram e fizeram honrar Portugal no Brasil ao suscitarem entusiasmo aos habitantes da capital do império.

Figura 30 – *O Occidente*, nº 80, 1881 – Fachada do novo Edifício do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1881/N80/N80_master/N80.pdf> (Acedido a 11. Set. 2020).

Entendeu-se, nesse artigo, a intenção da construção dessa instituição como uma ponte para divulgar Portugal para os brasileiros, assim como promover a cultura, as artes, as letras e a leitura. Ademais, um ambiente para diversão e propício para se socializar com o povo, a mostrar o que há de melhor na literatura, na cultura e um ponto de encontro dos intelectuais.

No contexto do desenvolvimento da indústria e comércio, favorável ao comércio interior e estrangeiro, sobressaiu-se a matéria que retrata a relevância da

construção de estradas de ferro como um meio de transporte facilitador para desenvolver o comércio e, conseqüentemente, obter impacto no crescimento da agricultura para incrementar os negócios. Ademais, suprir a necessidade de levar a civilização às demais províncias.

A revista *Archivo Pittoresco* (1865) publicou a matéria intitulada “Brasil – estrada normal de Petropolis ao Juiz de Fora”, de autoria de I. Vilhena Barbosa, com a descrição da construção da ponte, da sua importância para reduzir os caminhos entre as províncias. O autor destacou as palavras proferidas pelo imperador D. Pedro II, em 12 de abril de 1856, como resposta ao discurso que lhe dirigiu o Sr. Marianno Procopio Ferreira Lage, diretor presidente da Companhia “União e Indústria”, responsável pela construção daquela estrada:

Uma empresa, cujo fim é a construção de uma estrada que ligue duas províncias tão importantes, e que, continuando talvez para o futuro até ás margens do segundo rio do Brasil, reunirá o interesse de seis províncias, de certo merece ser chamada patriótica (...)
(*Archivo Pittoresco*, 1865, 8º Anno, nº 13).

Interpretou-se o reconhecimento à empresa construtora da estrada como um ato democrático a favor do desenvolvimento do país e construção da unidade nacional.

Figura 31 – *Archivo Pittoresco*, nº 13, 1865 – A Ponte americana ou de Carlos Gomes, na estrada de Petropolis ao Juiz de Fora



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1865/TomoVIII/N13/N13_master/ArquivoPitoresco1865N13.PDF>. (Acedido a 01.jan.2020).

Deu-se realce a essa matéria, dada a importância que foi atribuída à época às construções civis, com o intuito de facilitar o acesso e a comunicação entre as províncias em função do desenvolvimento do Brasil, assim como o reconhecimento desse fazimento pelas palavras de D. Pedro II, o imperador, para o futuro da nossa nação.

Quanto à riqueza do minério, ressaltaram-se as características consideradas como muito peculiares, pela facilidade com que brotavam nas rochas, nos vales e nas montanhas, num aspecto completamente selvagem. Também se suscitou a dúvida sobre poder ou não mensurar a abundância de ouro existente naquela imensidão, por estar espalhado nos mais abrangentes rincões possíveis.

Os arredores de Villa-Rica têm hum caracter inteiramente particular: não só as rochas, os pequenos valles e as cataratas lhes dão hum aspecto selvagem, mas fica-se tambem ali surprehendido d'essas roturas do solo que a exploração das minas tem operado em todos os sentidos. Não he facil formar idéa da abundancia do ouro n'aquelle paiz: ao redor da villa acha-se este metal espalhado nas eminencias, nas planicies, no leito dos rios e dos regatos, na poeira das estradas, e até no lixo das casas; succede algumas vezes, que, arrancando-se hum planta, se achão suas raizes cubertas de palhetas d'ouro, quê as aguas pluviaes têm n'ellas accumulado (*O Panorama*, vol. II, nº 51, 1838, p. 126).

Pôde-se presenciar, o quanto surpreendia a valiosa quantidade de minérios espalhados pelos recônditos daquele imenso e singular solo, lugares que, por mais simplórios que parecessem, atraíam mais e mais visitantes e exploradores, a encherem seus olhos com o desejo de colhê-los e de explorar mais e mais aquele solo brasileiro.

Figura 32 – *O Panorama*, nº 51, 1838 – Ouro das Minas no Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1838/N51/N51_master/N51.pdf>. (Acedido a 08. Fev. 2021).

Nessa mesma perspectiva, ao interpretar a ideia central, a expressão sugere a imagem do Brasil como um país abundante em minérios, diante da fertilidade de suas cordilheiras e de minas valiosas a serem exploradas. Objeto que muito despertou o interesse dos visitantes em explorar suas riquezas em prol de seus benefícios. Na matéria “Oiro das Minas no Brasil”, permite-se ler:

A porção do ouro tirado da provincia de Minas-Geraes desde 1700 até 1820 orça por 35: 687 arrobas (...). Acrescentando a este espantoso peso de ouro o extraviado por contrabando confiscado e calcula-se o total do ouro, tirado das minas do Brasil desde 1600 até 1820, em 63.417 arrobas, no valor de (...)” (*O Panorama*, 1838, Vol. II, nº 51, p. 126).

A ideia que emerge desta citação é a de que o Brasil era percebido como um país repleto de riquezas naturais, onde abundavam as matérias-primas de grande valor comercial e de interesse para o mundo. Ainda sob os olhares dos contrabandistas, um produto de valor imensurável.

No mesmo contexto, a matéria da revista *O Panorama* nº 77, de 1838, intitulada “O ouro dos Pinheiros” (Tradição brasileira II), afirmou em suas linhas que “é o potencial da extração do ouro (...) descobrimos minas que ainda o Brazil não conhece, voltávamos carregados de riqueza (...)”. A matéria enfatizou a grandeza da riqueza do Brasil, incalculável em minas de ouro e pedras preciosas a serem exploradas, e que nem seus próprios habitantes tinham noção do grande valor dessa matéria.

As produções quasi espontaneas de seu extensíssimo solo, regado por tantos rios caudaes que facilitam o tracto do comercio, o torna independente de outros povos, ao passo que estes dele carece para muito objetos que se teem convertido em necessidades da vida” (*O Panorama*, 1838, Vol. II, 2ª Série, nº 77, pp. 334-335).

Entendeu-se que o potencial da riqueza do seu solo foi relevado em detrimento aos dos demais países mediante suas riquezas naturais. Vislumbra-se um futuro ascendente. Sugere que, ainda que atrasado, o país é possuidor de fontes prósperas a serem exploradas. Basta boa gestão para que se consiga justificar suas grandezas, ao passo que as antigas nações europeias dependem de muito mais para prosperarem. E que governado por boas leis, em harmonia com a nação, o império brasileiro tem tudo para prosperar mais e mais, a contar com a capacidade de enxergar o horizonte de seu futuro brilhante.

Figura 33 – *O Panorama*, nº 77, 1838 – O oiro dos Pinheiros



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1838/N77/N77_master/N77.pdf>. (Acedido a 08.fev. 2021).

Mesmo a considerar as semelhanças e diferenças dos portugueses perante o fato do Brasil ter conquistado sua independência, entendeu-se, pelas narrativas das revistas ilustradas portuguesas, que Portugal preferiria manter a relação colonizador-colonizado, uma vez que não reconhecia ainda o quão seria vantajoso para si manter uma boa relação com os brasileiros. Muita gente avaliava o Brasil como um país “inculto e bárbaro”, a crer que a civilização, as artes e as comodidades da vida caberiam apenas aos europeus (*O Panorama*, 1836).

Esse ponto de vista vem a calhar com as palavras do filósofo francês Montesquieu, a reconhecer nos brasileiros o preconceito de “inabilidade e covardia dos povos dos países quentes” (*O Panorama*, nº 46, 1938, p. 83), conforme já citado e refutado por meio de abordagem na categoria Brasil Etnográfico.

O artigo intitulado “Commercio do Brasil”, publicado na revista *O Panorama*, nº 109, de 1839, páginas 234 a 236, da autoria de J. da C. N. C., precedeu um artigo, de três partes escritas no qual propôs-se a dar sequência com mais profundidade nessa quarta parte. Iniciou realçando a permanente ligação existente entre Brasil e Portugal,

assegurada por laços culturais dada a origem de identidade, os costumes e diversas circunstâncias.

Dedicou-se, portanto, a destacar a importância de sua grandeza comercial, a admiração conquistada pelo pouco tempo com que deixou de ser colônia e que transformou-se num império quando não possuía sequer permissão para usufruir das vantagens detentoras, derivadas de suas riquezas nativas.

Se nos lembrarmos esta monarchia ainda ha bem poucos anos era uma colonia, oprimida { sejamos justos } pela mãe patria, que não permitia aos brasileiros o tirarem as vantagens que podiam das suas riquezas nativas. (*O Panorama*, vol. III, nº 109, anno 1839, p. 170).

O Brasil, considerado à época o maior país de todas as Américas em exportação, com exceção dos Estados Unidos, permitia a entrada dos navios estrangeiros em seus portos sob condições e direitos similares. A saber quais produtos eram mais exportados: o açúcar, o café e o algodão; ademais, couros, tabaco, arroz, cacau, pau de campeche, salsaparrilha e também chifres; dentre outros objetos de menor valor, como cola, anil e diversas drogas.

Referiu-se também aos portos de saída dos produtos, a citar os mais movimentados por nativos europeus com a designação do respectivo produto: do Rio Grande do Sul partia o couro, assim como a carne seca; do Rio de Janeiro, o trigo e o sebo; do porto de Santos (São Paulo), arroz e açúcar, todos com destino ao continente Europeu, principalmente para Lisboa.

Da província de Pernambuco, saíam algodão, açúcar e pau-brasil; do Maranhão, por sua vez, algodão, arroz, tapiocas, couros e chifres, talco e algumas outras drogas. A lembrar que, além dessas províncias, outros navios estrangeiros buscavam produtos como o algodão e o açúcar, no Ceará, Aracati e Paraíba, muito embora o comércio dessas províncias fosse ainda tímido em relação às demais províncias.

As relações marítimas entre os países vizinhos não prometiam muito. A mais simpática era com o “hermano” Argentino, para onde o Brasil exportava açúcar, tapioca e alguns produtos agrícolas e, em troca, recebia o mate ou chá do Paraguay. A lembrar que, antigamente, havia grandes ligações comerciais com a Costa da África; porém, após a abolição da escravatura, reduziram-se significativamente, o que se justificou com a migração de numerosas colônias europeias para o Brasil, que provou o

desenvolvimento da indústria e das atividades europeias e funcionou como uma forma de minimizar a solidão daqueles vastos territórios.

Figura 34 – *O Panorama*, nº 109, 1839 – Brasil [*] IV – Commercio do Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1839/N109/N109_master/N109.pdf>. (Acedido a 08. Fev. 2021).

Dessa forma, pôde-se entender que houve uma forte interação do comércio do Brasil com diversos países, porém, com o passar do tempo foi-se reduzindo por vários motivos, como por exemplo, o aumento dos encargos e impostos. Outra questão percebida como um empecilho foi a forte permanência de estrangeiros no Brasil como donos de comércio, assim como os difíceis meios de transportes para o fluxo comercial entre as províncias, o que levaria a um atraso no desenvolvimento da produção agrícola interna.

Por fim, o artigo em interpretação ressaltou a perspectiva de um futuro promissor do comércio marítimo, com a exclusão da escravatura, na condição da obtenção de maior liberdade, a existência de um solo benéfico ao cultivo de produtos agrícolas e as bonanças do seu clima a beneficiar a produção agrícola. Também realçou a influência dos Alemães em terras brasileiras, tanto referindo-se aos costumes, assim como à língua, a influenciar na formação do caráter do povo brasileiro.

Outro artigo que muito se destacou pela representatividade nesse percurso da história do Brasil, intitulado “Do Brasil e da sua primitiva conquista, povoação e

constituição como colônia portuguesa”, publicado na revista *O Panorama* do ano de 1842, nº 30, às páginas 234 a 236, faz um apanhado geral desde seu descobrimento (ano de 1500), primeiras conquistas, formação do povo e posicionamento na posição de colônia. Aqui um prospecto desse início e de como eram recebidos os exploradores que tentavam penetrar as terras brasileiras, até então virgens e habitadas por povos indígenas.

O Brasil, chamado por Cabral de terra de St^a Cruz, foi descoberto há 342 anos por uma armada guerreira e expedicionária que fazia caminho para a Índia. Elrei D. Manuel deu-lhe o apreço que permitiam o descobrimento da Índia, e o empenho e atenção voltados então principalmente para os negócios do Oriente: no seu reinado pouco mais se fez a esse respeito do que enviar exploradores que correndo a costa na sua vastíssima longura se assegurasse da extensão daquele continente como possessão portuguesa. Quando os capitães encarregados dessas expedições tentavam fazer pausa ou mansão mais demorada no paiz, eram recebidos ou assaltados ás frechadas por indios selvagens, indomitos e ferozes (*O Panorama*, nº 30, anno 1842, pp. 234 – 236).

Conforme eram recebidos os exploradores pelos então donos das terras, aquele povo assim agia, certamente por instinto, impulso natural, imagina-se que um ato de defesa, ainda que inconsciente, do que estava prestes a acontecer, e que perdura até os dias de hoje, a luta pela reconquista de suas terras.

A questão é que foi, segundo a historiografia, um grande desafio para D. João 3^o, povoar aquele território. Porém, perante as ameaças externas, não havia outra escolha. Foi essa pressão que o obrigou a criar as capitanias hereditárias, e doá-las a particulares poderosos com a missão de ocupá-las, povoá-las e defendê-las, mesmo que sob ameaça de perdas e desastres. Assim relata a historiografia, mesmo diante de mobilização para receberem apoio, não obtiveram êxito.

O primeiro século foi ocupado nesta tarefa: eram empresas particulares, umas bem, outras mal sucedidas (...). O segundo foi empregado em fundações, em arroteamentos para culturas, em pesquisas de ouro, e de preciosidades. No terceiro é que se deve considerar o Brasil já fundado, constituído, e cuidando do progresso da prosperidade, e correspondendo aos cuidados e desvelos dos colonisadores, e do governo (*O Panorama*, 1842, Vol. I, 2^a serie, nº 30, p. 235).

Diante de tantos empecilhos e interferências, pôde-se perceber que foi assim que ocorreu o início do processo de desenvolvimento do nosso país.

Figura 35 – *O Panorama*, nº 30, 1842 – Do Brasil e da sua primitiva conquista, povoação e constituição como colônia portuguesa



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1842/N30/N30_master/N30.pdf>. (Acedido a 09. Fev. 2021).

Conforme narrativa, entendeu-se que desde o início não foi nada fácil construir uma sólida estrutura para garantir o desenvolvimento de uma grande nação.

A exemplo das demais categorias, seguem algumas expressões sugeridas, retiradas das matérias, conforme o entendimento da ideia central.

Quadro 10 – Amostra de dados qualitativos da categoria Brasil Produtivo

Ideia central	Expressão sugerida	Fonte
País rico em minérios	“Os arredores de Villa-Rica têm hum caracter inteiramente particular: não só as rochas, os pequenos valles e as cataratas lhes dão hum aspecto selvagem, mas fica-se tambem alí surprehendido d’essas roturas do solo que a exploração das minas tem operado em todos os sentidos. Não he facil formar idéa da abundancia do ouro n’aquelle paiz: ao redor da villa acha-se este metal espalhado nas eminencias, nas planicies, no leito dos rios e dos regatos, na poeira das estradas, e até no lixo das casas; succede algumas vezes, que, arrancando-se huma planta, se achão suas raizes cubertas de palhetas d’ouro, quê as aguas pluviaes têm n’ellas accumulado”.	<i>Biblioteca Familiar e Recreativa</i> , 1842, Vol. I Série II, p. 99.
Apropriação de seus recursos	“Se nos lembrarmos esta monarchia ainda ha bem poucos annos era uma colonia, oprimida (sejamos juntos) pela mãe patria, que não permittia aos brasileiros o tirarem as vantagens que podiam das suas riquezas nativas”.	<i>O Panorama</i> , 1839, Vol. III, nº 109, p. 170
O comércio do Brasil portuguez	“O primeiro século foi occupado nesta tarefa: eram empresas particulares, umas bem, outro mal succedidas (...) O segundo foi empregado em fundações, em arroteamentos para culturas, em	<i>O Panorama</i> , 1842, Vol. I, 2ª Serie, nº 30, p. 235.

	pesquisas de ouro, e de preciosidades. No terceiro é que se deve considerar o Brasil já fundado, constituído, e cuidando do progresso da prosperidade, e correspondendo aos cuidados e desvelos dos colonisadores, e do governo”.	
O Brazil nobre e indiferente ao seu poder	“O Brasil não dava-se conta de sua nobreza – recurso para destacar-se entre as nações civilizadas. O Brazil estava ainda bastante inculto para comprehender a nobreza do logar que tinha de occupar entre as nações civilizadas”	<i>O Panorama</i> , 1858, Vol. II, 4ª Série, nº 44, p. 346.
O desenvolvimento da cultura agrícola	“Um dos elementos mais indispensáveis para o melhoramento da agricultura a um paiz, é a facilidade das communições: todos sabem que sem ella não é possível o commercio, não se dá a concorrência; não existe o consumo em uma escala larga e animadora”.	<i>A Epoca</i> , 1848, nº 5, p.67.
O desenvolvimento da Indústria e o patriotismo	“Uma empresa, cujo fim é a construcção de uma estrada que ligue duas provincias tão importantes, e que, continuando talvez para o futuro até às margens do segundo rio do Brasil, reunirá o interesse de seis provincias, de certo merece ser chamada patriótica”.	<i>Archivo Pittoresco</i> , 1865, Tomo VIII, nº 13, p. 98.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A exemplo do que ocorreu com as categorias anteriores, pôde-se concluir, com essa quinta e última categoria temática, que durante o período estudado (1822-1922), pós-independência, em relação ao setor produtivo o Brasil foi intensamente reverenciado pelas suas riquezas naturais, que faziam mais e mais seus descobridores acreditarem que tratava-se do “mapa do tesouro”, em função de sua quantidade imensurável de pedras preciosas, de minérios. A independência chamou muito a atenção também no sentido do pouco tempo com que esse país passou de colônia a império.

4.2.6 O Brasil e o centenário da Independência

Optou-se por encerrar esse capítulo com o discurso sobre o Brasil em comemoração ao seu centenário pós-independência. A análise fundamentou-se nas matérias publicadas na revista *Ilustração Portuguesa* que dedicou-se, em quase todos os seus últimos quatro meses do ano de 1922, a trechos que narram as atividades do centenário da Independência do Brasil, a trazer matérias no âmbito das celebrações desse acontecimento, notícias como a visita do Presidente da República Portuguesa ao Brasil, com imenso destaque aos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura

Cabral por terem atravessado de avião o Atlântico Sul, todos reforçando com a mesma intensidade a ideia de que o Brasil seria Portugal além-mar, um país-irmão na América do Sul.

Uma vez que as revistas referentes a esse acontecimento encontram-se totalmente on-line, disponibilizadas no site da Hemeroteca Digital de Lisboa, há de se reconhecer que muito foi agilizado o acesso ao conteúdo, abrangendo as capas coloridas com ilustrações perfeitas, o que muito contribuiu para o gosto pela leitura e um bom desempenho da pesquisa, ademais por manterem a informação fidedigna.

A revista *Ilustração Portuguesa* nº 863, de 1922 (às páginas 234 e 235), enaltece o Brasil com o destaque da matéria intitulada “A viagem presidencial ao Brasil” e a sobrealça como um fato de alto significado, ao referir-se ao Brasil com esses termos:

O Brasil é um grande paiz moço e rico onde se fala a mesma língua, se professa a mesma religião, se sente da mesma maneira que neste nosso Portugal. O Brasil é apenas um Portugal mais exuberante, um Portugal maior. Visital-o, ir levar a saudação amiga do coração portuguez era um acto que ja se impunha e ha muito era uma inspiração do nosso chefe de Estado.

Pôde-se entender o quanto o Brasil representava para Portugal por ser chamado país-irmão, dadas as similaridades, como a língua, a religião e os costumes; semelhanças que levavam os portugueses a se sentirem em casa. Percebeu-se, enfim, um imenso sentimento de orgulho diante daquele novo e encantador país-irmão da América do Sul, visto como sua extensão. A viagem relatada foi considerada excepcional.

Figura 36 – *Ilustração Portuguesa*, nº 863, 1922 – A viagem presidencial ao Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N863/N863_master/N863.pdf>. (Acedido a 03. Março, 2021).

Mesmo com os contratemplos ocorridos para a realização da viagem, foi considerada magnífica desde sua partida, dando a entender nas entrelinhas que se tratava de um ato de engrandecimento e que viria a fortalecer os laços de união entre os países lusófonos: “os velhos laços que nos ligam as terras transatlânticas apertarse-hão mais e a nossa colônia, terá depois de Coutinho e Cabral uma nova hora de apoteose” (*Ilustração Portuguesa*, 1922, p. 234).

A matéria descreve também a comitiva que acompanhou o presidente, diante da importância de suas missões, significativas para as relações entre os países.

A revista compromete-se a informar aos seus leitores os importantes destaques dessa viagem considerada “triumfal”, no sentido de se tratar de uma viagem que “leva a alma da mãe pátria a terra cara e distante que os nossos antepassados pela primeira vez mostraram ao mundo”.

A matéria mostra, em ilustrações, cada detalhe da viagem, a partir do embarque presidencial com a sua comitiva, assim como os estadistas, diplomatas e a multidão no aguardo da chegada, inclusive registra a presença do sr. ministro da Itália e traz também fotos das dependências do bordo do vapor Porto. A imagem que a matéria transmite é de muita emoção e expectativa diante de um acontecimento marcante na história dos dois países.

A revista *Ilustrada Portuguesa* de número 864, páginas 246 a 248, ano 1922, encarregou-se de trazer uma matéria intitulada “A Exposição do Rio de Janeiro”, a narrar a entrega de um “Catálogo” e do “Livro de Ouro” como forma de homenagear os eventos artísticos realizados durante o século comemorativo à independência do Brasil; essas publicações tiveram como coordenador o grande artista Português Leal da Camara, que procurou honrar as artes gráficas em Portugal.

A matéria realça a quantidade de pessoas que presenciaram o evento, sendo interpretada como uma demonstração do interesse por assuntos referentes à arte, assim como forma de honrar o trabalho dos artistas portugueses e a importância da exposição na capital do novo país, vista como oportunidade de expor a arte portuguesa.

Figura 37 – *Ilustração Portuguesa*, nº 864, 1922 – A Exposição do Rio de Janeiro



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N864/N864_master/N864.pdf>. (Acedido a 02. março, 2021).

Entendeu-se que essa matéria foi mais uma forma de divulgar a arte portuguesa da capital do país para o mundo, e a exposição foi tida como um evento de alta significância.

No número 865, ano 1922, a revista *Ilustração Portuguesa* publicou, nas páginas 267 a 268, a matéria intitulada “As festas da Independência do Brasil”, trazendo em primeiro plano fotos do então Presidente da República Federativa do Brasil e do Presidente eleito, além de dar destaque, com uma ilustração, ao projeto do monumento em homenagem aos três irmãos Andrada, tidos como heróis da Independência Brasileira. O foco dá-se nas festas comemorativas ao centenário da Independência do Brasil, a começar pelo dia 7 de setembro de 1822, data que marcou o fato. A matéria ressalta as atividades realizadas em todos os campos durante esse primeiro século pós-independência que levaram o país ao progresso tido como “assombroso” pela “grande nação irmã”. Assim faz alusão ao século:

Difícilmente se poderia fazer mais nesse espaço de tempo. A celebração do centenário, com o brilho, com o esplendor, com o entusiasmo patriótico que a estão assinalando, encontra a repercussão em todo o mundo. É um facto digno de registo especial; observa-se com prazer e admiração o justo orgulho dos brasileiros pela sua grande obra, e os sentimentos que os distinguem, as aspirações, os desejos que os animam, para prosseguirem na santa cruzada de tornar sua querida Patria cada vez mais forte, mais prospera, mais opulenta (*Ilustração Portuguesa*, nº 865, ano 1922, p. 268).

Figura 38 – *Ilustração Portuguesa*, nº 865, 1922 – As festas da Independência do Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N865/N865_master/N865.pdf>. (Acedido a 02.03.2021).

Percebeu-se claramente o clima de festa vivido, pelas tantas comemorações do primeiro século de existência do Brasil como país independente, desde a satisfação do povo brasileiro, o prazer da conquista da independência e a crença dos portugueses de que esse seria um país a se tornar cada vez mais robusto e apto a um futuro promissor.

A matéria chama a atenção para o grande número de divulgação das imponentes festas, das grandiosas manifestações realizadas na capital federal, das inúmeras recepções ocorridas no Palácio presidencial do Cattete, a evidenciar a afabilidade, o carinho, o tratamento dispensado aos convidados do sr. dr. Presidente Epitacio Pessoa, pelas festividades da data. Salienta também a qualidade da segurança prestada pelas corporações das forças armadas, pela marinha, pelo exército e pela aeronáutica brasileira, mostrada pela disciplina, pelo amor de classe e “paixão pelas armas”. Ademais, exalta que as notícias publicadas pelo *Seculo* dão dimensão do júbilo experimentado em Lisboa e em todo o Portugal, a expressar a alegria que também os pertence:

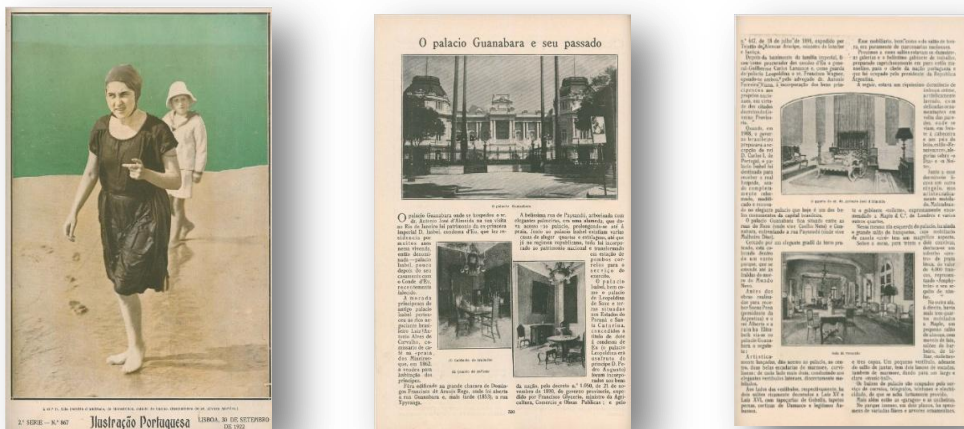
É que nós, os portugueses, participamos sempre da alegria dos nossos irmãos de além-Atlântico, as suas conquistas, os seus notáveis progressos, é como se nossos fossem. Se eles sofrem, se atravessam crises, se na politica, na administração, na economia etc., ha serias perturbações, como sucede em todos os povos, nós sentimos tudo o que eles

sentem. É o mesmo sangue; é a mesma raça. Por isso, cá se celebra o centenario da independência como se o mar não nos separe (*Ilustração Portuguesa*, nº 865, anno 1922, p. 268).

A matéria transmite a imagem do quanto era significativa a empatia entre esses países e o quanto era expressivo o grau de reconhecimento dos valores da pátria brasileira por seus irmãos “além-mar”, bem como a torcida pelo seu sucesso futuro.

Conforme a pesquisa seguiu, pôde-se verificar que nada foi publicado sobre o Brasil no número 866, retornando a abordar esse assunto no número 867 de 1922, páginas 320 e 312, com a matéria intitulada “O palácio Guanabara e seu passado”, que descreve detalhadamente todo o palácio e sua importância na história do Brasil, visto que foi o lugar onde a princesa imperial D. Isabel condessa d’Eu residiu por muitos anos, monumento então denominado palácio Isabel. Patrimônio que pertenceu a um rico negociante brasileiro, a hospedar o sr. Dr. Antonio Jose d’Almeida³⁰ em visita ao Rio de Janeiro.

Figura 39 – *Ilustração Portuguesa*, nº 867, 1922 – O palácio Guanabara



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N867/N867_master/N867.pdf>. (Acedido a 03. Março, 2021).

Nessa matéria identificou-se o destaque dado pela revistas ilustradas portuguesas para todas as categorias temáticas contextualizadas nesta pesquisa.

³⁰ **António José** de Almeida (1866-1929) foi um político e escritor português, um dos mais populares dirigentes do Partido Republicano. Foi presidente entre 1919 e 1923. António José de Almeida (1866-1929) nasceu em Vale da Vinha, Penacova, Coimbra, no dia 17 de julho de 1866. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=quem+foi+o+portugu%C3%AAs+sr.+dr.+Antonio+Jose+d%E2%80%99Almeida&rlz=1C1AVNC_enBR696BR696&oq=quem+foi+o+portugu%C3%AAs+sr.+dr.+Antonio+Jose+d%E2%80%99Almeida&aqs=chrome..69i57j33i10i160.12382j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

Deparou-se com a matéria intitulada “O novo encarregado dos negócios do Brasil”, na revista de número 868, ano de 1922, página 353, a relatar sobre uma visita demorada às instalações de *O Seculo*, do diplomata e então encarregado dos negócios da embaixada brasileira em Lisboa, sr. Dr. Lafayette Carvalho da Silva; a matéria traz toda a trajetória política e representativa desse ilustre visitante. Narra sobre as felicitações a respeito da boa administração daquela revista conforme citação a seguir:

“*O Seculo*” tem sabido cumprir mesmo nos períodos mais agitados da politica portuguesa, congratulando-se por ter havido ensejo de admirar os resultados de tão acertada direção (*Ilustração Portuguesa*, nº 868, 1922, p. 353).

Nesse sentido, percebeu-se a intenção de reconhecer todo o tumulto que Portugal havia passado diante da separação do Brasil e a forma como a revista comportou-se e resistiu a tais fatos.

Figura 39 – *Ilustração Portuguesa*, nº 868, 1922 – O novo encarregado dos negócios do Brasil



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N868/N868_master/N868.pdf>. (Acedido a 02. Março. 2021).

A matéria foi concluída com um agradecimento especial pela forma que o diplomata dirigiu aquela revista.

A revista deu sequência com publicações sobre a viagem do então presidente de Portugal sr. dr. Antonio José d’Almeida (que também era um médico muito honrado) ao Brasil, em comemoração ao centenário de sua independência, com a publicação de uma crônica sobre esse visitante ilustre, a exaltar sua postura profissional na trajetória

do exercício da medicina e da política, como homem republicano, e reconhecer o grande desafio que lhe foi imposto e carregado de tantas comoções, porém incomparáveis às quais experimentou ao pisar “a terra da Santa Cruz e agora a terra da Patria”. Assim expressa seu sentimento:

Numca deixou de ouvir falar a sua lingua, no que viam os seus olhos extasiados e humidados de ternura reflectia-se nitidamente a imagem do que deixara de mais querido na Europa; na fé ardente de que vibravam todos os corações que o cingiam num amplexo de inefavel carinho, reconheceu ele a fé que nossos avós levavam aos confins do mundo com a sua primeira e mais poderosa arma de conquista (*Ilustração Portuguesa*, nº 869, p. 363).

Uma verdadeira declaração de amor a Portugal, ao Brasil, uma viagem cheia de sonhos, de emoções, coberta por natureza, que o fez inspirar-se ainda mais e daí transbordar o coração de amor, de saudades, de paixão pelo belo, pela natureza, pela sua pátria-mor e por sua segunda pátria, recordações essas que ficaram gravadas para sempre em sua mente, em seu coração. A viagem comoveu-o de tal forma que o fez chorar de emoção, de saudades, extasiado pela beleza de ambos os países. Assim manifesta:

É linda a bahia de Guanabara, é linda a Tijuca, deslumbrante a Avenida Central, empolgante o Corcovado. Mas, Lisboa a feiticeira, tem encantos, tem filtros que não perdoam, Cintra é ainda o Eden Terreal, Portugal, janela aberta do infinito azul, varandim debruçado sobre o oceano imenso, a grande patria (*Ilustrada Portuguesa*, nº 6 869, anno 1922, p. 362).

Diante de tanta comoção, que contagia também quem ler essa crônica, assim o cronista se expressa:

E o sr. Dr. Antonio José d’Almeida chorou sem duvida outra vez de comoção, que é condão de portugueses chorarem, ao partir, de saudade, chorarem, ao chegar de ternura. Esta brava gente, tão brava que desenhou quasi o mapa de um hemisferio com a sua espada, é assim na sua terra.

(...)

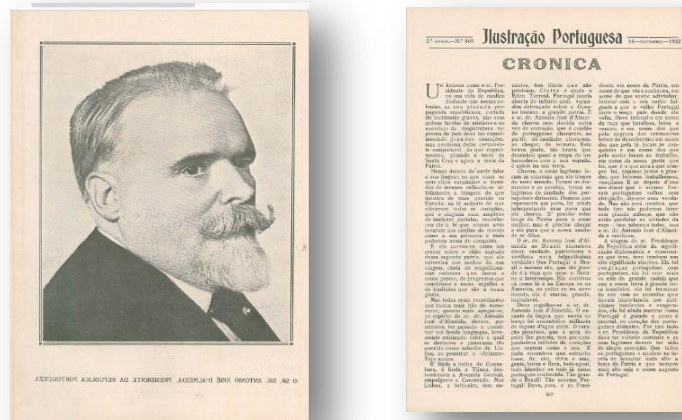
Chorou, e essas lágrimas foram as riquezas, que ele trouxe do novo mundo. Foram os diamantes e as perolas, foram as lagrimas de saudade dos portuguêses distantes. Homem que representa um povo, foi ainda interpretando esse povo que ele chorou. É preciso estar longe da Patria para a amar melhor, mas e preciso chegar a ela para que a nossa saudade se dilua (*Ilustrada Portuguesa*, nº 6 869, anno 1922, p. 362).

O cronista conseguiu traduzir exatamente o amor sentido pelo então presidente de Portugal tanto à sua pátria mãe quanto, na mesma proporção, à sua segunda pátria, a de além-mar, o Brasil, e diante de tanta emoção conseguiu convencer-nos de que é preciso estar distante para que possamos reconhecer o amor por nossa pátria, e

retornarmos a ela para nos livrarmos dessa saudade que a distância provocou e que tanto nos causou inquietação.

Com essa interpretação, o cronista conseguiu captar, nos recônditos da alma do então presidente português, fruto dessa inesquecível viagem ao Brasil, o quanto foi valiosa em experiências emotivas, afetivas e saudosistas, assim, a revelar a doçura da alma portuguesa. A perspectiva à qual esse “cronista-poeta” chegou diante do sentimento expresso pelo sr. dr. Antonio José d’Almeida foi a de que essa viagem resultou em saudade, amor, patriotismo e a certeza de que Portugal e Brasil formam um só país de uma imensa raça que nem o Oceano a interrompe, sendo assim, será sempre a mesma, eterna e inabalável, seja na Europa ou na América, seja no Velho ou no Novo Mundo. Percebeu-se, o grande orgulho do sr. dr. Antonio José d’Almeida ao atravessar o Atlântico, ouvir falar a língua, a presenciar a cordialidade e a familiaridade por respirar o mesmo ar; parecia estar na mesma terra, mar, gente, fauna e flora.

Figura 40 – *Ilustração Portuguesa*, nº 869, 1922 – Sr. dr. Antonio Jose d’Almeida



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N869/N869_master/N869.pdf>. (Acedido a 03. Março, 2021).

Diante desses fatos, enxergou-se com mais profundidade o quanto era forte a relação Brasil e Portugal.

Deve intimal-o em nome da raça que batalhou, lutou e venceu, e em nome dos que pela negrura em nome dos cerraceiros foram às descobertas, em nome dos que pela fé foram às conquistas e em nome dos que pelo sonho foram ao trabalho, em nome da nossa gente que foi, que é e que será a que sempre foi, sejamos justos e grandes, que lutemos, trabalhemos, vençamos. E se depois d’isso nos disser que o mesmo fizeram portugueses velhos sem obrigação, diz-nos uma verdade. Mas não será mentira que tudo isso nós podemos fazer sem grande esforço, que não estão perdidas as virtudes da raça – isso

sabemos todos – isso o sr. Dr. Antonio José d’Almeida o verificou (*Ilustração Portuguesa*, n 869, anno 1992, p. 362).

Fez-se constatar que a visita do sr. Dr. Antonio José d’Almeida foi uma viagem excepcional, rica em experiências e em todos os sentidos. Além de registrar alto significado político e econômico, somou um alto grau de afetividade, identificado como um elo de consagração das relações bilaterais entre os dois países, fortalecimento dos laços de amizade e ainda colaborou para desmistificar o sentimento existente de alguns nativos, o de que não havia amor entre os compatriotas distantes; ademais, as lágrimas de emoção podem ser entendidas como amor dedicado ao seu honroso país, portanto merecedoras de aplausos e interpretadas como um convite aos portugueses a zelarem mais e mais por sua Pátria. Por fim, a revista encerra esse número ainda sobre a visita do presidente de Portugal ao Brasil com a página 374, ao citar o trabalho das revistas *O Seculo* e *Ilustração Portuguesa*, que têm leitores em comum, no sentido de fazerem reportagens dessa importantíssima viagem.

Dito isto, deu sequência a revista de número 870, com a matéria intitulada “O sr. Presidente da República no Brazil e sua chegada a Lisboa”, a relatar os dez dias passados na Capital Federal do Brasil, com as manifestações em sua honra tanto por parte da colônia assim como dos representantes públicos dos poderes de todas as partes do Brasil, ademais dos portugueses residentes que surgiram de todas as partes do Brasil para saudá-lo. Manifestações cobertas de cordialidade a demonstrar expressões de afeto que unem os países identificados pela raça, pelas instituições e pela língua, orgulho de ambos os países.

Diante dessa narrativa, pode-se verificar o quanto a viagem do presidente foi exitosa, coroada de calor humano, de significância para a vida de ambos os países, tanto política quanto econômica, ademais, para fortalecer os laços de amizade entre esses países. Tendo em vista se tratar do ano comemorativo ao centenário da independência do Brasil, entendeu-se que esse grande acontecimento com inúmeras festividades significou uma conquista relevante aos países e superou as expectativas diante dos grandes desafios que o governo Português estava a enfrentar, além de beneficiar ambos os países.

No âmbito das celebrações do centenário da Independência do Brasil, a revista *Ilustração Portuguesa* publicou uma crônica de Avelino de Almeida, “Duas glorias

portuguesas”, com um verso em reverência à travessia feita pelos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral:

O Velho do Rastélo

Sonhei que tinha ouvido o Velho do Rastélo,
Na Torre de Belem, formosa e rendilhada,
Em lava o coração e em neve o seu cabelo,
Dizer em alta voz, de frente alevantada:
– Bemvidos Sejaes vós, á terra Portugueza,
Oh Filhos Imortais, Conquistadores do Ar!
É grande meu prazer mas sinto que é tristeza
Não vêr outro Camões Capaz de vos cantar!

(Mario Monteiro, *Ilustração Portuguesa*, 1822, n.º. 871, p. 409).

O verso reportou-se a Camões para, em sua ausência, fazer uma alusão aos aviadores que fizeram a travessia aérea do Atlântico Sul, em viagem comemorativa aos cem anos do Brasil pós-independência. O ato foi visto como heroico, digno de admiração e aplausos pela proeza e como um alento estimulador de confiança no futuro do seu país – Portugal, mesmo que diante de obstáculos vencidos em favor da glória da nação e civilização do mundo. O cronista inclui os aviadores que acrescentaram ao patrimônio da humanidade títulos que enobrecem e engrandecem a sua nação:

Ganha a victoria estupenda. que, anciosamente, a raça, desdobrando-se nos dois hemisferios, aguardava em extase, Portugal e Brasil reconheceram-se mais do que nunca irmãos, presos no abraço em que os envolveu, estreitou e confundiu, sob o signo vermelho e sagrado das descobertas, a aza branca do milagre... (*Ilustração Portuguesa*, n.º 871, anno 1922, p. 410).

Mais uma vez, a revista expressa de forma intensa as relações de amizade existentes entre os países lusófonos, ressalta os fazimentos de seus compatriotas, e incentiva aos portugueses a força de seguirem seu rumo firmemente em prol do desenvolvimento do seu país; a imagem que fica é a de que, em realidade, Portugal perdeu uma colônia mas ganhou um irmão, irmão mais novo, cheio de energias e a carregar muito de si ao futuro.

Figura 41 – *Ilustração Portuguesa*, nº 871, 1922 – Duas glórias portuguesas



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N871/N871_master/N871.pdf>. (Acedido a 04.março, 2021).

Ainda nesse número, foi destacado na página 426, o novo embaixador do Brasil, sr. dr. Cardoso de Oliveira, destacado “homem de letras”, cujos dons se afluaram cultivando a poesia, o teatro, a novela, a história. Assistiu a todos os solenes atos da visita oficial do sr. dr. Antonio José d’Almeida ao Brasil. Foi testemunha do carinho e do entusiasmo com que a colônia portuguesa acolheu e festejou o chefe da nação, acompanhou-o no seu retorno à Lisboa, viagem que fez com que favorecesse a troca de “discursos de uma alta e significativa eloquência”. Mais uma vez é reforçado o quanto foi útil essa viagem para fortalecer os laços que unem as duas pátrias irmãs.

A revista *Ilustrada Portuguesa* publicou, na capa do número 872 de 1922, uma imagem provocativa, a representar as repúblicas brasileira e portuguesa com duas mulheres, imagem que simbolizava a amizade, os laços de união fortes existentes entre os dois países lusófonos, com um beijo sedutor entre duas mulheres nas nuvens, vestidas a rigor das bandeiras de seus países; pôde-se entender como uma forma de demonstrar para o mundo a solidificação de uma relação intensa e resistente, uma vez que já estava em tempos de comemorações do centenário da Independência do Brasil.

Figura 42 – *Ilustração Portuguesa*, nº 872, 1922 – O fecho da epopeia



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N872/N872_master/N872.pdf>. (Acedido a 05. Março, 2021).

A matéria dessa revista intitulada “A bordo do Porto” enaltece a glória que foi a travessia aérea ao Atlântico Sul dirigida pelos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, tidos como grandes homens da aeronáutica portuguesa. Disciplinados e bem-humorados, assim são caracterizados. A matéria mostra a organização do cortejo de honra que lhes aguardava ao desembarque em Portugal, no retorno da exitosa missão que haviam acabado de cumprir. A proeza dos aviadores continua a render comentários no número seguinte publicado, 873, com matéria que comenta o estudo da viagem dias antes da partida.

A seguir, na publicação de número 874, a revista *Ilustração Portuguesa*, nessa série, traz em sua capa a figura do então presidente do Brasil Artur Bernardes, e narra a estadia dos hóspedes no palácio do Catete na Capital Federal. Refere-se, assim, à posse do novo Chefe do Estado brasileiro:

Que organizou em seu governo, nas condições mais promissoras, d’uma gerencia governativa, de que a grande nação sul-americana, muito ha que sepear no sentido do seu maximo desenvolvimento e prosperidade.

Destaca as características de Artur Bernardes, a começar por sua pouca idade e a citar o cargo ocupado anteriormente, credita-lhe a esperança na garantia de uma gestão inteligente, por se destacar pelos atributos de moralizador e de grandes iniciativas, a apostar também na equipe que o acompanha.

Figura 43 – *Ilustração Portuguesa*, nº 874, 1922 – Os novos hospedes do Cattete



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N874/N874_master/N874.pdf>. (Acedido a 05. Março, 2021).

Nesse número, a revista refere-se ao Palácio do Catete do Brasil e faz uma breve comparação com a Casa Branca (Estados Unidos da América), forma de governo presidencialista e palácios presidenciais, sede de discussão dos mais reverentes problemas de cada Estado.

Ainda em relação à Independência do Brasil, a revista de número 875 publicou uma página ilustrada a tratar das comemorações do dia da Proclamação da República do Brasil, realizada em Lisboa.

Figura 44 – *Ilustração Portuguesa*, nº 875, 1922 – O Dia do Brasil – ainda a manifestação do dia 15 de novembro, em Lisboa

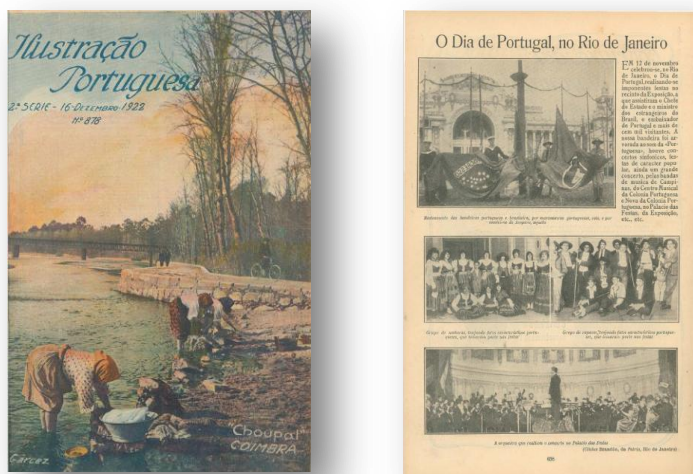


Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N875/N875_master/N875.pdf>. (Acedido a 05. Março, 2021).

Essa página da revista comenta o desfile dos escoteiros, incorporados no cortejo de homenagem ao Brasil diante da Embaixada brasileira em Lisboa, tendo à frente o Presidente de Portugal e os aviadores Gago e Sacadura. Pôde-se perceber, mais uma vez, a tamanha atenção prestada ao Brasil nessa data tão festiva, que também era sua. Pode-se entender como uma prova de amizade entre os países e que ficou claro, no ato das comemorações, o desejo de prosperidade à Pátria brasileira.

A revista de número 878 do ano de 1922 traz, na página 638, matéria ilustrada intitulada “O Dia de Portugal no Rio de Janeiro”, referindo-se aos atos comemorativos ao Dia de Portugal – 12 de novembro, festejado em grande estilo, com grandes festividades no recinto de Exposição, com a presença de representantes de Estado do Brasil e de Portugal. Houve em geral, o hasteamento das bandeiras de ambos os países, erigidas por marinheiros portugueses e escoteiros. Mulheres e homens trajados a rigor ao som do concerto no Palácio das Festas.

Figura 45 – *Ilustração Portuguesa*, nº 698, 1922 – O Dia de Portugal no Rio de Janeiro



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N878/N878_master/N878.pdf>. (Acedido a 05. Março, 2021).

Com base nessas matérias, percebeu-se a qualidade da relação entre os dois países, pelas homenagens prestadas entre si nas datas históricas. A revista *Ilustrada Portuguesa* encerra em alto estilo o ano de 1922 com a matéria “Exposição Internacional no Rio de Janeiro”.

Figura 46 – *Ilustração Portuguesa*, nº 880, 1922 – Exposição Internacional no Rio de Janeiro



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N880/N880_master/N880.pdf> (Acedido a 05. Março, 2021).

Conforme manifestado em todas as matérias analisadas, a revista *Ilustração Portuguesa* (1922) pôs em dúvida se o Brasil estava preparado para o mundo e a perspectiva de que sua relação com os irmãos de além-mar seria para sempre.

4.3 Discussão

Quando se determinou o propósito desta tese, teve-se precisamente o objetivo de, através da identificação e descrição das imagens das revistas ilustradas portuguesas, identificar se houve evolução do Brasil no seu primeiro século de existência do país como estado independente. Para essa determinação, entendeu-se, por meio dos estudos realizados por outros pesquisadores contemporâneos, que não bastava descrever somente as imagens do Brasil projetadas pela mídia estrangeira no tempo presente, uma vez que esses elementos não seriam suficientes para explicar a origem e a evolução diacrônica dessas imagens.

Identificada essa lacuna, optou-se por buscar na imprensa portuguesa oitocentista e do início de Novecentos, identificar sincrônica e diacronicamente, as

imagens do Brasil difundidas pela mídia portuguesa a partir do momento da independência do nosso país, comparando as imagens do passado com as imagens do presente e, ainda, com as ideias sugeridas pela produção historiográfica.

A escolha de Portugal para cenário desta pesquisa decorreu não apenas da proximidade linguística, afetiva e cultural, mas também pela ligação histórica entre os dois países, já que foi Portugal o país a colonizar e a exercer o seu domínio no Brasil durante 322 anos. Face ao exposto, tentou-se, no estudo efetuado, responder à pergunta da investigação, referente a um problema que nos pareceu relevante: de que forma o Brasil foi representado na imprensa portuguesa ao longo dos primeiros cem anos da sua existência como país independente?

Em consonância, procurou-se testar a hipótese geral inicial de que as imagens midiáticas do Brasil atual na imprensa estrangeira, especificamente na imprensa portuguesa, se seriam as mesmas que se encontram na imprensa oitocentista e do início de Novecentos, sustentando-se que os mitos associados à imagem externa de uma nação têm raízes históricas e culturais profundas.

Encontrou-se resposta para a ideia geral, no sentido de que, diante dos dados apresentados e interpretados conforme imagens traçadas nas matérias extraídas das revistas ilustradas portuguesas do período (1834-1922), afluíu a ideia de que houve evolução no primeiro século pós-independência, uma vez que foi um século de construção, de formação, de investimento e de esforços envidados tanto a partir dos brasileiros quanto dos portugueses, mesmo a considerar que tenha sido um período árduo, travado de lutas ao longo da história para ambos os países, atormentado de prós e contras, porém, com muitas ações realizadas, que levaram a crer que o Brasil seria a nação do futuro diante de suas propriedades naturais, repletas de recursos; ademais, com exemplos de homens que se destacaram. Tudo isso contribuiu para que se acreditasse que o Brasil daria certo e garantiria um futuro exitoso.

Em contrapartida, as matérias analisadas apontaram também os empecilhos, as deficiências a serem superadas, a citar a construção da identidade do povo brasileiro considerado “inculto e barbaro”, que fazia com que os irmãos de pátria viessem a questionar se o Brasil teria condições de assumir o lugar o qual lhe estava predestinado no Novo Mundo, enquanto que, sugeriam que uma boa administração e aplicação de

boas leis alcançariam tal patamar. No caso de Portugal, entendeu-se que esse se firmou na crença de que continuaria a ser um país irmão devido às suas ligações de origem e à garantia de que o desenvolvimento do Brasil ao longo de sua história seria benéfico também para si.

Tratou-se de um período benéfico à construção de uma base sólida do Brasil, a contribuir para o desenvolvimento do país, com recursos naturais disponíveis. Tudo isso somava a favor da construção de um grande país de um futuro brilhante.

Quanto a perspectiva de que o Brasil, com a conquista da sua independência, posto em liberdade com a transição dos regimes colonial para a Monarquia, percebeu-se-se, no discurso da mídia portuguesa, que foi construída uma imagem no sentido de reconhecer o potencial do Brasil para progredir mediante suas riquezas naturais, porém a incerteza da capacidade de fazer o melhor uso dessas riquezas, tidas como um direito repleto de ganhos.

Observaram-se diversas e constantes abordagens nas temáticas analisadas direcionadas para o desenvolvimento do país àquele período histórico, acentuadas desde a capacidade intelectual dos brasileiros para as letras, ainda que sob forte influência europeia, que lhes acusavam falta de originalidade, *O Panorama* (1841); assim como a respeito da grandiosidade que era o império Brasil, visto então como o ponto central da civilização do Novo Mundo, *A Ilustração Portuguesa* (1858); nesse ínterim, a questão levantada sobre o Brasil “se ele estaria preparado para ocupar a posição nobre a qual lhe estava reservada entre as nações civilizadas”, *O Occidente* (1858), atribuída à mentalidade provinciana e por ser considerado um povo atrasado, imagina-se que por tratar-se, na maioria, em sua origem etnográfica, de povos indígenas tidos como ferozes, selvagens (comunidades indígenas não civilizadas).

O período em estudo mostrou a busca do Brasil ao longo do século pela construção e manutenção das relações diplomáticas, a citar o país irmão latino-americano Argentina *Brasil-Portugal* (1899), assim como com os irmãos além-mar portugueses, a importância de manterem relações construtivas, no sentido de que ambos os povos seriam beneficiados. A destacar os laços de irmandade do Brasil com Portugal pela revista *O Occidente* (1896).

Outro destaque das revistas deu-se aos grandes escritores brasileiros deu-se com a revista *Branco e Negro* (1986), no sentido de tentar dar visibilidade às suas produções literárias e a relatar a ausência de divulgação da arte literária produzida no Brasil.

Encontraram-se referências sobre a contribuição da ciência brasileira para o mundo, com relevância para os estudos técnico-científicos de Santos Dumont sobre o invento na aviação, com o balão navegável, revista *Serões* (1901), precedida pela revista *O Occidente* (1906), a destacar a criatividade e a importância da contribuição dessa invenção para o desenvolvimento da humanidade e como fator de interferência no futuro da sociedade.

Em 1902 (*Brasil – Portugal*), o Brasil teve muito destaque na mídia portuguesa, devido ao seu crescimento na então era do regime colonial. A *Ilustração Portuguesa* (1904) muito enfatizou a divulgação da arte brasileira para o mundo, em geral (pintura, escultura e letras); a revista *Serões* (1906) seguiu o mesmo estilo, ao abordar várias matérias a enaltecerem a Escola de Bellas Artes e a realização da Exposição de Bellas Artes, ocorrida na capital Rio de Janeiro com a promoção do movimento artístico do Brasil na Europa, assunto que continuou a ser publicado em 1908 (*Serões*), a ressaltar a relevância da exposição e fazer analogia com batalhas de paz, a resultarem em conquistas que viriam a beneficiar tanto quem a promoveu assim como os intermediários, a citar o progresso e a civilização das artes como incentivos para o mundo, inclusive para Portugal.

A revista *Serões* (1922), retoma a questão da literatura brasileira, dessa vez com uma matéria sobre a aclamação de três representantes brasileiros na Academia, destacados pela competência e como adeptos das ciências puras, história, poesia, romance e enfatiza a importância da Academia de Letras e o respectivo impacto na literatura mundial.

Diante de todos esses destaques, pôde-se perceber que o Brasil estava em plena ascensão nesses setores e que Portugal fazia questão de divulgá-los em suas mídias para o mundo, a sentir-se, por vezes, cúmplice desse progresso e a reconhecer a pátria que surgia, ainda que sob seu domínio político.

Na análise dos dados da categoria Brasil Geográfico, pôde-se perceber que, por todo esse período estudado (1822-1922), o Brasil foi apresentado como um grande país. *O Panorama* (1838), que esse seria o país do futuro, dotado de condições par atingir o cúmulo da prosperidade. Tendo consigo uma excelente posição geográfica, um clima tropical, abundância em produtos internos e acesso às comunicações. Tudo isso colaboraria com a perspectiva da construção de um país sem igual. Resultando em um progresso célere, a ser percebido ano a ano, atribuído tanto à cultura quanto ao então governante.

Com tantos atributos, era natural esperar o melhor, desde que no cumprimento do exercício de deveres, para conduzi-lo à realização de tal expectativa. A situação era vista com tanta clareza que, por vezes, a mídia portuguesa chegou a pôr em dúvida a existência de outros países aspirantes a atingir um elevado nível de prosperidade, mediante tantas potencialidades.

Em 1858 (*O Panorama*), o Brasil era apontado como o centro do Novo-Mundo. Percebeu-se mais uma vez, o quanto esse país era reconhecido como promissor. Nesse mesmo ano, com base nessa evidência, reforçou-se a importância da interação entre Brasil e Portugal, na perspectiva de que à medida que o Brasil crescesse, reforçaria em Portugal o interesse para fortalecer os laços de irmandade, visto que os vínculos que os unem ajudariam-nos simultaneamente, uma vez que Portugal sempre acreditou e demonstrou interesse nos recursos do Brasil.

Nos idos de 1860 a revista *Archivo Pittorresco*, reafirma em suas matérias as riquezas do Brasil com destaque à fertilidade do solo, ao clima, configurações do solo, no sentido de que tudo isso favorece o plantio, o desenvolvimento da agricultura para o alcance de produtos característicos das terras equinociais e da Europa meridional. A revista ainda reforçou essa perspectiva com narrativas dos descobridores e pesquisadores botânicos estrangeiros, a enaltecerem aqueles preciosos terrenos. Eram tão verdadeiras as imagens que a mídia portuguesa atribuía ao Brasil naquele período que, passados trinta e oito anos, o discurso permanecia o mesmo em referência ao novo império, fato evidenciado nas matérias da revista *O Panorama* (1906).

Uma questão que chamou a atenção foi a antevisão de queimadas nas florestas, em consequência da diversidade climática. A revista *Archivo Pittorresco* (1860)

apresentou elementos que alertavam para tal perigo. Trazendo para a atualidade, pode-se entender que nesse aspecto não houve evolução no sentido de evitar tal degradação, como forma de cumprimento às medidas de proteção ambiental. Nesse contexto, foi sinalizado o uso de habilidade de D. Pedro para lidar com a preservação dos recursos naturais do seu novo Império.

Identificou-se um ponto em comum e frequente nas diversas revistas pesquisadas que foi o sentimento de acreditar que o Brasil seria um país de um futuro muito promissor, fadado a atingir alto grau de progresso e prosperidade, fato evidenciado em várias revistas, a citar a *Archivo Pittoresco* (1864).

Na temática Brasil Histórico, identificou-se, à luz das imagens interpretadas pela mídia impressa nas revistas ilustradas portuguesas, uma visão comum em todas as matérias analisadas, a de que o Brasil era um país próspero, em pleno desenvolvimento e em processo de povoação, muito embora essa premissa “interesse de povoação” não condiga exatamente com o ponto de vista da historiografia brasileira, que, ao contrário, interpretou-a como um processo sofrido, moroso e não muito favorável ao nosso futuro, por ter originado-se da condição de um povo colonizado oriundo de indígenas e negros; ademais, por não ter participado diretamente do processo de independência, pois não era a primordial intenção do colonizador, à época do descobrimento de terras brasileiras, a de povoar o Brasil, e sim a busca de ouro; era esse seu interesse maior.

Em matéria, a revista *Panorama* (1837) trabalhou a perspectiva de que, mesmo com a conquista da independência e diante da possibilidade de se tornar uma grande potência mundial, o Brasil jamais perderia a união com Portugal, dados os laços que os unem, a considerar improvável a hipótese de um dia vir a perdê-los. Entendeu-se como uma garantia vista na perspectiva de Portugal, continuar a se beneficiar das bonanças do Brasil, como historicamente o país colonizador. Nesse sentido, em determinado momento da história, Portugal aceita e reconhece ser o Brasil um país mais rico que Portugal, com uma civilização progressiva dotada de gênios e homens extraordinários, num sentido de que esses fariam com que o Brasil crescesse efetivamente.

Por outro viés, alguns portugueses chegaram a considerar absurda, e até impossível, a possibilidade do povo brasileiro não mais se permitir ser tratado como colono, fato que repercutiu mal e provocou uma revolução interna no Brasil; tal ato foi

reconhecido como justo, ainda que os portugueses, com o orgulho ferido, tenham reconhecido a independência do Brasil, vindo a gerar ódios recíprocos, porém, na visão de alguns, extintos com o passar dos tempos, na possibilidade de que, com tanto em comum, deveriam desconsiderar as diferenças e tornarem-se aliados sinceros.

O fato é que essa questão até então se tornou um problema de relacionamento mal resolvido entre os dois países, a necessitar de uma nova interpretação, presente em nosso imaginário, sob a sensação de um antilusitanismo, a impressão de que se trata de um culpado a atrapalhar nosso progresso, a transformar-se num dilema na nossa história não muito distante; a impressão que paira é a de que as indiferenças persistem até hoje, com necessidade de muito diálogo.

As imagens assentes nas narrativas no decorrer de todo o período analisado, insistiam normalmente na necessidade de manter boas relações, ainda que a considerar o Brasil um país atrasado em alguns aspectos, ressaltavam a sua importância, interpretada como um interesse econômico de Portugal.

Outra questão atribuída ao povo brasileiro foi a imagem de um comportamento acometido por um sentimento de inferioridade diante do europeu, sugere a “olhar para frente” e investir no que o Brasil possuía de melhor. *O Panorama* (1837), fundamentado na questão do poder que o Brasil emanava de se manter com seus próprios recursos naturais, enquanto que os demais países não possuíam esses benefícios.

Ao longo do tempo, presenciou-se o reconhecimento do progresso e do poder do Brasil em relação ao futuro, porém insistiu a premissa de que, governado com boas leis e diante do alcance de sua paz interior, o Brasil teria tudo para se desenvolver mais e mais, fosse em relação à navegação ou ao crescimento industrial, conforme visualizado seu alcance no futuro, mesmo diante da condição de ser um país atrasado, porém dotado de fontes de prosperidade que o levariam a um futuro exitoso.

Em 1906, *O Occidente* chamou a atenção no sentido de que, dezessete anos após troca de regime, quando o Brasil saiu da Monarquia e passou para República, o povo esteve a reclamar de abuso de poder, uma vez que percebeu que o governo estava a dar prioridade aos interesses próprios, por conta da ambição. Comentou-se que, passado bastante tempo, o povo ainda não se sentia seguro diante de seus direitos e deveres; sentia-se incomodado e insatisfeito, o que caracterizou que estava impedido de

usufruir de suas riquezas e frustrado por não ter alcançado o progresso das sociedades modernas. Esse contexto apresentou claramente, em determinado tempo, que o resultado não tinha correspondido às expectativas almejadas.

No panorama Etnográfico, desde (1838), *O Panorama*, sinalizava a existência de uma raça indefinida, diversificada, porém vivaz e cheia de agudeza e leveza, a destacar aptidão às ciências e às boas letras, com esperança de, no futuro, servir de exemplo para o resto do mundo. Nesse ano, a mídia identificava características diversificadas entre as regiões brasileiras, fosse no clima, nos usos, costumes, sotaque ou maneira de tratamento pessoal.

Em (1846) a revista *Archivo Pittoresco*, narrou sobre a manifestação de povos indígenas em busca de garantia de seus direitos, no caso terras para moradia. *A Epoca* em (1848), trazia comentários sobre a separação do Brasil de Portugal, presenciada como momentos de insatisfação por parte dos portugueses, expressos como um sentimento de perda. Ao ponto de colocar que, com o desenvolvimento do Brasil, este se tornou metrópole e Portugal, a colônia; uma inversão de poderes, portanto. Percebeu-se, assim, que foi muito doloroso o processo de separação do Brasil de Portugal, acontecimento que veio a enfraquecer seu poder econômico e dificultar a conquista de seus interesses.

As matérias estudadas abordaram as características heterogêneas da formação do povo brasileiro, definido como um povo de difícil uniformidade, dada a diversidade de raças, a destacar a população indígena como aquela mais dominante na sua formação etnográfica. Ressaltou-se a forte mistura e diferença entre sotaques, cor, hábitos e inclusive a cultura; ainda, já apontada naquele período, a desigualdade social, facilmente notável entre as regiões e que permanece até hoje, assim como os costumes, hábitos, etc. A constatação é que nesse aspecto não houve, praticamente, alteração em relação ao “primitivo”.

No setor Produtivo, a revista *O Panorama* (1839), assente a concepção de que o Brasil, enquanto Monarquia, não tinha o direito cedido por Portugal para usufruir de suas riquezas; dando margem à interpretação de que Portugal ainda o mantinha como um país dependente e reprimido. O fato é que, conforme a revista *Biblioteca Familiar e Recreativa*(1842), o Brasil era reconhecido como rico em minérios, porém não detinha

livre-arbítrio do seu comércio, o que veio a ocorrer apenas no seu terceiro século, enquanto que, no ano de 1848, despontou com o desenvolvimento da agricultura. Porém, constata que em 1852 ainda não havia consciência de seus verdadeiros recursos.

Por todo o ano de 1922, ano das comemorações do centenário da Independência do Brasil, as revistas ilustradas portuguesas dedicaram com brilhantismo suas matérias a narrar em alto estilo os festejos alusivos a esse acontecimento histórico. Apresentaram matérias repletas de contentamentos ao evento, com o orgulho do país colonizador, representado pelo então presidente, por ter sido aquele país parceiro nessa construção, a reconhecer a importância da nova pátria brasileira, a fortalecer a afetividade diante dos laços de irmandade que os unem e que produziu uma forma de incentivo para que Portugal fosse avante, mesmo sem o Brasil sob sua custódia na condição de colonizado; agora, na perspectiva de um país irmão, a contar desde o descobrimento o fazimento da história e da luta que foi a conquista da Independência do Brasil.

Nas últimas alusões ao Brasil (1922), percebeu-se que Portugal muito o enalteceu, a ponto de intitulá-lo “Portugal além-mar”, reconhecido como um país superior, a destacar sua exuberância, grandeza, os laços de união, a destacar as exposições ocorridas no Rio de Janeiro, em todos os acontecimentos, a imagem de ter superado o mal-estar causado pelo ato da independência, assumindo que estava a comemorar as conquistas, a louvar os notáveis progressos do Brasil como se fossem seus, insistindo sempre no reforço dos elos que unem os dois países, como o mesmo sangue, a mesma língua. Muita empatia foi demonstrada nas imagens narradas por parte dos portugueses em relação ao reconhecimento dos valores da pátria brasileira; restou-nos saber se a perspectiva foi recíproca e, como sugestão, fica a de investigar a outra parte para confrontar se há concordância de sentimentos nesse sentido.

Em relação à segunda questão, ou seja, se “as imagens midiáticas do Brasil atuais na imprensa estrangeira e, designadamente, na imprensa portuguesa, são as mesmas que se encontram na imprensa oitocentista e do início de Novocentos”, tornou-se perceptível que mudanças ocorreram, sendo que muitas imagens permanecem iguais, outras surgiram, em algumas perspectivas houve ou há tentativa de evolução, como exemplo, os movimentos de mobilização social no que respeita às diversidades. Isso se dá por meio de ações de combate à discriminação racial, ao racismo, apontadas

nas diversas camadas da sociedade, assim como foi percebido logo no início da formação do povo brasileiro e no início da construção do país.

Segundo a revista ilustrada portuguesa *O Universo Ilustrado* (1884), os indígenas eram “selvagens, primitivos e barbaros”; enquanto que o português era “o portador da civilização, o conhecedor da razão e da verdade”. Nesse contexto, a história brasileira já era alvo de preconceito desde o início de sua história e essa “imagem identitária”, pouco evoluiu, permeando séculos e persistente nos dias atuais.

Nesse panorama, obviamente alguma evolução ocorreu, com o surgimento de movimentos antipreconceitos “raciais”, “racistas” dentre outros, na sociedade brasileira, assim como o aumento de manifestações, ademais; percebe-se nos dias de hoje um esclarecimento mais aprofundado em relação ao combate ao racismo. Exemplo disso são as manifestações pró-diversidades; as leis contra a discriminação racial; a criação de cotas para os negros nas universidades; a tentativa de demarcação de terras indígenas pelos movimentos agrários, muito embora se manifestem correntes negacionistas em alguns desses exemplos.

Observou-se nas matérias analisadas que, no caso de alguns itens citados, houve evolução ao longo do tempo. Conforme foi referenciado nas revistas, houve destaque à preservação ambiental à época estudada, pós-independência. Referente às queimadas, ao uso de arma de fogo na fauna; ao desmatamento das florestas, à defesa e proteção do meio ambiente; hoje à presença de movimentos anti-racismos, à demarcação de terras indígenas; à defesa da vida dos animais da floresta. Muitas dessas questões estão atualmente asseguradas por lei, ainda que as leis não funcionem eficazmente.

Pôde-se considerar que as matérias analisadas permitiram identificar em suas interpretações que, por se tratar de uma raça complexa por natureza, não há traços bem definidos para caracterizar uma uniformidade da identidade nacional do povo brasileiro. Mesmo considerando essa complexidade, que dificulta uma uniformidade racial, é possível captar a sua origem e identidade. Esta constatação deve-se ao estudo realizado com ênfase nas características originais do povo brasileiro, apresentadas nos aspectos estudados.

Considerou-se que o povo brasileiro originou-se da tríade formada pelas raças indígena, negra e branca. O que resultou na miscigenação, que se iniciou com a invasão

do branco português, fundamentado num discurso europeu; sendo esse construído e difundido numa imagem de superioridade do branco e de inferioridade do indígena e, suponha-se, de certa forma, do esquecimento do negro. Concluiu-se que é impossível traçar um perfil da unidade nacional chamada Brasil, diante da diversidade de raças que formaram o seu povo. Observou-se, nas matérias encontradas sobre o Brasil, que era dada muita atenção ao país, por se destacar como um país irreverente, no contexto do “novo mundo”, essencialmente privilegiado por seus atributos e elegível a se tornar uma grande potência.

Conforme citado e analisado especificamente, muitos estereótipos permaneceram e outros surgiram, como forma de desafio, dada a extensão e complexidade desse imenso continente. Os problemas sociais se agravaram.

Do que ficou com toda essa história desde o descobrimento à Independência, extensiva aos dias de hoje, foi a sensação de ressentimento na relação Brasil – Portugal, com sabor de antilusitanismo, fundamentado na origem histórica, dadas as questões políticas, essencialmente a partir da Independência do Brasil, questão que ainda hoje é alimentada em nosso imaginário, imagina-se que adquirida pelo aprendizado nos livros didáticos de História do Brasil. Imaginário esse que acaba por dificultar as relações, tornando-as difíceis, permeadas de estranhamento, a provocar distanciamento que só complica essas relações, ao invés de construir e aprofundá-las, como é de interesse de ambos os países.

O fato é que reconhecemos, na nossa herança colonial portuguesa, um aspecto negativo, que está impregnado na nossa memória e, conseqüentemente, na nossa consciência, resultando num mal estar, com a sensação de um problema mal resolvido. Os laços naturais entre os dois países permanecem; porém, quanto ao fortalecimento, há muito o que ser discutido.

4.3.1 Análise Diacrônica

Após traduzidos os dados da análise de conteúdo, conforme resultados apresentados por categoria temática, foi possível identificar a atenção dada ao Brasil ao

longo do seu primeiro século de existência, sob a avaliação do tempo histórico analisado (1822-1922).

Conforme dados apontaram, percebeu-se que, durante o período pesquisado, o Brasil foi visto como um país que muito prometia para o futuro, embora na condição do exercício de uma boa gestão, o que foi pontuado com frequência nas matérias e muito despertou a atenção. Outra questão levantada foi referente à capacidade posta como um desafio ao futuro (progresso e desenvolvimento do Brasil), por este país encontrar-se numa posição privilegiada devido aos fartos recursos, levando-o a ocupar uma posição de destaque no “Novo-Mundo”, a qual lhe estava predestinada.

Sendo assim, pôde-se assentir que, no período percorrido, não houve manifestação de alteração nas imagens no sentido de evolução, conforme as narrativas das revistas. Essas se mantiveram as mesmas, uma vez que não se apresentaram pensamentos inovadores, novas temáticas, ideias ou o aparecimento de algo novo no despontamento do Brasil que viesse a justificar uma evolução ou mesmo uma transformação.

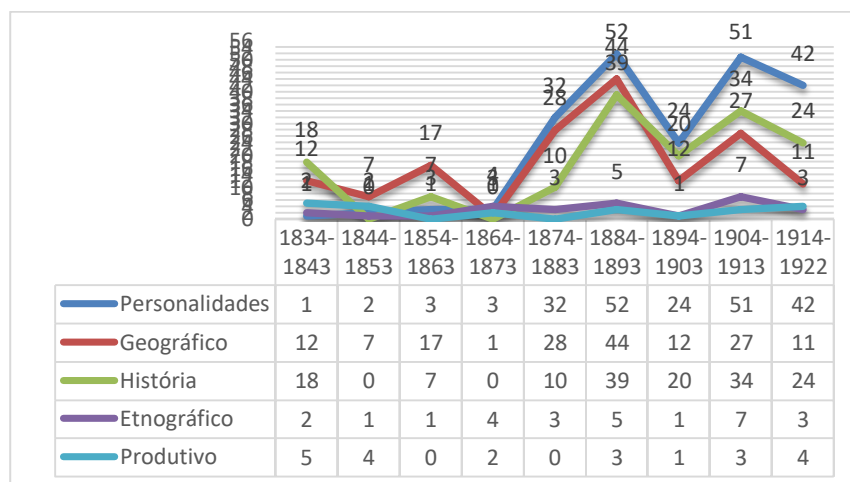
A tabela a seguir apresenta o resultado do estudo detalhado das categorias temáticas analisadas, conforme décadas de surgimento de matérias nas revistas. Para se chegar a essas conclusões, considerou-se a cronologia e os processos que serviram de subsídios para definição dessa forma diacrônica. Sendo assim, analisou-se a linearidade e sucessão dos acontecimentos, a considerar as matérias das revistas em que as décadas foram apresentadas numa sucessão linear/diacrônica do quadro abaixo, seguido do gráfico que apresenta o resultado geral.

Tabela 7 – Categorias temáticas por décadas

Década/Tema	1834- 1843	1844- 1853	1854- 1863	1864- 1873	1874- 1883	1884- 1893	1894- 1903	1904- 1913	1914- 1922	Total
Personalidades	1	2	3	3	32	52	24	51	42	210
Geográfico	12	7	17	1	28	44	12	27	11	159
História	18	0	7	0	10	39	20	34	24	152
Etnográfico	2	1	1	4	3	5	1	7	3	27
Produtivo	5	4	0	2	0	3	1	3	4	24
Total no Período	38	14	28	10	73	143	58	122	84	572
%	6,7	2,5	4,9	1,8	12,8	25,1	10,2	21,4	14,7	100

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Gráfico 1 – Categorias temáticas por décadas



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Sob a perspectiva cronológica, percebeu-se que, na primeira década do período estudado (1834 a 1843), a temática Brasil Histórico foi a mais explorada. Atribuiu-se o resultado dessas ocorrências ao fator de que foi um período que deixou marcas profundas na história do Brasil e de seu país colonizador Portugal, a tratar de fatos que marcaram a Independência do Brasil; a considerar também o impacto sofrido por Portugal devido à separação; ainda que venha a considerar a permanência dos laços de irmandade; o período foi marcado por fatos que promoveram a independência do Brasil desde o início de seu descobrimento, caminhos que o levariam ao progresso e negociações como acordos, tratados, levando em conta as condições dos terrenos agrícolas, que o levariam ao desenvolvimento devido à posse de recursos naturais. Foi o período que apontou o maior número da presença de portugueses a desbravar o território brasileiro.

Por conseguinte, identificou-se instabilidade nos resultados apresentados nas duas décadas subsequentes (1844-1853 e 1854-1863), período de vinte anos, em que foi dada pouca atenção para o Brasil nessa temática. Observou-se que o foco direcionou-se à categoria Brasil Geográfico, a mostrar ao mundo o que era o Brasil em termos de sua grandeza territorial, extensão de superfície, os meios de navegação, as construções em formação, os lugares aprazíveis e a imensidão e beleza do litoral brasileiro e destaques para as belezas regionais.

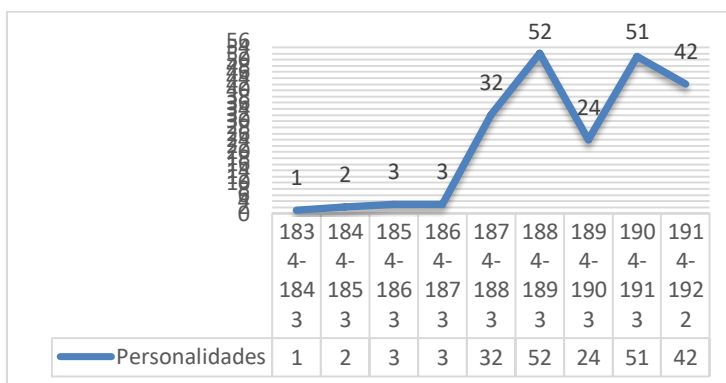
Já na década de 1864 a 1873, foram publicadas apenas 11 matérias sobre o Brasil, sendo que o maior destaque dentre as categorias temáticas foi dado ao Brasil Etnográfico, com quatro matérias focadas em dados da população, especificidades da miscigenação. Ademais, abordagens sobre a influência do povo estrangeiro tanto no idioma quanto nos costumes; o destaque principal foi dado ao sistema escravagista, apontado como um empecilho ao progresso da civilização do povo brasileiro.

O fato é que, na década seguinte (1874 a 1883), o número de ocorrências acima comentado saltou de 11 para 73, com foco nas categorias temáticas Brasil Geográfico e Personalidades do Brasil, o que veio a revelar que a literatura brasileira estava em evidência, assim como o aumento da construção civil (estradas, pontes), no intuito de ligar províncias e abrir fronteiras, com vistas a facilitar o comércio interno e externo.

O resultado da pesquisa apresentou que, nas últimas quatro décadas desse século estudado sobre o desenvolvimento do Brasil (1884-1893, 1894-1903, 1904-1913, 1914-1922), esses números mantiveram-se próximos nas categorias temáticas Personalidades, Geográfico e História. Entendeu-se que o forte do país a chamar a atenção nesse primeiro século pós-independência foram esses assuntos e sempre num ponto de vista sobre desenvolvimento, descoberta, batalhas e conquistas. Pode-se concluir que foi um século intenso de descobertas, invenção, criação, motivação, comemorações e dotado de progresso, desenvolvimento, encantamento, ainda que de discórdias e desencantamento; porém, por se tratar da independência, havia uma constante perspectiva de que estaria inaugurando-se um novo país, o país do futuro, onde tudo conspirava a seu favor.

A seguir, gráficos com detalhes das ocorrências de cada categoria, a considerar a década. A iniciar pela categoria Personalidades do Brasil, com representações distribuídas conforme encontrado nas matérias no decorrer do primeiro centenário pós-independência do Brasil.

Gráfico 2 – Categoria Brasil Personalidades por décadas

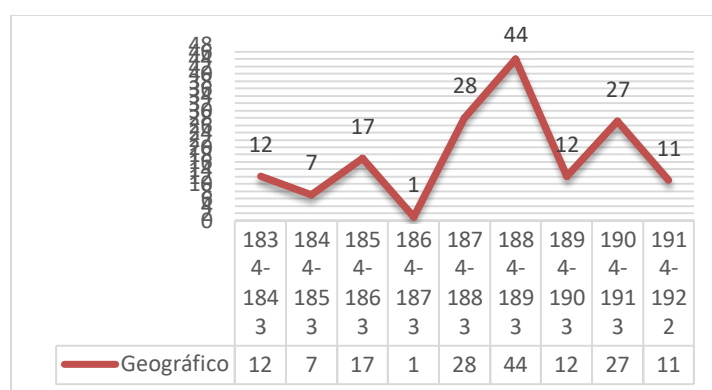


Fonte: elaborado pela autora (2020).

O gráfico acima representa em números as ocorrências sobre a temática Personalidades do Brasil, apontando a maior quantidade de matérias nas décadas de 1884-1893 e 1904-1913, com destaque para os seguintes assuntos: literatura, atuação do imperador D. Pedro II, artes plásticas, políticos em evidência, homenagens da colônia brasileira, exposições de artes no Rio de Janeiro e visitas oficiais de representantes públicos, embaixadores, inventos nas ciências e homenagens comemorativas.

A seguir, o gráfico representativo da categoria Brasil Geográfico e seus destaques, conforme décadas, ao longo dos cem anos pesquisados.

Gráfico 3 – Categoria Brasil Geográfico por décadas



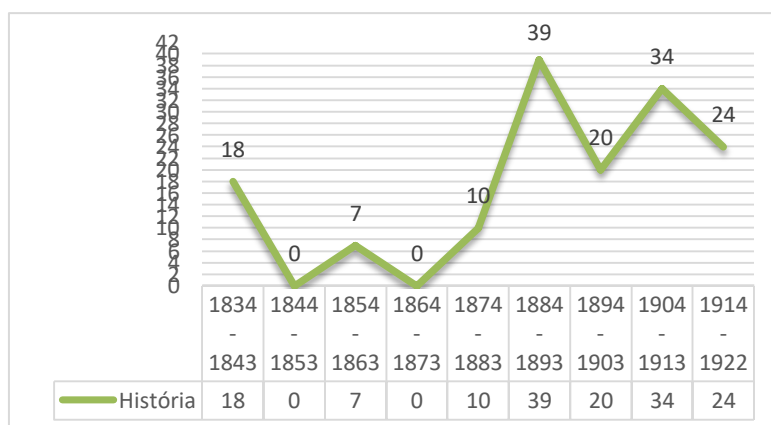
Fonte: elaborada pela autora (2020).

A categoria Brasil Geográfico apresentou, no decorrer do centenário pós-independência, o maior número de ocorrências surgidas nas matérias das revistas ilustradas portuguesas na década de 1884-1883, período em que praticamente duplicou em relação à década anterior; observou-se que o crescimento desse número aumentou

em função do desenvolvimento de construções civis como monumentos, casas de beneficência, igrejas, teatros, embaixadas; de lugares como clubes, escolas, de paisagens naturais como ilhas, praias, baías, em específico apresentou o desenvolvimento da geografia das cidades do Brasil, inclusive por região e descrição ampla da hidrografia brasileira. A seguir, com a década de 1894-1903, houve uma baixa significativa nesse número, uma vez que as matérias foram distribuídas entre as categorias Personalidades, História e Geografia, entendeu-se que o Brasil tomava uma posição de apresentação para o mundo de forma equilibrada, ao se aproximar da conquista de sua independência.

O gráfico a seguir demonstra as ocorrências surgidas na categoria Brasil Histórico, distribuídas por décadas:

Gráfico 4 – Categoria Brasil Histórico por décadas

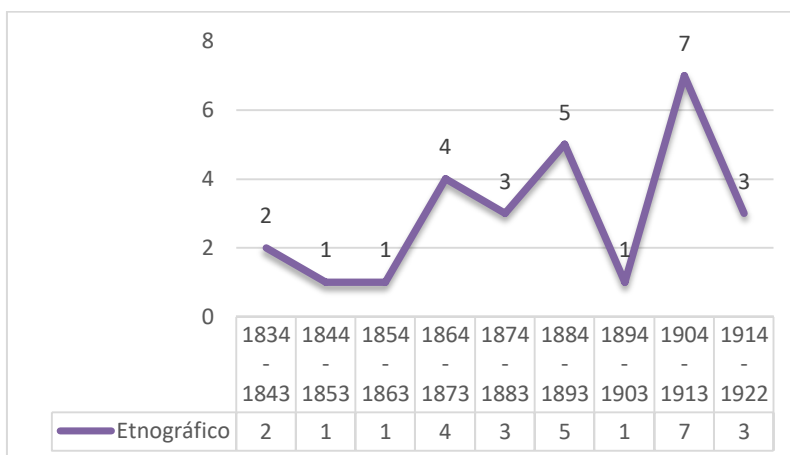


Fonte: elaborado pela autora (2020).

O gráfico demonstrou que as últimas quatro décadas (1884-1893, 1894-1903, 1904-1913 e 1914-1922) do período estudado tiveram um número de ocorrências equilibrado, distribuído entre os assuntos já citados Personalidades, Geografia e História, visto que o Brasil estava a se desenvolver a todo vapor nesses períodos próximos a completar cem anos de sua independência.

O seguinte gráfico representa os números de matérias referentes à etnografia do Brasil, assunto que gerou muita discussão, dada a complexidade da formação do povo brasileiro.

Gráfico 5 – Categoria Etnográfico x décadas

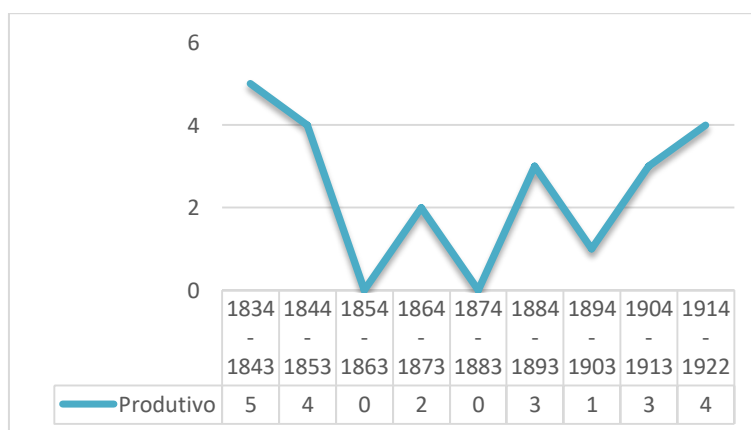


Fonte: elaborado pela autora (2020).

O assunto etnografia foi discutido de forma equilibrada ao longo de todo o período pesquisado, foi trazido em muitas revistas e matérias em comum. Percebe-se, pelos resultados alcançados, que em todos os períodos ele aparece, quando não em muitas matérias que tratam de outras categorias.

Por último, uma leve descrição das matérias referentes à categoria Brasil Produtivo, conforme surgimento nas décadas.

Gráfico 6 – Categoria Brasil Produtivo x décadas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Curioso que surgiram mais matérias no início do século do Brasil como país independente, imagina-se que devido a se tratar de um país novo, recém-independente e que seus recursos voltavam-se para a agricultura; ao mesmo tempo, esse número ressurgiu na última década do século, quando o Brasil já contava com recursos

tecnológicos como rodovias, estadas para conduzirem os produtos gerados às províncias ou às exportações.

CONCLUSÕES

A hipótese geral inicial, tinha como intenção a de testar se as imagens midiáticas do Brasil atual na imprensa estrangeira continuam as mesmas, designadamente, a qual a imprensa portuguesa deu ao Brasil no primeiro século de existência do país como estado independente. Os dados recolhidos no decurso da investigação confirmaram que as imagens do Brasil como uma nação de oportunidades dadas as riquezas naturais, belezas exóticas e cultura diversificada, mantém-se as mesmas; sendo assim, aceitou-se parcialmente; no entanto, rejeitou-se parte, uma vez que mudanças ocorreram e novas imagens como a violência, a desigualdade social e a corrupção foram associadas.

Conforme estudo realizado, o Brasil despontava com suas riquezas naturais, a atrair a atenção do mundo, diante de um acontecimento singular que encantou a todos que foi o surgimento de um novo país considerado parte do “Novo Mundo”, especificamente com a formação de uma população, um marco na história mundial, essencialmente na história do Brasil e de Portugal. Conforme explicitado na introdução, percebeu-se que os estereótipos/mitos tornam-se cruciais para a compreensão e ressurgimento de conceitos complexos, além de produzirem um efeito positivo na mídia: oferecem um denominador comum a partir dos quais as mídias podem construir suas narrativas mais aperfeiçoadas, conforme interesses.

Por meio da análise das imagens e narrativas das *revistas ilustradas portuguesas* sobre o Brasil pós-independência, afirmou-se a complexidade que envolve o estudo da construção da identidade do povo brasileiro e no desenvolvimento do Brasil. As imagens midiáticas, ao apoiarem a disseminação dessas narrativas, em âmbito global,

suscitam os indivíduos a produzirem e reproduzirem as imagens tanto do seu país, quanto dos demais. Entendeu-se que funciona como uma instância alavancadora da manutenção da imagem do país, a alimentar o sistema e retroalimentar estereótipos e mitos sobre o país, adequados aos interesses de quem os propaga.

No domínio desse estudo, apesar do fenômeno coletivo, os mitos e estereótipos referentes ao Brasil presentes nas imagens e narrativas das *revistas ilustradas portuguesas* permanecem, em sua maioria, relacionados aos padrões de representação que portam do mito fundador. Nessas imagens e narrativas, completa-se o círculo em torno da estratégia midiática que reforça (então sob as aparências midiáticas) o mito fundador do Brasil como paraíso terrestre. Esse corrente nas representações do Brasil, agregando ainda os estereótipos de um país de violência, de desigualdade social e de corrupção. Posto isso, pode-se constatar que a imagem da mídia estrangeira do passado ainda se mantém, a considerar que a formação da identidade nacional é resultado dos componentes de sua formação.

Conforme aprendeu-se nos livros de história, era de se esperar, por meio da leitura dos documentos originais que narraram a história do nosso país, a confirmação de que a imagem atribuída ao Brasil era a de um país rico e promissor, de natureza encantadora.

Percebeu-se na historiografia portuguesa, o reconhecimento da privilegiada condição natural para o progresso do Brasil ao longo dos tempos, porém identificou-se a incógnita se o brasileiro estaria atento aos cuidados necessários para garantir seus valores e explorar suas riquezas para fins de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Muito embora, levado à conclusão de que o Brasil era considerado um país incapaz de ser independente. Justificativa essa que nos mostrou claramente o tipo da imagem formada do Brasil em Portugal.

Por meio da análise categorial utilizada, verificou-se a frequência dos temas trabalhados nas produções midiáticas. Tal técnica mostrou-se bastante eficaz, ao permitir a obtenção de resultados conclusivos e de fácil manipulação. Essa técnica disponibilizada pela análise de conteúdo, foi de fundamental importância para a realização desta pesquisa. Também foram importantes a análise documental e a análise do discurso, através do estudo da narrativa no discurso (Motta, 2005). Bem como a

junção dos métodos qualitativo e quantitativo na execução da pesquisa, que demonstrou ser decisivo para o alcance dos objetivos estabelecidos.

O objetivo geral foi alcançado, no sentido de que se encontrou a resposta ao problema norteador de todo o trabalho: “De que forma o Brasil foi representado na imprensa portuguesa, ao longo do seu primeiro século de existência como país independente?” Posto isso, após a análise das matérias, pôde-se, conclusivamente, obter respostas por meio dos resultados obtidos.

De um modo geral, verificou-se que as matérias extraídas das *Revistas Ilustradas Portuguesas* tratavam o Brasil, principalmente, a partir de suas riquezas naturais. Sendo essas as imagens que mais se enquadraram no estudo. Foi posta, sobretudo, a imagem de um país do futuro, dadas as diversidades desde a fertilidade do solo, a natureza pródiga, o povo capaz de bem produzir e a posição geográfica favorável ao desenvolvimento produtivo; ademais, o comércio favorável entre as nações, dada a posição geográfica e a facilidade de comunicação.

Concluiu-se com as análises de que a Independência do Brasil foi foco de atenção nos primeiros anos de conquista da soberania nacional. Em comparação com as imagens encontradas descritas por historiadores brasileiros e portugueses, referentes ao período pós-independência, observou-se que os historiadores de ambos os países não se debruçaram sobre o tema. Cada qual voltou sua atenção para as questões relevantes de seu país. Portugal dedicou-se à situação política e econômica; enquanto que o Brasil, esteve a lutar pelas conquistas ainda ameaçadas e a pagar economicamente a conta adquirida com a conquista da independência.

Conforme análise das matérias extraídas das revistas ilustradas portuguesas, evidenciou-se destaque sobre a criatividade e inteligência do povo brasileiro, seja por meio das artes, da literatura ou das invenções. Acreditou-se ser conduzida, até então, por este imaginário de raízes seculares, assim como por um imaginário que associa a identidade cultural brasileira à imagem de um povo pacífico, inteligente e capaz de enfrentar obstáculos. No que diz respeito ao país colonizador, constatou-se que permanecem muitas imagens da origem e que há novas perspectivas em que apostam, como exemplo, a evolução econômica do Brasil, questão de interesse de Portugal.

Acreditou-se, com base nos resultados da análise das matérias publicadas pela imprensa portuguesa, ter-se atingido o objetivo desejado, uma vez que o estudo permitiu identificar os múltiplos traços que predominam na etnografia da formação do povo brasileiro. A considerar as características antropológicas sociais tidas como registro descritivo, assim como compreender a complexidade de sua formação e que essa questão de ser um povo alegre, bom e pacífico, tem origem no processo de colonização, uma vez que as razões para ser assim não condizem com seu histórico de formação de caráter, de liberdade, de autoestima.

Quanto aos elementos tomados como “mito fundador”, não houve mudanças significativas, no que se refere às imagens presentes na mídia portuguesa e estrangeira. Por outra vertente, como anteriormente citado, outros estereótipos surgiram.

Identificou-se que as imagens surgidas posteriormente e disseminadas pelas mídias nacional e estrangeira nem sempre são promissoras, pelo fato de corresponderem, em muitos aspectos, aos interesses das mídias dos respectivos países, que nem sempre condizem com a verdade. Identificou-se também a necessidade de maior comprometimento com a construção e desconstrução do Brasil, uma vez que a imagem representada tem parte na formação da autoimagem do povo brasileiro.

Ao comparar as imagens que as mídias nacional e estrangeira transmitem sobre o Brasil, permitiu-se verificar que nosso país além de ser reconhecido como um país repleto de oportunidades é visto como um país corrupto, violento e de desigualdade social, ademais, formado por um povo alegre e ao mesmo tempo intolerante e triste. Foram esses elementos que surgiram no contexto historiográfico antigo e atual, que despertam em muitos historiadores brasileiros o interesse para investigarem essa questão. Entendeu-se, portanto, diante desses estudos, que a mídia nacional opta por passar a pior imagem. Sendo assim, pode-se traduzir que se trata de um enquadramento da autorreferência brasileira; entendeu-se de que não é apenas a mídia estrangeira que nos atribui tais estereótipos.

O fato é que, conforme estudos, modificações ocorreram, e o impacto maior atribuiu-se aos efeitos negativos disseminados pelas imagens midiáticas. A considerar que a imagem da nacionalidade brasileira, com o passar do primeiro século pós-independência, manteve-se fundamentada em estereótipos e nos mitos fundadores.

Igualmente, pode-se constatar que os novos estereótipos surgidos na sociedade brasileira podem caracterizar, conseqüentemente, o atraso no processo de evolução do Brasil.

A propósito das similaridades e diferenças da construção das imagens midiáticas do Brasil atual na imprensa estrangeira, designadamente na imprensa portuguesa, cabe sublinhar que se pode verificar a presença de semelhanças significativas.

Por fim, concluiu-se que não houve significativas alterações no período do estudo, nos estereótipos/mitos sobre o Brasil e os brasileiros que circulam na mídia nacional e estrangeira. Isto se atribui a um contexto estrutural. Porém, também tem a ver com um imaginário imperial e colonial, que continua ainda bastante presente no Brasil, resquícios de nossas origens. Por fim, concluiu-se que o Brasil continua a ser um país provido de um contexto acessível com alto nível de capacidade graças aos recursos naturais que lhe proporcionam riqueza que poderíamos interpretar que não tratam-se de questões de caráter econômico, porém, ausência de políticas públicas aplicadas com severidade.

Contributos e estudos futuros

Percebeu-se que a contribuição deste estudo é inédita para a área científica da comunicação brasileira, uma vez que traz uma análise específica das imagens do Brasil, a partir do primeiro século pós-independência. Ademais, entendeu-se também como um subsídio a tratar dos estudos midiáticos e sobre a formação da identidade do povo brasileiro, ainda em questão. Entendeu-se que as reflexões são insatisfatórias para que indiquem percurso para os elementos analisados. Mesmo assim, a partir dos resultados, abre-se espaço para questionamentos contemporâneos. Dada a complexidade das dimensões abordadas, permitem as possibilidades de novos estudos bastante amplas.

Por fim, sobre as imagens do Brasil, tanto no estrangeiro como no país colonizador, Portugal (em particular), principalmente no ponto de vista brasileiro, a respeito de nossa autorreferencialidade, enxergou-se também uma variedade de temáticas que pode ser enfocada em investigações futuras. Seja em estudos que monitorem as imagens difundidas no âmbito da mídia estrangeira, seja internamente, no próprio Brasil, percebido por si próprio. Caberá também uma investigação aprofundada que se detenha a pesquisar como surgiram os estereótipos sobre o Brasil, ao longo do seu estado independente a partir da nova condição de país soberano, ainda imprecisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, Joana. (2012). *Entrevista I*. [11. dez. 2012]. Entrevistador: Bruno César Brito Viana.
- Amancio, Tunico. (2000). *O Brasil dos gringos: imagens do cinema*. Rio de Janeiro: Intertexto.
- Arruda, José Jobson; Tengarrinha, José Manuel. (1999). *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC.
- Azevedo, F. de. (1963). *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília (Biblioteca Básica Brasileira).
- Azzi, Riolando. (1978). *O Catolicismo Popular no Brasi*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Baldissera, R. (2003). Imagem-conceito, a indomável orgia dos significados. In: *Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo, Intercom. CD-ROM.
- Baptista, Carla & Sousa, J. P. (Orgs.). (2020). *Para uma história do jornalismo em Portugal*. Lisboa, Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova. ISBN: 978-989-54285-9-5 (Digital) e 978-989-54285-8-8 (Impresso).
- Barrere, L. (2017). *Representações do Brasil e do Brasileiro no Discurso do Jornal Espanhol El País no Contexto Pré-Copa Fifa de 2014* (Master's thesis, Universidade Federal do Espírito Santo).
- Barros, Antônio Teixeira; Sousa, Jorge Pedro. (2010). *Jornalismo e Ambiente: Análise de Investigações Realizadas no Brasil e em Portugal*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Barthes, Roland. (1971). *Mitologias*. Lisboa: Edições 70.
- Bignami, R. (2002). *A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva*. São Paulo: Aleph.
- Bilac, O.; Coelho Netto, H. (1909). *A pátria brasileira* (para os alunos das escolas primárias). Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, Alves & Cia.

Bittencourt, Circe Fernandes. (2003). Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: Oliveira, Marcus; Ranzi, Serlei (Org.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF.

Bosco, F. (2017). *A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia.

Brasil, Antônio. (2013). A construção da imagem do Brasil no exterior: um estudo sobre as rotinas profissionais dos correspondentes internacionais. *Revista FAMECOS*, 19(3), 775-794. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2012.3.12901b>>. (acedido a 10. fev. 2020).

Brasil, Antônio. (2007). *Antimanual de jornalismo e comunicação*. São Paulo: Ed. Senac-SP.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Governo Federal. Lei Nº 6001, de 19 de setembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20C3%8Dndio.&text=Art.,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico>. Acedido em: 10. Set. 2020.

Buarque de Holanda, S. (1978). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Bueno, Eduardo. (2013). *Brasil: Terra à Vista! A aventura Ilustrada do Descobrimento*. Porto Alegre: L&PM.

Burke, Peter. (2006, dez. 17). Os turistas aprendizes. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, p.12.

Caminha, Pero Vaz de. (2019). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. (Org. Leandro Garcia Rodrigues). Petrópolis, RJ: Vozes.

Cardoso, C. F. (1988). *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Carrara, S. (2004). Estratégias Anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre guerras. In: Hochman, G.; Armus, D. (Orgs.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 427-53.

Celso, Afonso. (1997). *Porque me ufano do meu País*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura.

Chartier, Roger. (1990). *A história cultural: entre prática e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand.

Chauí, M. (2000). *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

- Chaves, Cláudia Maria das Graças. (2001). *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América portuguesa*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Costa, João Cruz. (1956). *Contribuição à história das idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Costa, Marcos. (2019). *A história do Brasil para quem tem pressa*. Dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas. Rio de Janeiro: Valentina.
- Cunha, I. F. (2000). Transição e Telenovela: o ano de 1977. São Vicente, *Actas do IV Lusocom*.
- Cunha, I. F.; Santos, C. (2008). Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006. *Estudos do Observatório da Imigração*, 28.
- DaMatta. R. (1993). *Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DaMatta. R. (2004). *O que é o Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Del Priore, M. L. (2016). *Histórias da Gente Brasileira*. Vol.1. Colônia: Editora LeYa.
- Dias, Gonçalves. (1998). *Primeiros Cantos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Dias, M.N. (1984). *Brasil em perspectiva* (coletânea). São Paulo: DIFEL Difusão Editorial.
- Donisete, Luis & Grupioni, Benzi (org.). (2011). *Índios no Brasil*. São Paulo: Global Editora.
- Durand, G. (2002). *Estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes.
- Eliade, Mircea. (1981). *A history of religious ideas: from the stone age to the eleusinian mysteries*. Chicago: University of Chicago Press
- Esperidião, Maria Cleidejane. (2011). Gigantes invisíveis no telejornalismo mundial: agências internacionais de notícias e o ecossistema noticioso global. *Brazilian Journalism Review*, v. 7, n. 1.
- Fafe, J. F. (2010). *A colonização portuguesa e a emergência do Brasil*. Lisboa: Círculo de Leitores & Temas & Debates.
- Fausto, B. (2002). *História do Brasil*. São Paulo: EDPUSP.
- Fausto, B. (2010). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Ferin, Isabel. (2007). Identidade e reconhecimento nos media. *MATRIZES*, São Paulo, n. 1 / 2o semestre, pp. 187- 208.

Fernandes, A.D.R. B; Soares, M.S. M; Annarumma, N. (2001). *História do Brasil Império e República*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Freyre, G. (1963). *Casa Grande e Senzala*. Brasília: Universidade de Brasília.

Freyre, G. (s/d). *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Círculo do livro.

Freire, Paulo. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Ltda.

Freire, Paulo. (1982). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados, Cortez.

Gamson, W. A; Modigliani, A. (1987). The changing culture of affirmative action. In: Braungart, R. G. e Braungart, M. M. (eds.). *Research in Political Sociology*, vol. III, pp. 137-177.

Garrison, John W. (2017). O Brasil e os brasileiros – um olhar externo. In: Buarque, Cristovam; Almeida, Francisco; Navarro, Zander (Orgs.). *Brasil, Brasileiros. Por Que Somos Assim?* Brasília: Verbena Editora, Ltda. Fundação Astrogildo Pereira.

Gonçalves, Andréia Lisly. (2012). Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século. *História da historiografia*. Ouro preto, n. 10, dez., pp. 32-53 Disponível em: <https://www.google.com/search?q=tengarrinha+sobre+a+independ%C3%Aancia+do+brasil&rlz=1C1AVNC_enBR696BR696&oq=tengarrinha+sobre+a+independ%C3%Aancia+do+brasil&aqs=chrome..69i57.12424j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8> (acedido a 03. Jan. 2020).

Guerra, François-Xavier, *A nação na América espanhola: a questão das origens*, Revista Maracanan, volume 1, nº 1, UERJ, Rio de Janeiro, 1999, pp. 9-30, disponível aqui (última consulta em 17-08-2018): <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13242/10116>>.

Hall, Stuart. (2001). *Identidade culturas na pós-modernidade*. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Hall, Stuart. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Hall, Stuart. (1990). Cultural identity and diaspora. In J. Rutherford (Ed.), *Identity: 404 community, culture, difference* (pp. 227-237). London: Lawrence & Wishart.

Hespanha, António Manuel. (2004). *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina.

Holanda, Sérgio Buarque de. (1962). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Holanda, Sérgio Buarque de. (2009). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Holanda, Sérgio Buarque de. (1994). *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Hugon, S. (2006). O Brasil mítico dos franceses. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, (31), 20-23.

Jancsó, István (org.). (2003). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo; Unijuí: Hucitec; Fapesp.

Joly, M. (1996). *Introdução à análise da imagem*. 6.^a edição. Campinas: Papirus.

Jönsson, Henrik Brandão. (2014). Brazilian Blues. In: Gonçalves, Hugo et. al. (Org.). *Palavra de gringo: um olhar estrangeiro sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Língua Geral.

Kajihara, Kelly Akemi (2008). *A imagem do brasil no exterior: Análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até os dias atuais*: virtual book, disponível em:

<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/espaco_academico/premio_mtur/downloads_premio_FGV/Graduaxo-1x_Lugar-A_Imagem_do_Brasil_no_Exterior.pdf. (Acedido a nov. 2019)>.

Kaplan, Abraham. (1972). *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder.

Leite, Dante Moreira. (1976). *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Nacional.

Lessa, Ricardo. (2008). *Brasil e Estados Unidos: o que fez a diferença?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. New York: Madmillan.

Lisboa, W. T. (2008). Reminiscências coloniais e sentidos midiáticos: a identidade brasileira em Portugal. *Perspectivas de la Comunicación-ISSN 0718-4867*, 1(2), 30-38.

Lyra, Maria de Lourdes Viana. (1997). *A utopia do poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política. Rio de Janeiro: Sette Letras.

Lyra, Maria de Lourdes Viana. (2000). *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual.

Lopes, M. C. (2010). *A imagem do Brasil no jornalismo estrangeiro*. Tese de doutorado em Linguística Aplicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Lousada, Maria Alexandre (1987). *O miguelismo (1828-1834): o discurso político e o apoio da nobreza titulada*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Luft, L. (2004, nov. 17). Brasil, mostra a sua (outra) cara. *VEJA*, São Paulo, n. 1880, p. 24.

Machado, I. J. R. (2003). *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto* (Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp). Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279828>>. (Acedido a 21 out. 2020).

Manini, Miriam Paula (Org). (2010). *Imagem, memória e informação*. Brasília: Ícone Editora e gráfica.

Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (2001). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas.

Marques, A. H. de Oliveira. (1977). *História de Portugal: das origens às revoluções liberais*. Volume I, 7. Ed. Lisboa: Palas Editores.

Mattoso, J. (1998). *História de Portugal: o liberalismo*. Lisboa: Estampa.

Martins, R. P. V. (2003). *Representações do Brasil: os imigrantes europeus e o Carnaval no imaginário estadunidense*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Martins, Wilson. (1996). *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Mattoso, J. (1993). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Meditsch, E. (2008). O jornalismo como uma forma de conhecimento? Uma abordagem qualitativa. In: Sousa, J. P. (org.). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 7-12.

Maxwell, K. (2007). History Lessons: The problem of persistence. In: *Harvard Review of Latin America*. p. 3-6. Disponível em: <http://www.drcias.harvard.edu/uploads/images/1389/2007_Spring_-_ReVita_-_Brazil_The_Seatch_for_Equity.pdf>. (Acedido a 23 out. 2013).

Melo e Souza, L. (1997). *História da vida privada no Brasil*. Volume I. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras.

Minga, E. A. de Paula. (2019). *A Construção do Outro na Opinião Pública: representações contemporâneas do Brasil e dos brasileiros na sociedade portuguesa*. Tese de Doutorado, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, Portugal.

Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Mota, C. G. (1985). *Ensaio 30 – Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática.

Mota, C. G. (2008). *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora SENAC.

Motta, Luiz Gonzaga. (2005). *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas.

Motta, Luiz Gonzaga. (2012). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UnB.

Mota, C. L.; Motta, L. G.; Cunha, M.J. (orgs). (2012). *Narrativas midiáticas*. Florianópolis: Insular.

Mota, C.G. (1984). *Brasil e perspectiva*. São Paulo: Difusão Editorial.

Oliveira Jr, E. F. (2019). DO COMPLEXO DE VIRA-LATA AO MULTICULTURALISMO CRU. *Revista Científica Doctum Multidisciplinar*, 1(2). Disponível em: <<http://revista.doctum.edu.br/index.php/multi/article/view/280>>. (Acedido a 19 ago. 2020).

Oliveira, Joana. (2015). *O Brasil Imaginado: um olhar estrangeiro*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Oliveira Marques, A. H. de. (1972). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

Padilla, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In J. M. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal*, (pp. 113-134). Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI.

Paganotti, I. (2007). Imagens e estereótipos do Brasil em reportagens de correspondentes internacionais. *Rumores – Revista Online de Comunicação, Linguagens e Mídias*, vol. 1, nº1, janeiro.

Paganotti, I. (2009). Imagens do Brasil turístico nas páginas do *New York Times*. *Pensamento e Realidades*, ano XII, vol. 24, 2.º, pp. 47-64.

Paganotti, Ivan. (2013). O crime que (as) salta das páginas de jornal: a violência na paisagem nostálgica da cobertura turística brasileira do Diário de Notícias. *Parágrafo*, 1(1), 61-70.

Pais, J. M. (2010). “Mães de Bragança” e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade. *Revista de Ciências Sociais*, 41 (2), 9-23.

Peixoto, Afrânio. (2016). *Minha Terra, minha Gente*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2016. PDF. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=afra+peixoto+minha+terra+minha+gente+1916&oq=afra+peixoto+minha+terra+minha+gente+1916&aqs=chrome.69i59j69i57.4504j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> (Acedido a 22 nov. 2018).

Periódico para os bons realistas. (1828, jun. 10). *Jornal Histórico, político e noticioso*. n. 1, terça-feira, 10 de junho, 1828. Na nova Impressão Silviana. Com licença. Travessa da Portaria das Freiras de Santa Ana.

Periódico para os bons realistas. (1828, jun. 17). *Jornal Histórico, político e noticioso*. n. 4, terça-feira, 17 de junho, 1828. Na nova Impressão Silviana. Com licença. Travessa da Portaria das Freiras de Santa Ana.

Peres, Simone Oliveira Vieira. (2013). *Os Simpsons e o Brasil: imagens de um olhar estrangeiro em “Blame it on Lisa”*. 83fl. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil.

- Picanço, A. T. (1999). *Quinhentos Anos da Revelação do Brasil ao Mundo*. Rio de Janeiro: Peneluc Prod. Gráf. E Pub.
- Pimenta, João Paulo G. (2009). A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de uma tese clássica. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 3, setembro, p. 52-82.
- Pinsk, P. (2003). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto.
- Prado Júnior, Caio. (1926). *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Dupret, Mayença.
- Prado Júnior, Caio. (1981). *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense.
- Prado Júnior, Caio. (1972). *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Prado, Paulo. (1981). *Retrato do Brasil – ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: IBRASA.
- Pratt, Mary Louise. (1999). *Os olhos do império – relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC.
- Ramos, R., (coord.); SOUSA, B. V.; MONTEIRO, N. G. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rasia, R. O. (2014, set. 16). *O olhar estrangeiro sobre o Brasil nos documentários de Rogério Sganzerla*. Don On-Line, n.16, pp. 72-98.
- Ribeiro, Darcy. (1995). *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro Jr, J. (1968). O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. *Brasil em Perspectiva*, 16.
- Riego, B. (2001). *La Construcción Social de la Realidad a través de la Fotografía y el Grabado Informativo en la España del Siglo XIX*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria.
- Rocha Pita, Sebastião da. (1952). *História da América Portuguesa*. São Paulo: W. M. Jackson Inc.
- Rodrigues, José Honório. (1966). *Civilização Brasileira: História e historiografia*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, Nelson. (1993). *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rohter, Larry. (2008). *Deu no The New York Times: O Brasil Segundo a ótica de um repórter do jornal mais influente do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Said, Edward. (1993). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Said, Edward (2003). *O orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Saraiva, J. H. (1983). *História de Portugal*. Lisboa: Alfa.
- Sauvy, Alfred. (1965). *Methologies de Notre Temps*. Paris: Payot.
- Scheyerl, D. & Siqueira, S. (2008). O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, vol. 47, nº 2.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras.
- Shohat, Ella; Stam, Robert. (2006) *Critica da Imagem Eurocêntrica*, São Paulo: Cosac Naify.
- Silva, S. R. (2006). Globalização, ciberespaço e imaginários: a atualização da imagem do Brasil como “paraíso terrestre” na Internet. *Anais do XXIX INTERCOM – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. [On-line] Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0949-1.pdf>>. (Acedido a 11 set. 2018).
- Silva, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; Woodward, Kathryn. (2003). *Identidade e Diferença: a perspectivados Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Silverstone, R. (2002). *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola.
- Sorel, Georges. (1990). *Réflexions sur la Violence*. Paris, Seuil.
- Sousa, J. P. (2017). *A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910*. In: Sousa, J. P.; Lima, H.; Hohlfeldt, A. e Barbosa, M., (Orgs.). *Uma História da Imprensa Lusófona*. Porto: Media XXI.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2.^a edição revista e aumentada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2004). Imagens do Brasil na imprensa portuguesa de grande circulação. *Cadernos de Estudos Mediáticos*, vol. III, pp. 93-176.
- Sousa, J. P. (2000). Imagens do Brasil na imprensa portuguesa. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXIII. ANAIS*. Salvador: Intercom.
- Sousa, J. P. (2002). *A Utilização de Fontes Anônimas no Noticiário Político dos Diários Portugueses de Referência: Um Estudo Exploratório*. Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Comunicação. Salvador, 1-5 de setembro.
- Sousa, J. P. (2004). *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso. Um Guia para Estudantes de Graduação*. Florianópolis, Brasil: Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (Org.). (2008). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia. Perspectivas Luso-Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P (Coord). (2010). *O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974*. 2 volumes. Covilhã: Livros LabCom/Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt>>. (Acedido a 15 jun. 2018).

Sousa, J. P.; Lima, H.; Hohlfeldt, A.; Barbosa, M. (2014). *A history of the press in the Portuguese-speaking countries*. Porto: Media XXI.

Sousa, J. P. (2016). *Brasil-Galiza-Imprensa Colonial Portuguesa*. In: Sousa, J. P; Lima, Helena; Hohlfeldt, Antonio; Barbosa, Marialva (Orgs). (2016). *Uma História da Imprensa Lusófona*. Porto: Media XXI.

Sousa, J. P. (2017a) *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Porto: Media XXI.

Staden, Hans. (2018). *Duas viagens ao Brasil: Primeiros registros sobre o Brasil*. Porto Alegre: L&PM.

Steel, R. (1981). *Walter Lippmann and the American century*. London: The Bodley Head.

Tadeu, Pedro. Entrevista II. [2012, dez. 11]. Entrevistador: Bruno César Brito Viana. Lisboa. 1 arquivo mp3 (35min).

Tavares, Miguel Sousa. (2000). *Desculpem lá o Cabral*. *Público*, Lisboa.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa*. Lisboa: Caminho.

Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Lisboa: Minerva.

Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa Das Origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Tufano, Douglas. (1999). *A Carta de Pero Vaz de Caminha: comentada e ilustrada*. São Paulo: Moderna.

Veríssimo Serrão. J. (1983). *História de Portugal*. Lisboa: Verbo.

Viana, B. C. B. (2014). *A imagem do Brasil na mídia impressa portuguesa. Um estudo de caso do Diário de Notícias e do Público*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

Viana, B. C. B. (2020). *O Brasil que é notícia: as representações jornalísticas nos media on line portugueses em 2016*. Tese de Doutorado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Wimmer, R. D. & Dominick, J. R. (1996). *La Investigación Científica de los Medios de Comunicación*. Una Introducción a Sus Métodos. Barcelona: Editorial Bosch.

APÊNDICE 1

Inventário e classificação das matérias analisadas

A Época: Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes (1848-1849)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Página(s)	Ilustr.	Autor
5	Vol. I, 1848	Esboço de uma história da agricultura	68-66		
1	Vol. I, 1848	O guia e o manual do cultivador.	324-325		

A Ilustração Portuguesa: Revista Literária e Artística (1884-1890)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Página(s)	Ilustr.	Autor
1	1º Anno, 17 de nov. 1884	A Lyra Gonçalves Dias	3		
8	2º Anno, 14 de jun. 1886	Os brasileiros – contos	7-8		José Maria da Costa
6	3º Anno, 21 de mar. 1887	Um improvisador brasileiro	3-4		Pinheiro Chagas
7	3º Anno, 28 de mar. 1887	Um improvisador brasileiro – continuação	4-5	x	Pinheiro Chagas
8	3º Anno, 4 de abr. 1887	Um improvisador brasileiro – continuação	4-6	x	Pinheiro Chagas
3	5º Anno, 10 de set. de 1888	Poetas brasileiros	3-6	x	Guiomar Torrezão
45	5º Anno, 2 de dez. de 1889	A república no Brazil – o imperador D. Pedro II	3-4		Guiomar Torrezão

A Ilustração Luso-brasileira: jornal universal (1856-1859)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Página(s)	Ilustr.	Autor
2	Vol. I, Nº 1, 12 de janeiro de 1856	Revista literária – Brazil I Portugal e Brazil opúsculo humanitário por B. A. R.J.1854	10-11	x	Luiz Filipe leite
6	Vol. I, Nº 1, 19 de abr. de 1856	Iluminação do palácio do consul brasileiro em Macau no festejo.	128	x	
0	Vol. I, Nº 1, 17 de maio de 1856	Porto do Maranhão	156	x	M.
1	Vol. I, Nº 1, 2 de ago. de 1856	O Amazonas	245	x	
534	Vol. I, Nº 1, 23 de ago. de 1856	Inauguração do caminho de ferro da Bahia	265	x	
6	Vol. I, Nº 1, 6 de set. de 1856	Brazil – Topinambás	287-288		
1	Vol. II, Nº 1, 13 de mar. de 1858	O chafariz do largo do Paço no Rio de Janeiro	81-82	x	
5	Vol. II, Nº 1, 10 de abr. de 1858	O Rio Grande	117		
3	Vol. II, Nº 1, 11 de ago. de 1858	O Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil	258-259	x	
2	Vol. II, Nº 1, 16 de out. de 1858	O Corcovado	330-331		A. B. H.
5	Vol. II, Nº 1 6 de nov. de 1858	Brazileira	360		
	Vol. II, Nº 1, 5 de fev. de 1858	Uma vista pitoresca do Rio de Janeiro	34 Galeria Histórica		
1	Vol. II, Nº 1, 13 de mar. de 1858	O chafariz do largo do Paço no Rio de Janeiro	81-82	x	
3	Vol. II, Nº 1, 14 de ago. de 1858	O Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil	238	x	
2	Vol. II, Nº 1, 16 de out. de 1858	O Corcovado	330-331		A. H.
3	Vol. II, Nº 1, 23 de out. de 1858	O Corcovado – conclusão	338-339		A. H.
5	Vol. II, Nº 1, 6 de nov. de 1858	Brazileira,	360		A. H
	Vol. III, Nº 1, 5 de fev. de 1859	Uma vista pitoresca do Rio de Janeiro	34-35		A. H.
	Vol. III, Nº 1, 5 de mar. de 1859	Continuação da comédia – drama as brasileiras	72		
	Vol. III, Nº 1, 5 de mar. de 1859	A última tentativa dos Holandeses contra a cidade da Bahia	67		L. de Vilhena Barbosa
0	Vol. III, Nº 1, 5 de mar. de 1859	A última tentativa dos Holandeses contra a cidade da Bahia (conclusão)	74		L. de Vilhena Barbosa
1	Vol. III, Nº 1, 19 de mar. de 1859	A expulsão dos Holandeses do Brasil	83-86	x	L. de Vilhena Barbosa
	Vol. III, Nº 1, 26 de	A expulsão dos Holandeses d	94-95		

2	mar. de 1859	o Brazil continuação			
3	Vol. III, Nº 1, 2 de abr. de 1859	A expulsão dos Holandeses d o Brazil continuação	98-99		
4	Vol. III, Nº 1, 9 de abr. de 1859	A expulsão dos Holandeses d o Brazil conclusão	110-112		
2	Vol. III, Nº 1, 13 de ago. de 1859	O rio da cachoeira no Brazil	250-251		L. de Vilhena Barbosa

Branco e Negro: Semanário Ilustrado (1896-1898)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Página(s).	Ilustr.	Autor
3	1º Anno (1 a 24) 19 de Abr./1896	Aspectos do Brazil	12 – 13		João Chagas
6	1º Anno (23 a 26) 27 de set./1896	Brinde de Coelho Netto à literatura Portuguesa	7 – 8		Coelho Netto
2	1º Anno (31 a 35) 8 de nov./1896	Ouvir Estrellas	83		Olavo Bilac
3	1º Anno (31 a 35) 15 de nov. 1896	Litteratura Brasileira: Os rebanhos ethreos	94 -		Coelho Netto
3	1º Anno (31 a 35) 15 de nov. 1896	Litteratura Brasileira Coelho Netto	98 – 99		Carlos Malheiro Dias
4	1º Anno (31 a 35) 22 de nov. 1896	Os palácios I Queluz	113 – 119	x	Domingos Guimarães
3	1º Anno (31 a 35) 15 de nov. 1896	Litteratura Brasileira Coelho Netto (Conclusão)	126		Carlos Malheiro Dias
3	1º Anno (31 a 35) 15 de nov. 1896	A missão de Purna (Do evangelho Buadhista à Coelho Neto) Juiz de Fóra, março, 1894.	135		Olavo Billac (Brazileiro)
5	1º Anno (45 a 48) 21 de fev. 1896	O Pampeiro	306 – 307	x	Padre Senna Freitas
5	1º Anno (45 a 48) 21 de fev. 1896	Litteratura brasileira O Cura	329 – 330		Coelho Netto
2	2º Anno (53 a 56) 11 de abr. 1897	Litteratura brasileira Credo	29		Luiz Delfino
6	2º Anno (53ª 56) 25 de abr. 1897	Litteratura brasileira Quadras simples	58		Luiz Murat
2	2º Anno (92 a 96) 2 de jan. 1898	A Queimada Castro Alves	215		-
6	2º Anno (92 a 96) 30 de jan. 1898	Ouvir estrelas	276		Olavo Bilac
7	2º Anno (97 a 100) 6 de fev. 1898	Voltou	299 – 300		-
00	2º Anno (97 a 100) 29 de fev. 1898	De viagem (na Russia)	348		Filinto D'Almeida (Brazileiro)

Brasil – Portugal (1899-1914)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Página(s)	Ilustr.	Autor
	Anno 1, 1 de fev. 1899	Largo da Nazareh Pará; Dr. Campos Sales; Uma flôr do Ceará		x	
	Anno 1, 1 de fev. 1899	Instituições Portuguezas no Brasil	8	x	Visconde de Faro e Oliveira
	Anno 1, 16 de mar. 1899	Bahia	6	x	
	Anno 1, 1 de abr. 1899	Poetisas brasileiras da actualidade	6	x	Alberto Pimentel
	Anno 1, 16 de abr. 1899	O país do Rio de Janeiro – Quintino de Bocayuva	3	x	
	Anno 1, 16 de maio de. 1899	No chapéu de sol – a Coelho Netto	2		Conego Sena Freitas
	Anno 1, 16 de mai. 1899	Pedro Alvares Cabral – como se chamava o descobridor do Brasil	3	x	Sousa Viterdo
	Anno 1, 1 de jun. 1899	O Adamastor no Brasil	7	x	
0	Anno 1, 16 de jun. 1899	Liga dos estudantes brasileiros em Portugal	2		Antonio da Gama
1	Anno 1, 1 de jul. 1899	Pelo Amazonas	11	x	Lorjô Tavares
2	Anno 1, 1 de jul. 1899	Ilustração S. Paulo e RJ		x	
6	Anno 1, 16 de set. 1899	O Presidente da República Argentina no Brasil	2	x	Pinto de Carvalho
7	Anno 1, 17 de out. 1899	O Presidente da República Argentina no Brasil	12 -14	x	
0	Anno 1, 16 de nov. 1899	Liga dos estudantes brasileiros em Portugal	2		
2	Anno 1, 16 de dez. 1899	O natal no Brasil	3		Pedro Américo
3	Anno 1, 1 de jan. 1900	A cidade de Santos Brasil	4	x	
7	Anno 2, 1 de março de 1900	A festa do Brasil Portugal	43		
9	Anno 2, 1 de abril de 1900	Rio de Janeiro A família brasileira ersonalidade	Capa 68-69	x	Gonzaga Duque
0	Anno 2, 16 de abril de 1900	Plenipotenciario de Portugal nas festas do centenário do Brasil	Capa		
0	Anno 2, 16 de abril de 1900	A cidade de São Paulo	82		
0	Anno 2, 16 de abril de 1900	Direito Civil brasileiro	88		João José da Silva
2	Anno 2, 16 de maio de 1900	Centenário do descobrimento do Brasil na sociedade de geographia de Lisboa	117		
3	Anno 2, 1º de jun. de 1900	Centenário do descobrimento do Brasil	138	x	

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

		– O cruzador D. Carlos no Rio de Janeiro – chegada do Gal Francisco..			
4	Anno 2, 16 de junho de 1900	4º centenário do Brasil – à excursão ao Corcovado e as paineiras	146-147	x	
5	Anno 2, 16 de junho de 1900	4º centenário do Brasil	68-69	x	
6	Anno 2, 16 de junho de 1900	4º centenário do Brasil no Rio de Janeiro		x	
8	Anno 2, 16 de agosto de 1900	Galeria brasileira – I	222	x	Damasceno Vieira
0	Anno 2, 16 de setembro de 1900	Novo ministro de Portugal no Brasil	Capa	x	
0	Anno 2, 16 de setembro de 1900	Chronica electrica	242	x	
1	Anno 2, 1º de out. de 1900	A esquadra brasileira que acompanha o Sr. Presidente Campos Sales	267	x	1 gravura col.
2	Anno 2, 16 de out. de 1900	A crise financeira e o ministro das finanças do Brasil	275		
4	Anno 2, 16 de nov. de 1900	Viagem do presidente da República do Brasil ao Rio da Prata	Capa	x	
5	Anno 2, 1 de dezembro de 1900	Exequias do Rei Humberto, na Bahia pela Colônia Italiana	326	x	
6	Anno 2, 16 de dezembro de 1900	Barão do Rio Branco	Capa	x	
6	Anno 2, 16 de dezembro de 1900	A questão do Oyapok	339-341	x	
7	Anno 2, 1 de janeiro de 1901	O novo palácio do governo do Estado do Amazonas	357	x	
1	Anno 3, 1 de janeiro março de 1901	A questão Calmon	Capa	x	
5	Anno 3, 1 de maio de 1901	Couraçado Floriano	Capa	x	
5	Anno 3, 1 de maio de 1901	A visita do couraçado brasileiro	99	x	
6	Anno 3, 16 de out. de 1901	A cultura do café	283-285	x	Visconde de S. Valentim
7	Anno 3, 1 de nov. de 1901	O balão Santos Dumont	672	x	
9	Anno 3, 1 de dez. de 1901	Visita do ministro de Portugal no Brasil ao Estado de São Paulo	331-334	x	
0	Anno 3, 16 de dez. de 1901	Romance e poesia no Brasil I	344		Leopoldo de Freitas
1	Anno 3, 16 de dez. de 1901	Romance e poesia no Brasil II	362-363		
2	Anno 3, 16 de jan. de 1902	Romance e poesia no Brasil III	373-374	x	
4	Anno 4, 16 de fev. de 1902	Vista geral da cidade do Amparo – Estado de São Paulo	410-414	x	

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

2	Anno 4, 16 de jun. de 1902	A flora no Brasil	537		Edmundo de Amicis
4	Anno 4, 16 de jul. de 1902	Artista portugueses no Brasil	-		
5	Anno 4, 1 de ago. de 1902	Em Pelotas Brasil	Capa	x	
6	Anno 4, 16 de ago. de 1902	A colônia brasileira no Porto	604-606	x	
7	Anno 4, 1 de set. de 1902	Brasil – São Vicente Santos	Capa	x	
8	Anno 4, 16 de set. de 1902	O Visconde de Ouro Preto	Capa – 626	x	C. Pedroso
1	Anno 4, 1 de nov. de 1902	O Rei Portugal – Brasil	x	x	Jayme Victor
2	Anno 4, 16 de nov. de 1902	A república dos Estados Unidos do Brasil	Capa 690-693	x	Jayme de Seguiet
3	Anno 4, 1 de dez. de 1902	O novo ministério brasileiro	710-711	x	
4	Anno 4, 16 de dez. de 1902	As festas de 15 de novembro no RJ	722-726	x	C. Pedroso
5	Anno 4, 1 de jan. de 1903	Brasil – Tourada na praça das Laranjeiras RJ	739	x	
8	Anno 5, 16 de fev. de 1903	Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e o Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro	26-28	x	Secretaria
01	Anno 5, 1 de abr. de 1903	Brasil – patrimônios	74-80	x	Thomaz de Mello
05	Anno 5, 1 de abr. de 1903	Café no Brasil	133-136		Bitencourt R.
08	Anno 5, 16 de jul. de 1903	Alto comercio no Brasil	107	x	
10	Anno 5, 16 de ago. de 1903	Brasil Fazenda Dumont Rio Preto	-	x	
13	Anno 5, 1 de out. de 1903	A primeira batalha de flores no Rio de Janeiro	Capa 258-263	x	
19	Anno 5, 1 de jan. de 1904	Política internacional	300	x	
20	Anno 5, 1 de jan. de 1904	O palacete do conselheiro Antônio Prado em S. Paulo – Brasil	380-381	x	
22	Anno 6, 16 de fev. de 1904	Navegação para o Brasil	416		Cunha e Costa
31	Anno 6, 1 de jul. de 1904	Exposição Universal de S. Luis	Capa 547-551	x	Alfredo Mesquista
33	Anno 6, 1 de ago. de 1904	A democracia	589-591	x	
35	Anno 6, 1 de set. de 1904	Tratado de Commercio – Portugal e o Brasil	610	x	
37	Anno 6, 1 de out. de 1904	Hospital Português de beneficência em Pernambuco	646	x	
	Anno 7, 1 de set. de	Bahia	132	x	

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

53	1905				
54	Anno 7,16 de jun. de 1905	Bispo do Amazonas	Capa 146-147	x	
71	Anno 8,1 de mar. de 1906	A catástrofe do Aquidaban	36-38	x	
72	Anno 8, 1 de març. De 1906	Dr. Afonso Penna – Novo presidente da República Federativa do Brasil	Capa		
77	Anno 8,1 de jun. de 1906	José Malhoa – a sua exposição no Rio de Janeiro	139-141	x	
78	Anno 8,16 de jun. de 1906	A pátria no norte do Brasil	151		
79	Anno 8,16 de jun. de 1906	Carta do Brasil extrahida do Atlas de Fernão Vaz Dourado, feita em 1571	174	x	
81	Anno 8,1 de ago. de 1906	Comunicações com o Brasil – O novo paquete Amazon	194-196	x	Augusto de Castilho.184
84	Anno 8,16 de set. de 1906	Carolina Falco	256	x	
89	Anno 8,1 de set. de 1906	Os officiaes do Benjamin Constant em Lisboa	322-323	x	
00	Anno 9,16 de maio. de 1907	Viagem do rei de Portugal ao Brasil	117	x	
15	Anno 9,1 de jan. de 1908	O conselheiro Rui Barbosa, sua esposa e sua filha	capa	x	
22	Anno 10,16 de abr. de 1908	O carnaval no Rio de Janeiro	93-95	x	Fastallf.
33	Anno 10,16 de out. de 1908	Exposição Nacional do Brasil	270	x	
34	Anno 10,16 de out. de 1908	Exposição Nacional do Brasil	Capa – 274	x	
36	Anno 10,16 de out. de 1908	O conde de Selir em S. Paulo	310	x	
52	Anno 11,16 de jul. de 1909	Os exames – Affonso Penna (no caixão)	185-189	x	
53	Anno 11,1 de ago. de 1909	O actual ministério brasileiro	201	x	Apenas fotografias
54	Anno 11,16 de ago. de 1909	Machado de Assis, sócio da academia Real das Sciencias de Lisboa Pernambuco	214-216	x	
57	Anno 11,1 de out. de 1909	Dois brasileiros illustres em Lisboa	263	x	
66	Anno 12, 16 de fev. de 1910	O accordo luso-brasileiro	22	x	

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

68	Anno 12, 16 de mar. de 1910	A história do Brasil na Torre do Tombo	53-54		Top
70	Anno 12, 16 de mar. de 1910	Os artistas do Theatro D. Amelia vão ao Brasil	94-95	x	
71	Anno 12, 1 de mai. de 1910	A descoberta do Brasil História do Brasil – Descoberta	103	x	
72	Anno 12, 16 de maio de 1910	Eduardo VII – Jorge V Marechal Hermes da Fonseca Centenario de Herculano	114-116	x	
80	Anno 12, 16 de set de 1910	Os portugueses no Brasil	256	x	
82	Anno 12, 16 de set de 1910	O Mal Hermes da Fonseca, presidente do Brasil em Lisboa	286-288	x	Maria O'Neill
87	Anno 12, 16 de jan. de 1911	Igrejas, mosteiros e capellas Geografia – Monumentos	363	x	
91	Anno 13, 1 de mar. de 1911	A partida do Sr. Camelo lampreia, para o Brasil (mulher brasileira)	38		Joaquim Leitão
98	Anno 13, 1 de jun. de 1911	Assumptos brasileiros	160		
99	Anno 13, 1 de jul. de 1911	Ressenciamentos no Rio de Janeiro	174		
04	Anno 13, 16 de set. de 1911	Comemorando a Independência do Brasil	Capa 244-246	x	
05	Anno 13, 1 de out. de 1911	O dr. Nilo Peçanha, ex-presidente da República brasileira em Lisboa	Capa 258	x	
14	Anno 14, 16 de fev. de 1912	Barão do Rio Branco	413	x	
15	Anno 14, 1 de mar. de 1912	O Barão do Rio Branco	422-424	x	
20	Anno 14, 16 de maio. de 1912	Após o bombardeio da Bahia	501-504	x	
21	Anno 14, 1 de junh. de 1912	O brasileiro Rodrigo	526-527		
22	Anno 14, 16 de jun. de 1912	O desenvolvimento do Brasil	539		Farias Brito
23	Anno 14, 1 de jul. de 1912	Bernardino Machado Portugal e Brasil	546		Jayne Victor
27	Anno, 14 de set. de 1912	Cartas do Rio de Janeiro	610-612	x	Jayne Victor
28	Anno 14, 16 de set. de 1912	O Dr. Fernando Mendes de Almeida	629-631	x	
29	Anno 14, 1 de out. de 1912	Cartas do Rio de Janeiro	642-643	x	Jayne Victor
33	Anno 14, 1 de dez. de 1912	Cartas do Rio de Janeiro	706-707		Jayne Victor
35	Anno 14, 1 de jan. de 1913	Cartas do Rio de Janeiro	738		Jayne Victor

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

37	Anno 15, 1 de fev. de 1913	A restauração da monarquia no Brasil	2-3		
38	Anno 15, 16 de fev. de 1913	Cartas do Rio de Janeiro Aquém e além mar	19		Jayme Victor
39	Anno 15, 1 de mar. de 1913	Cartas do Rio de Janeiro Aquém e além mar	35		Jayme Victor
40	Anno 15, 16 de mar. de 1913	Cartas do Rio de Janeiro Aquém e além mar	58-59		Jayme Victor
44	Anno 15, 16 de maio. de 1913	Cartas do Rio de Janeiro Aquém e além mar	117-118		Jayme Victor
45	Anno 15, 1 de jun. de 1913	Oliveira Lima	131	x	
52	Anno 15, 16 de set. de 1913	Escritores brasileiros	252-254	x	João Abreu
57	Anno 15, 1 de dez. de 1913	O Brasil (poesia)	328		João Eduardo Ribeiro
59	Anno 1, 1 de jan. de 1914	Cartas do Rio de Janeiro	363-364		Jayme Victor
60	Anno 1, 16 de jan. de 1914	Cartas do Rio de Janeiro	373-375	x	
61	Anno 1, 1 de fev. de 1914	Cartas do Rio de Janeiro	9		Jayme Victor

Ilustração Portuguesa (1903-1924)

	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Pág.	Ilutr.	Autor
3	1º Anno, 1 de fev. de 1904	Crônica Salvé Brazil	194		Rocha Martins
4	1º Anno, 8 de fev. de 1904	Homens do mar	210		Rocha Martins
5	1º Anno, 23 de abr. de 1904	Artes e artistas brasileiros	394		Helios Scelinger
1	2º Anno, 31 de jul. de 1905	A viagem da canhoneira pátria ao Brazil	612	x	
8	2º Anno, 18 de set. de 1905	Belém – a cidade de Belém do Pará	730	x	
17	3º Anno, 29 de jan. de 1906	A explosão a bordo do couraçado brasileiro – aquidaban	11	x	
1	3º Anno, II Série, 7 de maio de 1906	O pintor Malhoa no Brasil	329-337	x	
2	3º Anno, II Série, 14 de maio de 1906	A sombra de Frei Luiz de Souza	377-379	x	
8	3º Anno, II Série, 12 de nov. de 1906	A sensacional ressurreição de uma obra de arte – A “Leda” de Ticiano	449-450	x	
1	3º Anno, II Série, 3 de dez. de 1906	O cruzador Benjamin Constant no Tejo – A viagem D’um coração	516-552	x	
2	3º Anno, II Série, 10 de dez. de 1906	O luxo proibido	585-592	x	
3	3º Anno, II Série, 25 de fev. de 1907	Raphael Bordallo Pinheiro – A sua vida e sua obra Pelas folhas d’album de Daumier, relativas ao primeiro anno do Rio de Janeiro		x	
	3º Anno, II Série, 27	Portuguezes e Brasileiros no		x	

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

6	de maio de 1907	Salon de 1907			
7	3º Anno, II Série, 3 de jun. de 1907	Capa O ex presidente do Brazil – O ex presidente da república brasileira em Lisboa		x	
9	3º Anno, II Série, 17 de jun. de 1907	Capa – Rui Barbosa Rui Barbosa em Lisboa		x	
3	3º Anno, II Série, 2 de dez. de 1907	As maravilhas do Rio de Janeiro: A Avenida à beira mar			
00	3º Anno, II Série, 1907	O serviço de incêndios no Rio de Janeiro: uma instalação modelar		x	
02	3º Anno, II Série, 3 de fev. de 1908	De Lisboa ao Rio de Janeiro em quatro dias		x	
06	3º Anno, II Série, 2 de mar. de 1908	A homenagem da colônia brasileira			
11	3º Anno, II Série, 6 de abr. de 1908	O novo ministro do Brasil em Lisboa			
12	3º Anno, II Série, 13 de abr. de 1908	Exequias real no Brasil			
14	3º Anno, II Série, 27 de abr. de 1908	A nova ministra do Brasil Clichê			
17	3º Anno, II Série, 18 de maio de 1908	Exposição do Rio de Janeiro Clichê de Benoliel			
18	3º Anno, II Série, 25 de maio de 1908	Exposição do Rio de Janeiro			
23	3º Anno, II Série, 25 de maio de 1908	A iniciativa portuguesa no Brazil			
26	3º Anno, II Série, 20 de jul. de 1908	Homenagem portuguesa ao Brazil			
28	3º Anno, II Série, 20 de jul. de 1908	Bellas artes: pintores portugueses na exposição do Rio de Janeiro			
32	3º Anno, II Série, 31 de ago. de 1908	O ministro da guerra do Brazil em Lisboa			
34	3º Anno, II Série, 14 de set. de 1908	Os grandes paquetes: o “orcama” da carreira no Brazil			
49	3º Anno, II Série, 28 de dez. de 1908	De Lisboa ao Rio de Janeiro	817-824		
50	3º Anno, II Série, 28 de dez. de 1908	De Lisboa ao Rio de Janeiro	841-848		Arnaldo Fosenca
66	3º Anno, II Série, 6 de abr. de 1909	A festa da intellectualidade brasileira em Paris	535-536		
80	3º Anno, II Série, 26 de abr. de 1909	O Rio monumental	143-148		Arnaldo Fonseca*
93	3º Anno, II Série, 26 de abr. de 1909	A frota de Pedro Alvares Cabral	364-367		
96	3º Anno, II Série, 22 de nov. de 1909	Um grande pintor brasileiro	641-643		Rodolfo Amôedo
00	3º Anno, II Série, 20 de dez. de 1909	O aniversário da Proclamação da República Brasileira	785		
01	3º Anno, II Série, 27 de dez. de 1909	Portugal no Brazil – O real centro português de Santos	832		
	3º Anno, II Série, 7	O hospital português de	192		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

07	de fev. de 1910	beneficência em Pernambuco			
09	3º Anno, II Série, 21 de fev. de 1909	O Brasil grande potencial naval – novo couraçado Minas Geraes	233-236		
12	3º Anno, II Série, 14 de mar. de 1909	A eleição presidencial da república do Brasil	330		
20	3º Anno, II Série, 9 de maio de 1910	Um club luso-brazileiro de estudantes na Allemanha	385-387		
24	3º Anno, II Série, 6 de jun. de 1910	O cruzador D. Carlos na Bahia do Rio de Janeiro	725-728		
35	3º Anno, II Série, 22 de ago. de 1910	Beneficência portuguesa no Brasil (Pará)	252		
39	3º Anno, II Série, 22 de ago. de 1910	O Brasil Militar			
40	3º Anno, II Série, 26 de set. de 1910	A partida de Saenz Peña do Rio de Janeiro	403		Cichês do Sr. Barros Lobo
42	3º Anno, II Série, 10 de out. de 1910	O Marechal Hermes da Fonseca em Lisboa			
49	3º Anno, II Série, 28 de nov. de 1910	A República brasileira reconhece officialmente a República Portuguesa			
50	3º Anno, II Série, 5 de dez. de 1910	Como eu vi o Brazil			****
54	3º Anno, II Série, de 1910	A posse do Marechal Hermes da Fonseca da Presidência da República Brasileira			
56	3º Anno, II Série, 16 de jan. de 1911	Os jardins do antigo palácio do imperador do Brasil			
58	3º Anno, II Série, 30 de jan. de 1911	O Adamastor no Rio de Janeiro			
59	3º Anno, II Série, 6 de fev. de 1911	A primeira missão diplomática da República	161		
61	3º Anno, II Série, 6 de fev. de 1911	A mulher brasileira			-
64	3º Anno, II Série, 13 de mar. de 1911	O povo da Lyra Carnaval brasileiro			-
66	3º Anno, II Série, 27 de mar. de 1911	A greve dos operários da união fabril			-
70	3º Anno, II Série, 24 de abr. de 1911	O lançamento da Lupe Collete no Rio de Janeiro	532-533		-
82	3º Anno, II Série, 17 de jul. de 1911	A comemoração da batalha do Riachuelo no Rio de Janeiro	73		-
84	3º Anno, II Série, 31 de jul. de 1911	A comemoração da batalha do Riachuelo no Rio de Janeiro	158		-
69	3º Anno, II Série, 17 de mar. de 1913	Os caricaturistas do Rio	338-343		
77	3º Anno, II Série, 12 de maio de 1913	A festa em homenagem ao Brazil	605		
82	3º Anno, II Série, 16 de jun. de 1913	Os progressos no Brazil	808-810		José Simões Coelho
85	3º Anno, II Série, 7 de jul. de 1913	A viagem do chanceler brasileiro a Washington	22		-

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

89	3º Anno, II Série, 4 de ago. de 1913	O Pará industrial	149-152		José Simões Coelho
92	3º Anno, II Série, 25 de ago. de 1913	A educação racional no Brazil	245-247		José Simões Coelho
93	3º Anno, II Série, 25 de ago. de 1913	A viagem do chanceler brasileiro	281-288		José Simões Coelho
05	3º Anno, II Série, 24 de nov. de 1913	O aniversário da república do Brazil	598		
09	3º Anno, II Série, 22 de dez. de 1913	O primeiro navio portuguez de carreira para o Brazil	750		
10	3º Anno, II Série, 29 de dez. de 1913	O Adamastor no Rio de Janeiro	765-768		José Simões Coelho
11	3º Anno, II Série, 5 de jan. de 1914	A Camara Portuguesa e o comercio indústria e arte em São Paulo	21-23		
15	3º Anno, II Série, 2 de fev. de 1914	A festa do clube brasileiro	144		
16	3º Anno, II Série, 9 de fev. de 1914	O banco nacional ultra marinho no Rio de Janeiro	191-192		José Simões Coelho
19	3º Anno, II Série, 2 de mar. de 1914	Portuguezes e brasileiros na Alemanha	281		
27	3º Anno, II Série, 27 de abr. de 1914	O novo embaixador do Brazil em Lisboa	517		
28	3º Anno, II Série, 4 de maio de 1914	O embaixador do Brazil em Lisboa	553-554		
29	3º Anno, II Série, 11 de maio de 1914	A homenagem em Lisboa pelo aniversário da descoberta do Brazil	581		
41	3º Anno, II Série, 3 de ago. de 1914	Diplomatas estrangeiros no Brazil	158		
46	3º Anno, II Série, 7 de set. de 1914	A escola agrícola Luis de Queiroz em Piracicaba SP	318-320		
53	3º Anno, II Série, 26 de out. de 1914	No Brazil?	526		
56	3º Anno, II Série, 26 de out. de 1914				
62	3º Anno, II Série, 28 de dez. de 1914		810		-
64	3º Anno, II Série, 11 de jan. de 1915	Colonos e imigrantes no estado de São Paulo	-		José Simões Coelho
65	3º Anno, II Série, 18 de jan. de 1915	Instituto agrícola de Campinas	93-95		José Simões Coelho
68	3º Anno, II Série, 8 de fev. de 1915	Instituto Serumterapico de Butantan no estado de SP	190-191		-
71	3º Anno, II Série, 1 de mar. de 1915	O embaixador português no Brazil	263		-
81	3º Anno, II Série, 10 de maio de 1915	A peça de uma escritora brasileira representada em Londres	581		-
92	3º Anno, II Série, 26 de jul. de 1915	Uma festa luso brasileira em Paris	126-127		-
03	3º Anno, II Série, 11 de out de 1915	Um poeta brasileiro	478		-
19	3º Anno, II Série, 31 de jan. de 1916	Dr. Regis de Oliveira?	133-135		-
	3º Anno, II Série,	Paisagens brasileiras	285-287		Domingos Ferreira

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

23	31 de jan. de 1916				
26	3º Anno, II Série, 20 de mar. de 1916	O tri-centenário da fundação da Belém do Pará do Brazil	375-376		-
33	3º Anno, II Série, 8 de maio. de 1916	A descoberta do Brazil	454		-
60	3º Anno, II Série, 13 de nov. de 1916	No Brazil?	400		
64	3º Anno, II Série, 11 de dez. de 1916	A cruz vermelha brasileira	467		
89	3º Anno, II Série, 4 de jun. de 1917	Monumento ao barão do Rio Branco	460		
21	3º Anno, II Série, 14 de jan. de 1918	Rio de Janeiro	38		
29	3º Anno, II Série, 11 de mar. de 1918	Portugal e Brazil	188		
30	3º Anno, II Série, 8 de mar. de 1918	Um hospital da cruz vermelha em Paris	208		
67	3º Anno, II Série, 2 de dez. de 1918	O Rio Grande do Norte	452		
76	3º Anno, II Série, 3 de fev. de 1919	O presidente Rodrigues Alves	-		
82	3º Anno, II Série, 17 de mar. de 1919	Uma esquadra brasileira no Tejo	214-218		
95	3º Anno, II Série, 16 de jun. de 1919	A visita a Lisboa do Presidente da República Federativa do Brasil	462-465		
95	3º Anno, II Série, 16 de jun. de 1919	A visita a Coimbra do Presidente da República Federativa do Brasil	466		
96	3º Anno, II Série, 23 de jun. de 1919	Ainda a visita do Sr. Dr. Epitácio Pessoa	486-488		
97	3º Anno, II Série, 30 de jun. de 1919	Artistas Portuguezes no Brazil	511		
03	3º Anno, II Série, 11 de ago. de 1919	A partida para o Brazil de João do Rio	109-110		Clichês João Ribeiro
04	3º Anno, II Série, 18 de ago. de 1919	No Rio de Janeiro	133		
08	3º Anno, II Série, 15 de set. de 1919	Portuguezes no Rio de Janeiro	-		
09	3º Anno, II Série, 22 de set. de 1919	No Rio de Janeiro – em honra do Sr. Candido Soto Maior	-		
11	3º Anno, II Série, 6 de out. de 1919	Eça de Queiroz	262-263		
27	3º Anno, II Série, 26 de jan. de 1920	O novo embaixador do Brazil em Lisboa			
41	3º Anno, II Série, 3 de maio de 1920	Brasil			Acacio de Paiva
45	3º Anno, II Série, 31 de maio de 1920	O Sr. Embaixador do Brazil em Coimbra			
46	3º Anno, II Série, 7 de jun. de 1920	Música brasileira – o maestro Carlos Gomes	390		D. B.

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

48	3º Anno, II Série, 21 de jun. de 1920	As companhias teatraes a caminho do Brazil	424		
62	3º Anno, II Série, 27 de set. de 1920	O vapor Lima no Pará			
71	3º Anno, II Série, 27 de nov. de 1920	Portugal no Brazil			
72	3º Anno, II Série, 4 de dez. de 1920	O imperador do Brazil D. Pedro d'Alcântara			
76	3º Anno, II Série, 1 de jan. de 1921	A trasladação dos imperadores do Brazil	12-13		
22	3º Anno, II Série, 19 de nov. de 1921	Aniversário da implantação da República no Brasil	379		
33	3º Anno, II Série, 4 de fev. de 1922	Orfeon Clube Português no Rio de Janeiro			
41	3º Anno, II Série, 1 de abr. de 1922	Lucilia Simões no Brazil			
45	3º Anno, II Série, 29 de abr. de 1922	Portugal – Brazil			
46	3º Anno, II Série, 6 de maio de 1922	O centenário da descoberta do Brazil			
47	3º Anno, II Série, 13 de maio de 1922	A caminho do Brazil Lucilia Simoes Antonio Ferro			
52	3º Anno, II Série, 17 de jun. de 1922	O Rio de Janeiro			
53	3º Anno, II Série, 24 de jun. de 1922	As aclamações populares da chegada dos herois ao Brasil			
54	3º Anno, II Série, 24 de jun. de 1922	O grande “raid” ao Brasil	5		
54	3º Anno, II Série, 1 de jul. de 1922	A visita do chefe de estado ao Brasil	6		
55	3º Anno, II Série, 8 de jul. de 1922	Portugal e Brazil – um grande laço de amizade entre os dois povos irmãos	28-29		Avelino de Almeida
57	3º Anno, II Série, 22 de jul. de 1922	A travessia Lisboa Rio de Janeiro	84-86		Clichê do Sr. André Pereira de Moura
57	3º Anno, II Série, 22 de jul. de 1922	Exposição no Rio de Janeiro.	91		
58	3º Anno, II Série, 22 de jul. de 1922	O “Raid” Lisboa – Rio de Janeiro	107-111		Clichê Brandão da Patria
59	3º Anno, II Série, 5 de ago. de 1922	Rio de Janeiro	-		-
60	3º Anno, II Série, 12 de ago. de 1922	Uma gloria brasileira – Santos Dumont	150-151		Clichê Serra Ribeiro
60	3º Anno, II Série, 12 de ago. de 1922	Raid aéreo ao Brasil	-		* vários clichês
61	3º Anno, II Série, 19 de ago. de 1922	O que os nossos artistas mandam ao Rio – duas aquarelas inéditas do eminente pintor Roque Gameiro	182		
62	3º Anno, II Série, 26 de ago. de 1922	A colônia brasileira e o Chefe do Estado	195		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

63	3º Anno, II Série, 2 de set. de 1922	A viagem presidencial ao Brasil	234-235		
64	3º Anno, II Série, 9 de set. de 1922	A exposição no Rio de Janeiro	246-248		Clichês Salgado
64	3º Anno, II Série, 9 de set. de 1922	O embarque do chefe do Estado para o Brasil	262		-
65	3º Anno, II Série, 9 de set. de 1922	As festas da independência do Brasil	267-268		Clichê Hermano Frazão
68	3º Anno, II Série, 7 de out. de 1922	O novo encarregado dos negócios no Brasil – visita as nossas instalações	355		
69	3º Anno, II Série, 14 de out. de 1922	O Sr. Dr. Antônio José D’Almeida no Brasil	573-574		
70	3º Anno, II Série, 14 de out. de 1922	A chegada do novo embaixador do Brasil			
70	3º Anno, II Série, 14 de out. de 1922	O Sr. Presidente do Brasil e a sua chegada em Lisboa.	394-395		
70	3º Anno, II Série, 21 de out. de 1922	O Sr. Presidente da República no Funchal.	401-403		
71	3º Anno, II Série, 28 de out. de 1922	O novo embaixador do Brasil	426		
74	3º Anno, II Série, 18 de nov. de 1922	Os novos hóspedes do Catete	505-506		
74	3º Anno, II Série, 18 de nov. de 1922	O Dia do Brasil: comemoração do 15 de novembro em Portugal			
75	3º Anno, II Série, 25 de nov. de 1922	O dia do Brasil: ainda a manifestação do dia 15 de novembro em Lisboa			Clichê Salgado
78	3º Anno, II Série, 16 de dez. de 1922	O dia de Portugal no Rio de Janeiro	658		

O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro (1878-1915)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Página(s)	Ilustr.	Autor
2	1º Anno, Vol. I. 13 de jan. 1878	José de Alencar	11- 14		L. J. Pereira da Silva
2	1º Anno, Vol. I. 13 de jan. 1878	Chronica Occidental	15 – 16		Guilherme de Azevedo
7	1º Anno, Vol. I. 1 de set. 1878	Caminhos da floresta	132 – 133		-
1	2º Anno, Vol II e de Abr. 1879	Brazil – Hospital da Real Sociedade Portuguesa	53 – 54		J. B.
2	2º Anno, Vol II e de Abr. 1879	Hospital Portuguez E Real Sociedade Portugueza de Beneficencia (6 de Setembro na cidade da Bahia)	62 – 63		Camilo Flamaron
	2º Anno, Vol II, 1 de	As nossas gravuras Brazil	85 – 86		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

5	jun. de 1879	Olarias de Manacapuru no rio Solimões			
7	2º Anno, Vol II 1 de Jul. 1879	Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro em 1879	Capa 97 – 98		Guilherme D’Azevedo.
8	15 de jul. de 1979	Brazil – Igarape – de cachoeirinha de Manaos (segundo uma fotografia).	109 – 110		
2	15 de set. 1979	Brazil – Manáos	141		
3	1 de out. de 1979	Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro em 1879	148		
4	15 de out. de 1979	Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro em 1879	Capa 154		Guilherme D’Azevedo
5	1 de novembro de 1979	Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro em 1879	Capa 162		Guilherme D’Azevedo
6	15 de novembro de 1979	Exposição...	Capa 169		Guilherme D’Azevedo
8	15 de Dez. de 1979	Exposição...	188		Alexandre Da Conceição
9	3º Anno, Vol. III 1 de jan. de 1880	D. Joaquim Gonçalves de Azevedo Arcebispo da Bahia	6 – 7		S. B. Lima
1	Vol. III 1 de fev. de 1880	Bellas – artes	Capa		-
2	15 de fevereiro	Bellas – artes	Capa 26		Guilherme D’Azevedo
2	15 de fev.	Brazil – Sé Archiepiscopal	29-		J. B.
4	15 de março	Bellas – Artes Em Cintra...	44		Rangel de Lima
4	15 de março	Brasil Botafogo	45 – 47		Abel Acacio.
5	1 de abr. de 1880	Chronica Occidental	50		Guilherme D’Azevedo
5	1 de abr. de 1880	Nordenskold e a passagem do Nordeste	51		
6	3º Anno, Vol. III, 15 de abr. 1880	O Guarani em Lisboa – Carlos Gomes	58 – 60		Spectator.
0	3º Anno, Vol. III, 15 de jun. de 1880	Duque de Caxias	105 – 108		Pinheiro Chagas/F. D’Almeida
3	1 de ago. de 1880	Festa do centenário de Camões...?	132 -		
3	1 de ago. de 1880	Regata na Bahia de Botafogo	126 – 127		
3	1 de ago. de 1880	Regata na Bahia de Botafogo	132		Mariano Pina.
7	1 de out. de 1880	O Gabinete Portuguez de leitura em Pernambuco	159- 161		J. G. S.
7	1 de out. de 1880	Bibliographia	164		Lallemant Freres
1	1 de dez. de 1880	Chronica Occidental	Capa 189 – 190		Gervasio Lobato
	4º Anno, Vol. IV, 11	O Gabinete Português de	Capa 58 –		G. L.

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

0	de mar. de 1881	Leitura	60		
1	4º Anno, Vol. IV, 21 de mar. de 1881	O Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e o tri centenário de Camões	69 – 70		G. L.
2	4º Anno, Vol. IV, 1 de abr. de 1881	O Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e o tri centenário de Camões	78		G. L.
3	4º Anno, Vol. IV, 1 de abr. de 1881	O Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e o tri centenário de Camões	86 -87		G. L.
4	4º Anno, Vol. IV, 21 de abr. de 1881	O Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e o tri centenário de Camões	91		G. L.
8	4º Anno, Vol. IV, 1 de jun. de 1881	O Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e o tri centenário de Camões	127		G. L.
9	4º Anno, Vol. IV, 11 de jun. de 1881	O Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e o tri centenário de Camões	135 – 136		G. L.
8	4º Anno, Vol. IV, 11 de set. de 1881	O jardim D’aclimação do Rio de Janeiro	207 – 208		Delfim D’Almeida
16	5º Anno, Vol. V, 11 de mar.. de 1882	A morte do poeta brasileiro A. Gonçalves Dias	63		J. R. d’Oliveira Santos.
31	5º Anno, Vol. V, 11 de ago. de 1882	Brazil fazenda do Macaco Branco...	Capa		
33	5º Anno, Vol. V, 1 de set. de 1882	Brazil – monumento erigido na cidade do Pará...	Capa		
46	6º Anno, Vol. VI, 11 de jan. de 1883	Brazil – Cidade da Victoria	16		
49	6º Anno, Vol. VI, 11 de fev de 1883	O amigo Visconde	38 – 40		Alberto Braga
50	6º Anno, Vol. VI, 11 de fev de 1883	Exposição de cerâmica no Porto -Brazil – cidade de Cantagallo	44 – 45		
64	6º Anno, Vol. VI, 11 de jul de 1883	Enigma – Brazil – Casa do General Personalidades – Política	159 – 160		
70	6º Anno, Vol. VI, 11 de set de 1883	J. Barbosa Rodrigues Botânico Brasileiro	205 – 207		Antônio J. Ferreira da Silva
70	6º Anno, Vol. VI, 11 de set. de 1883	O Occidente no Brazil	208		
71	6º Anno, Vol. VI, 21 de set. de 1883	Conselheiro Leonel de Alencar, Ministro Plenipotenciario do Brazil no Uruguay	212		
72	6º Anno, Vol. VI, 1 de out. de 1883	Hospital de D. Luz no Pará	220 – 222		Sanches de Frias
73	6º Anno, Vol. VI, 11 de out. de 1883	Hospital de D. Luz no Pará	229 – 230		Sanches de Frias
78	6º Anno, Vol. VI, 1 de dez. de 1883	O conselheiro Pedro Luiz Pereira de Sousa Presidente da província da Bahia	266 – 267		
78	6º Anno, Vol. VI, 1 de dez. de 1883	O conselheiro de Arouca	268 – 269		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

80	6º Anno, Vol. VI, 21 de dez. de 1883	Brazil – Bahia Alfandega e elevador	285 – 286		
82	7º Anno, Vol. VII, 11 de jan. de 1884	Praça de Riachuelo na Bahia	11 – 14		Manuel M. Rodrigues
87	7º Anno, Vol. VII, 1 de mar. de 1884	A Instrucção...	Capa		-
94	7º Anno, Vol. VII, 11 de maio de 1884	A igreja do Bonfim, da Bahia	107		Brito Rebello (Continua)
94	7º Anno, Vol. VII, 11 de maio. de 1884	Bahia – Egreja do Bonfim	112 -		-
01	7º Anno, Vol. VII, 11 de jul. de 1884	Theatro Santa Izabel em Pernambuco	163 – 165		Xavier da Cunha.
02	7º Anno, Vol. VII, 1 de ago. de 1884	O Amazonas	170 – 171		J. F. de C.
06	7º Anno, Vol. VII, 11 de set. de 1884	Club Portuguez de esgrima no Rio de Janeiro	203 – 205		
09	7º Anno, Vol. VII, 11 de out. de 1884	O Amazonas	227 – 230		Delphim D’Almeida
10	7º Anno, Vol. VII, 21 de out. de 1884	Escola Normal, na Bahia	236 – 238		
13	7º Anno, Vol. VII, 21 de nov. de 1884	Theatro de S. João, na Bahia	258 – 261		
15	8º Anno, Vol. VIII, 11 de dez. de 1884	Brazil	277		
18	8º Anno, Vol. VIII, 11 de jan. de 1885	Bahia – plano inclinado	11 – 16		
23	9º Anno, Vol. IX, 1 de mar. de 1885	Crohnica Occidental	50		Gervasio Lobato
28	9º Anno, Vol. IX, 21 de abr. de 1885	Publicações – Recebemos e agradecemos Personalidades	96		
30	9º Anno, Vol. IX, 11 de maio de 1885	Bahia – O dique	107 – 110		
40	9º Anno, Vol. IX, 21 de ago. de 1885	Brazil – Fortaleza da Barra	188 – 190		
42	9º Anno, Vol. IX, 11 de set. de 1885	Templo de Nossa Senhora da Penha em Pernambuco	203 – 205		J. B.
55	9º Anno, Vol. IX, 11 de jan. de 1886	Actualidades científicas – Henrique Chaves...	21 – 22		João de Mendonça
72	9º Anno, Vol. IX, 11 de jul. de 1886	As nossas gravuras – O Conselheiro Dr. Duarte Gustavo.	154 – 155		Pinheiro Chagas
96	10º Anno, Vol.X, 11 de mar. de 1887	Origem do jornalismo em Portugal	63 -		Silva Pereira
27	13º Anno, Vol.XIII, 1 de nov. de 1890?	Bahia do Rio de Janeiro	242-		
33	14º Anno, Vol.XIV, 1 de jan. de 1891	Brazil – O monte da glória no Rio de Janeiro	8		
40	14º Anno, Vol.XIV, 11 de mar. de 1891	Ilha e praia de Tamanduá – Rio Madeiras Amazonas	61 – 62		
43	14º Anno, Vol.XIV, 11 de abr. de 1891	Brazil – entrada da Bahia do Rio de Janeiro e o Corcovado	85		
49	14º Anno, Vol.XIV, 11 de jun. de 1891	Conde de Paço D’arcos	Capa		
52	14º Anno, Vol.XIV, 11 de jul. de 1891	Monumento de D. Pedro I	155		
	14º Anno, Vol.XIV,	D. Pedro de Araujo	162 – 163		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

53	21 de jul. de 1891	Beltrão...			
64	14º Anno, Vol. XIV, 11 de nov. de 1891	Chronica Occidental	Capa 250		Eduardo Lucci
68	14º Anno, Vol. XIV, 21 de dez. de 1891	General Floriano Peixoto	Capa 282		-
272	37º Anno, Vol. XXXVII.	Embaixada do Brasil em Lisboa	Capa 134		-
18	38º Anno, Vol. XXXVIII, 10 de jun. de 1915	Dr. Villares Fragoso			-
273	38º Anno, Vol. XXXVIII, 10 de maio de 1914	Comemoração do descobrimento do Brasil em Lisboa.	146 -		
275	38º Anno, Vol. XXXVIII, 30 de maio de 1914	O salon de Paris de 1914	170		Javier de Carvalho
277	38º Anno, Vol. XXXVIII, 20 de jun. de 1914	Uma taça de honra	194 -		
282	38º Anno, Vol. XXXVIII, 10 de ago. de 1914	Livros novos Sombras do Pudor – por Almachio Diniz. Livraria Brasileira	254		Antonio Cobeira
290	38º Anno, Vol. XXXVIII, 30 de out. de 1914	Brasil – moderno	capa		
292	38º Anno, Vol. XXXVIII, 20 de nov. de 1914	Aniversário da República do Brasil Dr. Wenceslau Braz	374		
231	36º Anno, Vol. XXXVI, 10 de mar. de 1913	Marinha de guerra brasileira	59 -		
232	36º Anno, Vol. XXXVI, 20 de mar. de 1913	Brasileiros ilustres	70		
244	36º Anno, Vol. XXXVI, 20 de jul. de 1913	O novo ministro do Brasil em Lisboa...	211 -		
245	36º Anno, Vol. XXXVI, 30 de jul. de 1913	O novo ministro do Brasil em Lisboa...	Capa		
256	36º Anno, Vol. XXXVI, 20 de nov. de 1913	Marechal Hermes da Fonseca	Capa/354- 355		Antonio Cobeira
257	36º Anno, Vol. XXXVI, 20 de nov. de 1913	Banquete realizado.../Clube brasileiro	368-369		
2?	35º Anno, Vol. XXXV, 20 de fev. de 1912	Necrologia Barão do Rio Branco	39		
201	35º Anno, Vol. XXXV, 10 de maio de 1912	Fernão Boto Machado	Capa 98		
231	36º Anno, Vol. XXXVI, 10 de mar. de 1913	Marinha da guerra brasileira	59		
232	36º Anno, Vol. XXXVI, 20 de mar. de 1913	Brasileiros ilustres	70		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

155	34º Anno, Vol. XXXIV, 30 de jan. de 1911	Representação de Portugal no Brasil	18 – 19		
165	34º Anno, Vol. XXXIV, 10 de maio. de 1911	Viagem de circum-navegação do Rio de Janeiro	98 – 99		
179	34º Anno, Vol. XXXIV, 30 de set. de 1911	O edifício da imprensa nacional do Rio de Janeiro destruído por um incêndio	214		
121	33º Anno, Vol. XXXIII, 20 de fev. de 1910	Os índios no Brasil	39		Leão Horácio
123	33º Anno, Vol. XXXIII, 10 de mar. de 1910	Cidade do Rio de Janeiro	51		
128	33º Anno, Vol. XXXIII, 10 de mar. de 1910	O Novo “Scout” brasileiro...	96		
129	33º Anno, Vol. XXXIII, 10 de maio. de 1910	Viajantes ilustres – O Presidente eleito do Brasil Marechal Hermes Fonseca	99		
133	33º Anno, Vol. XXXIII, 20 de jun. de 1910	Casa de saúde Portugal e Brasil	139-142		
137	33º Anno, Vol. XXXIII, 30 de jul. de 1910	Contra torpedeiro brasileiro?	175		
139	33º Anno, Vol. XXXIII, 20 de ago. de 1910	Delegados Portugueses ao congresso de geografia brasileiro	Capa – 186		
148	33º Anno, Vol. XXXIII, 20 de nov. de 1910	Marechal Hermes da Fonseca	Capa 258-259		Caetano Alberto
150	33º Anno, Vol. XXXIII, 10 de dez. de 1910	Novo Ministro	Capa 274		
092	32º Anno, Vol. XXXII, 30 de abr. de 1910	2º Congresso pedagógico promovido pela Liga Nacional de Instrução	90		
099	32º Anno, Vol. XXXII, 30 de abr. de 1910	Morte do Presidente dos Estados Unidos do Brasil	146-147		
101	32º Anno, Vol. XXXII, 30 de jul. de 1910	Nilo Peçanha	Capa 162		
114	32º Anno, Vol. XXXII, 30 de jul. de 1910	A catequese e civilização dos Índios do Brasil	271		Caetano Alberto
115	32º Anno, Vol. XXXII, 20 de dez. de 1910	Necrologia Monumento a José de Alencar	279-280		
053	31º Anno, Vol. XXXI, 30 de mar. de 1908	O descobrimento do Brasil	55		C. A.
	31º Anno, Vol.	As exéquias de El Rei, D.	77-78		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

054	XXXI1, 10 de abr. de 1908	Carlos e Príncipe D. Luís Felipe, no Brasil			
057	31º Anno, Vol. XXXI1, 10 de maio. de 1908	A exposição nacional do Rio de Janeiro	99		
060	31º Anno, Vol. XXXI1, 10 de jun. de 1908	Exposição nacional do Rio de Janeiro	123-126		
061	31º Anno, Vol. XXXI1, 20 de jun. de 1908	Exposição nacional do Rio de Janeiro	131-134		
063	31º Anno, Vol. XXXI1, 10 de jul. de 1908	Exposição nacional do Rio de Janeiro	146-147		
064	31º Anno, Vol. XXXI1, 20 de jul. de 1908	Novos ministros da República dos Estados Unidos do Brasil em Lisboa Personalidades – Políticos	Capa		
064	31º Anno, Vol. XXXI1, 20 de jul. de 1908	Centenário da abertura dos portos do Brasil ao comercio internacional	154-155		
066	31º Anno, Vol. XXXI1, 10 de ago. de 1908	Portugal na Exposição Nacional do RJ	174		
069	31º Anno, Vol. XXXI1, 10 de ago. de 1908	Portugal na Exposição Nacional do RJ	195-198		
070	31º Anno, Vol. XXXI1, 10 de ago. de 1908	Portugal na Exposição Nacional do RJ	204		
071	31º Anno, Vol. XXXI1, 30 de set. de 1908	Portugal na Exposição Nacional do RJ	211		
072	31º Anno, Vol. XXXI1, 10 de out. de 1908	Portugal na Exposição Nacional do RJ	221-222		
075	31º Anno, Vol. XXXI1, 10 de nov. de 1908	Marechal Hermes da Fonseca	243		
076	31º Anno, Vol. XXXI1, 20 de nov. de 1908	A Brasileira	255-256	x	
023	30º Anno, Vol. XXX, 30 de maio de 1909	O accido salicylico e a questão dos vinhos portugueses no Brasil em 1900	115-116	x	
	29º Anno, Vol. XXIX, 10 de fev. de 1906	A nova avenida central do RJ	27-30		
77	29º Anno, Vol. XXIX, 10 de fev. de 1906	O methodo Berlitz no Brasil	39		
79	29º Anno, Vol. XXIX, 10 de mar. de 1906	Dr. Afonso Penna	50-51		
	29º Anno, Vol.	Revolução no estado de	155		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

92	XXIX, 20 de jul. de 1906	Mato Grosso			
005	29º Anno, Vol. XXIX, 30 de nov. de 1906	O palácio da Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil.	262		G. de Mattos Sequeira
63	28º Anno, Vol. XXVIII, 30 de set. de 1905	Navegação para o Brasil	214		D. Francisco de Noronha
64	28º Anno, Vol. XXVIII, 10 de out. de 1905	Navegação para o Brasil	221		
17	28º Anno, Vol. XXVII, 20 de jun. de 1904	Olavo Bilac	Capa		
18	28º Anno, Vol. XXVII, 30 de jun. de 1904	Raul de Azevedo	Capa		
80	26º Anno, Vol. XXVI, 10 de jun. de 1904	Dr. Affonso Augusto Pena	Capa p. 122		
48	25º Anno, Vol. XXV, 20 de jul. de 1902	Dr. Alberto Fialho – novo ministro da República dos Estados Unidos do Brasil em Lisboa	Capa 154		João da Camara
57	25º Anno, Vol. XXV, 20 de out. de 1902	Necrologia	231		-
62	25º Anno, Vol. XXV, 10 de dez. de 1902	Dr. Prudente de Moraes, Ex-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil	Capa		
48	25º Anno, Vol. XXV, 20 de jul. de 1902	Dr. Alberto Fialho	Capa 154		João da Camara
03	24º Anno, Vol. XXIV, 20 de abr. de 1901	O real theatro de S. Carlos	84 – 86		
04	24º Anno, Vol. XXIV, 30 de abr. de 1901	Officialles superiores do cruzador brasileiro “Floriano”	Capa 90-91		
15	24º Anno, Vol. XXIV, 20 de ago. de 1901	Santos Dumont – auctor do balão dirigível	181-182		
57	23º Anno, Vol. XXX, 10 de jan. de 1900	O descobrimento do Brazil (concluído do número antecedente)	5-6		
67	23º Anno, Vol. XXX, 20 de abr. de 1900	A representação portuguesa na festa do centenário do descobrimento do Brasil	Capa 82		
68	23º Anno, Vol. XXX, 30 de abr. de 1900	Presidentes da República dos Estados Unidos do Brasil	90-100		Edição sobre o descobrimento do Brasil
69	23º Anno, Vol. XXX, 10 de maio de 1900	Chronica Occidental	102		
	23º Anno,	No final fala sobre revista	-		*ver final

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

70	Vol. XXX, 20 de maio de 1900	especial do centenário do Brasil			desse números.
30	22º Anno, Vol. XXII, 10 de abr. de 1899	Egreja candelária RJ	79-80		
45	22º Anno, Vol. XXII, 10 de set. de 1899	O descobrimento do Brasil (narrativa de um marinheiro)	200-201		
46	22º Anno, Vol. XXII, 20 de set. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado)	207		
47	22º Anno, Vol. XXII, 30 de set. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado)	215		
48	22º Anno, Vol. XXII, 10 de out. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado) Parte IV	226		
49	22º Anno, Vol. XXII, 20 de out. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado)	232-234		
50	22º Anno, Vol. XXII, 30 de out. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado)	242-243		
51	22º Anno, Vol. XXII, 10 de nov. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado)	250-251		
54	22º Anno, Vol. XXII, 10 de dez. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado)	274		
55	22º Anno, Vol. XXII, 20 de dez. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado)	280		
56	22º Anno, Vol. XXII, 30 de dez. de 1899	O descobrimento do Brasil (continuado)	291		
54	20º Anno, Vol. XX, 28 de fev. de 1897	O cruzador brasileiro “Timeira”	42		
68	20º Anno, Vol. XX, 20 de jul. de 1897	Bicentenário da morte do Padre Antônio Vieira	154-155		
79	20º Anno, Vol. XX, 10 de nov. de 1897	O atentado contra o presidente da república do Brasil	Capa 242		João da Câmara
96	21º Anno, Vol. XXI, 30 de abr. de 1898	Campos Sales novo presidente da República Federativa do Brasil	Capa – 90		
	20º Anno, Vol. XX, 28 de fev. de 1897	O cruzador brasileiro Timbira	42		
26	19º Anno, Vol. XIX, 15 de maio de 1896	Egreja da Nossa Sra da Candelária no Rio de Janeiro	107-108		
40	19º Anno, Vol. XIX, 5 de out. de 1896	Carlos Gomes	218		
90	189º Anno, Vol. XVIII, 15 de maio de 1895	Reestabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Brasil	Capa – 106		
03	18º Anno, Vol. XVIII, 25 de set. de 1895	Fuga da família real para o Brasil	213		
06	18º Anno, Vol. XVIII, 25 de out. de 1895	O couraçado brasileiro – 24 de maio – fundado no Tejo	137 – 138		Dr. A. M. de Tavora
41	17º Anno, Vol. XVII, 1 de jan. de 1894	Os acontecimentos no Brasil – o	3 – 6		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

		bombardeamento no Rio de Janeiro			
42	17º Anno, Vol. XVII, 11 de jan. de 1894	Brazil – Campinas	13-14		L. A. Palmeirim
45	17º Anno, Vol. XVII, 11 de jan. de 1894	Artistas portugueses no Brasil – A judice	34		Carvalho Neves
		Os acontecimentos no Brasil	35		opes MenLdes
47	17º Anno, Vol. XVII, 1 de mar. de 1894	Os acontecimentos no Brasil	50 – 51		
52	17º Anno, Vol. XVII, 21 de abr. de 1894	As nossas gravuras – Os acontecimentos no Brasil	99-101		
54	17º Anno, Vol. XVII, 11 de maio. de 1894	A cidade de São Paulo	114-115		
57	17º Anno, Vol. XVII, 11 de maio. de 1894	Peniche e os emigrados brasileiros	140 – 142		
58	17º Anno, Vol. XVII, 21 de jun. de 1894	A fuga dos emigrados brasileiros	148-150		
75	17º Anno, Vol. XVII, 11 de dez de 1894	Rio de Janeiro	287		
15	16º Anno, Vol. XVI, 11 de dez de 1893	Chronica Ocidental – Sr. José Julio Rodrigues	Capa		
33	16º Anno, Vol. XVI, 11 de out. de 1893	Revista política	32		João Verdades
34	16º Anno, Vol. XVII, 21 de out. de 1893	Os acontecimentos no Brasil	Capa 234-238		
94	16º Anno, Vol. XV, 11 de set. de 1892	As nossas gravuras – O Marechal Deodoro da Fonseca	Capa – 202		
96	16º Anno, Vol. XV, 1 de out. de 1892	As nossas gravuras – José Julio Rodrigues	218-219		

O Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado (1857-1868)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Pág.	Ilustr.	Autor
	Tomo II, 1868	Notícia archeologica	7-30		
	Tomo II, 1868	Luxo e magnificência da corte Del – rei D. João VI	9-40		ilhena
	Tomo II, 1868	Luxo e magnificência da corte Del – rei D. João VI	7-48		ilhena

O Panorama (1837 a 1868)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Página(s)	Ilustr.	Autor
5	Vol. I, 30 dez./1837	O Brasil. 1º	279		
0	Vol. II, 3 fev./ 1838	Brasil II – Situação – Extensão – Meios de prosperidade – Clima	36-37		
6	Vol. II, 17 março/1838	Brasil [III] População – caracter – uso e costumes	82-83		

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

		dos habitantes – produtos.			
7	Vol. II, 20 out./1838	O ouro dos Pinheiros. Traducção brasileira	334-335		
09	Vol. III, 1 junho/1839	Brasil[*]. Commercio do Brasil.	170-171		
28	Vol. III, 12 out./1839	Brasil. 5.º Indígenas	322 – 323	-	
37	Vo. III, 14 dez./1839	Diário da navegação da Armada, que foi à Terra do Brazil, em 1835 sob a capitania-mor de Martin Affonso de Sousa, escripto por seu irmão Pero Lopes de Sousa	398-399	-	
53	Tomo IV, 4 abr./1840	A cidade de Sancta Maria de Belem, ou do Pará.	105-107	-	
59	Tomo IV, 16 mai./1840	Rio de Janeiro.	153-155	-	
62	Tomo IV, 6 jun./1840	Rio de Janeiro 2º.	177-178	-	
68	Tomo IV, 18 jul./1840	O Maranhão.	226-228	-	
69	Tomo IV, 25 jul./1840	Maranhão V (Concluído de página 228.) A que rio, ou território, compete propriamente o nome de Maranhão? Maranhão VI Etymologia de Maranhão	234-235	-	
70	Tomo IV, 1 ago./1840	Rio de Janeiro 3º.	241-242	-	
76	Tomo IV, 12 set./1840	Cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos 1º.	289-291	-	
76	Tomo IV, 12 set./1840	Intentam os Hollandezes a conquista da Bahia que não conseguem.	290	x	
86	Vol. IV, 4º. 1ª. Série 21 nov./1840	Visto do porto de Pernambuco.	369-370	x	
14	Vol. V, 5 jun./1841	Das naturaes tendencias da futura litteratura brasilien se.	182-183	-	F. Denis
19	Vol. V, 10 jul./1841	Brasil. A picada do mato virgem. (Fragmento d'uma viagem ao sertão)	221-223	-	
20	Vol. V 17 jul./1841	Martyrios do assucar	227-228	x	
0	Vol. II 2ª. Série/1843	Do Brasil e de sua primitiva conquista, povoação e constituição como colônia portuguesa.	234-236		J. da C.N.C.
2	Vol. II 2ª. Série, 13 maio/1843	Provincia de S. Pedro ou Rio-Grande do Sul. I	145-146	x	
8	Vol II, 2ª. Série, 24 jun./1843	Economia Política. Considerações sobre o Curso D'economia Política do Sr. Miguel Chevalier VI.	194-196	-	A. d'O. Marreca.
	Vol. II, 2ª. Série, 8	Economia Política.	210-211	-	A. d'O.

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

0	jul./1843	Considerações sobre o Curso D'economia Politica do Sr. Miguel Chevalier VII.			Marreca.
2	Vol. II, 2ª. Série, 22 jul./1843	Rio Grande do Sul. (Conclusão.)	230-231	-	
2	Vol. II, 2ª. Série, 30 set./1843	Reivindicação da gloria usurpada a Pedro Alvares Cabral no Século 19º.	306-307	-	Tiburcio Antonio Craveiro.
	Vol. XI, 3º. 3ª. Série, 11 fev./ 1854	Brazil – Porto da Bahia de todos os Santos.	41	x	
2	Vol. 5º. 3ª. Série, 18 out./1856	Brazil Os rios Parima e Branco.	554-555	-	F. D. D'Almeida e Araujo
2	Vol. II 4ª Série, 7 ago./1858	Catacumbas no Brazil	255	-	
4	Vol. II 4ª Série. 30 out./1858	O Sr. D. Pedro II, imperador do Brazil, Expedição de Vasco da Gama. (Conclusão) O Corcovado.	345-349	<u>x</u>	
	Vol. XVIII, 2º da 5ª Série. 1867	Os Índios do Brazil.	28-30	x	M. Pinheiro Chagas

Serões (1901-1911)

Nº	Série/Vol./Data/Ano	Título da Matéria	Página(s)	Ilustr.	Autor
	1ª Série, Vol. 1, ago. 1901	O balão dirigível – Santos Dumont	34-35		
7	1ª Série, Vol. I, ago. 1901	Variedades – Memento enciclopedico (13)	30		
	1ª Série II, Vol. II, mar. 1906	Duas glórias litterarias do Brazil	175-180		
0	1ª Série II, Vol. II, abr. 1906	Exposição de Bellas -artes no Rio de Janeiro	294-296		
1	1ª Série II, Vol. II, maio 1906	O carnaval no Rio de Janeiro	380-385		João Luso
6	1ª Série II, Vol. II, maio 1906	A evolução política do Brazil	270-277		
2	1ª Série II, Vol. VI, fev. 1908	A cidade de Penedo – Brazil Geografia	100-104		Alcântara Carreira
5	1ª Série II, Vol. VI, maio 1908	Exposição do Rio de Janeiro	299-319		Eduardo Noronha
0	1ª Série II, Vol. VI, maio 1908	O Brazil e sua exposição	283-290		Cândido de Figueiredo
1	1ª Série II, Vol. VI, 1908	Os nossos vinhos e o Brasil	367-369		
8	1ª Série II, Vol. VI, jun. 1908	O ophidismo no Brazil	439-444		Bruno Rangel Pestana
8	1ª Série II, Vol. VI, fev. 1911	Os novos sócios brasileiros da nossa academia	120-126		José Antonio de Freitas

APÊNDICE 2

Inventário e classificação das matérias analisadas extraídas dos Jornais

Jornais (1822-1834) *Correio do Porto* (27 de setembro de 1820-7 de maio de 1834) e *Fico*: (9 de janeiro e 31 de março de 1822)

Nº	Dia/Mês/Ano	Título da Matéria
9	1º de jan. 1822	Reino do Brasil. Bahia. Officio da Junta do Governo daquella Provincia, sobre os acontecimentos da mesma.
11	12 de jan. 1822	Noticias do Brasil. Bahia.
14	16 de jan. 1822	Noticias do Brasil. Bahia. Proclamação espalhada no dia 3 de Novembro, por aquelles que intentavam mudar o Governo da Provincia.
33	7 de fev. 1822	Noticias do Brasil. Pernambuco. Carta que a Junta Provisional daquela Provincia dirigio a S. Magetade.
39	14 de fev. 1822	Noticias do Brasil. Pará. Officio que a Junta do Governo daquela Provincia dirigio ao Minsitro dos negocios da Marinha em Lisboa.
69	21 de março, 1822	Noticias nacionales.
70	22 de março, 1822	Projecto de Decreto para fixar as relações Commerciaes entre o Brasil e Portugal.
71	23 de abr. 1822	Noticias do Brasil. Rio de Janeiro.
80	4 de abr. 1822	Noticias do Brasil. Extraordinario.
89	16 de abr. 1822	Variedades. Artigo comunicado.
94	22 de abr. 1822	Noticias do Brasil. Rio de Janeiro. Manifesto do Povo sobre a Residência do Principe no Brasil, dirigido ao Senado da Camara.

Correio do Porto (Porto, 27 de setembro de 1820-7 de maio de 1834)
Independência e Aclamação de D. Pedro I: 7 de setembro e 31 de dezembro de 1822

Nº	Dia/Mês/Ano	Título da Matéria
219	16 de set. 1822	Noticias nacionais. Carta do Principe Real a Sua Magestade em 19

Imagens e narrativas do Brasil nas revistas ilustradas portuguesas (1822-1922)

		de junho do corrente anno.
220	17 de set. 1822	Noticias do Brasil/Proclamação
227	25 de set. 1822	Sessão do dia 20 de Setembro.
232	1 de out. 1822	Noticias do Brasil. Pernambuco. Portaria que acompanhou o Decreto do Principe para a Eleição dos Dep.
234	3 de out. 1822	Noticias do Brasil. Rio de Janeiro. Decreto do Principe Real.
235	4 de out. 1822	Noticias do Brasil. Rio de Janeiro. Proclamação do Concelho Militar.
268	12 de nov. 1822	Noticias do Brasil. Riode Janeiro. Manifesto do Principe Regente aos Governos e Nações Amigas.
300	19 de dez. 1822	Noticias do Brasil. Rio de Janeiro. Decreto do Principe Real. José Bonifacio d'Andrade e Silva.

Correio do Porto (Porto, 27 de setembro de 1820-7 de maio de 1834)
Constituição (jornais publicados entre 25 de julho 23 a 30 de abril de 1824)

Nº	Dia/Mês/Ano	Título da Matéria
171	21 de jul. 1823	Noticias do Brasil (Constituição)
238	7 de ago. 1823	Proclamação
256	28 de out. 1823	Notícias do Brasil.
262	4 de nov. 1823	Proclamação
292	17 de dez. 1823	A Gazeta de Lisboa traz o Artigo sobre a separação pretendida Independência do Brazil.
4	4 jan. 1824	Noticias do Brasil.
7	8 jan. 1824	Independência (capa).
9	10 de jan. 1824	Variedades sobre o Brasil.
17	20 de jan. 1824	Independência do Brasil.
33	7 de fev. 1824	Notícias do Rio de Janeiro.
37	12 de fev. De 1824	Notícias do Brasil. Proclamação.
44	20 de fev. 1824	Constituição.
84	7 de abr. 1824	Constituição.